

QUARTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2008

PRESIDÊNCIA: SIWIEC

Vice-presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 9H00)

*

* *

Paul van Buitenen, *em nome do Grupo Verts/ALE.* - (NL) Senhor Presidente, num ponto de ordem, gostaria de fazer um pedido, em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, relativamente ao debate e à votação que irão ter lugar amanhã sobre o Regulamento (CE) n° 1073/1999 relativo a investigações levadas a cabo pelo Organismo Europeu Antifraude (OLAF), ou, por outras palavras, sobre o relatório Gräßle. Aparentemente, em consequência de recentes revelações da existência de possíveis irregularidades no OLAF, a Comissão está a considerar pôr termo ao presente processo de revisão, motivo por que gostaria de retirar as presentes propostas durante o processo de co-decisão com o Parlamento.

Em nome do Grupo dos Verdes gostaria de lhe pedir que verificasse junto da Comissão se assim é, e se a Comissão estaria disposta a fazer uma declaração antes do debate de amanhã, para que o Parlamento Europeu fique a saber se o debate e a votação ainda têm algum valor.

Presidente. - **A pergunta foi dirigida à Comissão. A Senhora Comissária Ferrero-Waldner** terá oportunidade de responder. Dou as boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado Jouyet. Estamos todos aqui e podemos passar ao ponto seguinte.

2. Entrega de documentos: ver Acta

3. Resposta da União Europeia à deterioração da situação no Leste da República Democrática do Congo (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a resposta da União Europeia à deterioração da situação no Leste da República Democrática do Congo.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho.* - (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, cara Benita, Senhoras e Senhores Deputados, sei muito bem o quanto estão preocupados, tal como nós, com a deterioração da situação no Leste da República Democrática do Congo, e recordo-me, por ter debatido o assunto convosco, que a nossa preocupação já ia num crescendo quando referimos esta matéria perante a vossa Comissão dos Assuntos Externos, no mês de Outubro.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da União discutiram-na longamente no Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas de 10 de Novembro último, e a Presidência decidiu reinscrever esse ponto na ordem de trabalhos do próximo Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas de 8 de Dezembro, na presença da Comissão, representada por Louis Michel e Benita Ferrero-Waldner.

Somos forçados a constatar que a situação no Leste da República Democrática do Congo se degradou fortemente desde o final do mês de Agosto e do lançamento, pelo CNDP do chefe rebelde Nkunda, de uma ofensiva contra as forças armadas congoleesas, que se revelaram incapazes de resistir e deixaram a força de manutenção das Nações Unidas, a MONUC, sozinha para garantir a protecção das populações civis.

Os êxitos conseguidos pelos rebeldes no terreno conduziram-nos às portas de Goma, que é a capital provincial do Kivu Norte, e permitiram-lhes alargar significativamente a sua zona de influência naquela província de fronteira com o Ruanda. A crise, que continua, mostra, uma vez mais, o potencial destabilizador que constitui a presença de todos os grupos rebeldes no Leste da República Democrática do Congo: o CNDP, mas também os rebeldes hutus da FDLR.

A derrota das forças armadas congoleesas demonstra, também neste caso, que esta crise complexa não pode ser resolvida através de uma solução militar e que a via para a sua resolução duradoura passa por uma solução política que tenha em conta os actores tanto locais como regionais. Já voltarei a este ponto.

Na altura mais intensa da crise e da ofensiva das forças rebeldes de Laurent Nkunda, a União Europeia mobilizou-se fortemente, seguida do resto da comunidade internacional. A urgência, como se recordarão, era, antes de mais, a de impedir a tomada de Goma e a de tentar estabilizar o conflito. Eis a razão por que o Comissário Louis Michel se deslocou ao local. Em 1 e 2 de Novembro, foi seguido por Bernard Kouchner, na sua qualidade de Presidente em exercício do Conselho, juntamente com David Miliband.

As mensagens políticas aprovadas foram transmitidas pelos dois Ministros em Kinshasa, Kigali e Dar el Salaam. Os Ministros também se deslocaram a Goma para marcarem, no terreno, a enorme atenção que dispensamos a esta crise, para avaliarem as necessidades das populações deslocadas e para se avistarem com as organizações humanitárias, pois a população civil, mais uma vez, é a primeira vítima do reinício dos combates.

Estes combates provocaram uma degradação significativa da situação humanitária. Calcula-se em 250 mil o número de pessoas recentemente deslocadas, em condições totalmente dramáticas, elevando, actualmente, o total para mais de 1 milhão de deslocados só da província de Kivu Norte. A juntar aos graves atentados aos direitos humanos, perpetrados pelos grupos rebeldes, incluindo as execuções sumárias, as violências sexuais em grande escala e o recrutamento de crianças soldado, bem como os actos de pilhagem por parte dos grupos rebeldes e também de alguns elementos das forças armadas congoleesas.

O recomeço dos combates interrompeu, por outro lado, a aplicação dos acordos celebrados entre a República Democrática do Congo e o Ruanda, em Novembro de 2007, a que chamamos o processo de Nairobi, que todos conhecem, e que visa a luta contra os rebeldes hutus ruandeses das FDLR presentes no Leste da República Democrática do Congo. O acordo celebrado entre o Governo congolês e os grupos rebeldes congoleeses, incluindo o CNDP de Nkunda, em Janeiro de 2008, conhecido pelo nome de processo de Goma, também foi rompido.

A prioridade, neste momento, é a de fazer face à urgência humanitária e securizar o acesso às populações deslocadas. Nos termos do seu mandato, a MONUC desempenha um papel essencial. Prossegue actualmente o reforço do seu dispositivo no Kivu Norte e nós encorajamo-la a prosseguir esses esforços nessa via. O Secretário-Geral das Nações Unidas solicitou o reforço dos meios da missão, e queremos que as discussões desencadeadas sobre esta matéria no Conselho de Segurança sejam concluídas muito rapidamente.

Perante a urgência, a União Europeia reforçou significativamente os seus esforços no domínio humanitário. Inúmeros Estados-Membros, bem como a Comissão, forneceram contribuições excepcionais de urgência de apoio à acção das organizações não governamentais (ONG) ou das Agências das Nações Unidas, como, por exemplo, o Programa Alimentar Mundial, ou o Alto Comissariado para os refugiados. Algumas subvenções adicionais, num total, até agora, de mais de 43 milhões de euros, sob a forma de contribuições para o encaminhamento aéreo - estou a pensar em países como o Reino Unido, a Bélgica e a Itália -, permitiram fazer da Europa o primeiro doador mundial, de muito longe, no esforço humanitário iniciado com esta crise.

Em seguida, temos de relançar a dinâmica que irá permitir resolver, de forma duradoura, a questão dos grupos armados ilegais que operam no Leste da República Democrática do Congo, do conjunto dos grupos armados ilegais, sejam eles congoleeses ou estrangeiros, tendo consciência que não existem soluções militares para a crise e que qualquer solução passa necessariamente pelo relançamento dos processos de Goma e Nairobi, que já descrevi há pouco e que constituem o quadro apropriado para permitir a estabilização duradoura da situação naquela província do Congo.

O recomeço do diálogo e da cooperação entre a República Democrática do Congo e o Ruanda é, neste aspecto, essencial, e quero saudar a acção do representante social da União Europeia para os Grandes Lagos, o Sr. Roeland Van de Geer, na sua tentativa de restaurar os fios condutores do diálogo. Assim, foi em torno destes objectivos que se mobilizou, nestas últimas semanas, a comunidade internacional, nomeadamente a União Europeia.

Esses esforços deram os seus primeiros frutos, marcados nomeadamente pelo recomeço do diálogo entre Kinshasa e Kigali, a nível ministerial, e a organização, em 7 de Novembro em Nairobi, por iniciativa dos Estados da Região dos Grandes Lagos e da União Africana, de uma cimeira internacional dedicada à crise no Leste da República Democrática do Congo, cimeira essa em que participaram, nomeadamente, os Presidentes congolês Kabila e ruandês Paul Kagame.

Entre os acervos mais importantes dessa cimeira, chamamos a atenção para o compromisso dos Estados da região de enviarem, se necessário, forças de manutenção da paz para o Leste da República Democrática do Congo e, também se necessário, nomear uma equipa de facilitadores de alto nível composta pelo antigo Presidente nigeriano Obasanjo e o antigo Presidente tanzaniano Mkapa.

Na sua cimeira extraordinária de Joanesburgo, de 10 de Novembro, a SADC declarou-se também disposta a enviar, se necessário, uma força de manutenção da paz para o Leste da República Democrática do Congo. A União Europeia saúda o empenho dos Estados africanos e mantém-se determinada em prosseguir a sua cooperação com a ONU, a União Africana e os países da Região dos Grandes Lagos com vista a permitir a resolução desta crise. Mas sejamos claros e lúcidos aqui entre nós: esta crise não poderá ser resolvida sem um reforço dos meios de estabilização da paz, nomeadamente das Nações Unidas.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. - (FR) Senhor Presidente, antes de mais quero dizer, muito rapidamente, ao senhor deputado Paul van Buitenen que tomei boa nota do que ele disse e que, efectivamente, transmitirei a sua mensagem aos colegas, que irão responder seguramente amanhã.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente em exercício do Conselho, caro Jean-Pierre, estou hoje a substituir o meu colega Comissário Louis Michel, que não pôde participar nesta reunião por motivos de saúde e que me pediu que lhes transmitisse o seu pedido de desculpas.

Todos conhecem o interesse do Comissário Michel pela Região dos Grandes Lagos. Efectivamente, como já afirmou o Senhor Presidente em exercício do Conselho, ele foi o primeiro a deslocar-se à República Democrática do Congo e ao Ruanda, nos passados dias 30 e 31 de Outubro, na altura mais grave da crise, para tentar resolvê-la. Dessa missão de *shadow diplomacy* surgiu a ideia de organizar a conferência de Nairobi, cujas conclusões operacionais fornecem hoje novas perspectivas de saída da crise.

No que se refere à resposta que a Comissão pode fornecer, gostaria de partilhar convosco uma análise da situação sob duas perspectivas, aliás muito semelhantes às referidas pelo Presidente em exercício do Conselho.

Antes de mais, a nível humanitário: a comunidade internacional, e nomeadamente a União Europeia, está a elaborar uma resposta para a crise. A Comissão mobilizou imediatamente 6,3 milhões de euros para fazer face às emergências. No entanto, continuamos muito vigilantes com vista a adaptar esse montante em função da evolução da situação; as necessidades humanitárias encontram-se globalmente cobertas no Kivu, e a coordenação entre agências humanitárias é muito boa.

A Comissão e os Estados-Membros, em conjunto, anunciaram, no passado dia 14 de Novembro em Marselha, novas contribuições num total de 43,5 milhões de euros suplementares para, com efeito, fazer face à crise.

O problema mais grave continua a ser, no entanto, o do acesso às populações em certas zonas, devido aos combates que prosseguem entre as FARDC e os aliados Mai-Mai e as FDLR, por um lado, e, por outro, o CNDP, pois nenhuma das partes respeita o cessar-fogo.

Em segundo lugar, a nível político e militar: no Leste da República Democrática do Congo não há solução militar possível. Só há lugar para uma solução política equilibrada, construída no diálogo. Foi também isso que foi preconizado pelos países da região, efectivamente, na cimeira que teve lugar em Nairobi no passado dia 7 de Novembro, e, sobretudo, é isso também que parecem pretender os rebeldes do CNDP e uma grande parte do poder político estabelecido de Kinshasa, como, por exemplo, a Assembleia Nacional.

Assim, a Comissão está muito satisfeita com as conclusões da cimeira de Chefes de Estado dos países dos Grandes Lagos e, mais concretamente, com a decisão de associar, a alto nível, a diplomacia africana na resolução da crise e de pôr em prática um mecanismo de verificação que permita aos Chefes de Estado da região acompanhar de perto os desenvolvimentos e fornecer-lhes as respostas necessárias em tempo real.

A este respeito, a visita que Olusegun Obasanjo acaba de fazer à região é muito encorajante. Tranquilizou quanto às perspectivas de intervenção militar de certos países da região, obteve do Presidente Kabila garantias de que Kinshasa estaria disposta a ouvir as reivindicações do CNDP e que estava também disposta a avançar na via do diálogo. Ouviu igualmente queixas do CNDP e ouviu o general Nkunda reafirmar que estava disposto a observar um cessar-fogo e tudo fazer para facilitar o encaminhamento da ajuda humanitária nas zonas que controla.

Assim, é crucial manter o *momentum* político actual e tudo fazer para que as palavras de ambas as partes sejam concretizadas em actos. Para isso, é mais que tempo de tratar as causas profundas da crise no Leste do

país, que todos conhecem: a presença das FDLR, a pilhagem organizada dos recursos mineiros, as frustrações políticas das comunidades e das minorias; além de que é necessário fazer convergir as ideias.

A este respeito, é crucial que o conjunto da comunidade internacional apoie os esforços diplomáticos realizados no seguimento da cimeira de Nairobi e que as facilitações internacionais possam ser coordenadas com vista a proporcionar aos Presidentes Obasanjo e Mkapa o espaço suficiente para dar seguimento às consultas.

É igualmente importante pôr em evidência o papel da MONUC. Não é a MONUC a responsável por todo o tipo de exacções. A MONUC desenvolve, de facto, um trabalho importante, apesar da penúria dos meios que lhe são concedidos e dos limites das suas funções. E desenvolve um trabalho dificilmente substituível que é o de assegurar a paz e não o de fazer a guerra.

Contudo, é extremamente importante apoiar os esforços em curso para reforçar o seu mandato neste momento em que, efectivamente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas vai debruçar-se sobre a questão nos próximos dias. Pensamos que o mandato deverá ser alargado, por exemplo no que respeita ao conteúdo, ao controlo da pilhagem dos recursos naturais; e haverá, nomeadamente, como disse o Senhor Presidente em exercício do Conselho, que reforçar os meios de que dispõe para o fazer.

Jürgen Schröder, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhor Presidente, estamos perante uma crise económica que ficará nos anais da História. Não obstante, foi possível organizar, em poucas semanas, uma reunião do G20 que chegou a resultados concretos, o mais importante dos quais a decisão de aplicar o equivalente a 2% do PIB em incentivos à economia e no apoio ao sector financeiro.

Em contrapartida, não conseguimos cumprir a nossa promessa de consagrar 0,7% do PIB ao desenvolvimento. Se o tivéssemos feito, a RDC estaria certamente mais desenvolvida e talvez se tivesse evitado todo este conflito. Mas as coisas são como são. Agora não temos tempo para falar sobre o desenvolvimento de Kivu: é preciso fazer face à crise humanitária que grassa na região. Nas últimas semanas, o número de deslocados aumentou de duzentos e cinquenta mil. Há pessoas a morrer em consequência directa ou indirecta dos recontros, e doenças como a cólera estão a propagar-se rapidamente.

Em 2005, as Nações Unidas integraram nos seus princípios o conceito de “responsabilidade de proteger”. A ONU enviou a força de manutenção da paz MONUC para a RDC. Com os seus 17 000 efectivos, a MONUC é a maior das missões de manutenção da paz que operam em todo o mundo sob um mandato forte ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Mas o que pode a MONUC fazer? A preparação do pessoal e a qualidade dos equipamentos são bastante deficientes, e a RDC é um país muito extenso. Daí o meu veemente apoio ao pedido de reforço desta missão, mas, é preciso dizê-lo, passar-se-ão meses até que esse reforço esteja no terreno – meses decisivos durante os quais continuarão a morrer pessoas. Proponho, por isso, o envio de uma força europeia intercalar que rapidamente assegure a estabilidade na região e a mantenha até que o reforço da MONUC esteja operacional e implantado no terreno.

Alain Hutchinson, em nome do grupo PSE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, caros colegas, antes de mais gostaria, no meio destes debates calmos, numa atmosfera muito confortável, de inserir o respectivo cenário, uma vez que me desloquei ao terreno por três vezes nestes últimos meses.

E lá, enquanto nós debatemos, há violência, violações e mortes. É esse, neste momento, o quotidiano de inúmeros cidadãos que vivem naquela horrível região do mundo. Penso que não é tempo de retórica; o tempo é, agora, de acção. Esta guerra suja, de facto, não é de forma nenhuma, em minha opinião, uma guerra étnica como alguns começam a dizer; podemos sempre criar guerras étnicas, dá-nos jeito, a nós, Europeus, porque, quando falamos de guerra étnica, quer dizer que os Africanos estão a bater-se entre si e o problema não é nosso. Não, é preciso ir buscar os fundamentos desta guerra que está a ter lugar ao fundo das minas - das minas de diamantes, das minas de coltan, das minas de ouro -, que continuam, apesar dos massacres, a ser exploradas com calma e eficácia, cujos minérios são exportados, por baixo do nariz e da barba das forças das Nações Unidas, a partir do aeroporto de Goma ou da estrada que liga a Kigali, e com as quais há quem continue a enriquecer de maneira fabulosa. É essa a guerra.

Se queremos parar essa guerra, temos, antes de mais, de nos debruçar sobre esta questão, sobre o encerramento das minas, sobre as medidas que temos de tomar para impedir esse escandaloso comércio. Podemos retomar processos, como o de Kimberley, que tinha sido emitido para os diamantes; suponho que os colegas falarão dele.

Em termos gerais, durante os últimos dez anos - trata-se de um número que há quem conteste, mas posso garantir-lhes que é facilmente verificável -, mais de 5 milhões de Congolese morreram naquela região de forma violenta, seja vítimas da guerra, de imediato, seja vítimas de danos colaterais, como as doenças, etc., que provocou a sua volta. Por conseguinte, a questão que se coloca hoje em dia é a de saber a quem interessa esta guerra e a quem interessa que ela continue. Penso trata-se de um primeiro ponto importante.

No que se refere à União Europeia, penso, tal como o meu grupo, que há três coisas importantes. Em primeiro lugar, há que apoiar, efectivamente, os esforços de paz em curso, não nestas últimas semanas, mas em curso há já algum tempo. Propusemos o abade Malu Malu para Prémio Sakharov, pois ele empenhou-se durante longos anos para tentar encontrar soluções pacíficas naquela região. Reuniu em Goma, não só o CNDP - já que o CNDP veio, partiu, voltou, repartiu -, mas o conjunto dos movimentos rebeldes e o Governo da RDC. Penso que era importante. Há o processo de Nairobi e a recente cimeira de Nairobi, a que alude a Senhora Comissária.

Claro que penso que há que apoiar esses esforços e o nosso Comissário Louis Michel, que é liberal - afirmo eu, que sou socialista -, mas que faz esforços muito importantes.

Em segundo lugar, há que defender essa população a todo o custo. Diz-se que a MONUC não está lá para fazer a guerra, está lá para garantir a paz. Sim, talvez, mas a MONUC possui um mandato "capítulo 7". Não é como na época, em 1994, em Kigali, em que não podíamos fazer nada, em que tínhamos de assistir, impotentes, aos massacres. Neste caso, há um capítulo 7, e a missão da MONUC é a de defender as populações civis. Pois bem, essa população civil está a ser massacrada e a MONUC não está a fazer nada. Ainda não há muito tempo, numa aldeia cujo nome me escapa neste momento, houve um verdadeiro massacre em Kiwanja, perto de um campo da MONUC.

Assim, há que reforçar a MONUC com forças europeias, é a opinião do meu grupo. Seja como for, iremos apresentar uma alteração sobre esta questão.

Por fim, penso que - e di-lo-ei muito rapidamente, para concluir - é necessário, evidentemente, assumir as decisões que se impõem para acabar com a exploração e o comércio dos minérios, essencialmente responsáveis por todos os massacres que lá ocorrem.

Thierry Cornillet, em nome do grupo ALDE. - (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, este canto do mundo está a sofrer, efectivamente, uma espécie de maldição, como disse, e muito bem, Alain Hutchinson: perto de cinco milhões de mortos desde o início dos anos noventa.

Existe uma espécie de "câmara da morte" naquele canto do mundo - uma matança no Kivu Norte, no Uganda, no Ruanda, no Burundi -, e essa matança continua e recomeça todos os anos. Sei perfeitamente que as mesmas causas produzem sempre os mesmos efeitos; existem, apesar de tudo, conflitos étnicos, pois as fronteiras que traçámos foram muitas vezes fronteiras artificiais. Existe uma forma de nacionalismo exacerbado: todos fazem de Napoleão III em ponto pequeno e tentam a sua aventura mexicana para fazer esquecer os problemas do seu país. Claro que existe o gosto pelo dinheiro, como já disse o Alain, pelas riquezas muitas vezes incommensuráveis daquele cantinho. E há também a loucura, pois como classificar de outra forma a acção da *Lord's Resistance Army*?

Então, que podemos fazer? Quero salientar também a acção do Comissário Michel, que se interessa há longo tempo por esta questão. Assistimos à sua acção nos seus encontros de Kigali e de Kinshasa, que conduziram a Nairobi; temos também a SADC, temos também Obasanjo, teremos mais uma vez as grandes cimeiras diplomáticas. Mas será razão para apenas recorrermos à diplomacia? Estamos perante uma situação humanitária gravíssima.

Na minha qualidade de relator do vosso Parlamento para a ajuda humanitária, tive ocasião de me deslocar a Kinshasa, no início de Novembro, para me avistar com o novo Ministro dos Assuntos Sociais e da Acção Humanitária, o Sr. Botswali Lengomo. Avistei-me também com Apollinaire Malu Malu, a quem quase atribuímos o Prémio Sakharov e que é responsável pelo programa Amani. Não esqueçamos, antes de mais, o esforço humanitário considerável que temos de fazer.

Então, o que é que estamos a fazer, no fundo? Temos a certeza de que estamos a fazer tudo aquilo que devemos? O que é que faz a MONUC, com ar de quem tem toda a razão? 17 mil homens, dos quais 6 mil no terreno, isto é, uma divisão armada com tanques: a quem queremos convencer que não é suficiente para garantir um acesso da acção humanitária, embora eu esteja consciente, como o senhores, da imensidão dos territórios a proteger?

Então, como é evidente, a solução é diplomática. Temos, portanto, de apoiar uma solução africana, se formos capazes de a pôr em prática. Temos, naturalmente, de garantir que o cessar-fogo é contínuo, para permitir o acesso da assistência humanitária. Sem esta condição indispensável, a assistência humanitária não poderá chegar. Temos também de esgotar a fonte de rendimentos, há que fechar as minas, como é natural, mas também, talvez, condenar as empresas ocidentais que comprem, pelo seu lado, o coltan e os outros minérios que permitem poder comprar armas. Temos, evidentemente, de apoiar os esforços de paz sempre que pudermos, manifestando um interesse político contínuo e não, por vezes, aleatório.

Vou terminar apelando para uma presença militar muito mais forte destinada a estabilizar a paz, e isso, é certo, só as Nações Unidas o poderão fazer. Creio ter compreendido que a União Europeia possuía, por vezes, alguma capacidade para convencer as Nações Unidas a cumprirem o seu dever.

Seán Ó Neachtain, em nome do Grupo UEN. - (GA) Senhor Presidente, a situação actual na região Leste da República Democrática do Congo agrava-se de dia para dia, e a comunidade internacional está muito preocupada com isso. Mais de um milhão e meio de pessoas foram deslocadas na província de Kivu, o que mostra como a situação está má.

Apoio os esforços de Roeland Van de Geer, Representante Especial da União Europeia para a Região dos Grandes Lagos Africanos, e do senhor Obasanjo, antigo presidente da Nigéria, que participaram em intensas conversações com os grupos envolvidos nesta violência.

Peço à União Africana que desenvolva novos esforços no sentido de assegurar a paz na Região dos Grandes Lagos.

Os governos do Ruanda e do Quênia assinaram um acordo de paz em Novembro de 2007 na tentativa de fazer desaparecer a animosidade entre os dois países. A concretização deste acordo tem de ser assegurada, mas primeiro é preciso pôr fim à violência.

A União Europeia dá mais dinheiro à Região dos Grandes Lagos do que qualquer outra organização ou país do mundo. Peço ao Senhor Comissário Europeu para o Desenvolvimento, Louis Michel, e ao Conselho que tentem fazer cessar os combates e estabelecer a paz.

Frithjof Schmidt, em nome do Grupo Verts/ALE. - (DE) Senhor Presidente, os combates atrozes no leste do Congo não constituem simplesmente um caso de guerra civil, são também parte de um conflito regional que envolve muitos países vizinhos. Estes combates estão igualmente relacionados com matérias-primas estratégicas como o coltan, que é necessário para a produção dos nossos telemóveis, leitores de DVD e computadores. E têm igualmente a ver com ouro, diamantes, cobalto e madeiras preciosas. São estas as causas profundas deste conflito. O que pode e o que deve ser feito? A ONU deve ser reforçada para que possa responder à sua responsabilidade de proteger a população civil de todas as forças armadas activas na região. A Missão da ONU na República Democrática do Congo (MONUC) necessita de um mandato mais claro, de mais equipamento e de mais efectivos. Nos últimos anos, os Estados-Membros da União Europeia ignoraram repetidamente os apelos ao reaprovisionamento da MONUC. No entanto, posteriormente, os fracassos e erros da MONUC foram fortemente criticados. É preciso pôr fim a esta duplicidade de critérios. Neste momento, não necessitamos de um contingente militar da UE, necessitamos sim que a MONUC seja activamente reaprovisionada. Foi, pois, com interesse e satisfação que ouvi ser igualmente esta a via que o Conselho e a Comissão desejam seguir.

O segundo aspecto importante a referir é que a extracção e o comércio das matérias-primas do Congo devem ser supervisionados com rigor e a nível internacional. As empresas internacionais envolvidas neste comércio, que lucram com a extracção das matérias-primas do Congo, devem ser supervisionadas e pressionadas a serem transparentes. Já existe, evidentemente, um painel de peritos oficial da ONU sobre a exploração ilegal dos recursos naturais do Congo. Este painel de peritos elaborou uma série de recomendações, incluindo sanções contra os indivíduos e as empresas que participem nessa exploração ilegal. A União Europeia deve pressionar no sentido da execução desta recomendação da ONU, incluindo, nomeadamente - e isto numa área em que existe âmbito para agir -, quando estiverem em causa importações para a UE, visto que esta é uma área em que podemos claramente agir por nós próprios e em que podemos aplicar activamente estas recomendações da ONU.

O terceiro aspecto a referir é que é necessário avançar com a iniciativa de uma conferência internacional sobre a região dos Grandes Lagos. Só a cooperação política e a integração económica da região permitirão a paz a longo prazo. A Europa pode e deve desempenhar aqui um papel-chave.

Tobias Pflüger, em nome do Grupo GUE/NGL. - (DE) Senhor Presidente, inúmeros países vizinhos estão fisicamente envolvidos nesta guerra e existe, sobretudo, a participação directa das tropas governamentais do Congo, juntamente com milícias e tropas angolanas, por um lado, e do General Nkunda e dos soldados tutsis com o apoio do Ruanda, por outro. É uma guerra regional que não diz respeito apenas ao leste do Congo.

Há um aspecto chave que é evidente: até ao momento, o Governo do Congo não se mostrou pronto a negociar directamente com os rebeldes. É preciso exercer pressão em relação a este aspecto. É muito importante analisar o contexto real deste conflito. O próprio Presidente da Alemanha fez referência ao facto de que este é um conflito sobre matérias-primas. O petróleo bruto, ouro, diamantes, cobre, cobalto, coltan, zinco, estanho, etc., desempenham aqui um papel muito importante.

Sobretudo, trata-se também de saber quem de facto detém as licenças para explorar estas matérias. Precisamos realmente de agir contra estas empresas. Quero apenas referir uma: a *Gesellschaft für Elektrometallurgie mbh*, sediada em Nuremberga, é claramente a proprietária de uma das minas centrais em relação às quais se está a travar este conflito.

Gostaria de me debruçar um pouco sobre o papel da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), uma vez que todos nesta Assembleia parecem apelar ao reaprovisionamento da MONUC. Segundo o que leio, a MONUC é parte do problema em vez de parte da solução, visto que a própria Missão descreve a sua situação como tendo evoluído para o combate em quatro frentes. O papel da MONUC deveria na verdade ser muito diferente. Entretanto descobrimos, através da *Human Rights Watch*, que há soldados indianos ou paquistaneses da MONUC que estão a comercializar armas directamente com milícias irregulares e que estão claramente envolvidos no conflito pelas matérias-primas. Não se pode permitir que tal aconteça. O papel da MONUC tem de ser totalmente diferente e absolutamente neutral. Ora, assim sendo, apelar ao reaprovisionamento da MONUC não é de forma alguma útil.

Gostaria também de voltar a referir que o Congo desempenhou um papel importante numa operação anterior da União Europeia. Nessa altura, o nosso papel prendia-se com a segurança das eleições e o Sr. Kabila tinha sido investido como Presidente - o mesmo Senhor Kabila cujas tropas são agora um factor importante na escalada do conflito. Neste contexto, deveria ser feita uma análise aprofundada do verdadeiro papel desempenhado pela UE na investidura do Sr. Kabila. Considero muito problemático o que a UE fez. Deve ficar muito claro que o Sr. Kabila e as suas tropas também têm de ser criticados neste contexto.

O relatório do correspondente do jornal *Frankfurter Allgemeine*, que foi capturado, constitui uma leitura muito interessante. Ele descreveu muito bem os contornos do conflito. O seu artigo mostra a interacção entre tropas oficiais e não oficiais, o que equivale a dizer que o apelo ao reaprovisionamento da MONUC, por si só, é inútil porque o que é realmente necessário é começar a tratar as causas do conflito.

Bastiaan Belder, em nome do Grupo IND/DEM. - (NL) Senhor Presidente, ontem à noite tive o privilégio de falar directamente com um experiente colaborador sobre a guerra no Congo Oriental. Ele conhece como a palma das mãos a situação de crise, tanto no Kivu do Sul como no Kivu do Norte. Sem pretender mascarar a miséria reinante na região, o seu relato oferece-nos alguns raios de esperança. Um raio de esperança é, certamente, o facto de, há mais de uma semana, a guarda presidencial congoleza, em colaboração com a polícia, ter detido soldados governamentais que tomavam parte em pilhagens. Este facto constitui um sinal promissor de que o Governo congolês está a principiar a restabelecer a lei e a ordem, uma evolução que merece absolutamente o apoio e encorajamento europeus.

Outro raio de esperança é o facto de, aparentemente, até à data, o dirigente Nkunda não ter sido capaz de mobilizar e recrutar os Tutsis do Kivu do Sul para o ajudarem a concretizar as suas aspirações ao poder. O meu contacto considera que isto é uma manifestação positiva da identificação tutsi com o Estado congolês e com a população civil.

Um terceiro raio de esperança é o das iniciativas de reconciliação religiosa a nível local e provincial. As autoridades eleitas estão precisamente tão activamente envolvidas nestas plataformas como as autoridades tradicionais e os representantes tribais. Estas plataformas do Kivu do Norte e do Kivu do Sul merecem apoio europeu duplo: ajuda financeira e participação profissional na resolução dos conflitos. Para que a ajuda humanitária nas duas regiões do Kivu seja eficaz, é de crucial importância o envolvimento das autoridades locais, o que inclui, por conseguinte, os dois grupos de líderes locais, representantes tradicionais tribais e as autoridades eleitas.

Baseado na sua própria experiência, o meu contacto faz notar que, não obstante todos os conflitos bélicos, e inclusive quando as pessoas se encontram em fuga, estas estruturas estabelecidas continuam a ser eficazes, e daí o seu apelo urgente a que se providencie dinheiro para as multidões de refugiados nas aldeias do Kivu do Norte e do Sul, bem como para os próprios habitantes dessas aldeias. No fim de contas, o meu informador afirma: "Com dinheiro, é sempre possível arranjar alimentos. Por mais surpreendente que pareça, é sempre dia de mercado algures. No Congo, é absolutamente possível trabalhar com *"cash handouts"*, donativos em dinheiro. Isso não torna as populações dependentes, porque elas podem decidir por si próprias em que gastar o dinheiro. Estimula-se a economia local e faz-se uso imediato dela. Para garantir que isto se processa devidamente, vamos falar com os comités eleitos da aldeia, que nos apontam os mais necessitados".

Depois de uma tal conversa, e com os esforços tranquilizadores da Europa visando a reconciliação, tem de haver um futuro para o Kivu do Norte e para o Kivu do Sul, bem como, de facto, para todo o Congo. Gostaria, portanto, de todo o coração, de convidar o Conselho, a Comissão e as Instituições Europeias a fazerem tudo o que for necessário para que isso se torne realidade.

Koenraad Dillen (NI). - (NL) Senhor Presidente, faz pouco sentido discutir hoje até que ponto consideramos trágica a desesperada situação do Congo Oriental. Devíamos ser capazes de chamar as coisas pelos seus nomes e, evidentemente, perguntar se a Europa, e sobretudo países como a França e a Bélgica, que têm uma reputação especialmente má nessa região, deviam intervir militarmente. Para mim, a resposta é "não", porque o que verificámos? No Congo, a Europa conseguiu provar uma vez mais até que ponto está dividida, até que ponto é fraca e que ilusório seria pensar que uma política externa e de segurança comum seria possível nesta fase. Na realidade, não esqueçamos que Paris, nada menos do que a actual Presidência do Conselho, acaba de mandar prender na Alemanha o Chefe do Protocolo do Presidente Kagame do Ruanda pela tentativa de assassinio do Presidente Habyarimana, em 1994. Ele é considerado como estando envolvido no conflito. Desde então, até o meu próprio país, a Bélgica, é pouco sincero, uma vez que, ainda ontem o Ministros dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Karel De Gucht, criticou severamente a política do Comissário Europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, Louis Michel, precisamente por causa da sua política em relação ao Congo. Passo a citar Karel De Gucht: "Se a actual situação do Congo é resultado da política do Comissário Michel, então isso é muito significativo. A situação nunca foi tão preocupante como agora."

Senhoras e Senhores Deputados, estas palavras foram pronunciadas por um dos aliados políticos do Comissário. Nesta cacofonia, só podemos concluir que a protecção da população civil devia, em primeiro lugar, ser da responsabilidade da União Africana, que tem de ser apoiada, e da Missão da ONU no Congo. Logo, a Europa faria bem em não enviar as suas tropas para aquela região.

Colm Burke (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, faço eco dos sentimentos dos meus colegas expressando a minha enorme preocupação em relação ao recrudesimento dos combates entre o exército congolês e as milícias, que reapareceram no Kivu Norte, na RDC. O aumento da violência na região abriu enormes brechas na resistência da missão de manutenção da paz das Nações Unidas (MONUC) que opera nesse país.

A situação humanitária é particularmente grave, havendo mais de 1,5 milhões de deslocados no interior da província de Kivu. A acção do Programa Alimentar Mundial e de outras ONG tem sido seriamente entravada pela violência, e os roubos, violações e assassinios de civis tanto por parte das forças governamentais como dos rebeldes são práticas frequentes.

A MONUC tem um mandato ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas para garantir a protecção de civis sob ameaça de violência física iminente, mas não possui os recursos necessários nem efectivos em número suficiente para cumprir esse mandato. A comunidade internacional e o Conselho de Segurança das Nações Unidas têm de assegurar o reforço da MONUC com equipamento e pessoal que lhe permitam cumprir a sua missão. Uma vez que a União Europeia decidiu não tomar a iniciativa de organizar outra missão PESD para enfrentar a escalada de violência na RDC, insto-a a intensificar, tanto quanto possível, a sua colaboração com a MONUC.

No projecto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas apresentado pela França e actualmente em discussão, é proposto um aumento temporário do contingente militar autorizado da MONUC até 2 785 efectivos. Esse aumento elevaria o número máximo autorizado de militares e polícias destacados na MONUC – que já é a maior força de manutenção da paz da ONU a operar em todo o mundo, mas deve garantir a cobertura de um país com uma área aproximadamente igual à da Europa Ocidental – para pouco mais de 20 000.

Insto o Conselho de Segurança das Nações Unidas a votar essa resolução logo que possível, dada a urgência requerida pelos acontecimentos em curso na RDC. Estou indignado com os massacres, os crimes contra a

humanidade e os actos de violência sexual contra mulheres e raparigas perpetrados na província oriental da RDC, e peço a todas as autoridades nacionais e internacionais em presença que entreguem os criminosos à justiça.

Ana Maria Gomes (PSE). - O horror nos Kivus de novo e a incapacidade internacional de lhe pôr fim são tão chocantes como a rapacidade dos dirigentes ruandeses e congolese, que perpetuam esta situação de caos organizado para encobrir a sinistra pilhagem dos recursos naturais da região.

E que pode fazer a União Europeia? Num país onde teve e tem várias missões PESD e onde as primeiras eleições democráticas não teriam tido lugar sem apoio europeu. Num país ao qual dedica milhões de ajuda ao desenvolvimento e humanitária. Num país de importância estratégica inegável e onde 5 milhões de pessoas morreram à mercê da mais bárbara violência nos últimos anos.

Neste país a União Europeia deve ir muito para além do mínimo já decidido desde que começou esta última escalada militar. Não basta aumentar a ajuda humanitária e desencadear iniciativas diplomáticas em que se reiteram, pela enésima vez, promessas de desarmamento e declarações de boa vontade.

É urgente antes que a União Europeia fortaleça a MONUC para que reconquiste a credibilidade e a eficácia perdidas. E, para isso, não basta apresentar resoluções no Conselho de Segurança. A União Europeia deve imediatamente articular-se com o DPKO e disponibilizar material e, se necessário, soldados para ajudar a preencher as lacunas da MONUC.

Em última instância, se as diligências em Nova Iorque e se a situação no terreno o justificarem, a UE não pode, não deve, excluir o envio de uma missão militar no âmbito da PESD. É a nossa responsabilidade de proteger que está em causa. São vidas humanas de populações civis indefesas que precisam de protecção internacional imediata.

Never again! Temos que levar a sério e não deixar de novo acontecer o genocídio no Ruanda e os massacres no Congo.

Luca Romagnoli (NI). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as declarações do Conselho e da Comissão sobre a reacção da UE à grave crise no Congo são, como de costume, hipócritas e ineficazes. Por trás de Laurent Nkunda estão o Ruanda e o Uganda, países que sempre estiveram interessados na região, e tanto é assim que tentaram invadi-la várias vezes no passado recente: os recursos do subsolo e os recursos na zona leste da RDC são demasiado importantes para serem deixados nas mãos de outros.

Entre Janeiro e o dia de hoje, foram adquiridas três vezes mais armas do que em 2007, parte das quais, no que diz respeito ao lado ruandês, se destinavam ao rebelde Laurent Nkunda, com os resultados que podemos ver hoje. Durante anos, porém, Washington concentrou o seu interesse na região dos Grandes Lagos, apoiando nomeadamente o Uganda e o Ruanda. Por exemplo, a maior embaixada dos EUA em África está situada em Kampala; nada acontece no Uganda ou no Ruanda sem a concordância dos Estados Unidos.

Agora, este rápido *volte-face* da União Europeia quanto à possibilidade de enviar para a região uma força de manutenção da paz envia o sinal errado, como habitualmente, porque preferimos a concentração de esforços na diplomacia, como se a diplomacia fosse suficiente para convencer alguém tão brutal e perigoso como Laurent Nkunda a retirar. Como de costume, as nossas discussões não servem de nada e, depois, ouvimos o Comissário Michel a quase elogiar o Sr. Nkunda. Obrigado pela atitude!

Geoffrey Van Orden (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, todos estamos cientes da complexidade da terrível situação que se vive actualmente na zona oriental do Congo e que se baseia em problemas étnicos com origem no Ruanda, no Burundi e no Uganda.

É necessário dar início a um efectivo processo de mediação entre o Ruanda e a RDC com carácter de urgência. O estabelecimento e a adequada aplicação de um cessar-fogo são indispensáveis, e a população civil carece, obviamente, de protecção e de assistência humanitária urgente.

Recordo a recente declaração do Representante Permanente da União Africana em Bruxelas perante a Subcomissão da Segurança e da Defesa do Parlamento, exprimindo a sua preferência por serem os africanos a resolver as questões de segurança no seu continente. Agradou-me, portanto, o facto de a UE não ter procurado utilizar a tragédia do Congo como mera oportunidade para colocar o seu rótulo em mais uma designada «operação militar da União Europeia». Em primeira linha, cabe aos africanos assumir a responsabilidade de resolver a presente situação, mas devemos prestar todo o apoio possível à sua acção desenvolvida através da União Africana e das Nações Unidas.

Entretanto, parece subsistir alguma ambiguidade quanto ao mandato da MONUC e às suas regras de empenhamento e recurso à força. Recentemente, o comandante da MONUC, tenente-general Vicente Díaz de Villegas, demitiu-se após sete semanas no cargo. Alegou razões pessoais, mas não sei se não terá sido por frustração profissional.

Em todo o caso, é encorajador o facto de, em 6 de Novembro, um contingente sul-africano de mil elementos ter sido destacado para perto de Goma, como força integrada na MONUC. O chefe da MONUC afirma que têm ordens para abrir fogo, se necessário. Esta força tem de estar apta a proteger os civis de ameaças de violência iminente. É evidente a necessidade de aumentar substancialmente o número de efectivos militares das Nações Unidas e da UA destacados na zona oriental do Congo e de chegar a um consenso sobre a sua proveniência, porque há muitos países que poderiam compartilhar mas ainda o não fizeram.

Se o Ocidente não fizer tudo o que pode para apoiar as operações no Congo, outros menos bem-intencionados tomarão o seu lugar.

Genowefa Grabowska (PSE). - (PL) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhor Secretário de Estado Jouyet, sou membro da Assembleia Parlamentar Conjunta ACP-UE e, durante a última sessão que teve lugar em Kigali, no Ruanda, ouvi o Presidente Paul Kagame falar da necessidade de estabilizar a situação na África Central. Disse que queria a paz, mas, quando estive em Kigali, visitei o museu do holocausto que evoca a morte de um milhão de Tutsis massacrados em apenas três meses - cem dias. Isto foi em 1994.

Iremos agora assistir à repetição do que então se passou? Não podemos permiti-lo. Considero que esse é o nosso dever. Penso que a União Europeia tem de fazer mais. Não sei se o envio de mais tropas resolverá a situação. Pessoalmente, duvido, mas parece-me que precisamos de um reexame radical das origens dos fundos que, como foi sublinhado pelo meu colega, provêm da exploração dos recursos naturais congolezes e não são depois encaminhados para pequenos comerciantes e indivíduos anónimos, mas penetram igualmente nos mercados europeus. Esta é simultaneamente a origem e a solução do problema.

Passemos agora à situação humanitária, que está claramente a ficar fora de controlo. É aqui que podemos desempenhar um papel, e é aqui que a União Europeia tem de fazer tudo para proteger 1 600 000 pessoas que precisam de água, alimentos, cobertores, tendas e cuidados. Vamos abordar este problema.

José Ribeiro e Castro (PPE-DE). - Senhora Presidente em exercício, Senhora Comissária, caros Colegas, os poderes do mundo têm nesta altura sob a mão o sistema financeiro internacional. Procuram deitar-lhe mão e já não era sem tempo. E, portanto, talvez seja tempo de resolvermos, já agora, um outro problema de que ouvimos falar há décadas.

Há décadas que ouvimos esta música da pilhagem ignóbil dos recursos - quantas vezes, como agora de novo, no Congo, sobre o sangue das populações? Eu creio que é altura também de perseguir estas empresas, de perseguir este comércio ignóbil, de congelar as contas por onde circulam e onde se depositam os proveitos de vergonha desta exploração de recursos minerais à custa do sangue e do sofrimento das populações.

Não percebo porque é que não se listam estas empresas ao mesmo título que já fazemos uma lista negra das organizações terroristas. E não percebo porque é que a comunidade internacional não é capaz de perseguir estes empresários que, em rigor, não são empresários, são autênticos bandidos que põem em causa a segurança regional e a segurança mundial.

Eu animo a Presidência francesa e a Comissão a liderarem uma iniciativa internacional neste sentido.

Ioan Mircea Pașcu (PSE). - (EN) Senhor Presidente, nomes como Lumumba, Mobutu, Tschombé, Dag Hammarskjöld e Catanga povoaram os últimos anos da minha infância, no início da década de 1960. Passados cinquenta anos, o Congo - agora República Democrática do Congo - está novamente a ser devastado por uma agitação interna muito próxima de uma guerra civil. Só que, desta vez, a guerra na zona oriental da RDC surge depois e apesar dos importantes esforços da UE traduzidos em dinheiro, programas e missões no terreno - incluindo missões militares -, e de intensos esforços diplomáticos.

A actual situação na RDC não é, portanto, apenas mais uma crise. É, sim, um teste à capacidade e à disposição da UE para desempenhar o papel de protagonista internacional que reivindica na política mundial, já que a crise contém todos os ingredientes para os quais a União afirma ter os antídotos mais eficazes e ocorre em África, um continente cuja importância geoeconómica está a aumentar exponencialmente.

Bart Staes (Verts/ALE). - (NL) Senhor Presidente, o senhor deputado Hutchinson iniciou o debate dizendo que devíamos pôr termo à retórica e passar à acção. Penso que ele tem toda a razão. Permitam-me referir dois elementos essenciais do debate.

Em primeiro lugar, o mais importante é que sejam implementadas as recomendações do Painel de Peritos da ONU sobre a exploração ilegal dos recursos naturais da RDC, bem como as sanções contra pessoas e empresas cuja participação nas pilhagens tenha sido provada. A UE tem de passar à acção.

Em segundo lugar, temos de pôr categoricamente termo à exploração ilegal do ouro, do minério de estanho, do coltan, do cobalto, dos diamantes, do pirocloro e das madeiras, e de implementar sistemas de rastreabilidade da sua origem, de molde a ser possível pôr termo a este comércio de sangue.

A minha pergunta explícita ao Presidente em exercício do Conselho, Senhor Ministro Jouyet, e à Senhora Comissária Ferrero-Waldner, é: que iniciativas irão empreender nos próximos meses a este respeito? Penso que temos direito a uma resposta a esta pergunta.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Presidente, não me considero, de modo algum, um perito nas questões congoleesas, nem tenho soluções prontas-a-usar, mas de uma coisa estou certo: se estão na origem da morte de cinco milhões de pessoas nos últimos 20 anos, nenhum de nós pode ficar-lhes indiferente.

A minha preocupação agudiza-se quando leio algumas das críticas contundentes feitas por ONG que trabalham na zona. Li há dias, por exemplo, que a Amnistia Internacional – organização com a qual nem sempre estou de acordo, devo dizê-lo – afirmou, a propósito de direitos humanos e, em particular, da tragédia humanitária no Kivu Norte, o seguinte: «O Conselho de Segurança das Nações Unidas, a União Europeia e a União Africana nada fazem. Até agora não foram sequer capazes de providenciar os reforços e o equipamento de que a força de manutenção da paz das Nações Unidas necessita» para garantir uma protecção eficaz da população civil.

Segui atentamente os debates, à espera de uma reacção a esta crítica. Francamente, não dei por ela. A diplomacia é uma coisa óptima, mas não pode ser a resposta para tudo.

Jas Gawronski (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, dadas as nossas dificuldades económicas, seria fácil esquecermos o problema de África, mas estaríamos a cometer um erro terrível.

Penso que devemos pressionar a União Africana a assumir as suas responsabilidades na região. Se a UA pretende vir a ser levada tão a sério como a UE, tem de passar das palavras aos actos – algo que, manifestamente, não conseguiu fazer, por exemplo, no caso do Zimbabué. Do mesmo modo, não devemos hesitar em fazer depender as nossas relações comerciais e de cooperação a longo prazo com países como a RDC do respeito que demonstrarem pelos direitos humanos, a boa governação e a transparência.

Espero que, neste contexto, a Comissão reitere o seu apoio à Iniciativa a favor da Transparência nas Indústrias Extractivas.

Anne Van Lancker (PSE). - (NL) Senhor Presidente, Senhor Presidente em Exercício do Conselho, Senhora Comissária, depois de tudo quanto foi dito, gostaria de lhes fazer a seguinte pergunta. V. Exas. sublinharam o facto de não haver solução militar para este conflito. Muito embora não possa estar mais de acordo com isso, não há o que quer que seja de errado com os acordos de Goma e Nairobi. Não há o que quer que seja de errado com o processo que está a ser ressuscitado, a não ser o facto de os acordos jamais serem observados. Inútil dizer que a Europa devia insistir no reforço e melhoria do mandato da MONUC, bem como no envio de mais tropas. A grande questão que devíamos pôr-nos a nós próprios, porém, é se a MONUC jamais poderá ter êxito, mesmo com um mandato do Capítulo VII, sem intervenção europeia. Senhor Ministro Jouyet, gostaria de lhe perguntar quais são as boas razões dos Ministros da UE para rejeitarem uma intervenção europeia deste género.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Comissária Ferrero-Waldner,

estamos perfeitamente conscientes do apelo da vossa Assembleia à União Europeia no sentido de esta desenvolver uma missão militar naquela região da República Democrática do Congo, mas penso que devemos recordar que a União Europeia já está empenhada em acções na RDC, antes de mais através da ajuda comunitária: 50 milhões de euros em 2008, e depois 6 milhões de euros de ajuda de urgência, já referidos pela Senhora Comissária Benita Ferrero-Waldner. Estão em curso duas missões da PESD de apoio à reforma da polícia e do exército congolese, de que já comprovámos o estado de falta de preparação e de eficácia absolutamente trágico. A União Europeia já tinha, aliás, intervindo em 2003 com uma missão militar dita

Artémis, mas as condições eram diferentes porque se tratava, na época, para a União Europeia, de preparar a chegada de uma missão das Nações Unidas, o que aconteceu.

Então, que fazer, para além da retórica, perante o drama que todos partilhamos naquela região? A solução mais rápida para responder à urgência humanitária seria a de reforçar o existente, isto é, a MONUC, com um mandato reforçado e efectivos suplementares. Devo dizer que, no que respeita à França, esta está disposta a participar nesse reforço porque, esperar pela implantação de uma missão da União Europeia seria correr o risco de perder tempo quando, como sabem, a União já desenvolve acções no Chade e na República Centrafricana, pelo que se coloca o problema da instalação; e, para ser claro convosco, um certo número de Estados no seio do Conselho não poderia participar neste momento nessas operações de reforço.

Como já referiram diversos oradores, o reforço da MONUC permitiria retirar vantagens do facto de que o seu mandato tem por base o capítulo 7 da Carta dos Direitos Fundamentais; note-se também que a paragem da ofensiva de Nkunda de 29 de Outubro permitiu à MONUC começar a espalhar-se no terreno. As próximas etapas para a missão das Nações Unidas passam por reconfigurá-la com novas tropas de elite, nomeadamente Gurkas indianos, que são esperados este mês. Acrescente-se que temos de juntar 3 mil aos 17 mil homens já no terreno; é esse o sentido das iniciativas que empreendemos em Nova Iorque, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, nestes últimos dias.

Mas, como já foi dito por diversos oradores, não podemos contentar-nos exclusivamente com a situação militar, pois há que privilegiar - perante as atrocidades que, como muitos já recordaram, duram há já tempo de mais - uma solução política, como demonstraram as visitas do Comissário Louis Michel, do Ministro Bernard Kouchner, do Ministro David Miliband, destinadas a relançar os contactos com os protagonistas da região. Temos de privilegiar as negociações conduzidas a nível africano, tanto pela União Africana, como pela SADC ou a Conferência dos Grandes Lagos, com vista ao relançamento dos processos de Goma e Nairobi.

A mais longo prazo, a União deve ajudar a República Democrática do Congo a dotar-se de um verdadeiro exército - actualmente, não existe um verdadeiro exército, o que existe está completamente desorganizado -, que lhe permita garantir a segurança do país, que é imenso e muito difícil de controlar, e evitar o aparecimento de novas crises humanitárias.

Partilho também a opinião daqueles que salientaram que devíamos atacar também as causas do conflito, que foi o que fez o Conselho, em 10 de Novembro, ao apelar para a luta contra a exploração ilegal dos recursos naturais da região, nomeadamente pelos grupos rebeldes. Será que essa tarefa de luta contra a exploração ilegal deve ser confiada à MONUC? A questão fica em aberto, mas, face a uma situação de crise humanitária - como muitos salientaram já -, a prioridade da MONUC deve consistir na protecção das populações civis, e penso que o que é importante - como também já foi dito -, é que deve ser encontrada uma solução a nível regional para a pilhagem dos recursos, a fim de acabar com as fileiras de exploração e exportação desses recursos para os nossos países.

Por fim, noto que devemos, efectivamente, executar as resoluções das Nações Unidas tomadas sobre este assunto.

Eis os elementos complementares que eu queria apresentar à atenção da vossa Assembleia.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, antes de mais creio que os debates mostraram que temos todos a mesma opinião: temos agora de agir muito rapidamente, perante esta situação absolutamente trágica.

No que respeita ao envio de uma força europeia para o Leste da República Democrática do Congo, penso que se tornou evidente que só uma força europeia com o objectivo exclusivo de securizar o espaço humanitário poderia ser, eventualmente, aceite por parte dos países da região. Tratar-se-ia, portanto, de impor a todas as partes em presença no conflito um cessar-fogo humanitário com vista ao encaminhamento da assistência para as populações perto da frente. É exactamente isso que pedem os países dos Grandes Lagos, para quem o cessar-fogo e o encaminhamento da assistência humanitária constituem uma prioridade absolutamente imediata.

A este respeito, indicaram também vias a explorar: a negociação política e, sobretudo - como todos nós afirmámos -, o reforço da MONUC. Ora, apesar de a situação humanitária estar quase a ser progressivamente controlada, alguns Estados-Membros parecem não excluir a eventualidade de uma missão PESC. Todavia, nenhuma decisão definitiva será tomada antes de haver unanimidade europeia sobre este assunto e de o Conselho de Segurança das Nações Unidas se pronunciar oficialmente sobre ele.

No que respeita ao reforço da MONUC, penso que este é absolutamente indispensável, e é essa também a opinião de Louis Michel. A MONUC introduz neste conflito uma abordagem construtiva e objectiva, mas não podemos pedir-lhe nada que não faça parte da sua missão. A MONUC deve manter a paz dentro de um certo âmbito previamente decidido, e não impor a paz a todas as partes através de meios militares. Talvez seja difícil de entender, mas penso que a diferença é bem sensível.

Pelo contrário, é evidente que, para a dimensão do Congo e para a complexidade do problema, a MONUC não se encontra suficientemente dotada - os senhores já o tinham afirmado e é absolutamente verdade -, nem com meios, nem talvez no que respeita ao seu mandato, e, para isso, o pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas de dispor de mais recursos, nomeadamente de 3 mil homens suplementares, justifica-se totalmente.

Além disso, a extensão do mandato da MONUC, nomeadamente no que se refere ao controlo da exploração ilegal dos recursos naturais - que representa, como já disseram, o verdadeiro núcleo da guerra - é muito importante, como muitos já afirmaram também e com razão, para poder possuir um peso efectivo sobre o desenvolvimento do conflito. E, quando a paz regressar, essa questão deverá ser analisada no seio da comunidade internacional.

O exemplo do processo de Kimberley abre seguramente caminhos a explorar nesse sentido e, concretamente, a Comissão já desbloqueou 75 milhões de euros para o programa do Leste do Congo, para a reconstrução das estruturas estatais, como a justiça e a polícia, e para restabelecer o controlo da exploração dos recursos. Esse programa está a ser implementado e espero que se concretizem os primeiros resultados em breve.

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-presidente

Presidente. - Declaro que recebi seis propostas resolução⁽¹⁾, apresentadas nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 20 de Novembro de 2008.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Alessandro Battilocchio (PSE), por escrito. - (IT) A resolução sobre a República do Congo representa um claro compromisso para a União Europeia no que respeita a esta parte do mundo. Desta vez, porém, temos a responsabilidade, tendo em conta a gravidade da crise, de consubstanciar as nossas palavras com actos. A ONU, como sempre, tartamudeia soluções. Que seja a União Europeia a tomar a iniciativa de tentar mediar a paz entre as partes em conflito.

Quero agradecer à Comissão um sinal particularmente importante dado nas últimas semanas na RDC: a atribuição de uma dotação de 75 milhões de euros para um programa que visa reconstruir as estruturas administrativas e governamentais no país, incluindo os sistemas judicial e policial. Este passo é particularmente significativo, porque está a ser dado no presente tendo em vista o futuro e dá início à abordagem do que está no cerne deste conflito: a exploração dos recursos naturais do Congo, actualmente objecto de uma disputa muito dura e sem regras entre os vários grupos em combate.

4. Crises do sector automóvel (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre as crises do sector automóvel.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário Verheugen, Senhoras e Senhores Deputados, a profunda crise que afecta a economia mundial incluiu o sector automóvel europeu no terceiro trimestre deste ano, depois de um desempenho perfeitamente aceitável no segundo trimestre. Todos os grandes mercados mundiais do automóvel foram afectados, mas não com a mesma gravidade.

(1) Ver Acta.

Nos Estados Unidos, as vendas diminuíram 32% num ano, atingindo o nível mais baixo desde há 25 anos. Os três grandes construtores automóveis americanos - a General Motors, a Ford e a Chrysler - pediram ajudas de urgência ao Estado Federal. Os mercados emergentes, que compensavam, até este ano, o recuo das vendas nestes países, foram, também eles, afectados pela crise, mas menos gravemente.

Na China, as vendas recuaram 1,4% em Setembro. É o segundo mês consecutivo de baixa na China, com um recuo de 6,3% em Agosto.

No Brasil, as vendas de automóveis caíram 11% no mês passado, pela primeira vez desde 1999.

Na Rússia, ainda não se pode observar uma quebra no mercado automóvel, embora exista um abrandamento muito claro daquele mercado, que poderá conhecer as primeiras baixas a partir do início do próximo ano.

Assim, podemos constatar que a situação se degrada também nos grandes países emergentes.

Na Europa, as matrículas recuaram perto de 4% entre o início do ano e o passado mês de Agosto. O final do ano poderá revelar-se difícil e o recuo do mercado automóvel será de cerca de 5% durante todo o ano de 2008, o que representará, para este mercado, o pior resultado registado desde 1993.

Em todo o mundo, no entanto, a indústria automóvel está a desenvolver esforços consideráveis para fazer face à crise e tentar encontrar os fundamentos de um novo crescimento. As medidas de diminuição da produção vão ter repercussões negativas no emprego em todas as cadeias de valor, assim como na procura, como poderemos verificar nos próximos dias.

Apesar da conjuntura difícil, os grandes construtores europeus continuarão a ter lucro em 2008, embora o ritmo de progressão das margens tenha, evidentemente, sido reduzido: podem continuar a manter essa situação de lucro graças aos ganhos de produtividade extremamente importantes conseguidos nestes últimos anos. Assim, a posição competitiva da indústria europeia mantém-se relativamente boa - estou a pesar as palavras -, graças a três factores.

Em primeiro lugar, graças ao facto de a indústria europeia estar presente de forma crescente nos países emergentes, que constituem mercados, mas também locais de produção. E é nesses países emergentes que o crescimento, embora tenha desacelerado, como referi há pouco, continua a ser um motor.

O segundo factor é o de que existe uma melhor política de novos modelos, com modelos mais económicos, mais ecológicos e mais próximos da procura dos consumidores.

Por fim, como afirmei antes, dados os ganhos de produtividade realizados anteriormente, a situação financeira da indústria europeia continua ainda relativamente saudável neste momento.

Nesta situação, sobretudo, impõe-se uma política de vigilância destinada a evitar que as ajudas de Estado concedidas a produtores não europeus pelos seus governos falseiem o jogo da concorrência leal no mercado mundial, nomeadamente nos mercados emergentes. Poderiam revelar-se úteis medidas temporárias centradas no apoio aos produtores europeus, com vista, nomeadamente, a melhorar ainda mais o desempenho tecnológico e ecológico do parque automóvel europeu, cujo ambiente regulamentar, como sabemos, em termos de legislação sobre o ambiente, continua a ser o mais exigente do mundo. Foi isso que conduziu os construtores europeus a investirem mais pesadamente do que os seus principais concorrentes americanos na investigação e no desenvolvimento, para fazer face a esses desafios ecológicos.

Não podemos deixar de nos congratular com o facto de a nossa indústria ter assim adquirido um comprimento de avanço no domínio ambiental, embora tenhamos de nos manter vigilantes e de garantir que ela o manterá na prática. A Comissão - vou deixar o Senhor Comissário Verheugen desenvolver este tema - avançará com propostas em 26 de Novembro próximo sobre as medidas europeias de apoio à indústria, nomeadamente, ao sector automóvel. Foi também pedida a participação do Banco Europeu de Investimento (BEI), o qual deverá participar na preparação desse esforço a nível europeu.

Os Estados-Membros devem fornecer-lhe, se necessário, recursos adequados para que ele possa introduzir novos recursos de apoio ao sector automóvel. Os Estados-Membros estão também a pensar em acções nacionais de apoio aos seus construtores. Estes esforços devem ser coordenados, de forma a maximizar a eficácia desses apoios. Como já fez em outros domínios de resposta à crise, a Presidência francesa fará todos os possíveis para obter uma acção comum dos Europeus neste domínio industrial fundamental.

O Conselho Europeu de Dezembro irá debater propostas da Comissão e diferentes planos de apoio nacionais, que deverão poder ser postos em prática até lá. Trata-se, evidentemente, de actuar em perfeita coerência com

os outros objectivos da União. O apoio ao sector automóvel deve processar-se, nomeadamente, no respeito da integridade do mercado interno. Não interessa a ninguém aproveitar a crise para criar distorções no mercado automóvel, e esse apoio tem, evidentemente, de se inscrever claramente no âmbito dos objectivos ambientais que a União definiu no âmbito do pacote energia-clima.

Creio que é nesse sentido que a Comissão está a trabalhar. A Presidência está determinada e favorecer a emergência de um acordo equilibrado entre os diversos Estados-Membros e com o vosso Parlamento Europeu sobre uma ofensiva coordenada de apoio às indústrias automóveis.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. - (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, não surpreenderá que o primeiro impacto que a crise dos mercados financeiros teve na economia real tenha sido no sector automóvel.

O mercado automóvel é especialmente sensível ao comportamento dos consumidores. É claro que, nesta situação, os consumidores que não têm a certeza quanto ao seu próprio futuro económico, que não sabem se no próximo ano ainda terão o seu emprego, se terão o mesmo nível de rendimento ou se ainda terão capital, não vão a correr comprar um carro novo. É um facto conhecido e, provavelmente, uma reacção natural.

No entanto, não é apenas a crise nos mercados financeiros que leva a esta contenção. Existe igualmente incerteza entre os fabricantes e os consumidores relativamente aos requisitos que a política irá definir para o automóvel do futuro. Por exemplo, os consumidores desconhecem se poderão beneficiar de determinados incentivos ou benefícios fiscais se adquirirem ou não adquirirem determinados automóveis. Assim, é necessário que as condições legais do sector sejam esclarecidas o mais rapidamente possível.

A situação é clara. O sector automóvel é um sector chave, se não mesmo o sector chave por excelência para a Europa e envolve mais do que simplesmente o fabrico de automóveis. Temos de olhar para toda a cadeia de abastecimento e para todo o mercado automóvel que, obviamente, também inclui o comércio de veículos e as oficinas. É um sector que, globalmente, emprega 12 milhões de pessoas na Europa e tem um impacto profundo que se estende a outros sectores.

O Presidente do Conselho já descreveu o declínio. Vou apresentar-vos outro dado. Este ano, até ao momento, foram registados na Europa menos 700 000 automóveis novos do que no ano passado. Este dado diz respeito essencialmente a um período de nove meses, o que significa que, no final do ano, o valor terá provavelmente aumentado para mais de um milhão. Estou certo de que facilmente imaginarão as consequências económicas deste facto.

Ainda não existe razão para se esperar que a situação venha a alterar-se rapidamente em 2009. Por outras palavras, temos de partir do princípio que 2009 será igualmente um ano de crise para o sector automóvel, o que terá efeitos significativos na utilização da capacidade, no número de pessoas empregadas e na capacidade dos fabricantes em investir, especialmente em relação a grandes investimentos como os que são necessários para cumprir os requisitos para os veículos pouco poluentes e de baixo consumo.

Esta evolução económica originou também uma evolução extremamente negativa a nível ambiental. Quanto mais envelhecida for a frota automóvel em circulação nas estradas europeias, maior a poluição produzida - e este é um aspecto muito importante a que temos de estar atentos. Se queremos realmente diminuir as emissões poluentes, nomeadamente de CO₂, e esse é o nosso objectivo comum prioritário, um aspecto crucial é a rápida substituição dos carros velhos actualmente em circulação nas estradas europeias.

Já há algum tempo, é exactamente o oposto que se tem verificado. A frota automóvel em circulação nas estradas europeias está cada vez mais envelhecida e as emissões poluentes estão a aumentar. Digo-vos, muito claramente, que se todas as partes envolvidas - o Parlamento, o Conselho e a Comissão - não se concentrarem em tornar os automóveis acessíveis aos consumidores nos próximos anos, esta situação irá continuar a agravar-se.

Já podemos, evidentemente, oferecer automóveis de emissões zero. Só que não são acessíveis a ninguém. Consequentemente, temos de conseguir conjugar todos estes aspectos. Como sabem, dispomos do Processo Cars 21. Uma vez que identificámos a gravidade da situação numa fase muito inicial, convoquei há algumas semanas, em Bruxelas, uma "cimeira automóvel" integrada neste Processo, reunindo os fabricantes automóveis, os Estados-Membros onde os automóveis são fabricados, os sindicatos, as associações ambientais e todas as partes interessadas. Como resultado, ficaram evidentes algumas coisas que necessitamos de fazer.

A primeira é que necessitamos, claramente, de manter as condições legais para esta actividade, estáveis e previsíveis. O sector tem de saber com o que pode contar e quais são as nossas expectativas. Devemos estar vigilantes quanto aos efeitos cumulativos das medidas que tomamos. Parece-me adequado recordá-los que o CO₂ não é o único aspecto a debater quando se trata do sector automóvel.

Já aprovámos o Euro 5 e o Euro 6. No entanto, estas medidas ainda não foram aplicadas e também elas exigem elevados níveis de investimento e tornarão os veículos mais onerosos. Já adoptámos requisitos adicionais relativamente à protecção dos peões, outra necessidade de elevado investimento e que torna os veículos mais onerosos. Já temos actualmente, seguindo o processo legislativo, mais regulamentação rigorosa relativa a melhorias de segurança nos automóveis europeus. O efeito é o mesmo. Se somarmos tudo isto, já podemos ver que os veículos europeus vão registar um aumento claro dos preços durante os próximos anos e temos de ter também isto em consideração.

Em segundo lugar, concordámos que se deve estimular a procura, o que pode ser feito de diferentes formas. Pessoalmente, penso que os incentivos fiscais são um bom instrumento, mas apenas quando estão ligados a aspectos relativos ao CO₂. Incentivos fiscais que apenas levem a que algum carro velho seja comprado têm pouca utilidade. Devem estar ligados ao reforço da procura de automóveis de baixo consumo e ecológicos. O mesmo se aplica aos fornecimentos públicos.

Depois temos a questão da capacidade de investimento. Neste contexto, o Banco Europeu de Investimento disponibiliza há vários anos uma linha de crédito através da qual os fabricantes de automóveis têm acesso a crédito a taxas mais favoráveis para o desenvolvimento de novos veículos ecológicos. Estas linhas de crédito já foram utilizadas nos últimos anos e, como tal, não é nada de novo.

Neste momento, necessitamos de aumentar estas linhas de crédito para podermos dar resposta à procura e o Banco Europeu de Investimento está preparado para o fazer. Estou a partir do princípio que as decisões relevantes terão sido tomadas até ao final de Dezembro.

Por último, gostaria de voltar a referir que temos de assegurar, também através da nossa política comercial, que manteremos a preparação do sector automóvel europeu para enfrentar o futuro. A concorrência será, cada vez mais, transferida para regiões do mundo onde se espera um elevado crescimento. Estaremos a concorrer nessas regiões com fabricantes de outras partes do mundo que operam em condições significativamente mais baratas que os fabricantes europeus.

Que fique bem claro: a grande vantagem dos fabricantes europeus em termos de concorrência global é que, em breve, a Europa já estará a oferecer os veículos mais ecológicos e seguros do mundo e tenho esperança que o mesmo se aplicará à qualidade e que iremos igualmente oferecer os melhores veículos do mundo.

Permitam-me que acrescente algo sobre o problema em apreço, que foi a causa do debate de hoje. Um fabricante automóvel europeu, a Adam Opel GmbH, localizada na Alemanha e que é uma subsidiária a 100% da General Motors, está actualmente numa situação financeira muito preocupante. Existem negociações em curso entre a Opel e o Governo alemão para tentar obter uma garantia do Estado para a resolução dos problemas financeiros da Opel. Estão a ser apresentados sérios argumentos de política estrutural contra esta possibilidade e eu posso compreender esses argumentos, visto que temos uma política industrial que não se baseia em subsídios e que assim continuará a operar. A nossa política industrial europeia visa, por todos os meios, evitar um regresso à antiga lógica dos subsídios e, em substituição, ajudar a indústria a crescer através de condições, previsíveis e estáveis, e a fazer face à concorrência.

O problema da Opel não é, no entanto, causado por um erro de gestão, fraca produção ou má qualidade dos automóveis. Nos últimos anos, esta empresa desenvolveu um esforço especial para cumprir os requisitos do futuro, com elevados níveis de investimentos em tecnologias modernas. O problema surge apenas no seguimento da situação de crise registada na empresa-mãe norte-americana da Opel. Acredito sinceramente que estamos perante circunstâncias extraordinárias, circunstâncias que não se aplicam a outros fabricantes na Europa e que justificam a ponderação de medidas extraordinárias.

Gostaria de insistir que não estamos a falar de subsídios, mas de uma possível garantia. Estamos aqui a falar de uma empresa competitiva. Do ponto de vista da Europa, não temos qualquer interesse em ver a Opel desaparecer do mercado, e não se trata igualmente de um problema apenas alemão. A Opel opera em vários países europeus e tem uma cadeia de abastecimento que se estende por toda a Europa. Esta cadeia de abastecimento está intimamente ligada a todos os outros fabricantes automóveis, o que significa que, se um grande fabricante automóvel europeu desaparecesse do mercado, isso teria igualmente consequências para todos os outros fabricantes. Como referi, não seria do nosso interesse e, do ponto de vista social e político,

não seria justificável dizer que são os empregados da Opel que têm de pagar - e quero deixar isto muito claro - pelos erros graves e irresponsáveis que foram cometidos na empresa-mãe nos Estados Unidos.

(Aplausos)

Veremos então que decisão irão tomar os governos afectados, e utilizo propositadamente a palavra governos, algo que até aqui não tem tido a devida visibilidade pública.

Na Suécia existe, igualmente, um problema com outra subsidiária da General Motors, a Saab, em que os problemas são estruturais e consideravelmente mais graves. Além disso, existe ainda um problema em Espanha, onde está em causa a produção já planeada de um novo veículo ecológico. Da perspectiva europeia, direi que iremos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar os fabricantes europeus a ultrapassarem este período difícil para que possam, também eles, desempenhar o seu papel de verdadeiro motor do crescimento e de postos de trabalho sólidos no futuro.

(Aplausos)

Vito Bonsignore, em nome do Grupo PPE-DE. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estamos a falar do sector industrial na União Europeia que produz um terço dos veículos fabricados no mundo. Na Europa, o sector emprega três milhões de pessoas além de todos os postos de trabalho indirectos que envolve, constituindo uma das principais indústrias do mundo inteiro em termos de vendas directas, de vendas indirectas e do número total de pessoas empregadas.

Consideremos também que hoje, enquanto realizamos este debate, as estimativas mais recentes indicam que, no próximo ano, o número de desempregados em toda a União Europeia irá duplicar. Pessoalmente, penso que mesmo esta estimativa é optimista. Concorro com o Comissário quando diz que o sector automóvel deve ser ajudado, no esforço, por nós requerido, de produzir veículos com baixas emissões e baixo consumo de combustível. Temos de ajudar a mudança, não penalizar aqueles que ficam para trás, e temos de associar o financiamento à inovação. Se ajudar os construtores automóveis a recuperar pode parecer oneroso, a falência de alguns deles custaria à UE muito, muito mais.

O sector está em crise em todo o mundo, e podemos encontrar uma saída para esta situação dando um salto tecnológico - aqui estamos de acordo - e, portanto, temos de escolher entre produzir na Europa automóveis do século XXI ou perder esta actividade industrial para países que se preparam para produzir, em grandes quantidades, automóveis de baixa tecnologia e de baixo custo, como a Índia e a China.

É verdade que, hoje, os bancos já não emprestam dinheiro, que os grandes construtores automóveis estão a esgotar a liquidez que tinham previamente acumulado - e que existia até meados deste ano - e que o mercado sofreu uma grande contracção e acabará 2008 com valores negativos, creio mesmo, Senhor Ministro Jouyet, com uma percentagem perto dos dois dígitos, sendo as minhas previsões para 2009 pessimistas.

A Europa tem uma grande oportunidade: apoiar, sem discriminação, a evolução estrutural do sector com empréstimos bonificados a longo prazo e contribuir para a investigação.

Robert Goebbels, em nome do grupo PSE. - (FR) Senhora Presidente, caros colegas, perante a recessão, os socialistas preconizam uma política solidária e europeia. Tal não é válido apenas para o segredo bancário, mas também para os outros sectores económicos, como, por exemplo, o sector industrial.

Lamentámos muitas vezes a ausência de uma política industrial forte na União Europeia. Há países, como os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha, que deixaram degradar claramente as suas indústrias ao apostarem essencialmente nos serviços. O resultado não é convincente. A Europa tem de bater-se pela manutenção de um tecido industrial alargado, de que dependem afinal as PME e os serviços às empresas.

Na Europa, o sector automóvel não é seguramente um dinossauro, uma espécie votada ao desaparecimento. Partilho integralmente as afirmações do Vice-Presidente Verheugen a este respeito. Detemos um terço da produção automóvel mundial, embora a produção dos veículos tenha declinado recentemente. Os veículos produzidos na Europa devem tornar-se mais limpos e menos consumidores de energia, e não vamos poder, num futuro previsível, passar sem este modo de transporte individual incontornável. Nem mesmo a melhor organização possível dos transportes colectivos conseguirá alguma vez satisfazer a necessidade de mobilidade do ser humano. Por conseguinte, a União Europeia tem de definir uma resposta comum aos problemas do sector, e a resposta não poderá passar, como acaba de dizer o Senhor Comissário Verheugen, por um estrangulamento do sector automóvel europeu. Não quero uma Europa onde só circulassem veículos japoneses ou, amanhã, chineses.

Sei perfeitamente que o discurso politicamente correcto deve dar preferência aos empregos ditos "verdes". Um relatório recente das Nações Unidas estima que o potencial mundial de empregos verdes será de 3% do emprego total. Esses 3% serão bem-vindos. Todavia, a aritmética elementar leva à conclusão de que 97% do emprego não será verde, mas terá, sim, origem nos sectores clássicos. Mais uma razão para nos batermos pela manutenção de um sector automóvel europeu que emprega directamente 2 milhões de pessoas e, indirectamente, 10 milhões de trabalhadores, ou seja, 7% do emprego total europeu.

Quando os Estados Unidos, a China e o Japão investem maciçamente em programas conjunturais, a Europa não pode dar-se ao luxo de assistir, sem reacção, ao desaparecimento de sectores inteiros da sua indústria. Aqueles que nos dizem que temos de deixar o mercado funcionar são ideólogos ingénuos. Sem a intervenção da mão pública, a mão invisível, cara a Adam Smith, prefere o curto prazo e destrói estruturas indispensáveis à construção do nosso futuro comum.

Esperamos da Comissão, Senhora Presidente - e estou a terminar -, um enquadramento europeu pro-activo relativo à manutenção da competitividade e da própria existência do sector automóvel europeu.

(Aplausos)

Jorgo Chatzimarkakis, em nome do Grupo ALDE. - (DE) Senhora Presidente, o Comissário Verheugen ilustrou muitíssimo bem o modo como a crise se propagou dos mercados financeiros para o mercado automóvel. Além disso, a verdade é que a confiança desapareceu e prevalece a incerteza relativamente à futura regulamentação sobre o CO₂. Por isso, só posso apelar aos meus colegas e ao Conselho para que rapidamente cheguem a uma regulamentação clara e fiável no domínio das emissões de CO₂ dos automóveis - partindo do que foi apresentado pela Presidência francesa e pelo qual, Senhor Ministro Jouyet, só posso felicitá-lo.

No entanto, nem o automóvel mais absolutamente ecológico que possamos desejar para a Europa terá qualquer valor se ficar na montra em vez de circular nas estradas. As pessoas não precisam apenas de conduzir um tal automóvel, têm de ter também a capacidade de o pagar. É por isso que defendemos a seguinte abordagem em três fases. Primeiro, colocar novos modelos nas estradas, algo que exige muito investimento em investigação nesta fase, e é por isso que nos congratulamos com o programa do Banco Europeu de Investimento. O ECOFIN reúne-se no dia 2 de Dezembro - esperamos que se tome aí uma decisão que traga fluxos de crédito flexíveis e favoráveis para a indústria automóvel.

Segundo, devem salvaguardar-se as instituições financeiras do sector automóvel. Não é algo que possamos fazer aqui, a nível europeu, é algo que deverá ser incluído nos pacotes nacionais de salvamento que devem manter-se abertos.

Terceiro, temos de ter prémios ao abate na Europa. A Itália assumiu um papel de liderança neste domínio, bem como a Suécia, apesar de não tão marcado quanto o da Itália. Esta é a forma como os incentivos fiscais podem ser utilizados para colocarmos novos modelos nas estradas. Seria bom que não fossem colocados entraves a nível europeu com base na legislação sobre a concorrência. Por esta razão, teria sido bom se a senhora deputada Cruz também estivesse estado presente. Este é o sentido de uma nova via a seguirmos.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. - (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente do Conselho, Senhor Comissário, tal como ontem, tenho de dizer que tenho grandes dúvidas quanto à honestidade com que a Comissão está a conduzir este debate. Em minha opinião, Senhor Comissário, enquanto fundador do grupo estratégico CARS 21, tem, para começar, de assumir a responsabilidade pelo fracasso do grupo em atingir o seu objectivo de colocar a indústria automóvel europeia na via do futuro. O que é que fez efectivamente durante estes últimos anos, para que agora seja preciso utilizar a crise financeira para equilibrar as contas?

Uma coisa é o facto de a indústria automóvel na Europa sofrer de um problema estratégico. No entanto, o não incluir as suas fraquezas estratégicas dos últimos anos, pois é o que foram - a sua incapacidade de dar apoio a inovações ecológicas - na balança, é isso que considero desonesto. Se milhares ou dezenas de milhares de famílias europeias receiam agora pelo futuro dos seus postos de trabalho na indústria automóvel, também a Comissão, o Senhor Comissário e o CARS 21 têm alguma responsabilidade a assumir.

Como é que podemos dizer que a Comissão, e nomeadamente o senhor, Senhor Comissário, não fizeram nada para criar esta situação em que os objectivos estratégicos, que surgiram da volatilidade do preço do petróleo causada pela natureza finita das suas fontes e pelas exigências de protecção do clima, não foram aplicados? Senhor Comissário, durante anos V. Exa. bloqueou as propostas do seu colega, o Senhor Comissário Dimas, relativas à regulamentação do CO₂ para os automóveis. É o senhor que tem o pé no travão relativamente

à definição de um objectivo vinculativo para automóveis eficientes - a conversão para um acordo vinculativo em meados da próxima década de algo que foi acordado voluntariamente em meados da década de 1990. O senhor quer que haja menos inovação ambiental do que aquela que já se esperava em meados dos anos 1990. Ontem, soubemos que o Conselho, sob pressão da Alemanha, ainda não está pronto a subscrever objectivos vinculativos para 2020 que, em todo o caso, ainda estão próximos das da década de 1990.

Para mim, esta duplicidade de critérios, esta desonestidade no debate sobre inovação ambiental, é um escândalo. Apelo a este trólogo para que finalmente cumpram a promessa que fizeram no contexto do debate sobre a inovação na indústria automóvel. Qualquer outra coisa significaria que assumiriam ainda maior responsabilidade pelo fracasso desta indústria, e dos seus fornecedores, em se prepararem para o futuro.

Ilda Figueiredo, em nome do Grupo GUE/NGL. - A crise da indústria automóvel tem causas diversas, mas certamente que uma das mais importantes é a baixa do poder de compra da maioria da população, consequência dos seus baixos rendimentos, designadamente dos salários, do trabalho precário e do desemprego.

Assim, uma das medidas mais eficazes seria o aumento dos rendimentos salariais através de uma distribuição justa do rendimento. Mas naturalmente que no imediato outras medidas se impõem. É que a quebra de produção das marcas automóveis tem repercussões em muitos outros sectores de actividade, incluindo nas diversas indústrias de componentes e nos próprios transportes, o que pode agravar toda a situação económica e social.

Assim, tal como houve medidas excepcionais para o sector financeiro, impõem-se medidas excepcionais para o sector automóvel de forma a salvaguardar o emprego. Não se pode admitir que a defesa da produção e do emprego não mereçam a mesma importância do sector financeiro. É necessário que haja a solidariedade necessária para apoiar a indústria na União Europeia, sobretudo nas economias e sectores mais frágeis.

Em Portugal, esta situação é preocupante, já que o sector está muito dependente da estratégia das multinacionais. Nos últimos anos registaram-se várias deslocalizações, seja na produção de automóveis, o caso da Opel e da Renault, seja de componentes, de que se destacam os casos da Yazaki Saltano e da Lear, além da ameaça de diminuição do emprego que se regista noutras, como na Sunviauto e na Delphi e em centenas de micro e pequenas empresas afectadas pela situação.

Em certos casos, há paragens de alguns dias de produção, como na Autoeuropa em Palmela, e na fábrica de componentes da Renault em Cacia, Aveiro, com o argumento da falta de encomendas. Com menos automóveis e menos componentes a entrar e a sair, o transporte de mercadorias é também afectado.

Por isso, Sr. Comissário, Sr. Presidente do Conselho, é essencial que haja um apoio extraordinário da União Europeia para apoiar a produção industrial e salvaguardar o emprego com direitos.

Andreas Mölzer (NI). - (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, os sinais da crise na indústria automóvel, como as primeiras quebras nas encomendas, não foram, provavelmente, levados suficientemente a sério. Inicialmente, talvez esperássemos que só fossem afectados os veículos americanos de elevadíssimo consumo. Qualquer pessoa que tenha falado com os concessionários automóveis sabe que já há meses tem havido igualmente dificuldade na venda de automóveis a gásóleo na UE.

Como tal, a União Europeia não deverá ficar surpreendida com o crescendo de problemas, uma vez que contribuiu voluntariamente para provocar a queda de um sector em tempos florescente através, por exemplo, da avalanche de regulamentação que foi lançada na indústria automóvel. As empresas necessitam de uma base jurídica estável e previsível que lhes permita elaborar planos. Se a UE altera constantemente as regras, talvez acabe por levar todas as indústrias à ruína. Tal como não devemos esquecer o aumento contínuo do imposto sobre o gásóleo e, recentemente, a aventura dos biocombustíveis.

Assim, para resolver esta crise, não será suficiente que a UE liberte o crédito previsto de 40 mil milhões de euros. A União tem de criar condições previsíveis para o comércio no futuro que permitam o planeamento, e tem de o fazer para todos os sectores.

Werner Langen (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, gostaria uma vez mais de sublinhar a importância da indústria automóvel com os seus 12 milhões de empregos directos e indirectos e a sua posição de líder tecnológico mundial do sector. Temos de lembrar - o Senhor Comissário Verheugen e outros fizeram-no - que a indústria automóvel depende naturalmente do estado da economia e do preço do petróleo e que o comportamento dos consumidores regista uma perda acentuada de confiança em tempos de crise dos mercados financeiros. Este é o problema principal da indústria automóvel. A concorrência é cerrada e não

pode ser possível que uma empresa - ou mesmo um Estado-Membro - aplique medidas que distorçam a concorrência sem que a Comissão Europeia actue para prevenir essa mesma distorção.

Digo isto à laia de introdução. Como tal, as propostas de criar um pacote económico de incentivo à escala europeia são tão contraproducentes quanto as propostas individuais de colocar um escudo protector à volta de toda a indústria automóvel. Penso que a via correcta é a da promoção da investigação e do desenvolvimento de veículos pouco poluentes, seja através do programa de investigação seja através de créditos, tal como proposto pela Comissão. Penso que é necessário assegurar que não seja igualmente permitido que os auxílios a nível dos Estados-Membros levem a distorções da concorrência. Além disso estou também absolutamente convencido de que não devemos alterar a política de concorrência, tal como li em propostas recentes, inclusive de fontes proeminentes desta Assembleia.

A Comissão está certa quando aplica as regras de concorrência de forma rigorosa. Direi, contudo, que é possível que necessitemos de encontrar soluções europeias transitórias - mas não subsídios de longo prazo - para erros de gestão semelhantes aos que afectaram a GM nos Estados Unidos e as suas subsidiárias, e que tais soluções devem estar sujeitas à legislação sobre concorrência. Só desta forma é que podemos garantir o emprego a longo prazo neste sector e, diria ainda, que o melhor incentivo seria adiar uma política adequada para os automóveis no contexto das alterações climáticas, tornar os automóveis acessíveis, tal como foi dito, e não fazer exigências excessivas. Só posso descrever o que a senhora deputada Harms disse neste âmbito como estando completamente fora da realidade da situação.

Matthias Groote (PSE). - (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, a verdade é que a indústria automóvel está em crise e por várias razões. A crise financeira veio, nomeadamente, acelerar a crise neste sector e, actualmente, os Estados-Membros estão a elaborar soluções.

A indústria automóvel europeia é uma indústria chave. Por isso, necessitamos de soluções europeias para que esta indústria chave europeia vença a presente crise. Praticamente todos os fabricantes de automóveis têm estruturas europeias. Para poderem efectuar o investimento necessário em veículos ecológicos - como foi referido repetidamente hoje - e em tecnologias de baixo consumo, os fabricantes de automóveis necessitam de garantias públicas ou de crédito a taxas reduzidas do Banco Europeu de Investimento. Além disso, e isto é muito importante, os fornecedores não podem ser esquecidos em tudo isto. A indústria de fornecimento engloba pequenas e médias empresas onde se cria emprego e inovação.

No entanto, o que pode fazer a União Europeia para proteger esta indústria chave? No último período de sessões plenárias, o Presidente do Conselho sugeriu que se protegessem as indústrias chave. A mim, parece-me uma boa ideia, porque se a levarmos à sua conclusão lógica significa uma "Lei Volkswagen" para toda a indústria automóvel europeia. Isso será certamente um bom instrumento. No entanto, a Comissão Europeia está actualmente a lutar contra este instrumento de protecção. Consequentemente, perguntaria o seguinte à Comissão: vai manter a má vontade apesar da crise na indústria automóvel, ou alterará o seu rumo perante a actual crise?

Sophia in't Veld (ALDE). - (NL) Senhora Presidente, é significativo que o Comissário europeu responsável pelas Empresas e Indústria se encontre aqui presente, mas não a Senhora Comissária responsável pela Concorrência. Tenho importantes reservas quanto a ajudar a indústria automóvel. Muito embora o problema seja inegavelmente muito grave, por que motivo apoiar a indústria automóvel e não outros sectores? É possível que os problemas tenham sido exacerbados, mas certamente não causados pela contracção do crédito, pelo que a ajuda estatal não deve ser prémio de mau comportamento. Embora o Tratado UE tenha em conta a ajuda de emergência, não devíamos utilizar o dinheiro dos impostos - que, no fim de contas, é pago pelo público - para manter em pé indústrias em má situação, nem esquecer que, recentemente, já se investiram enormes quantias de dinheiro na salvação de construtores de veículos automóveis - e nem sempre com êxito, devo acrescentar.

Enquanto temos uma responsabilidade a curto prazo relativamente a postos de trabalho que se encontram em perigo, também temos a responsabilidade a longo prazo de deixar para trás uma economia saudável, um ambiente saudável, bem como finanças públicas saudáveis para as futuras gerações. Considero um pouco injusto que, durante anos, não tenha havido dinheiro para a saúde, a educação, estruturas de acolhimento de crianças ou para o ambiente, e que agora nos peçam que injectemos milhares de milhões na indústria automóvel para a salvar da catástrofe. No caso de concessão de ajuda, devia haver condições rigorosas quanto ao que a indústria automóvel deve fazer em troca sob a forma de reestruturação, o que devia aplicar-se apenas a actividades inovadoras, orientadas para o futuro, e benéficas para o ambiente, porque, de facto, embora

ajuda estatal possa salvar empresas, também pode arruinar outras em consequência de distorções da concorrência.

Jean-Paul Gauzès (PPE-DE). - (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, caros colegas, como já foi dito e repetido, a indústria automóvel representa, directa ou indirectamente, 12 milhões de empregos na União Europeia; são 10% do PIB europeu. A indústria automóvel está actualmente confrontada com uma grave crise: a quebra do mercado interno é da ordem dos 15%, e poderá atingir os 17% a 20% nos últimos trimestres de 2008.

Os resultados dos construtores estão em queda. Neste contexto, a falta de liquidez torna-se o principal risco para esta indústria. Por conseguinte, os construtores diminuem a sua produção e tentam reduzir os custos estruturais. O emprego é a primeira vítima da crise.

Como o senhor disse, Senhor Presidente, perante esta crise, a resposta deve ser coordenada entre a Europa e os Estados-Membros, nomeadamente os Estados directamente envolvidos. O apoio financeiro previsto do BEI é necessário.

Subscrevo, como é evidente, as vossas propostas. Trata-se, antes de mais, de apoiar o investimento, nomeadamente o investimento na concepção e na realização de veículos limpos, híbridos e eléctricos. Trata-se também de apoiar o mercado através de um incentivo financeiro à renovação do parque. Como afirmou o Comissário, os veículos antigos são responsáveis por uma parte importante da poluição gerada pelos automóveis.

Mas temos também de pôr em prática um quadro regulamentar estável e ambicioso, mas realista. Os objectivos relativos à redução das emissões de CO₂ devem ser mantidos, as indústrias dedicaram-lhes e dedicam-lhes importantes meios, mas o realismo deve conduzir a uma moderação das penalidades em caso de tais objectivos não serem alcançados. Penalidades excessivas acabariam com os construtores generalistas.

Não esqueçamos que a indústria automóvel é aquela sobre a qual pesam as exigências ecológicas mais fortes.

Por fim, nas actuais circunstâncias, seria prejudicial aos construtores atentarmos contra a protecção de que beneficiam as peças exteriores da carroçaria.

Monica Giuntini (PSE). - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, considero muito oportuno este debate sobre um dos sectores mais críticos da economia europeia.

A situação da economia mundial está a agravar-se drasticamente e o já negativo contexto para a indústria automóvel em Itália e na Europa está também a deteriorar-se. O Senhor Ministro recordou há pouco os dados; houve uma forte queda de 5% nas vendas em 2008. A Itália registou uma queda superior a 18% só no mês de Outubro, o que constitui o pior desempenho desde há mais de dez anos no sector.

É, pois, uma crise que afecta todos os mais importantes mercados europeus, mas gostaria de salientar que não é apenas o sector da produção automóvel que está a sentir os efeitos da crise, mas a toda a cadeia de abastecimento, com um impacto particularmente negativo em empresas especializadas na produção de componentes para automóveis.

Como já foi referido, a crise atinge todo o sector e, meramente a título de exemplo, mencionarei a situação em Itália, na costa da Toscana, onde nos últimos meses, na sequência de processos de deslocalização, se registou um recurso maciço ao fundo de garantia salarial, imposto a centenas de trabalhadores, bem como ao despedimento de trabalhadores com contratos temporários. Um exemplo, entre muitos, dá-nos uma ideia da excepcional gravidade da situação: o do grupo Delfi, cujos trabalhadores dependem do fundo de garantia salarial há dois anos e meio. São necessárias medidas urgentes para a sua recolocação, a começar pelos esforços iniciados pelos organismos do governo local.

É agora evidente, contudo, que há uma parcial incapacidade da parte das instituições nacionais, regionais e locais, e daí a necessidade de um forte empenho e de uma forte intervenção por parte da Europa, que também passa por confrontar as multinacionais com os problemas das deslocalizações e, consequentemente, a necessidade de adoptar a nível europeu medidas destinadas a conter a crise, a fim de evitar o impacto no plano social e do emprego.

Gianluca Susta (ALDE). - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise financeira está a ensinar-nos que precisamos de voltar à economia real e que, por conseguinte, temos de ajudar ao

relançamento da indústria europeia, sobretudo num momento em que os EUA, sob a liderança de Barack Obama, se preparam para alterar, em certa medida, as relações económicas a nível mundial.

Não se deve falar de auxílios de Estado, mas devemos reforçar a nossa indústria em três domínios: a reciclagem, que deve ser entendida da mesma forma em toda a Europa, a reorientação da produção para os sectores inovadores e também a prestação de informação aos consumidores e uma acção importante no âmbito da Organização Mundial do Comércio para reequilibrar as barreiras aduaneiras, sobretudo nas relações entre a União Europeia e o Extremo Oriente.

Além disso, não devemos esquecer os investimentos na investigação neste sector e também em grandes infra-estruturas, sejam materiais ou imateriais. Temos de jogar um jogo justo no mundo. Hoje as regras estão a ser alteradas, e devemos aproveitar as conclusões do G20 para restabelecer um ponto de partida igual.

Gunnar Hökmark (PPE-DE). - (SV) Senhora Presidente, empregos é o que é importante agora em toda a Europa. O que estamos a ver na indústria automóvel é um desafio industrial que é também característico de outras partes da economia europeia. O que não se pode permitir que aconteça agora é termos uma situação na qual a ajuda estatal prejudica o emprego em empresas num país, mas estimula-o noutra. Não podemos ter uma ajuda estatal que vai saldar-se em prejuízo da indústria numa dada zona e no seu benefício noutra, pois isso conduziria ao desemprego e a uma perda de postos de trabalho que se estenderia gradualmente a toda a Europa. Não podemos ter uma ajuda estatal que torna as coisas mais difíceis para as empresas vigorosas e mantém à tona de água outras que já não conseguem sobreviver sozinhas. O problema da indústria automóvel é um problema de longo prazo, que observámos mais claramente nesta crise financeira, mas onde assistimos, há muito tempo, a perdas em grande escala e à contracção da procura em todo o mundo, bem como a excesso de capacidade.

O que é importante agora, sobretudo, é garantir que exista procura na Europa. Isto significa cortes fiscais de modo a tornar possível a existência de procura, por parte das famílias europeias, dos produtos que são produzidos aqui. Significa assegurar que a indústria europeia é capaz de, em área após área, ser líder em termos de tecnologia e desenvolvimento, bem como também nos sectores ambiental e energético. É aqui que se devem centrar os esforços públicos.

No entanto, significa também abrir caminho para que a indústria automóvel europeia seja um actor global. Isto significa garantir que possamos ter um comércio livre e aberto em que a indústria automóvel europeia tenha acesso aos mercados mundiais. Por conseguinte, é importante ter presente que aqueles que hoje põem obstáculos ao comércio livre e ao progresso na Ronda de Doha estão, na realidade, a pôr entraves às oportunidades de crescimento da indústria automóvel europeia nos grandes mercados do futuro.

Patrizia Toia (ALDE). - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, face à crise gravíssima que afecta o sector automóvel, dos EUA ao nosso continente, a Europa tem uma escolha muito clara: ou permanecer inactiva e observar este colapso na procura e na produção, cujos efeitos nem sequer podemos calcular hoje, em nome de uma coerência abstracta com um modelo teórico de liberalismo de mercado, com total respeito pela concorrência, como alguns disseram hoje aqui, ou assumir as suas responsabilidades para enfrentar adequadamente a situação.

Escolhemos a segunda opção e exortamos a Comissão e o Conselho a mostrarem capacidade de decisão e determinação. Apreciamos as palavras do Comissário Verheugen e esperamos que nenhum dos seus colegas o refreie demasiado nesta determinação. É uma situação excepcional que requer respostas excepcionais.

Por outro lado, Senhoras e Senhores Deputados, a crise financeira revelou-nos algumas acções da parte das autoridades políticas e económicas, que fizeram escolhas em termos de conduta e de investimento de recursos públicos que, até há poucos meses, teriam sido impensáveis. A nossa acção, porém - e vou concluir -, deve ser selectiva, conciliar a estratégia com a urgência, e deve incentivar, tanto através de empréstimos mais atractivos como do apoio à procura, uma reorientação selectiva no sentido de uma produção ambientalmente mais sustentável.

Martin Callanan (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, em minha opinião, a indústria automóvel europeia revelou, nos últimos anos, uma notável capacidade de resistência, que lhe permitiu enfrentar algumas condições económicas extremamente adversas e adaptar-se a uma verdadeira avalanche de legislação comunitária. Os nossos fabricantes de automóveis são líderes mundiais no que respeita a consciência ambiental, normas técnicas e inovação. É um desempenho que merece ser apoiado, e não sabotado. Estou particularmente orgulhoso da indústria automóvel do Reino Unido e, se mo permitem, gostaria de fazer

aqui uma menção publicitária à fábrica da Nissan localizada na minha região do nordeste de Inglaterra, que é a fábrica automóvel mais produtiva na Europa.

Ninguém discute a importância da protecção do ambiente, mas temo bastante que a ânsia de comprovar as nossas credenciais ecológicas nos leve, por vezes, a correr o risco de destruir uma indústria muito importante e bem-sucedida. Já se verifica uma quebra de vendas muito significativa no Reino Unido. No último mês, as vendas baixaram 23%. Em vez de impormos um calendário de mudança na indústria muito rígido e inflexível, devemos procurar apoiá-la e incentivá-la a levar a cabo as mudanças necessárias para viabilizar o seu futuro. Se apoiarmos politicamente a indústria automóvel – e as indústrias que a fornecem, designadamente as de componentes – podemos ajudá-la a superar este período difícil.

Espero que a Comissão mantenha uma apertada vigilância em relação a Estados-Membros que ultrapassem os limites dos auxílios estatais aos fabricantes de automóveis. A história dos apoios estatais à indústria automóvel da Grã-Bretanha é muito longa e infeliz. Conseguimos pôr-lhe termo na década de 1980. Espero que não regressemos a ela; se injectarmos grandes somas de dinheiro público na indústria automóvel, o que teremos de fazer em relação à indústria da construção civil, à indústria dos materiais de construção e à indústria alimentar? Todas as indústrias estão a sentir dificuldades, e temos de ser extremamente cautelosos com o tão requisitado dinheiro dos contribuintes, para que a indústria automóvel não seja demasiado privilegiada. Isso não deu bons resultados no passado nem os daria no futuro. Espero que a Comissão mantenha apertada vigilância e esteja atenta aos Estados-Membros incumpridores que possam ser tentados a seguir por essa via votada ao fracasso.

Ivo Belet (PPE-DE). - (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, como foi dito anteriormente, a indústria automóvel é um sector vital. Na realidade, é um sector-chave para a economia europeia, proporcionando, como proporciona, emprego a 12 milhões de pessoas, o que é muitíssimo. Creio, portanto, que empréstimos baratos para este sector-chave são mais do que justificados. Todavia, este dinheiro fresco devia, obviamente, ser investido em novas tecnologias, favoráveis ao ambiente. Podemos esperar que os fabricantes europeus de automóveis unam ainda mais as suas forças quando se tratar do desenvolvimento de novas tecnologias, por exemplo para criar baterias de alto rendimento para automóveis eléctricos a preços acessíveis.

Temos de reconhecer, além disso, que a própria Europa também tem cometido a sua quota de erros. Possivelmente, investimos demasiado em hidrogénio, ao passo que agora temos necessidade de motores eléctricos híbridos a muito curto prazo. Esse o motivo por que talvez devêssemos ajustar as nossas prioridades e os nossos projectos, particularmente no contexto do Sétimo Programa-Quadro para a Investigação e o Desenvolvimento. A nossa ambição devia ser - e, de facto, porque não? - ter todos os novos carros na Europa a funcionar a electricidade, híbridos ou não, em 2020. Porque havia de não ser possível? Para o conseguirmos, temos necessidade de uma mudança imediata, o que significa a necessidade de também investirmos na formação dos trabalhadores envolvidos. Estamos a contar com que o Senhor Comissário concorde que a ajuda para a formação profissional dos trabalhadores é um investimento justificado, orientado para o futuro, e como tal considerado. Além disso, vários fabricantes, incluindo a Ford em Genk e a Opel em Antuérpia, já estão a investir e a fazer enormes esforços, inclusive em benefício de grupos vulneráveis do mercado de trabalho. Em minha opinião, justifica-se o encorajamento e a recompensa da política deste tipo.

Finalmente, a legislação em matéria de CO₂, que iremos aprovar nas semanas mais próximas, constitui a oportunidade perfeita para sermos ambiciosos. As crises criam, invariavelmente, oportunidades. Actualmente, temos de fazer um esforço conjunto para criar estes automóveis de nova geração. Se agora perseverarmos, a União Europeia irá dominar este mercado nas próximas décadas. Daí este apelo aos fabricantes europeus para que abandonem as trincheiras e passem à ofensiva.

Pierre Pribetich (PSE). - (FR) Senhora Presidente, qual deve ser a estratégia para ultrapassar esta crise? A constatação está feita, está presente, a crise afecta agora todos os construtores e, paralelamente, os 12 milhões de cidadãos europeus assalariados que trabalham na indústria automóvel.

Devemos pensar, antes de mais, nos trabalhadores e nas suas famílias, são eles que devemos proteger em primeiro lugar, respondendo a esta pergunta lancinante: que estratégia para ultrapassar esta crise?

Uma política industrial solidária, estruturada, a médio e longo prazos, um *new car deal*, uma resposta coordenada entre os Estados e a União, à altura da situação, rápida e eficaz.

Estou a ouvir, neste recinto, ressurgirem os velhos dogmas do liberalismo ultrapassado: não à ajuda, não às subvenções, sim à concorrência, toda a concorrência. Caros colegas, a hora é de regulação, de acção pública.

Assim, precisamos de um *new car deal*, de um plano ambicioso e inteligente para a indústria automóvel. Em primeiro lugar, para salvaguardar o emprego e desenvolver o emprego na Europa, apoiar a formação. Em seguida, para acelerar a mutação tecnológica das empresas para o alvo dos veículos limpos e inteligentes, com a vontade de relançar a procura, facilitando a renovação do parque dos veículos antigos, geradores de poluição, com a criação de um bónus ecológico europeu.

Em resumo, a Europa deve agir, não deve ficar-se sem resposta, não deve ficar-se sem voz e sem acção. Há que agir, agir com inteligência para acompanhar essa transformação.

Dumitru Oprea (PPE-DE). - (RO) Estamos a viver num mundo em que passámos de uma situação em que nos deslocávamos usando um cavalo por pessoa para outra em que o fazemos com potências de dezenas ou centenas de cavalos. Carros com 4 e 5 lugares transportam uma só pessoa em mais de 75% das vezes. Há mais de cem anos que gastam 7.5 litros de combustível por 100 quilómetros. Os problemas fundamentais que se põem à humanidade são problemas respeitantes ao comportamento e à poluição. Deste modo, precisamos de pensar nos carros, e usá-los, de forma diferente. Eles têm de ser muito mais pequenos, bastante seguros, verdes, gastando poucos litros aos 100 quilómetros e a preços que permitam que o comportamento humano seja controlado no futuro.

Ieke van den Burg (PSE). - (NL) Senhora Presidente, com todas as merecidas críticas à indústria automóvel e à forma como a Comissão actuou, não nos resta outra opção que não seja prestar atenção à indústria automóvel, porque, tal como o sector da construção para habitação, está a sofrer um declínio dramático. Todos os sinais de alarme são evidentes, pelo que temos de actuar a tempo, a curto prazo e de forma orientada.

Gostaria de realçar três coisas: isto não devia envolver apenas os construtores de veículos automóveis, mas também os fornecedores e as empresas financiadoras. O exercício de reestruturação devia concentrar-se em veículos mais limpos e mais económicos, necessitando certos aspectos de coordenação a nível europeu. Devemos desencorajar os Estados-Membros de actuarem isoladamente, o que poderia exacerbar os problemas nos países vizinhos. Isto é particularmente importante no que diz respeito aos fornecedores, uma vez que trabalham a nível transfronteiriço. Operando no mercado interno, deviam poder gozar de igual modo dessas medidas, e não apenas a nível nacional. Estas condições de concorrência equitativas deviam ser controladas de perto pela Comissão Europeia. Como tal, apoio o papel que, neste contexto, foi atribuído à Direcção-Geral da Concorrência.

Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE). - (FR) Senhora Presidente, após termos pago para salvar os bancos, temos agora de salvar o automóvel, e sempre, evidentemente, com os dinheiros públicos. Há mais de dez anos, no entanto, que alertamos o sector automóvel para as consequências das emissões de CO₂ sobre a saúde pública. Há mais de dez anos que lhe pedimos que construa veículos limpos. Há mais de dez anos que faz orelhas moucas e que resiste com o poderoso *lobby* do automóvel, travando toda e qualquer evolução. Ainda recentemente, Senhor Comissário - e o senhor está bem colocado para o saber -, resistiu aqui, no seio deste recinto, contra o "CARS21" para não reduzir as emissões abaixo dos 130 gramas.

No entanto, após lucros consideráveis, não reinvestidos na reestruturação industrial, a crise financeira torna-se a excelente desculpa para reclamar ajudas públicas e despedir sem controlo. Será o consumidor, mais uma vez, o bobó da festa? Com efeito, terá de pagar para poder obter no mercado um veículo limpo, sem qualquer garantia de ser mais barato, como é o caso actualmente.

Assim, é noutro sentido que devemos orientar a indústria automóvel, para evitar as falências futuras, pois temos de preparar o pós-veículo.

Kurt Joachim Lauk (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, antes de mais, constatamos que os mercados europeus menos sujeitos a quedas são os que dispõem de um contexto regulamentar claro no domínio da legislação sobre a tributação do CO₂ e do que se espera dos fabricantes de automóveis. Senhor Ministro Jouyet, se a sua Presidência conseguisse obrigar os Estados-Membros a criarem um contexto regulamentar claro, o mais rapidamente possível, até o consumidor recuperaria a confiança. Essa seria a melhor ajuda para a indústria automóvel.

Há outra coisa que deveríamos fazer. Neste momento, não deveríamos estar a falar de subsídios de milhares de milhões enquanto, simultaneamente, ameaçamos a indústria automóvel com multas que atingem milhares de milhões se os objectivos não forem cumpridos. Não faz sentido. Cria um nível elevadíssimo de incerteza e torna os veículos mais caros para os consumidores. É preciso agir de outra forma, é preciso criar uma visão e anunciar que, até ao final da década de 1920, 20, 20, 25 ou 30% dos automóveis deverão ser de emissões

zero. Isso desencadearia a inovação, colocando-a na linha da frente, ao mesmo tempo que traria clareza aos consumidores quanto à estratégia futura da indústria automóvel na Europa.

Inés Ayala Sender (PSE). - (ES) Senhora Presidente, na actual situação económica, é de agradecer os louváveis esforços da Presidência francesa e do Comissário para a Indústria, o Senhor Verheugen. Contudo, precisamos de mais e urgentemente. Precisamos também de não ouvir vozes discordantes entre os Comissários responsáveis pela Indústria e pela Concorrência.

O sector automóvel, que significa fabricantes, auxiliares, distribuidoras e financeiras, precisa de um plano de ajuda multifacetado, urgente e audacioso. As pessoas não entenderão o pudor e as reticências no momento de decidir sobre as ajudas necessárias ao sector automóvel, dado o emprego directo, massivo e de qualidade que comporta, em especial se compararmos com a diligência demonstrada na ajuda ao sector financeiro, em que os erros mais graves foram encarados com benevolência.

Não o entenderão os trabalhadores da Opel de Figueruelas, em Saragoça, que acompanharam e apoiaram o futuro da sua empresa em Espanha e na Alemanha, e não o entenderão o governo de Aragão ou o espanhol que estão a aplicar todas as suas capacidades de investimento e contam com a cooperação e a liderança da União Europeia.

Precisamos de um plano rápido e audaz que ajude a substituir a curto prazo a frota automóvel europeia por automóveis mais seguros e ecológicos. Precisamos de um "*Plan Renove*" europeu ou plano de renovação, a partir de Dezembro, que incentive desde o investimento directo até ao consumo.

Os fabricantes europeus de automóveis, bem como as empresas auxiliares, distribuidoras e financeiras do sector também precisam de ajuda e garantias. Seria igualmente útil um acordo rápido, simples, lógico sobre os veículos no que se refere ao dossiê das emissões.

Gabriele Albertini (PPE-DE). - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o presidente do Eurogrupo e Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Sr. Jean-Claude Juncker, afirmou que precisamos de uma estratégia europeia para salvar a indústria automóvel em resposta ao plano de salvamento anunciado pelos Estados Unidos. Estou plenamente de acordo com o que foi dito e espero que tal venha a verificar-se.

Na próxima reunião dos Ministros das Finanças dos Estados-Membros, o Banco Europeu de Investimento vai propor um aumento do volume de empréstimos de 20 e 30% em 2009 e 2010, respectivamente, num montante de 10-15 mil milhões de euros por ano para a indústria automóvel, uma decisão que é extremamente oportuna. Alguns Estados-Membros já intervieram autonomamente: o Governo alemão, por exemplo, apresentou no início do mês um plano de ajuda à economia, com o propósito de gerar novos investimentos no montante de 50 mil milhões durante o próximo ano. Entre os sectores principalmente interessados está a indústria automóvel.

Espero que a Comissão Europeia faça o mesmo, agindo colegialmente. As ajudas ao sector devem ser investidas no interior da União Europeia, devendo, portanto, destinar-se às empresas que não deslocalizam a sua produção. Dadas as circunstâncias, qualquer decisão de conceder ajudas a favor das empresas é extremamente bem-vinda e deve ter por principal objectivo reforçar o emprego e estimular o investimento na Europa.

Dorette Corbey (PSE). - (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, na realidade, concordo com os comentários efectuados pela senhora deputada Harms. O apoio que é necessário para a indústria automóvel é, de facto, símbolo de uma política industrial fracassada. Durante anos, falou-se da necessidade de preparar a indústria automóvel para o século XXI, coisa que, no fim de contas, se não fez. Uma e outra vez, a indústria automóvel fez ouvidos de mercador aos apelos à construção de veículos automóveis mais limpos e mais económicos. No fim de contas, isso não teve qualquer resultado. A indústria automóvel não fez o que quer que fosse de inovador para apresentar carros com menos emissões de CO₂ e, não obstante, aí está o seu grupo de pressão para suavizar as exigências feitas à indústria automóvel em matéria de CO₂, o que é absolutamente escandaloso!

A questão é: e a partir de aqui? Penso que podemos continuar a apoiar a indústria automóvel, mas que a esse apoio devem ser associados requisitos rigorosos, e que verdadeiro apoio devia ser dado apenas a veículos automóveis eléctricos, a todo um programa que tornasse possível a electrificação da indústria e, evidentemente, à reciclagem dos trabalhadores. No fim de contas, é extremamente importante que os trabalhadores da indústria automóvel tenham um futuro. Eles jamais deviam ser esquecidos.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. - (FR) Senhora Presidente, obrigado a todos os intervenientes, foi um debate extremamente rico sobre este importante tema, e partilho, tal como a Presidência, o sentimento expresso pela maioria de vós, a saber, que temos absolutamente de assumir as nossas responsabilidades para fazer face a uma situação excepcional que afecta uma indústria estruturante: os senhores recordaram os números, 12 milhões de empregos na União Europeia e uma indústria afectada pela crise financeira, devido à parte do crédito ao consumo, que constitui a marca de fábrica desta indústria.

Além disso, é uma indústria que tem de fazer face a desafios ecológicos sem igual; que se tenham atrasado é uma coisa, que não tenham de recuperar esse atraso é outra, neste momento em que estamos também empenhados no pacote energia-clima e que se trata de um dos principais desafios que a União Europeia tem de enfrentar.

Assim, a situação é excepcional, e a resposta europeia, na opinião da Presidência, deve estar à altura dos desafios. Essa resposta deve ter em conta três factores.

Primeiro factor: o que estão a fazer os nossos parceiros dos países terceiros. Há que preservar a competitividade da indústria europeia. Segundo factor, há que preservar os grandes objectivos da União Europeia: as propostas da Comissão terão de permitir atingir os objectivos do pacote energia-clima que todos conhecem; quanto ao CO₂, automóvel, penso que estamos próximos de um acordo, que está agora ao alcance da mão no âmbito dos procedimentos que associam a vossa Assembleia, a Comissão e o Conselho.

Terceiro factor: há ainda que respeitar a integridade do mercado interno; a transparência, a igualdade de tratamento e a coordenação são essenciais, não excluindo minimamente, em circunstâncias como as que vivemos neste momento, apoios temporários concentrados, determinados e concedidos com base em compromissos assumidos também pelo sector automóvel.

Tomo nota das pistas enunciadas pelo Comissário Verheugen, que me parecem boas e que a Presidência apoia, através quer de empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI) aos investimentos verdes mais importantes, quer de incentivos fiscais destinados a tornar a procura automóvel mais compatível com as exigências do ambiente, a renovar também um parque que está a envelhecer e a afastar-se, por conseguinte, das prescrições em matéria de ambiente, a reduzir o custo dos veículos automóveis, o que me parece também um objectivo importante, e a orientar-se para veículos mais económicos. Por fim, estando perante situações de urgência, parece-me não menos importante, neste sector, desenvolver garantias públicas.

Parece-me também necessário dispor de incentivos com vista a desenvolver a formação e, em certos casos, a reconversão, pois, nas próximas semanas e nos primeiros meses de 2009, podemos esperar, infelizmente, uma situação ainda mais difícil.

Assim, tudo o que é proposto pelo Comissário Verheugen parece-me apontar no bom sentido, pelo que o apoiaremos. Agora é uma questão de tempo, temos de agir depressa, e retenho também a ideia expressa pelo senhor deputado Goebbels de um enquadramento europeu estável e ofensivo, destinado a preservar a indispensável competitividade desta indústria.

Günter Verheugen, *Vice-Presidente da Comissão*. - (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é uma pena que a senhora deputada Harms já não esteja presente. Depois de um ataque tão pouco ortodoxo - a raiar a difamação -, teria sido correcto permitir-me a possibilidade de lhe responder. Irei agora fazê-lo por escrito. No entanto, em nome da Comissão, rejeito com a mais absoluta veemência as alegações da senhora deputada Harms, no estilo e no conteúdo.

(Aplausos)

É inaceitável.

Quanto ao tema propriamente dito, a indústria automóvel europeia não está ligada à máquina. Algumas das intervenções deixaram a impressão de que estamos aqui a tratar de um sector que ou é dependente de subsídios, ou está a apelar a estes. Não são pagos quaisquer subsídios à indústria automóvel europeia, nem ela está a pedir que o sejam. Toda a nossa política industrial se baseia claramente na ideia de que queremos ser independentes de subsídios.

O único instrumento disponível é o crédito a taxas reduzidas do Banco Europeu de Investimento. Permitam-me, no entanto, esclarecer exactamente o que isso significa - estes créditos têm taxas de juro que estarão talvez cerca de 1% abaixo das taxas normais de mercado. É algo de necessário para poder financiar os investimentos que, por exemplo, os senhores deputados, enquanto legisladores europeus, exigem aos

fabricantes de automóveis, nomeadamente investimentos em tecnologias ecológicas modernas. É por esta razão que o Banco Europeu de Investimento o faz, e não apenas para a indústria automóvel europeia. Foi dada a impressão nesta Assembleia que a indústria automóvel é o único sector europeu que pode utilizar este instrumento de crédito do Banco Europeu de Investimento. Não, não é verdade. Abrange todos os sectores e, como tal, não é em nada específico ao sector automóvel. Eu pediria a todos que evitassem urgentemente dar a impressão nesta Assembleia que a indústria automóvel europeia é um sector indigente ligado a uma sonda pública. Esta indústria não está ligada à máquina, nem necessita de estar, porque a sua posição técnica e competitividade fazem dela, claramente, a indústria automóvel com melhor desempenho do mundo. Estou absolutamente convencido de que continuará a sê-lo.

Há anos que estamos a trabalhar, juntamente com a indústria e com o meio científico, no desenvolvimento das modernas tecnologias do futuro. No contexto do 7.º Programa-Quadro, estamos a mobilizar muito dinheiro para este fim e isto já há alguns anos. Estamos a trabalhar afincadamente para assegurar um enquadramento estável para esta indústria. Foi o primeiro sector industrial para o qual desenvolvemos uma política sectorial desta natureza e a razão para tal foi, precisamente, o facto de termos antecipado problemas futuros com que o sector se depararia.

Relativamente ao caso da Opel, gostaria de insistir: trata-se de uma situação absolutamente excepcional e extraordinária que não tem nada a ver com a política de gestão da própria empresa. Esta situação é exclusivamente uma consequência dos problemas que surgiram nos Estados Unidos da América e que tiveram um impacto na Europa para o qual necessitamos de encontrar uma resposta.

Por último, o senhor deputado Groote falou de um tema do seu especial interesse, nomeadamente a "Lei Volkswagen". Não creio que seria uma boa ideia lançar uma iniciativa europeia com o objectivo de definir regulamentação legal semelhante para todos os fabricantes de automóveis europeus. Muito dificilmente alguém iria concordar com essa ideia. Tanto quanto sei, Senhor Deputado Groote, a Comissão não alterou a sua posição relativamente a esta questão. Contudo, podem-se esperar decisões para breve.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar às 11H30.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Esko Seppänen (GUE/NGL), por escrito. - (FI) A indústria automóvel mundial está em dificuldades, embora não seja assim em todas as fábricas. A Porsche descobriu uma nova forma de fazer dinheiro - adquirir opções de compra de acções na Volkswagen. Contudo, esta não é uma solução para os problemas da VW nem para os dos outros fabricantes de automóveis.

A crise bancária trouxe consigo uma crise automóvel: numa economia em deflação, as pessoas não têm condições para comprar automóveis novos nem combustível para lhes pôr. O Banco Europeu de Investimento quer salvar a indústria automóvel em nome da UE, mas temos de repensar sobre se o mundo irá necessitar de toda a capacidade de que dispomos hoje para produzir automóveis. Se os empréstimos do BEI visassem novas energias e tecnologias ecológicas, aí, sim, iriam mais ao encontro das necessidades reais do mundo de hoje. O dinheiro fácil que os consumidores usaram para comprar automóveis nos últimos anos acabou-se e não vai voltar.

Silvia-Adriana Țicău (PSE), por escrito. - (RO) A indústria de fabrico de automóveis é uma das forças propulsoras da economia europeia. Todos os anos, são produzidos na Europa aproximadamente 300 000 automóveis e 300 000 veículos de mercadorias e de passageiros. O transporte rodoviário é responsável por 72% de todas as emissões geradas pelos transportes, mas chegou agora a altura de reafirmarmos a importância da indústria automóvel de uma perspectiva económica e social.

As crises financeiras e a recessão económica estão a ter um impacto severo na indústria automóvel, que garante, directa e indirectamente, mais de 15 milhões de postos de trabalho. O ano de 2012 será crucial para a indústria de fabrico de automóveis da Europa dado que serão introduzidas novas exigências no que respeita a qualidade do combustível, restrições de emissões poluentes, certificação tipo e segurança dos utentes das estradas.

Para tornar o nosso tráfego rodoviário mais verde, a União tenciona introduzir bónus para os veículos mais verdes e penalizar os que causam mais poluição. O pacote das "Alterações Climáticas" tornar-se-á assim um dos meios destinados a estimular a procura de veículos mais verdes e mais seguros.

A Europa Social baseia-se no desenvolvimento económico e, em igual medida, nos valores sociais. A indústria automóvel europeia tem de ser apoiada para responder aos novos desafios de modo a que os postos de trabalho existentes possam ser conservados e possa permanecer competitiva.

(A sessão, suspensa às 11H25, é reiniciada às 11H35)

PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT

Vice-presidente

5. Período de votação

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

5.1. Estatísticas comunitárias sobre a saúde pública e a saúde e a segurança no trabalho (A6-0425/2008, Karin Scheele) (votação)

5.2. Obrigações de publicação e de tradução de certas formas de sociedades (A6-0400/2008, Piia-Noora Kauppi) (votação)

5.3. Estatísticas europeias (A6-0349/2008, Andreas Schwab) (votação)

5.4. Regimes de apoio aos agricultores no âmbito da PAC (A6-0402/2008, Luis Manuel Capoulas Santos) (votação)

(A sessão, suspensa às 12H00 para a sessão solene, é reiniciada às 12H30)

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

6. Sessão solene - Sir Jonathan Sacks

Presidente. – Grande Rabino Sacks, Lady Sacks, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, é com grande honra e satisfação que dou as boas-vindas ao Grande Rabino das Congregações Hebraicas Unidas da Commonwealth e à sua esposa ao Parlamento Europeu em Estrasburgo, nesta sessão solene no âmbito do Ano Europeu do Diálogo Intercultural 2008. Seja muito bem-vindo ao Parlamento Europeu, Sir Jonathan!

(Aplausos)

Na qualidade de nosso primeiro convidado neste ano de diálogo intercultural, o Grande Mufti da Síria, o Xequê Ahmad Badr Al-Din Hassoun, discursou na nossa sessão plenária. No decurso do ano, tivemos igualmente a oportunidade de ouvir uma intervenção do Patriarca Ecuménico de Constantinopla, Bartolomeu I. Com o seu discurso de hoje, Grande Rabino, teremos ouvido os representantes do judaísmo, do cristianismo e do islamismo.

Cada uma destas religiões contribuiu de uma forma especial para a formação da sociedade europeia actual e para aquilo que a caracteriza. O mesmo é verdade acerca do Humanismo e do Iluminismo. Vivemos em sociedades laicas, onde existe uma clara separação entre Igreja e Estado, mas há que atribuir o devido reconhecimento ao papel positivo que a religião organizada desempenha nas nossas sociedades.

Tal diz respeito não apenas ao contributo concreto para áreas como a educação, a saúde e os serviços sociais, mas também, e na mesma medida, ao desenvolvimento da nossa consciência ética e à formação dos nossos valores. A União Europeia é uma comunidade de valores, sendo o mais fundamental destes a dignidade inerente a todo o ser humano.

Grande Rabino, o Senhor é reconhecido como grande autor e professor, um homem de saber insuperável e um dos maiores representantes mundiais da fé judaica. Já escreveu e abordou muitas vezes nos seus discursos o perigo que o ressurgimento do anti-semitismo representa para as nossas sociedades.

Na semana passada, no Parlamento Europeu em Bruxelas, comemorámos uma data muito especial, comemoração essa que organizámos em conjunto com o Congresso Judaico Europeu, com o objectivo de recordar o 70.º aniversário da “Noite dos Cristais”. Nessa ocasião, chamei a atenção para o facto de que nós, Europeus, temos a responsabilidade e o dever de resistir, sem excepção e sem comedimento, a todas as formas de extremismo, racismo, xenofobia e anti-semitismo, bem como de defender a democracia, a protecção dos direitos humanos e a dignidade humana em todo o mundo.

Grande Rabino, no seu livro “A Dignidade da Diferença: Como Evitar o Choque das Civilizações” – e com isto termino – que foi escrito um ano após os terríveis acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, aflorou uma das principais questões da actualidade, designadamente: será que podemos viver todos juntos em paz, e se sim, como? É com grande honra e satisfação que peço ao Grande Rabino das Congregações Hebraicas Unidas da Commonwealth que nos dirija algumas palavras.

(Aplausos)

Sir Jonathan Sacks, *Rabino-Chefe das Congregações Hebraicas Unidas da Commonwealth*. – (EN) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados ao Parlamento Europeu, agradeço-vos o privilégio que me é dado de me dirigir hoje a vós e agradeço sobretudo o facto de levarem a cabo esta imprescindível iniciativa de diálogo intercultural. Saúdo-vos a todos, e em particular o vosso visionário, sábio e profundamente humano Presidente, Hans-Gert Pöttering. Permitam-me que – no que espero seja hoje a minha única infracção à regra da separação entre igreja e Estado, entre religião e política – dirija a Deus uma prece pedindo a Sua bênção para todos vós e para tudo o que fazeis. Bem-hajam!

Falo como judeu, a partir do interior da mais antiga presença cultural contínua na Europa. Quero começar por lembrar que a civilização europeia nasceu há dois mil anos de um diálogo, um diálogo entre as duas maiores culturas da Antiguidade: a Grécia antiga e o Israel bíblico – Atenas e Jerusalém. Convergiram na Cristandade, cuja religião teve origem em Israel, mas cujos textos sagrados foram escritos em grego, e esse foi o diálogo fundador da Europa. Alguns dos mais importantes momentos da história europeia dos dois mil anos que se seguiram resultaram igualmente do diálogo. Mencionarei apenas três.

O primeiro ocorre entre os séculos X e XIII no Al-Andalus, no âmbito do grande movimento cultural iniciado pelos Omíadas em Espanha. Começou com um diálogo islâmico entre filósofos como Averróis e o legado filosófico de Platão e Aristóteles. O diálogo islâmico serviu de inspiração a filósofos judeus como Moisés Maimónides e, por sua vez, o diálogo judeu inspirou filósofos cristãos, o mais conhecido dos quais foi Tomás de Aquino.

O segundo grande momento de diálogo intercultural teve lugar no início do Renascimento em Itália, quando um jovem intelectual cristão, Pico della Mirandola, viajou para Pádua, onde conheceu um erudito judeu, o rabino Elias Delmedigo, que lhe ensinou a Bíblia hebraica, o Talmude e a Cabala nas línguas originais. Desse diálogo nasceu o mais famoso enunciado dos valores renascentistas: o *Discurso sobre a Dignidade do Homem*, de Pico della Mirandola.

O terceiro e mais pungente de todos foi o diálogo entre cristãos e judeus após o Holocausto, inspirado na filosofia do diálogo de Martin Buber e na *Nostra Aetate*, do Vaticano II. O resultado foi que, após quase dois mil anos de distanciamento e tragédia, hoje em dia judeus e cristãos respeitam-se mutuamente como amigos.

Mas quero dizer mais do que isto. Quando leio a Bíblia hebraica, ouço, desde o início, o chamamento de Deus ao diálogo. Quero chamar a atenção para duas passagens. Não estou certo de como isto resultará na tradução, mas espero que, entre os que me seguem através dela, haja quem compreenda. Quero chamar a atenção para duas passagens dos capítulos iniciais da Bíblia cujo significado se perdeu nas traduções feitas ao longo de dois mil anos.

A primeira é quando Deus vê o primeiro homem sozinho e cria a mulher. E o homem, ao ver a mulher pela primeira vez, diz o primeiro poema da Bíblia: “Esta é, realmente, osso dos meus ossos e carne da minha carne. Chamar-se-á Aisha (mulher), porque foi tirada de Aish (homem)”. Isto parece um poema muito simples. Soa até bastante paternalista, como se o homem fosse a criação original e as mulheres fossem apenas o resultado de uma reflexão posterior. Porém, o verdadeiro significado resulta de o hebraico bíblico ter dois termos para “homem”, e não apenas um. Um deles é “Adão”; o outro “Aish”.

É no versículo que acabei de citar que o termo “Aish” surge na Bíblia pela primeira vez. Ouçam novamente. “Chamar-se-á Aisha (mulher), porque foi tomada de Aish (homem)”. Ou seja, o homem tem de enunciar o nome da mulher para ficar a saber o seu próprio nome. Tenho de dizer “tu” antes de poder dizer “eu”. Devo reconhecer o outro para me poder conhecer realmente a mim próprio.

(Vivos aplausos)

Esta é a primeira asserção da Bíblia: a identidade é dialógica.

O segundo trecho ocorre pouco depois, na descrição da primeira grande tragédia, que se abate sobre as primeiras crianças humanas, Caim e Abel. Espera-se que haja amor fraternal. Mas, em vez disso, há uma rivalidade entre os irmãos que leva a um assassinio, um fraticídio. No âmago do relato deste episódio, no capítulo IV do Génesis, encontramos um versículo cuja tradução é impossível, e, na verdade, em todas as bíblias inglesas que li, esse versículo não é traduzido mas sim parafraseado.

Vou traduzi-lo literalmente para perceberem por que motivo ninguém o traduz dessa maneira. Na língua hebraica, lê-se, literalmente, o seguinte: “E Caim disse a Abel, e aconteceu quando estavam no campo que Caim se lançou sobre Abel e o matou”. Percebe-se imediatamente porque não pode ser traduzido: lê-se que “Caim disse”, mas não se segue o que ele disse. A frase é agramatical. Sintacticamente falhada. E a questão é: porquê? A resposta é evidente: a Bíblia indica da forma mais dramática, através de uma frase truncada, que a conversa foi interrompida. O diálogo falhou. E o que se lê imediatamente a seguir? “E Caim lançou-se sobre o seu irmão e matou-o”. Em suma: quando acabam as palavras, começa a violência. O diálogo é a única forma de derrotar os piores demónios da nossa natureza.

(Vivos aplausos)

Por conseguinte, o diálogo demonstra a dupla vertente de todas as relações humanas, sejam elas entre indivíduos ou entre países, culturas ou credos. Por um lado, as nossas semelhanças e, por outro, as nossas diferenças. O que temos em comum e o que é só nosso.

Deixem-me resumir o mais que puder. Se fôssemos completamente diferentes, não poderíamos comunicar; se fôssemos exactamente iguais, não teríamos nada a dizer.

(Aplausos)

É tudo o que tenho a dizer sobre o diálogo, mas gostaria de acrescentar que o diálogo pode não ser suficiente. Como sabem, entre finais do século XVIII e 1933 havia diálogo entre judeus e alemães, tal como havia diálogo e até amizade entre hutus e tutsis no Ruanda, ou entre sérvios, croatas e muçulmanos na Bósnia e Herzegovina e no Kosovo. O diálogo aproxima-nos, mas nem sempre consegue manter-nos juntos quando outras forças nos estão a separar.

Quero, por isso, acrescentar mais uma palavra, que teve um papel importante na regeneração de sociedades divididas. A palavra é “pacto”. Teve um papel fundamental na política europeia nos séculos XVI e XVII na Suíça, nos Países Baixos, na Escócia e em Inglaterra. Os pactos são uma constante da cultura estado-unidense desde o seu início até aos dias de hoje, desde o Pacto do Mayflower, em 1620, e o discurso de John Winthrop a bordo do *Arabella*, em 1631, até ao presente. Não sei o que dirá Barack Obama quando fizer o seu discurso inaugural, mas decerto falará de pactos ou aludirá a esse conceito.

“Pacto” é, naturalmente, uma palavra-chave na Bíblia hebraica, por uma simples razão: o Israel bíblico formou-se a partir de 12 tribos diferentes que decidiram manter as suas identidades próprias.

O que é um pacto? Um pacto não é um contrato. Um contrato refere-se a um período limitado, tem um objectivo específico e é celebrado entre duas ou mais partes que procuram, cada uma delas, o seu próprio benefício. Um pacto é celebrado por tempo indeterminado entre duas ou mais partes que se vinculam numa base de igualdade e confiança para, em conjunto, alcançarem o que nenhuma delas consegue alcançar isoladamente. Um contrato é como um negócio; um pacto é como um casamento. Os contratos são do domínio do mercado, do Estado, da economia e da política, onde impera a concorrência. Os pactos são um instrumento para as famílias, as comunidades e as instituições de beneficência, que se regem pelo princípio da cooperação. Num contrato existes tu e existo eu – seres independentes –, mas um pacto tem a ver connosco – pertença colectiva. Um contrato tem a ver com interesses, um pacto com uma identidade. Daí a distinção fundamental, não suficientemente clara na política europeia, entre contrato social e pacto social: um contrato social dá origem a um Estado; um pacto social cria uma sociedade.

(Aplausos)

Uma sociedade sem Estado é possível – há antecedentes históricos –, mas sê-lo-á um Estado sem sociedade, sem nada que mantenha as pessoas juntas? Não sei. Há várias maneiras de manter as pessoas juntas: pela força, pelo medo, pela eliminação das diferenças culturais ou pela expectativa da obediência generalizada. Mas quando se opta por respeitar a integridade de várias culturas e aquilo a que chamo – como o Senhor Presidente recordou – a dignidade da diferença, quando se respeita tudo isso, para criar uma sociedade é necessário um pacto.

O pacto reabilita a linguagem da cooperação no mundo da concorrência. Centra-se nas responsabilidades, e não apenas nos direitos. Estes são fundamentais, mas geram conflitos que não podem resolver: o direito à vida contra o direito de escolha; o meu direito à liberdade contra o teu direito a ser respeitado. Os direitos sem deveres são os créditos hipotecários de alto risco do mundo da ética e da moral.

(Vivos aplausos)

O que um pacto faz é pôr-nos a pensar sobre reciprocidade. Interpela-nos a cada um de nós: devemos respeitar os outros, se queremos que os outros nos respeitem; devemos respeitar a liberdade dos outros, se queremos que respeitem a nossa. A Europa precisa de um novo pacto, e este é o momento em que os seus fundamentos devem ser estabelecidos.

(Aplausos)

Precisamente agora, no meio de uma crise financeira e de uma recessão económica, porque é nos maus momentos que as pessoas se apercebem de que todos temos um destino em comum.

O profeta Isaías disse que virá o dia em que o leão e o carneiro viverão juntos. Esse dia ainda não chegou. Havia, porém, um jardim zoológico onde um leão e um carneiro viviam juntos na mesma jaula, o que levou um visitante a perguntar ao guarda do jardim: “Como o consegue?”. O guarda respondeu: “É fácil; basta arranjar um novo carneiro todos os dias!”.

(Risos)

Mas houve um momento em que, de facto, o leão e o carneiro viveram juntos. Onde foi isso? Na Arca de Noé. E por que razão? Não foi por terem alcançado a Utopia, mas por saberem que, de contrário, morreriam ambos afogados.

Meus amigos, na passada quinta-feira – há seis dias –, o Arcebispo de Cantuária e eu próprio encabeçámos uma missão dos líderes de todas as confissões existentes na Grã-Bretanha, incluindo dirigentes da comunidade muçulmana, dos hindus, dos sikhs, dos budistas, dos jainistas, dos zoroastrianos e dos baha’i, que viajaram juntos para Auschwitz, onde passaram um dia. Aí chorámos juntos e juntos rezámos, cientes do que acontece quando não respeitamos a humanidade dos que não são como nós.

Deus deu-nos muitas línguas e muitas culturas, mas um só mundo em que temos de viver juntos e que, de dia para dia, se torna mais pequeno. Saibamos nós, países e culturas da Europa, na nossa gloriosa diversidade, encontrar maneira de escrever em conjunto um novo pacto de esperança europeu.

(A Assembleia, de pé, aplaude o orador.)

Presidente. – Sir Jonathan, tenho a honra de lhe agradecer, em nome do Parlamento Europeu, a sua importante mensagem. Gostaria de lhe agradecer o seu excelente contributo para o diálogo intercultural.

Falou de respeito mútuo e do reconhecimento dos outros. Penso que essa é a lição da nossa história europeia. Disse que aquilo que nos une é muito mais do que aquilo que nos separa. Esse é o postulado – e as suas últimas palavras foram nesse sentido – do nosso compromisso europeu em relação a uma União Europeia forte e democrática, baseada na dignidade de cada ser humano.

Sir Jonathan, obrigado pela sua nobre mensagem. Desejo o melhor para si, para a religião que representa e para a convivência pacífica de todas as religiões no nosso continente e no mundo. Obrigado, Sir Jonathan.

(Aplausos)

PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT*Vice-presidente***7. Período de votação (continuação)**

Presidente. - Vamos prosseguir a votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

7.1. Adaptação da política agrícola comum (A6-0401/2008, Luis Manuel Capoulas Santos) (votação)**7.2. Apoio ao desenvolvimento rural (Feader) (A6-0390/2008, Luis Manuel Capoulas Santos) (votação)****7.3. Orientações estratégicas de desenvolvimento rural (2007-2013) (A6-0377/2008, Luis Manuel Capoulas Santos) (votação)****8. Declarações de voto****Declarações de voto orais****- Relatório Piia-Noora Kauppi (A6-0400/2008)**

Laima Liucija Andrikiene (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, quero agradecer à senhora deputada Kauppi o seu relatório sobre o registo electrónico de informações empresariais, que apoio integralmente. É uma ideia brilhante e um excelente relatório, e o Parlamento está unido no apoio à sua aplicação.

Espero que venhamos a ter registos electrónicos de informações empresariais nos Estados-Membros tão cedo quanto possível, bem como uma plataforma electrónica de âmbito europeu com toda a informação que as empresas têm a obrigação de divulgar. As propostas, se aplicadas, significariam menos burocracia, mais transparência, menor carga administrativa, menos custos para as empresas e, por conseguinte, aumento da competitividade das empresas europeias.

- Relatório Andreas Schwab (A6-0349/2008)

Laima Liucija Andrikiene (PPE-DE). - (LT) Votei a favor do relatório sobre o Regulamento relativo às Estatísticas Europeias preparado por Andreas Schwab. A razão pela qual votei a favor é o facto de o conteúdo do novo regulamento ser realmente importante, melhorando significativamente o regulamento existente. Tenho em mente a definição do Sistema Estatístico Europeu e o seu lugar no direito comunitário. O regulamento também expõe as funções das instituições estatísticas nacionais no Sistema Estatístico Europeu na resolução de matérias de confidencialidade estatística e de qualidade estatística. Isto constitui sem dúvida um passo em frente em comparação com a situação actual e o regulamento presentemente em vigor.

Na realidade, a proposta da Comissão Europeia de dividir em dois o Comité do Sistema Estatístico Europeu parece-me controversa, e a posição do relator de não separar as funções parece mais aceitável e merecedora de apoio. Porém, confio em que, no futuro, se o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão trabalharem em conjunto, superaremos estas divergências.

- Relatório Luís Manuel Capoulas Santos (A6-0402/2008)

Albert Deß (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, tenho uma declaração de voto a fazer acerca do relatório no que respeita à modulação. No âmbito da última reforma agrícola, foi decidido que os agricultores teriam segurança de planeamento até 2013. Por esse motivo, opus-me à implementação da modulação numa escala que teria como resultado a perda de montantes mais elevados por parte dos agricultores. Congratulo-me com o resultado e gostaria de agradecer a todos os colegas que votaram a favor do aumento da base de início da modulação de 5 000 euros para 10 000 euros, o que significa que são retirados menos fundos de modulação às pequenas explorações.

Se na política falamos de segurança de planeamento, também deveríamos garantir isso aos agricultores. É por isso que estou satisfeito com o resultado do relatório sobre a modulação hoje alcançado e espero que o Conselho aceite os nossos resultados.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Senhor Presidente, a votação de hoje encerrou quase doze meses de trabalho na preparação do nosso parecer sobre o funcionamento da política agrícola comum. É importante que as alterações que fizemos contribuam para a simplificação desta política. Ao mesmo tempo, devemos manter a sua natureza comunitária e garantir condições de competição equitativas. Espero que os Ministros da Agricultura da UE leiam o parecer e aceitem as nossas propostas.

Estou a pensar, em particular, nas propostas que tratam da simplificação das exigências da ecocondicionalidade, incluindo o adiamento até 2013 da concretização das exigências relativas à área do bem-estar animal, a área C, pelos novos Estados-Membros. Infelizmente, muitas soluções foram concebidas de um modo que não leva em conta a situação ou o modelo de agricultura que existe nos novos Estados-Membros. Estamos agora a começar a discutir o futuro da política agrícola comum após 2013 e a examinar a perspectiva financeira. Temos ainda muito trabalho à nossa frente.

Seán Ó Neachtain (UEN). - (GA) Senhor Presidente, gostaria de expressar o meu apreço pela votação muito positiva que hoje teve lugar relativamente à Política Agrícola Comum, e gostaria também de me congratular com as políticas que foram apresentadas, nomeadamente o fornecimento de fruta e legumes às escolas.

Contudo, no que respeita à política em si, gostaria de chamar a atenção mais uma vez para a modulação obrigatória recomendada pela Comissão e afirmar que sou totalmente contra isso. A política tem de ser flexível, e tem de ser permitido aos Estados-Membros aumentarem ou reduzirem essa modulação consoante desejarem.

Em minha opinião, o limiar de 5 000 euros é demasiado baixo. Devia ser aumentado para 10 000 euros para proteger e apoiar os agricultores com baixos rendimentos que já estão a sofrer - penso que não se devia retirar-lhes dinheiro com a modulação obrigatória.

- Relatórios Luís Manuel Capoulas Santos (A6-0402/2008) e (A6-0401/2008)

Giovanni Robusti (UEN). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero apenas intervir para tornar públicas as razões do meu voto final contra os relatórios 0401 e 0402 do senhor deputado Santos. O relatório apenas depende do "exame de saúde" da política agrícola comum, que não leva em conta as novas e diferentes condições mundiais. Estamos a discutir os pormenores sem ver o problema principal.

A PAC que estamos a verificar com o *health check* foi criada para reduzir a produção agrícola a favor da protecção do ambiente, porque foram essas as condições em que foi criada. Hoje, todos sabemos que as condições económicas se alteraram drasticamente, mas a PAC permanece mais ou menos a mesma e tudo o que estamos a discutir é se a primeira ou a segunda opção é melhor, se precisamos de mais ou de menos, desta ou daquela medida, quando estas se tornaram inadequadas para enfrentar os desafios do futuro.

Não posso aceitar esta infinita preocupação com os pequenos interesses específicos, ignorando o interesse geral. Estou convicto de que a principal vítima dessa falta de coragem é a própria agricultura. A fim de provocar o diálogo e um debate, votei contra este relatório; deixo na minha página Web os detalhes técnicos que não podem ser incluídos numa intervenção de um minuto, e os meus motivos específicos serão aí publicados.

Csaba Sándor Tabajdi (PSE). - (FR) Senhor Presidente, a delegação socialista húngara votou a favor dos relatórios do senhor deputado Luís Manuel Capoulas Santos porque se trata de relatórios muito mais favoráveis aos novos países membros, e para a Hungria também. A modulação obrigatória e a modulação progressiva não são tão brutais como na proposta da Comissão. Lamento não termos votado a favor da alteração do ALDE no que se refere à modulação obrigatória. É lamentável, mas, apesar disso, trata-se de um bom relatório.

No que respeita ao segundo relatório, a alteração 67 era proposta pelo grupo socialista. É muito importante, no que respeita ao sistema de intervenção, não intervir com base em adjudicações. Manter o sistema actual é muito positivo. Assim, votámos a favor.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, felicito o senhor deputado Capoulas Santos pelo trabalho bastante complexo que levou a cabo. A delegação do Fine Gael apoiou estes relatórios com reservas. Sobre a questão das quotas leiteiras, votámos por uma maior flexibilidade e um aumento percentual mais acentuado das quotas, para dar aos agricultores a possibilidade de produzirem leite, caso o queiram fazer.

Lamentamos que o plenário tenha decidido de maneira diferente e que tenhamos regressado à proposta da Comissão.

Em segundo lugar, no que respeita à modulação, estamos apreensivos com a transferência de verbas do primeiro para o segundo pilar, subtraindo-as ao rendimento dos agricultores para as atribuir a programas que exigem co-financiamento dos Estados-Membros, algo que não pode ser garantido para o futuro. A elevação da fasquia para 10 000 euros, que o Parlamento votou favoravelmente, é bem-vinda. Aproveito para esclarecer que no registo do nosso voto sobre o considerando 6 – alterações 190 e 226 – deveria constar «+» (a favor). Espero que o Conselho apoie o sector dos ovinos, que está em crise, nas suas deliberações de amanhã e de hoje.

- Relatório Luís Manuel Capoulas Santos (A6-0401/2008)

Dimitar Stoyanov (NI). - (BG) Gostaria de chamar a vossa atenção para a alteração 54, apresentada pelo senhor deputado Deß e por um grupo de outros deputados. A eventual adopção desta alteração resultaria numa chocante duplicidade de critérios entre os antigos e os novos Estados-Membros, uma vez que, ao aumentar a quota, os novos Estados-Membros necessitariam de a aumentar apenas se o exercício financeiro o permitisse. Vejo que o senhor deputado Deß ainda se encontra no hemicírculo e talvez me pudesse explicar se o exercício financeiro permite o aumento da quota para os novos Estados-Membros. Felizmente, esta alteração não foi adoptada mas sim rejeitada por esta Assembleia, o que me possibilitou votar a favor do relatório. Estou muito satisfeito pelo facto de o Parlamento não ter permitido a criação de duas categorias de Estados-Membros no contexto do aumento das quotas do leite.

Albert Deß (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, o relatório sobre a quota de leite defende o aumento das quotas leiteiras. Em conjunto com todos os meus colegas da CSU, votei contra todas as alterações que exigiam o aumento das quotas. A quota leiteira a aplicar até 31 de Março de 2015 visa estabilizar os mercados de leite europeus. Neste momento, na Europa, existe um excesso de produção nos mercados leiteiros.

Isso tem vindo a exercer uma enorme pressão sobre os preços do leite. Qualquer novo aumento da quota irá intensificar a queda dos preços com que os produtores de leite se confrontam e, com isso, a subsistência de muitos agricultores estará em risco. Não é necessário um aumento da quota, mas sim um sistema que reaja de forma flexível à situação do mercado. No entanto, se a maioria aqui no Parlamento, bem como no Conselho, decidir extinguir o sistema de quotas leiteiras de forma faseada até 2015, será necessário um fundo destinado ao sector do leite por forma a garantir a sobrevivência futura da produção leiteira nas áreas menos favorecidas e nas zonas de pasto.

- Relatórios Luís Manuel Capoulas Santos (A6-0402/2008), (A6-0401/2008), (A6-0390/2008) e (A6-0377/2008)

Daniel Hannan (NI). - (EN) Senhor Presidente, se me dispusesse a conceber o sistema de ajudas agrícolas mais dispendioso, esbanjador, corrupto, imoral e burocrático de que fosse capaz, duvido que chegasse a algo tão engenhoso como a política agrícola comum, um sistema que nos penaliza enquanto contribuintes, para subsidiar a produção de géneros alimentícios para os quais não existe mercado, e que volta a penalizar-nos enquanto consumidores, para manter os preços desses géneros. Em certos casos, penaliza-nos ainda uma terceira vez, enquanto contribuintes, para destruir os géneros alimentícios que não foram escoados.

Entretanto, contribui para a destruição do ambiente – porque os subsídios com base na produção incentivam o abate das árvores e arbustos das vedações e o uso de pesticidas e de fertilizantes agressivos – e, obviamente, provoca terríveis fomes em África. Devo acrescentar que isto é particularmente prejudicial para países como o seu e o meu, que importam produtos alimentares e têm um sector agrícola relativamente eficaz, porque são duplamente penalizados, contribuindo mais para o sistema e tirando menos proveito dele do que outros Estados-Membros da UE.

Quase tudo o que fizemos seria melhor do que a política agrícola comum, seja o apoio directo ou qualquer outro sistema. E, para o caso de pensarem que me tinha esquecido de o dizer, chegou a hora de levar o Tratado de Lisboa a referendo. *Pactio Olisipiensis censenda est!*

- Relatório Luis Manuel Capoulas Santos (A6-0402/2008)

Christa Kläß (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, votei favoravelmente o relatório Capoulas Santos e a alteração 186, que recomenda uma franquia de 10 000 euros para a aplicação da modulação.

Esta alteração abrange os pequenos agricultores europeus. O processo de modulação tem de ser aplicado com moderação. Na Europa, as explorações agrícolas de pequena dimensão necessitam do apoio da UE para poderem continuar a existir no seio da estrutura salarial comunitária. Queremos que na Europa sejam produzidos bens alimentares saudáveis e que os mesmos sejam disponibilizados a preços razoáveis. Queremos ainda que a gestão das zonas rurais não seja descurada. Se queremos realmente tudo isto, temos de apoiar os nossos agricultores para que no futuro possamos continuar a produzir bens alimentares saudáveis na Europa, já que esta é uma região com um dos climas mais favoráveis do mundo. É esta a razão pela qual votei favoravelmente o relatório Capoulas Santos.

- Relatório Luis Manuel Capoulas Santos (A6-0390/2008)

Hynek Fajmon (PPE-DE). - (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei contra o relatório elaborado pelo senhor deputado Capoulas Santos sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural. Este programa foi criado há apenas dois anos e, na verdade, só no ano passado se tornou operacional. Os requerentes iniciaram a elaboração dos projectos e a aprendizagem das regras do fundo. Hoje, apenas um ano depois, estamos a alterar essas regras. É algo que não posso apoiar, pois só poderá trazer perdas e atrasos no financiamento de projectos de que as zonas rurais têm necessidade. A alteração frequente das regras não pode trazer qualquer benefício, razão pela qual votei contra.

- Relatórios Luís Manuel Capoulas Santos (A6-0402/2008), (A6-0401/2008), (A6-0390/2008) e (A6-0377/2008)

Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN). - (PL) Senhor Presidente, este é um assunto muito importante. Da avaliação da política agrícola comum decorre que a mesma fará sentido no futuro se se fundamentar em princípios justos. Uma política agrícola comum deverá, acima de tudo, garantir a segurança alimentar da Europa, a auto-suficiência e a produção de produtos alimentares para exportação, assim como a segurança económica para as famílias de camponeses, a viabilidade da produção agrícola, subsídios iguais para agricultores dos Estados-Membros antigos e novos, a preservação da biodiversidade, o fim do cultivo e da exploração de organismos geneticamente modificados em toda a União Europeia, o desenvolvimento das zonas rurais, o progresso das zonas mais carenciadas, a defesa do património cultural e a preservação da cultura tradicional, assim como a igualdade de acesso das populações rurais à educação, à cultura e à evolução da técnica. Estes objectivos só podem ser alcançados se aprendermos as devidas lições das experiências que tivemos e procurarmos soluções corajosas.

Declarações de voto escritas

- Recomendação para segunda leitura Karin Scheele (A6-0425/2008)

Šarūnas Birutis (ALDE), por escrito. - (LT) O Plano de Acção Europeu “Ambiente e Saúde 2004-2010” reconhece a necessidade de melhorar a qualidade, a capacidade para comparar e a acessibilidade de dados relativamente a doenças e outros problemas de saúde associados ao ambiente através da utilização do programa de estatística da Comunidade. Considero que este é um regulamento muito importante. Temos de saber qual é a percepção que a nossa sociedade tem relativamente à saúde, à sua susceptibilidade a diferentes doenças. Este regulamento estabelece um sistema comum de organização das estatísticas comunitárias relativamente à saúde da sociedade e à saúde e segurança dos trabalhadores.

É muito importante que sejam recolhidos dados na União Europeia sobre a percepção que os cidadãos têm em matéria de saúde, actividades físicas e mentais e deficiências, sobre casos de doenças que estão a aumentar ou a diminuir, sobre lesões, danos provocados pelo álcool e pelas drogas, estilo de vida e acessibilidade das instituições de cuidados de saúde.

As estatísticas vão ter de incluir informação que é essencial para as acções da Comunidade na área da saúde da sociedade, com o objectivo de apoiar as estratégias nacionais que estão a desenvolver cuidados de saúde de elevada qualidade e estáveis acessíveis a todos.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. - Este regulamento estabelece um quadro comum para a produção sistemática de estatísticas comunitárias sobre saúde pública e saúde e segurança no trabalho. Actualmente, as informações estatísticas sobre saúde pública e saúde e segurança no trabalho são principalmente recolhidas numa base voluntária. A aprovação deste regulamento irá formalizar o actual *acordo de cavalheiros* e garantir a continuidade da recolha de dados, bem como a respectiva qualidade e comparabilidade.

Na primeira leitura, em 2007, o Parlamento Europeu aprovou 12 alterações à proposta da Comissão. A maior parte das alterações prenderam-se com questões horizontais como, por exemplo, a inclusão do género e da idade nas variáveis da desagregação e o recurso ao financiamento adicional e complementar facultado por determinados programas comunitários nos dois domínios abrangidos pelo regulamento. Foram também aprovadas algumas alterações aos anexos relativas à saúde pública e à saúde e à segurança no trabalho, nomeadamente no que diz respeito à recolha de dados sobre a protecção contra eventuais pandemias e doenças transmissíveis.

Na sequência das negociações seguintes com a Presidência eslovena, quase todas as alterações aprovadas pelo Parlamento Europeu foram inseridas na posição comum. O Conselho introduziu também algumas modificações ao texto, as quais, dado o seu carácter genérico, não levantaram qualquer problema.

Duarte Freitas (PPE-DE), por escrito. - O presente regulamento estabelece um quadro comum para a produção sistemática de estatísticas comunitárias sobre saúde pública e saúde e segurança no trabalho.

As estatísticas devem revestir a forma de um conjunto de dados harmonizado e comum e ser produzidas pelo Sistema Estatístico Europeu, os institutos nacionais de estatística e outras entidades nacionais responsáveis pelo fornecimento de estatísticas oficiais.

Até à data, as informações estatísticas sobre saúde pública e saúde e segurança no trabalho são principalmente recolhidas numa base voluntária.

Concordo com o regulamento proposto porque visa consolidar os progressos feitos nas recolhas de dados regulares nas duas áreas em questão, formalizando o actual acordo informal entre os Estados-Membros, garantindo a continuidade da recolha de dados e estabelecendo um quadro regulamentar para melhorar as normas de qualidade e comparabilidade através de metodologias comuns. Proporcionará, com certeza, maior clareza em termos de planeamento, sustentabilidade e estabilidade dos requisitos europeus para as estatísticas da saúde pública e da segurança no trabalho.

Ian Hudghton (Verts/ALE), por escrito. - (EN) Actualmente não existem normas comuns para as estatísticas comunitárias relativas à saúde pública e à saúde e segurança no trabalho. A harmonização dessas estatísticas aumentará significativamente a comparabilidade e enriquecerá o processo político. De modo geral, a posição comum é de aceitação das alterações apresentadas pelo Parlamento em primeira leitura, o que me tornou possível apoiar o relatório da senhora deputada Scheele.

Andreas Mölzer (NI), por escrito. - (DE) O stress resultante da vida profissional moderna em virtude das novas formas de contratos de trabalho, da insegurança no emprego e da difícil conciliação entre a vida profissional e a vida privada está a deixar a sua marca. As estatísticas mostram que os problemas relacionados com a saúde mental constituem actualmente uma das causas principais para o abandono precoce da vida activa. A insegurança no emprego é naturalmente acompanhada de um aumento dos casos de violência psicológica no trabalho. Os problemas de saúde, como as dores de costas, são também cada vez mais comuns. Além disso, nos últimos anos, aumentou o número de casos em que os trabalhadores foram demitidos durante o período em que se encontravam de baixa por doença ou na sequência de um acidente de trabalho. São muitos os problemas que temos de enfrentar e necessitamos de dados estatísticos para conseguir acompanhar os mais recentes desenvolvimentos. É esta a razão pela qual votei favoravelmente o relatório Scheele.

Dumitru Oprea (PPE-DE), por escrito. - (RO) É óbvio que necessitamos de estatísticas comunitárias sobre saúde pública e sobre saúde e segurança no trabalho para dar apoio às estratégias que visam a criação de cuidados de saúde de elevada qualidade, que sejam viáveis e acessíveis para todos.

A saúde e a segurança no trabalho é um domínio que promove a protecção das vidas, da integridade e da saúde dos trabalhadores, e que cria condições de trabalho que irão assegurar o seu bem-estar físico, psicológico e social. Para que isto seja conseguido, necessitamos de um programa coerente e sustentado que proteja os trabalhadores contra os riscos de acidentes e doenças profissionais.

Apoio esta proposta de resolução porque, neste momento, não dispomos de um conjunto de dados harmonizado e comum capaz de provar a qualidade e a comparabilidade da informação dos sistemas de estatística de cada país. As estatísticas comunitárias sobre saúde deveriam ser adaptadas aos progressos feitos e aos resultados obtidos a partir das medidas comunitárias aplicadas no domínio da saúde pública.

Andrzej Jan Szejna (PSE), *por escrito*. - (PL) Na votação de hoje, votei a favor da aprovação da recomendação sobre a posição comum do Conselho tendo em vista a aprovação do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre saúde pública e saúde e segurança.

Em minha opinião, a nossa estratégia de promoção da saúde deveria dar um destaque especial à prevenção das doenças e ao diagnóstico precoce. Esta estratégia será eficaz se proporcionarmos às pessoas cuidados de saúde e instalações de tratamento adequados, e se reduzirmos as diferenças de acesso aos cuidados de saúde entre Estados-Membros da União Europeia.

Não conseguiremos criar uma estratégia de cuidados de saúde comum se as instituições de estatística adequadas não dispuserem dos dados relevantes. Consequentemente, a adopção do regulamento representará um passo em direcção a uma melhor coordenação da acção comunitária em matéria de estatísticas sobre cuidados de saúde. A recolha de informação sobre pandemias e doenças infecciosas irá contribuir sem dúvida para um melhor controlo das mesmas.

Há que referir também que, de momento, as estatísticas sobre saúde pública e cuidados de saúde são recolhidas apenas numa base voluntária. Assim sendo, o regulamento visa formalizar as soluções existentes e assegurar a continuidade da recolha de dados.

O voto unânime da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar aponta para a importância e correcção do relatório.

- Relatório Piia-Noora Kauppi (A6-0400/2008)

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. - (EN) Votei a favor do relatório da senhora deputada Kauppi. As empresas de toda a Europa devem operar num ambiente que não as onere com encargos excessivos. No entanto, deve ser permitido aos Estados-Membros formularem os seus próprios requisitos, e o princípio da subsidiariedade deve ser respeitado. Congratulo-me com o facto de o relatório da senhora deputada Kauppi estabelecer um equilíbrio correcto.

Andrzej Jan Szejna (PSE), *por escrito*. - (PL) Votei a favor da aprovação do relatório sobre a Directiva do Parlamento e do Conselho relativa às obrigações de publicação e tradução, que tem como objectivo a redução do encargo administrativo excessivo imposto a certos tipos de sociedades.

A proposta tem por objectivo a eliminação, da legislação nacional, de todas as obrigações adicionais de publicação de informações que aumentam os custos da actividade.

Nos termos da regulamentação existente, a informação tem de ser introduzida nos registos comerciais dos Estados-Membros e publicada nos jornais oficiais nacionais.

Actualmente, num momento em que os registos comerciais publicam informação na Internet, a publicação nos jornais oficiais não acrescenta, na maioria dos casos, qualquer valor, expondo apenas as empresas a elevados custos.

As alterações propostas conferem aos Estados-Membros flexibilidade para a definição de obrigações adicionais em matéria de divulgação de informações, garantindo que as sociedades ficarão dispensadas da realização de pagamentos adicionais e, frequentemente, desnecessários.

- Relatório Andreas Schwab (A6-0349/2008)

Šarūnas Birutis (ALDE), *por escrito*. - (LT) A tarefa das estatísticas é providenciar dados objectivos e quantitativos que possam ser consultados em processos que envolvam a formação da opinião pública e a tomada de decisões. As estatísticas da UE e dos Estados-Membros são uma medida de apoio directo aquando da tomada de decisões políticas e administrativas. Assim sendo, aquando da harmonização dos sistemas estatísticos da UE, devemos tomar em consideração a sua importância.

A independência científica da investigação estatística na Europa tem de ser assegurada. Além disso, os regulamentos não deverão contrariar o princípio da subsidiariedade.

Apoio a proposta da Comissão relativamente ao Regulamento relativo às estatísticas europeias, que constitui uma base legal para a recolha de dados estatísticos ao nível europeu e que reconsidera o sistema jurídico vigente, de acordo com o qual é regulamentada a organização das estatísticas ao nível europeu.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. - (FR) Votar contra um relatório fundamentalmente técnico, pois relativo ao estabelecimento de estatísticas comunitárias, pode parecer absurdo. Com efeito, não é desinteressante dispor de tais dados para ajudar à decisão.

Contudo, apesar das intenções manifestadas, este novo regulamento conduz à elaboração de uma verdadeira fábrica de gás estatística, a um aumento da carga estatística que pesa sobre os institutos nacionais e as empresas, seja em termos de burocracia ou de custos financeiros, contrariamente aos compromissos assumidos repetidas vezes em prol de uma simplificação e de um alívio dessa carga.

Além disso, a Europa de Bruxelas prova quotidianamente a estima que tem pelos dados quantitativos em que é suposta apoiar-se. Apenas citarei dois exemplos. Em primeiro lugar, a fraqueza das propostas destinadas a apoiar a economia real que está a entrar em recessão, apoio este que será, seja como for, sujeito à primazia dogmática da sacrossanta concorrência, do comércio livre mundial e do "estúpido" Pacto de Estabilidade. Em segundo lugar, a negociação da inflação de que sofrem os agregados familiares desde a entrada em vigor das moedas e das notas em euros. O preço de determinados produtos de base duplicou, de facto, ou mesmo triplicou em 6 anos, enquanto o BCE se concentra nos agregados globais e enganadores, e apela à moderação salarial.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. - (EN) A recolha de dados tem um papel decisivo no desenvolvimento das políticas e nos processos de decisão. A proposta da Comissão relativa a este domínio estabelece um estatuto jurídico sólido para recolha de dados, pelo que votei favoravelmente o relatório do senhor deputado Schwab.

- Relatório Luís Manuel Capoulas Santos (A6-0402/2008)

Jean-Pierre Audy (PPE-DE), *por escrito*. - (FR) Com base no relatório do meu colega português Luís Manuel Capoulas Santos, votei a favor da resolução legislativa que altera a proposta de regulamento do Conselho que estabelece regras comuns relativamente aos regimes de apoio directo e a favor dos agricultores no quadro da política agrícola comum e estabelece também certos regimes de apoio em benefício dos agricultores. É essencial afirmar o conceito de segurança alimentar, de forma a excluir toda e qualquer ameaça sobre o aprovisionamento, no âmbito de uma gestão equilibrada e sustentável do território. Saúde e apoio os pedidos de simplificação processual. Apoio os instrumentos comunitários de gestão de crise. Este voto confirma uma evolução favorável da tomada em linha de conta da agricultura nas políticas comunitárias. Mas os problemas do futuro da agricultura não ficam resolvidos: será alvo do debate eleitoral de 2009 e das negociações políticas que irão abrir-se imediatamente após as eleições.

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. - (IT) Confirmando o meu voto a favor do relatório Capoulas Santos, mas gostaria de chamar a atenção para dois aspectos que podem tornar-se insustentáveis para os agricultores do meu país. Um primeiro ponto diz respeito às quotas leiteiras: o aumento de um por cento, fruto do compromisso alcançado, constitui de facto um passo muito pequeno e é insuficiente para responder às legítimas reivindicações dos agricultores.

Outro ponto insatisfatório diz respeito aos fundos para o tabaco. Embora vá de encontro à posição do meu grupo político, estou firmemente convicto de que as ajudas devem ser prorrogadas. De facto, um corte nos subsídios não faria nada para combater o tabagismo, mas teria um impacto negativo na protecção dos postos de trabalho num sector que emprega mais de 500 000 trabalhadores nos 27 Estados-Membros. Espero um melhoramento da proposta no decurso das etapas que se seguirão à aprovação de hoje.

Bastiaan Belder (IND/DEM), *por escrito*. - (NL) O "check-up" da saúde da PAC constitui um vasto e importante dossier. Quer gostemos, quer não, cabe-nos indicar o rumo que a política agrícola deveria tomar após 2013. Permitam-me referir dois aspectos da questão.

O apoio dissociado permite uma agricultura mais orientada para o mercado e, portanto, mais competitiva e mais inovadora. Todavia, não devíamos mudar de rumo para um mercado agrícola totalmente liberalizado. Não devíamos deitar fora o guarda-chuva logo que surge o Sol. Mecanismos de intervenção, cobertura de seguros, etc., deviam estar organizados de molde a não causarem distorções do mercado e, simultaneamente, a constituírem uma verdadeira rede de segurança.

A proposta de se canalizarem montantes consideráveis para o segundo pilar através da modulação não tem o meu apoio. Aparentemente, os fundos do primeiro pilar são despendidos de modo mais sensato do que os fundos destinados ao desenvolvimento rural. Além disso, estou a prever toda a espécie de problemas de co-financiamento, no que diz respeito às condições de concorrência equitativas.

Hanne Dahl (IND/DEM), *por escrito*. - (DA) O Movimento de Junho votou contra a alteração 208, uma vez que o surto de doenças infecciosas animais se deve a uma insuficiente separação veterinária dos animais. Os problemas surgem relacionados com a finalidade comercial dos animais. Como tal, a responsabilidade pela adequada gestão dos animais por forma a evitar as doenças, e o risco que lhe está associado, é dos agricultores e do seu sector.

Um projecto de lei sobre a afectação económica comum dos custos é uma má ideia visto que, no final, significará que serão os cidadãos a pagar por algo que não é da sua responsabilidade.

Bairbre de Brún (GUE/NGL), *por escrito*. - (GA) O objectivo de reformar a PAC deve ser o de melhorar a política de modo a que a vida rural por toda a Europa se torne mais sustentável ao nível social, económico e ambiental.

A medida relativa ao Exame de saúde é uma mistura que contém alguns melhoramentos mas que, noutros aspectos, não consegue fazer face aos desafios que se nos colocam. A vida rural e, em especial, a agricultura, enfrentam actualmente inúmeras ameaças. Os jovens agricultores estão a ter de abandonar as terras, ao mesmo tempo que os grandes latifundiários estão a receber dinheiro para deixarem por cultivar terrenos agrícolas valiosos. A biodiversidade também está sob ameaça.

Concordo que deveria ser possível utilizar os fundos de reserva para novos agricultores e para jovens agricultores, e para categorias nos domínios mais carenciados, como o gado ovino - que têm um papel importante no que diz respeito à preservação da biodiversidade. Apoio igualmente o pedido para que os pagamentos aos agricultores sejam antecipados no ano de modo a que eles tenham uma maior estabilidade. As nossas comunidades rurais exigem estabilidade para poderem planear o futuro.

Avril Doyle (PPE-DE), *por escrito*. - (EN) Embora tenha apoiado o relatório do senhor deputado Capoulas Santos (A6-0402/2008) sobre a proposta de regulamento do Conselho que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo aos agricultores no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores, não sou a favor da alteração aprovada relativa ao aumento da modulação. O resultado será a transferência de mais fundos do primeiro para o segundo pilar, subtraindo-os integralmente ao rendimento dos agricultores (em particular dos pequenos agricultores) de países como a Irlanda. Esses fundos serão canalizados para programas que exigem o co-financiamento pelos Estados-Membros - uma fonte de financiamento incerta e com a qual não se pode contar.

Lena Eku (ALDE), *por escrito*. - (SV) Optei por votar contra o relatório por o mesmo constituir claramente um passo na direcção errada por parte da proposta da Comissão numa série de domínios. Um exemplo é a redução das alterações às ajudas directas ao desenvolvimento rural. A maioria concordou em reduzir as ajudas directas em apenas 6% para 2009 e 2010. A Comissão tinha proposto reduzir as ajudas em 7% em 2009 e 9% em 2010. Pessoalmente, eu gostaria de ter visto cortes ainda maiores.

Além disso, aumentou o limite a partir do qual as ajudas directas devem ser mudadas para ajudas directas ao desenvolvimento. Nos termos da proposta original, a mudança ter-se-ia aplicado a subsídios a partir dos 5 000 euros por ano. A maioria votou agora a favor do aumento do limite para 10 000 euros. Isto tem como consequência a redução da proporção das ajudas passivas à agricultura convertidas em ajudas activas ao desenvolvimento rural. O dinheiro seria gasto de uma forma mais positiva no arranque de empresas em zonas rurais em vez de na produção de culturas que já obtêm bons lucros.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. - Apesar das melhorias introduzidas neste relatório, para as quais contribuímos, designadamente com a aprovação da nossa proposta de aumento da base de início da modulação de 5 000 euros para 10 000 euros, com o objectivo de promover maior justiça social na distribuição das ajudas aos agricultores, lamentamos que outras tenham sido rejeitadas, embora algumas tenham obtido uma votação superior a 200 votos favoráveis, como foi o caso do apoio à produção de açúcar nos Açores.

Também lamentamos que não tenha sido aprovada a instituição de uma ajuda simplificada para os agricultores que recebem montantes de valor igual ou inferior a 1000 euros, apesar de ter obtido 175 votos favoráveis. Esta era uma forma de combater a insensibilidade social da proposta da Comissão Europeia, simplificando o processo e combatendo a burocracia, a qual foi utilizada como pretexto pela Comissão Europeia para propor que acabem os apoios inferiores a 250 euros anuais, o que pode prejudicar cerca de 90 mil pequenos agricultores portugueses.

Por isso, apesar do nosso voto final contra o relatório, vamos continuar a defender as propostas que apresentámos, por considerarmos que são as que melhor defendem os agricultores portugueses e a nossa agricultura familiar.

Glyn Ford (PSE), *por escrito*. – (EN) O grupo do Partido Trabalhista no Parlamento Europeu tinha sérias reservas acerca deste relatório, que incrementará e perpetuará as distorções existentes na União Europeia e a nível global no que respeita à produção agrícola. Quanto à votação de hoje, no decurso da qual foram aprovadas várias alterações que reforçam e pioram a situação, não pude votar globalmente a favor nem da proposta alterada nem do projecto de resolução legislativa, apesar de apoiar alguns outros pontos específicos do relatório.

Duarte Freitas (PPE-DE), *por escrito*. – Apesar de concordar com a necessidade de revisão dos regimes de apoio aos agricultores, considero que as propostas da Comissão vão muito além do necessário, prejudicando seriamente o rendimento dos agricultores, que são o garante da manutenção da paisagem rural europeia e de crucial importância tendo em conta a nossa soberania alimentar.

O relatório Capoulas Santos melhora em muitos aspectos a proposta da Comissão, sendo de destacar a maior flexibilidade dada aos Estados-Membros aquando da fixação de limiares mínimos para o recebimento das ajudas.

Votei ainda favoravelmente o limiar de 10 000 euros / ano para a aplicação da modulação, o que favorece muitos pequenos e médios agricultores, e a não aplicação das taxas mais elevadas de modulação às cooperativas ou outras entidades jurídicas compostas por vários agricultores que isoladamente não ultrapassam os 100 000 euros, a fim de evitar uma injusta penalização dos agricultores.

Não sendo o relatório ideal, por exemplo por não permitir o efeito redistributivo da modulação suplementar, considero positivo o resultado final da votação em plenário, pelo que voto favoravelmente a resolução legislativa.

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), *por escrito*. – (SV) Como de costume, a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu escolheu uma via diferente da que foi escolhida pela Comissão. Em vez de reformar a política agrícola comum, a comissão pretende aumentar os subsídios e assegurar aos contribuintes um aumento das suas participações económicas.

A Lista de Junho deseja absolutamente abolir o reembolso à exportação de produtos agrícolas e votou a favor das propostas que recomendavam isto. Consideramos que a UE está a causar graves danos no estrangeiro por fazer dumping de produtos agrícolas em países pobres sem prestar qualquer atenção às consequências sociais.

A Lista de Junho quer abolir a política agrícola comum e gostaríamos de referir que, felizmente, o Parlamento Europeu não tem poderes de co-decisão relativamente à política agrícola da UE. Caso contrário, a UE cairia na armadilha do proteccionismo e dos grandes subsídios a todos os vários grupos que integram o sector da agricultura.

Jean-Marie Le Pen (NI), *por escrito*. – (FR) Antes da grande viragem orçamental de 2013, que poderá assinar a morte da PAC através da sua renacionalização galopante, os Estados-Membros tentam chegar a acordo sobre uma nova reforma da PAC, depois da reforma secreta de 2003.

O objectivo confesso da Comissão é o de adaptar-se melhor ao mercado, reduzindo as ajudas directas em benefício das políticas ambientais e do desenvolvimento rural.

Infelizmente, a reforma não está à altura dos desafios que a Europa terá de enfrentar em matéria agrícola: alimentar 9 mil milhões de indivíduos em 2050, ocupar superfícies agrícolas limitadas, depender de preços especulativos sobre as matérias primas agrícolas, etc.

Neste contexto flutuante e incerto, temos de defender a excepção da agricultura na OMC, na medida em que a agricultura e a indústria agro-alimentar não são mercadorias como as outras, mas sim produções não deslocalizadas e baseadas no saber-fazer e no génio de gerações de camponeses.

E se o exame de saúde da PAC não passasse do primeiro passo para a liberalização total da PAC, sem regulação nem rede de segurança?

Cabe-nos a nós zelar por isso e denunciar todo e qualquer desvio liberal na matéria, o que não significa imobilismo.

Astrid Lulling (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) Não estou feliz com o resultado do compromisso da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, mas estou razoavelmente satisfeita. Conseguimos evitar o maior dano que os nossos agricultores teriam sofrido na sequência das propostas desastrosas apresentadas pela Comissão Europeia ao garantir que os pagamentos directos não serão reduzidos em 13% entre 2009 e 2013. Estes pagamentos, que são fundamentais para os nossos agricultores, deveriam apenas ser reduzidos em 1% em 2009 e 2010 e em 2% em 2011 e 2012, no máximo.

Se estes montantes forem encaminhados para o fundo destinado ao sector do leite, tal como por nós proposto, por exemplo, para pagar prémios à produção de pastos aos produtores de leite, o corte nos rendimentos directos será menos doloroso. O preço do leite está mais uma vez a descer, ao contrário do que acontece com os custos de produção. O preço dos fertilizantes, por exemplo, aumentou 40%. Infelizmente, a Comissão está mais uma vez a travar uma batalha contra o fundo destinado ao sector do leite.

Mesmo que não reduzamos estes pagamentos directos aos agricultores, que totalizam os 5 000 euros ou mesmo os 10 000 euros por ano, conforme é exigido nas alterações que vão para além do compromisso proposto pela Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, esta medida não terá grande impacto nos agricultores luxemburgueses, uma vez que apenas as explorações agrícolas geridas a tempo parcial se enquadram no limiar abaixo dos 10 000 euros. A prioridade deverá ser a manutenção dos cortes no nível mais baixo possível. Caso contrário, não haverá futuro para os agricultores a tempo inteiro no Luxemburgo, o que é inaceitável.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Apoio o aumento de 2% das quotas leiteiras durante quatro anos, pois creio que um aumento dessa ordem proporciona uma maior tranquilidade relativamente à abolição do sistema de quotas leiteiras em 2015.

Dimitrios Papadimoulis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Votei contra o relatório do senhor deputado Capoulas Santos sobre o novo regime de apoio aos agricultores no âmbito da política agrícola comum, porque considero que a sustentabilidade da agricultura não pode ser garantida a nível europeu. É verdade que é necessário financiar o sector agrícola para salvaguardar a sustentabilidade do sector e a segurança alimentar na Europa. No entanto, esse financiamento deve ser assegurado através do orçamento comunitário e não deve penalizar os pequenos e médios produtores com a fixação, por exemplo, de limites mínimos para o apoio. Pelo contrário, o critério do trabalho pessoal deve ser primordial para o pagamento do apoio, e deve fixar-se um limite máximo de apoio por exploração.

Por outro lado, o sistema de gestão de crises proposto pela Comissão fica aquém do desejável. Faria mais sentido criar um fundo público de garantia com base em financiamento comunitário e concebido para prevenir as crises e as doenças das plantas e garantir um rendimento mínimo aos agricultores. Por último, o relatório não contém nenhuma proposta para a criação de mecanismos de combate às alterações climáticas, que estão a afectar directamente os agricultores europeus.

Neil Parish (PPE-DE), *por escrito*. – (EN) Os deputados conservadores votaram contra este relatório, que consideram um passo na direcção errada. Consideramos essencial que o processo de dissociação iniciado na Reforma de 2003 seja alargado a todos os sectores, para permitir aos agricultores produzirem o que o mercado procura e beneficiarem de uma efectiva igualdade de condições. Este relatório opõe-se à dissociação e tenta mesmo inverter decisões já tomadas, em particular a da inclusão do regime do tabaco no pagamento único por exploração. O relatório é favorável ao prolongamento da concessão de subsídios ao tabaco ligados à produção até 2012, o que, obviamente, não podemos aceitar.

Além disso, dá ensejo a uma utilização muito flexível do artigo 68.º, que pode distorcer o mercado, permitir pagamentos associados pela porta das traseiras e vir a ser contestada na OMC. Finalmente, a isenção dos primeiros 10 000 euros relativamente à modulação, que acresce ao nível muito baixo de modulação comunitária obrigatória, impedirá a libertação de verbas que permitam uma sólida política de desenvolvimento rural e afectará os agricultores do Reino Unido de forma desproporcional.

Luís Queiró (PPE-DE), *por escrito*. – A discussão sobre o *exame de saúde* da PAC foi uma excelente oportunidade para iniciarmos um debate profundo sobre a sua reforma, que há-de ocorrer em 2013. Para lá chegarmos com sucesso, é necessário que o caminho se faça com prudência, colocando o acento tónico tanto na competitividade como nas dimensões ambientais, sociais, de desenvolvimento rural e da segurança alimentar.

O acordo entre os principais grupos políticos, muito devido ao empenho do relator Capoulas Santos, aponta já algumas soluções e caminhos que, espera-se, o Conselho agora siga. Sendo certo que este não é, hoje, um domínio da co-decisão, o Parlamento trabalhou nesse espírito e esse facto deve ser aproveitado pelos governos.

Votei favoravelmente o pacote, porque é importante o resultado alcançado na comparticipação comunitária nos prémios de seguro e a não eliminação dos subsídios de menor valor, que têm um grande peso em países como Portugal. Tal como se destaca a solução equilibrada para a modulação no apoio ao desenvolvimento rural. No caso das quotas leiteiras, é de lamentar não se ter conseguido um equilíbrio que evitasse os prejuízos previsíveis para os produtores de regiões como o Norte, o Centro do País e os Açores.

Carl Schlyter, (Verts/ALE), por escrito. - (SV) Vou votar a favor da rejeição deste relatório e a favor do reenvio do mesmo à comissão uma vez que veio enfraquecer ainda mais as reformas propostas pela Comissão que, já de si, eram demasiado pouco importantes e demasiado lentas.

Olle Schmidt (ALDE), por escrito. - (SV) O enorme montante de ajuda que a UE dá à sua agricultura interna é imoral e directamente prejudicial. Esta ajuda é prejudicial à concorrência mundial que, todos sabemos, constitui um pré-requisito da prosperidade, justifica as reformas que são necessárias no sector da agricultura e reduz as escolhas que estão disponíveis para nós, os consumidores.

A proposta que a Comissão elaborou é importante para medidas de liberalização adicionais em conformidade com as reformas de 2003. Assim sendo, não posso votar a favor dos relatórios do senhor deputado Santos que, em larga medida, se iriam traduzir na desvirtuação da proposta da Comissão.

Marek Siwiec (PSE), por escrito. - (EN) Hoje realizou-se uma votação importante. Importante para todos os agricultores da União Europeia. Mas há agricultores que não são tão fortes quanto outros, porque ainda não tiveram tempo para se adaptarem às estruturas agrícolas da União Europeia. A partir de 1989, logo que tiveram oportunidade de o fazer, valeram-se das capacidades que tinham para criar empresas agrícolas sustentáveis.

Esses agricultores não são os grandes produtores que podemos encontrar em França ou na Alemanha; são ainda de pequena dimensão. Mas são muitíssimo importantes para o meu país, a Polónia. Precisamos deles para que, no futuro, continue a existir uma zona rural onde as pessoas que o queiram poderão viver e trabalhar. Mas, para isso, eles terão de ter um apoio especial da nossa parte. Por conseguinte, o meu voto de hoje teve em vista ajudar os pequenos produtores, designadamente os polacos, e mostrar-lhes que podem contar com o nosso e o meu apoio, hoje e no futuro.

Silvia-Adriana Țicău (PSE), por escrito. - (RO) Votei a favor do relatório que estabelece regimes de apoio aos agricultores no âmbito da PAC. Apoio a política agrícola comum.

A União Europeia necessita de apoiar os agricultores através da concessão de pagamentos directos e do desenvolvimento das infra-estruturas rurais. A UE tem de investir na agricultura, designadamente dada a iminência de uma crise alimentar mundial. Apoiei a alteração 23 que reconhece a necessidade de apoiar o sector ovino ao nível comunitário, o qual se encontra em grave declínio.

Considero igualmente que os Estados-Membros deveriam ser autorizados a utilizar, a título de suplemento, 5% dos seus limites máximos para apoiarem agricultores ou grupos de produtores sob a forma de contribuições financeiras para as despesas associadas aos prémios de seguros. Há que dar uma atenção especial aos pequenos agricultores, que é o motivo pelo qual apoiei a alteração 211, que introduz uma derrogação à redução adicional nos pagamentos directos no caso de cooperativas ou grupos de agricultores pagos directamente e que centraliza os subsídios para distribuição aos seus membros. Votei a favor das alterações 114 e 118 que permitem aos Estados-Membros utilizar até 15% dos seus limites máximos nacionais para conceder apoio aos agricultores de modo a compensar as desvantagens específicas que afectam quem desenvolve a actividade no sector dos lacticínios, bem com os produtores de carne de bovino, carne de ovino e de caprino.

Georgios Toussas (GUE/NGL), por escrito. - (EL) Os regulamentos de aplicação do "exame de saúde" da PAC representam um passo decisivo para o controlo da produção agrícola pelos grupos monopolistas, com a finalidade de aumentar os seus lucros. Ao mesmo tempo, preparam o terreno para um ataque global, em 2013, contra as já fragilizadas pequenas e médias explorações agrícolas.

O grande capital está a exercer pressões para que se faça uma reforma mais ampla e mais rápida da PAC e para que esta seja adaptada às regras da OMC, de modo a que as multinacionais possam concentrar ainda mais terra, consolidar a sua soberania na produção e comercialização de produtos alimentares e reforçar a sua posição na concorrência internacional.

As consequências da PAC são já visíveis para os pequenos e médios agricultores, especialmente na sequência da dissociação da ajuda em relação à produção com a reforma de 2003: o abandono das explorações, o declínio da população rural, a extinção, o abandono do espaço rural e os efeitos nefastos no ambiente.

São igualmente visíveis para os trabalhadores, que enfrentam o custo insuportável do aumento dos preços dos produtos alimentares e os riscos acrescidos para a saúde pública decorrentes das substâncias perigosas e de matérias-primas e métodos de produção de qualidade duvidosa.

Somos radicalmente contra os regulamentos propostos, que revelam o carácter anti-rural da PAC. Exortamos os pequenos e médios agricultores a juntarem-se aos trabalhadores na luta comum contra a política anti-rural da UE e do capital.

(Declaração escrita encurtada nos termos do artigo 163.º do Regimento)

- Relatório Luís Manuel Capoulas Santos (A6-0401/2008)

Sylwester Chruszcz (NI), *por escrito*. - (PL) Votei hoje contra o relatório sobre o Regulamento do Conselho que altera a política agrícola comum. Em minha opinião, o Regulamento não consegue satisfazer as expectativas de inúmeros grupos de produtores, nem reduzir o fosso entre os agricultores dos antigos e dos novos países da União Europeia. Lamento profundamente o facto de a maioria dos eurodeputados não se aperceber dos problemas que a agricultura europeia e polaca enfrentam, o que exige mudanças. Contudo, considero a tendência das alterações propostas pela Comissão Europeia impossível de aceitar.

Avril Doyle (PPE-DE), *por escrito*. - (EN) A propósito do relatório do senhor deputado Capoulas Santos (A6-0401/2008) sobre o «exame de saúde» da PAC, cabe-me esclarecer que, embora tenha votado a seu favor, há um elemento da PAC, mais concretamente os subsídios para a plantação do tabaco, que não apoio nem nunca apoiei. O tabaco é a produção que recebe o maior subsídio por hectare na UE.

Desde o início da década de 1990, a UE gastou aproximadamente 1 000 milhões de euros por ano em subsídios a produtores de tabaco. Apesar dos esforços feitos no sentido de os reduzir, os subsídios ao tabaco atribuídos a produtores de tabaco ascendem ainda a centenas de milhões de euros (963 milhões de euros em 2002). É, de longe, o sector agrícola mais intensamente subsidiado, o que gera distorções nos incentivos e elevados níveis de ineficiência. Este apoio tem sido dispendioso, ineficaz do ponto de vista comercial e prejudicial para a imagem da UE, por revelar uma estranha ambivalência no que respeita aos objectivos comunitários em matéria de saúde. O tabaco não deve receber subsídio algum (o tabaco, e não os produtores de tabaco), e os montantes correspondentes devem ser canalizados para o apoio à agricultura saudável, a um ritmo muito mais rápido do que o actualmente previsto.

Lena Eku (ALDE), *por escrito*. - (SV) A proposta da Comissão no sentido da eliminação progressiva do regime das quotas leiteiras foi desvirtuada através de um requisito de revisão já em 2010. Além disso, a maioria promoveu a adopção da criação de um fundo destinado ao sector do leite. Considero que este relatório poderia ter sido melhor se tivéssemos conseguido a adopção de uma série de alterações que visavam uma maior adaptação do mercado, como um maior aumento das quotas leiteiras. Infelizmente, nenhuma destas alterações foi adoptada, motivo pelo qual votei contra o relatório.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. - Lamentamos que tenham sido rejeitadas as nossas propostas, que defendiam uma outra política agrícola comum, apostada na defesa de apoios aos agricultores que produzem para combater a instabilidade de sectores produtivos devido à oscilação dos preços, em mecanismos de regulação de mercados que garantam um rendimento digno aos pequenos e médios agricultores, para impedir o declínio do mundo rural e a desertificação de muitas regiões.

Lamentamos também que tenha sido rejeitada a nossa proposta que visava garantir o financiamento pela Comunidade Europeia de seguros públicos nos Estados-Membros, a fim de garantir um rendimento mínimo aos agricultores em determinadas circunstâncias, ou seja, calamidades de carácter público tais como secas, tempestades, granizo, incêndios florestais ou epizootias.

Rejeitamos o fim anunciado do sistema de quotas de leite, a renacionalização dos custos da PAC e a manutenção de injustiças na atribuição de apoios.

A insistência na defesa das propostas da Comissão Europeia, mesmo que com alguns remendos, não é uma base suficientemente forte para exigir do Conselho uma outra posição.

Christofer Fjellner (PPE-DE), *por escrito*. - (SV) Na sua proposta, a Comissão Europeia dá vários passos importantes na direcção correcta em termos da criação de um sector agrícola competitivo através de uma maior dissociação da ajuda e da abolição do regime obrigatório de retirada, subsídios às exportações, quotas leiteiras, ajudas à produção e apoio ao mercado. A proposta traduz-se igualmente numa transferência das verbas das ajudas directas à produção agrícola para o desenvolvimento rural, com a tónica nos quatro

domínios prioritizados das alterações climáticas, energia renovável, gestão da água e biodiversidade. Uma vez que o Parlamento Europeu pretendia um número menor de reformas e um ritmo de mudança mais lento, optámos por apoiar a proposta original da Comissão e votar contras as alterações do Parlamento.

Duarte Freitas (PPE-DE), por escrito. - Apesar de considerar que as modificações à PAC preconizadas pela Comissão são necessárias, considero que, no que diz respeito às quotas leiteiras, a proposta da Comissão é muito prejudicial para as regiões europeias menos competitivas e com maior dependência do sector do leite.

Considero, por isso, que não se devia ter iniciado o desmantelamento das quotas leiteiras com o Regulamento (CE) n.º 248/2008 e que não se deveria continuar este desmantelamento tal como propôs a Comissão e aceitava o relator.

O relatório Capoulas Santos tem um aspecto menos negativo ao apontar para a elaboração de um relatório em 2010 para analisar a situação do mercado do leite.

Por isso, só não voto negativamente este relatório porque considero muito positiva a aprovação das alterações que dizem respeito à refinação de açúcar nos Açores e que podem permitir a manutenção desta actividade numa região sem grandes alternativas económicas.

Elisabeth Jeggle (PPE-DE), por escrito. - (DE) Na votação de hoje sobre o "exame de saúde" da Política Agrícola Comum (PAC), votei contra o relatório sobre o sector leiteiro. Na minha opinião, a quota não deverá sofrer novos aumentos sem uma análise do mercado. Considero que a exigência do Parlamento de aumentar gradualmente a quota em 1% por cinco vezes, conforme proposto pela Comissão, transmitirá uma mensagem completamente errada.

No entanto, congratulo-me profundamente com o facto de o Parlamento se ter manifestado mais uma vez a favor do fundo destinado ao sector do leite. Os fundos que serão economizados do orçamento para o sector agrícola e, em particular, no sector leiteiro constituem uma forma eficaz de aliviar o fardo que recai sobre este sector e de o reestruturar. Além disso, apoio o pedido a apresentar à Comissão, ao Parlamento e ao Conselho no sentido de elaborarem um relatório sobre o mercado do leite até 31 de Dezembro de 2010, que irá servir de base para a discussão de outras medidas destinadas ao controlo das quotas leiteiras. Congratulo-me ainda com o facto de a franquia para a aplicação da modulação ter sido aumentada de 5 000 euros para 10 000 euros por ano. Tal significa que o Parlamento é a favor do reforço do apoio às explorações agrícolas de pequena dimensão, a maioria das quais se encontra nas nossas regiões de Baden-Württemberg e da Baviera.

Neil Parish (PPE-DE), por escrito. - (EN) Os deputados conservadores apoiaram as alterações que permitem um aumento das quotas leiteiras de pelo menos 2% por ano até à abolição do regime de quotas em 2015, como forma de preparar o terreno para um sector leiteiro liberalizado e orientado para o mercado. Rejeitámos as alterações que visavam limitar o aumento dessas quotas. No fim de contas, não foram aprovadas alterações significativas num ou noutro sentido, o que significa que a proposta da Comissão se manteve praticamente inalterada.

Embora os aumentos anuais de 1% propostos pela Comissão fossem preferíveis a não haver qualquer aumento, continuamos a considerar este passo demasiado tímido. Rejeitamos igualmente a relutância do relatório relativamente à eliminação de determinados pagamentos associados e certas medidas de apoio ao mercado. Por conseguinte, votámos contra o relatório na generalidade.

Silvia-Adriana Țicău (PSE), por escrito. - (RO) Votei a favor do relatório sobre a alteração do "Regulamento relativo à adaptação da política agrícola comum". Apoiei a alteração 4 que permite um aumento das quotas leiteiras em 2% para 2008-2009 e em 1% para as campanhas de comercialização de 2009-2010 e 2010-2011. Isto providenciará os elementos necessários para uma avaliação adequada da situação do mercado no sector leiteiro. Apoiei igualmente o facto de, nos casos em que a situação no mercado do leite para a campanha de comercialização respectiva o permitir, serem possíveis aumentos nas quotas leiteiras para os 12 novos Estados-Membros. Face a este contexto, temos de garantir que a decisão de alterar a quota leiteira é tomada oportunamente, antes do início da campanha de comercialização em questão (1 de Abril do ano respectivo).

- Relatório Luís Manuel Capoulas Santos (A6-0390/2008)

Andreas Mölzer (NI), por escrito. - (DE) Os pagamentos efectuados ao abrigo do Fundo Europeu Agrícola visam conceder apoio aos agricultores, de forma a garantir que as zonas rurais se mantêm em boas condições agrícolas e ambientais. Ao mesmo tempo que se aplicam normas rigorosas aos bens alimentares produzidos

na UE, importam-se a preços irrisórios bens que não estão sujeitos a estas mesmas normas. Além disso, as quotas leiteiras foram aumentadas e acabarão definitivamente em 2015, o que conduzirá à queda do preço do leite e deixará os pequenos agricultores a braços com sérias dificuldades. Por último, as cadeias de supermercados como a “Hofer” recebem subsídios da UE, aumentando ainda mais a pressão sobre os agricultores locais, por exemplo, ao utilizarem o leite como mero produto de engodo.

Aqueles que mais sofrem são os pequenos agricultores das zonas rurais que dependem da produção de leite mas que não têm possibilidade de o produzir em larga escala. Por seu turno, os consumidores são obrigados a pagar o leite e os alimentos a preços acrescidos, mas nenhuma parte desse montante adicional reverte a favor dos pequenos produtores. No entanto, quando os preços caem, são os agricultores que sofrem os efeitos dessa queda. Esta situação tem de ser alterada; caso contrário, ficaremos dependentes da importação de bens alimentares em virtude do elevado número de agricultores que abandona a actividade. Os nossos agricultores dependem de subsídios e esta é a razão pela qual votei favoravelmente o relatório Capoulas Santos.

Silvia-Adriana Țicău (PSE), por escrito. - (RO) Votei a favor do relatório relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Votei a favor da alteração 24 que especifica o apoio à instalação para jovens agricultores no montante de 75 000 euros. Este montante pode ser concedido sob a forma de um prémio único no valor máximo de 50 000 euros ou sob a forma de uma bonificação de juros cujo valor capitalizado não pode exceder 50 000 euros. Em caso de combinação de ambas as formas de apoio, o valor máximo não pode exceder 75 000 euros.

Votei igualmente a favor da alteração 12 que, para assegurar um financiamento adequado dos programas de desenvolvimento rural, defende que é conveniente melhorar a flexibilidade, de forma a permitir a utilização, no interior do mesmo Estado-Membro, dos recursos não utilizados dos Fundos Estruturais para este efeito.

- Relatório Luís Manuel Capoulas Santos (A6-0377/2008)

Andreas Mölzer (NI), por escrito. - (DE) É obviamente importante que diferentes áreas de política sejam coordenadas entre si, mas esta coordenação não deve limitar-se ao financiamento. Temos a sensação de que, na UE, a mão direita não sabe o que está a fazer a esquerda. Promovemos o transporte de mercadorias em toda a Europa e depois promovemos medidas de protecção ambiental para combater os efeitos negativos do transporte. Outro exemplo é a implementação do apoio à produção de tabaco em simultâneo com as medidas para reduzir o consumo de tabaco.

Este princípio aplica-se às áreas rurais. Por um lado, existem fundos para subsídios adicionais; por outro, em função dos requisitos do Tratado de Maastricht e do entusiasmo ilimitado pela privatização, as infra-estruturas fora dos principais centros populacionais estão a ser desmanteladas, deixando as áreas rurais cada vez mais isoladas. Na Áustria, se os correios forem privatizados, tal como se prevê, daqui a uma década os correios fora das cidades estarão, no mínimo, afastados 20 quilómetros uns dos outros. As áreas rurais tornam-se cada vez mais o lugar onde vivem os idosos. A eliminação deste importante ponto de contacto para as pessoas mais velhas torná-las-á cada vez mais isoladas. E, além dos idosos, as pessoas desfavorecidas socialmente ou com mobilidade reduzida são particularmente afectadas pelos cortes nas infra-estruturas. Votei a favor deste relatório na esperança de que venha a constituir a base para estratégias mais bem coordenadas e de que contrarie estes desenvolvimentos negativos.

Dumitru Oprea (PPE-DE), por escrito. - (RO) Votei a favor do relatório do senhor deputado Capoulas Santos. Uma das razões pela qual votei a favor é porque, de uma forma especial, durante os períodos de crise, a agricultura é um dos domínios ao qual deve ser dada atenção especial.

Geralmente, em períodos como este o consumo diminui. É por esse motivo que os investimentos na agricultura têm de ser direccionados para a redução dos custos de exploração, sem contudo afectar a qualidade dos produtos agrícolas. Considero igualmente que, durante o próximo período, devemos reconsiderar e determinar o verdadeiro valor dos produtos agrícolas. E isto porque, de outra forma, um número cada vez maior de agricultores irá desistir de explorar a terra em condições em que deixarão de conseguir vender os seus produtos a um preço realista. Há frequentemente casos em que o custo da produção agrícola nem sequer cobre o investimento. Por outro lado, não nos esqueçamos de que, no sector da agricultura, necessitamos de identificar e utilizar combustíveis alternativos, um domínio estratégico para o mundo inteiro.

Este relatório é relevante devido às questões que suscita. A agricultura necessita de figurar entre as prioridades da UE.

9. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 13H05, é reiniciada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-presidente

10. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

11. Condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado - Pedido único de autorização de residência e de trabalho

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta dos seguintes relatórios:

- (A6-0432/2008) da deputada Ewa Klamt, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre uma proposta de directiva do Conselho relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado (COM(2007)0637 - C6-0011/2008 - 2007/0228(CNS)), e

- (A6-0431/2008) do deputado Patrick Gaubert, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre uma proposta de directiva do Conselho relativa a um procedimento de pedido único de concessão de uma autorização única para os nacionais de países terceiros residirem e trabalharem no território de um Estado-Membro e que estabelece um conjunto comum de direitos para os trabalhadores de países terceiros que residem legalmente num Estado-Membro (COM(2007)0638 - C6-0470/2007 - 2007/0229(CNS)).

Os serviços do Parlamento estão a informar-me de que o pai da senhora deputada Klamt faleceu, pelo que ela não está presente. Evidentemente que vamos enviar os nossos sentimentos à senhora deputada Klamt, e que agradecemos ao senhor deputado Weber por assumir a responsabilidade de a substituir como relator neste debate.

Manfred Weber, relator. - (DE) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, o motivo pelo qual estou aqui a falar já foi referido, nomeadamente, pelo facto de a senhora deputada Klamt ter perdido um familiar próximo. Apresentamos-lhe as nossas condolências.

Gostaria de começar por expressar a minha gratidão, em nome da relatora, pela excelente cooperação nesta área. Como sabeis, o relatório foi elaborado em estreita cooperação entre a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, como parte do processo para incrementar a colaboração. Por esta razão, eu gostaria de agradecer aos colegas deputados que estiveram envolvidos e aos relatores-sombra da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos. A relatora gostaria também de agradecer particularmente à Presidência francesa, com a qual manteve estreitos contactos durante os últimos meses. Todavia, enquanto membro do Parlamento Europeu, gostaria de realçar, mais uma vez, que teria sido melhor se o acordo ao nível dos embaixadores tivesse tido lugar depois das deliberações no Parlamento Europeu. Isto teria sido uma indicação agradável de estreita cooperação.

Indo directamente ao assunto, estamos a concorrer com outros países de todo o mundo pela posse de trabalhadores altamente qualificados. Com uma proporção de 1,72 % do total da força de trabalho, a União Europeia encontra-se muito atrás de todos os seus concorrentes. A Austrália, o Canadá, os Estados Unidos e até a Suíça possuem uma proporção maior de trabalhadores altamente qualificados nas suas forças de trabalho. Na competição pelos cérebros melhores e mais talentosos, a União Europeia partiu de uma posição desfavorável. Todos sabemos que esta questão é decisiva para o nosso futuro e para a capacidade de inovação das nossas economias nacionais.

Fazendo uso de oito alterações de compromisso, a senhora deputada Ewa Klamt conseguiu chegar a um acordo com os outros grupos do Parlamento sobre os critérios essenciais. O relatório Ewa Klamt, que mereceu a aprovação da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, contém os critérios principais para a admissão de trabalhadores altamente qualificados de países terceiros. O primeiro aspecto é a definição de “trabalhadores altamente qualificados”, e aqui a questão tem a ver com os salários que são

pagos. O âmbito da directiva inclui, por um lado, pessoas possuidoras de habilitações de ensino superior e, por outro, pessoas possuidoras de uma experiência profissional comparável cobrindo um período de, pelo menos, cinco anos. A Comissão tinha inicialmente proposto três anos de experiência. O Parlamento Europeu deu também um passo adicional em relação ao critério do salário. O limiar salarial inferior deverá ser de 1,7 vezes o salário bruto anual médio. O Conselho decidiu-se por um factor de 1,5. Por conseguinte, eu gostaria de sublinhar que o Parlamento Europeu apela ao estabelecimento de uma definição de nível mais elevado de “trabalhadores altamente qualificados”.

O aspecto seguinte é a questão da “fuga de cérebros”, que importa considerar. Como deveremos fazer frente a este desafio? Não deveríamos estar a recrutar trabalhadores altamente qualificados de países terceiros onde são desesperadamente necessários. Uma candidatura à obtenção do Cartão Azul poderá ser rejeitada se a “fuga de cérebros” for um problema genuíno. No entanto, devemos também ser honestos connosco próprios. Levamos profundamente a questão da “fuga de cérebros”, mas estamos a competir num mercado mundial, pelo que será necessário aplicar um limite de tempo ao Cartão Azul.

É claro que os factores administrativos não são os únicos a desempenhar um papel importante na atracção de trabalhadores altamente qualificados para a Europa. Os aspectos culturais, tais como a abertura à imigração e a capacidade de atrair os melhores, também são importantes. Todavia, não devemos ignorar o valor acrescentado que o Cartão Azul pode trazer à Europa. Pela primeira vez, conseguimos criar um sistema de admissão normalizado e que cobre toda a Europa. Isto representa um genuíno valor acrescentado.

A votação de amanhã também é importante para nós porque introduzimos uma alteração especial que dá ênfase à preferência comunitária. Isto significa que, quando estão disponíveis trabalhadores europeus qualificados para um emprego específico, devem ter prioridade sobre a atribuição de um Cartão Azul. Devemos também sublinhar que fomos unânimes neste aspecto, e certificar-nos de que os países de origem são informados de que, embora tenhamos uniformizado os procedimentos, não pretendemos estabelecer quaisquer quotas europeias. Por outras palavras, não pretendemos especificar quais deverão ser os níveis de imigração. Isto deve permanecer sob o controlo de cada país. Em nome da relatora, eu gostaria de agradecer novamente a todos os envolvidos. Espero que o resultado de amanhã seja tão bom como o que já alcançámos na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos.

Patrick Gaubert, relator. - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, estou particularmente contente com o facto de o nosso debate legislativo de hoje ser dedicada à imigração legal, debate esse que não se concentra - ou que já não se concentra - na criminalização da imigração clandestina, colocando sim a tónica, com razão, nos aspectos positivos e na contribuição considerável da imigração legal para as nossas sociedades europeias.

É importante recordar aos Europeus, no contexto demográfico actual, a significativa contribuição da imigração para a prosperidade e o desenvolvimento económico da União Europeia. As previsões demográficas de que dispomos actualmente põem em evidência riscos muito grandes relativos à viabilidade dos regimes de reforma, de saúde e de segurança social.

Face a estas situações, a União Europeia fez uma escolha muito clara: promover uma política comum da imigração que incentive uma imigração legal, económica, gerida eficazmente em função das necessidades dos mercados nacionais. Assim, debatemos hoje dois textos muito importantes, dois textos pragmáticos, supostos dar resposta a necessidades de mão-de-obra claramente definidas pelos nossos Estados-Membros.

Ao aprovar estes dois textos em simultâneo, o Parlamento Europeu emite uma mensagem clara de abertura, que devemos aproveitar integralmente para explicar às nossas opiniões públicas, aos nossos concidadãos e aos países terceiros o que estamos a fazer de positivo em matéria de imigração. Não precisamos de corar com as nossas opções na matéria e não temos lições a receber sobre este assunto da parte dos dirigentes de países terceiros que não são capazes de conduzir políticas adequadas para evitar que as suas populações corram risco de vida para encontrar, na Europa, condições melhores.

Mas concentrando-me agora na directiva de procedimento único de que sou relator, devo dizer, antes de mais, que a proposta instaura um sistema de balcão único para os cidadãos de países terceiros que pretendam residir num Estado-Membro para ali trabalhar. Prevê um procedimento de pedido único mais simples, mais curto, mais rápido, tanto para a entidade patronal como para o migrante, sendo o objectivo o de reduzir os procedimentos burocráticos e simplificar as diligências administrativas. Este procedimento e este título único facilitarão também os controlos da validade dos títulos, tanto para a administração como para o patronato.

Em segundo lugar, a proposta de directiva garantirá a igualdade de tratamento para o conjunto dos nacionais de países terceiros num certo número de domínios. O reconhecimento dos direitos sociais e económicos

fundamentais de imigrantes legalmente residentes nos territórios da União Europeia e dos recém-chegados contribuirá para melhorar a sua integração, e portanto para uma melhor coesão social.

A igualdade de tratamento inclui as condições de trabalho, a saúde, a segurança no local de trabalho, a educação, a formação profissional, o reconhecimento das qualificações, a segurança social - incluindo os cuidados de saúde -, a exportação de pensões pagas, o acesso aos bens e aos serviços e ainda os benefícios fiscais.

Estão efectivamente previstas restrições realistas, mas zelaremos por que não sejam maiores do que as previstas no "cartão azul". Os interesses dos imigrantes devem ser tomados em conta e os seus direitos devem ser protegidos. Com efeito, os números demonstram que a taxa de desemprego dos imigrantes é superior à dos cidadãos da União Europeia, que, muitas vezes, ocupam empregos precários e que o controlo da língua do país de acolhimento se mantém uma barreira intransponível.

Os dois textos propostos pela Comissão, de que agradeço desde já o bom senso, correspondem à ideia que se faz da política da imigração, uma política razoavelmente firme e humana. Agradeço igualmente aos Conselho e à Presidência francesa os esforços excepcionais e extremamente rápidos que desenvolveram, com vista a conseguirmos uma adopção para breve destes dois textos perfeitamente complementares.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. - (FR) Senhor Presidente, Senhores Relatores Manfred Weber e Patrick Gaubert, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente da Comissão Jacques Barrot, Senhor Deputado Weber, peço-lhe que transmita os nossos sentimentos e toda a nossa simpatia à senhora deputada Ewa Klamt que, como é evidente, não pode estar presente.

Há quase 4 anos, em Janeiro de 2005, a Comissão Europeia anunciava um debate importante sobre as perspectivas de uma política europeia proactiva em matéria de migração económica. Fomos forçados a constatar que as resistências e as reticências eram ainda muitas, e que era necessário um longo trabalho para se chegar a um consenso nesta matéria. Patrick Gaubert já o recordou. Recordou também que era absolutamente extraordinário constatar a que ponto os espíritos tinham amadurecido desde então. As migrações económicas tornaram-se o primeiro pilar da política comum de imigração, que os Estados-Membros optaram por adoptar ao aprovarem o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, no Conselho Europeu do passado dia 16 de Outubro.

O Parlamento Europeu vai votar hoje, em Plenário, os dois primeiros textos que criam instrumentos comuns em matéria de migração económica. O primeiro, o cartão azul, permitirá o acesso ao conjunto do território europeu de trabalhadores altamente qualificados, garantindo-lhes uma base de direitos e facilidades administrativas.

O segundo, o título único, que funde o título de residência com a autorização de trabalho, permitirá uma redução significativa das dificuldades administrativas para todas as pessoas que virão trabalhar legalmente no território da União Europeia, garantindo-lhes uma série de direitos em toda a União.

Estes dois textos demonstram que a União está de facto empenhada na promoção da migração legal, como recordaram os relatores, que está desejosa de facilitar a vida aos nacionais de países terceiros que residem legalmente no nosso território; em resumo, que não é a Europa fortaleza que há quem queira ver nela.

Também eu quero saudar o trabalho desenvolvido pelos relatores sobre estas duas propostas. Foi o seu trabalho que tornou possível uma cooperação muito activa - congratulo-me por poder salientá-lo - entre o Conselho e o Parlamento Europeu ao longo desses trabalhos.

Antes de mais, abordarei o dossiê do cartão azul. Menos de um ano após a apresentação da proposta da Comissão, o Conselho conseguiu definir uma orientação geral. Não foi tarefa fácil, dada a regra da unanimidade. O Conselho teve em conta, graças à excelente cooperação que estabelecemos com a senhora deputada Klamt, inúmeros elementos de reflexão do Parlamento Europeu, como, por exemplo, a definição dos beneficiários dos cartões, as condições da sua emissão, a atenção prestada ao modo de recrutamento ético e às possibilidades de migração circular, assim como a eliminação das discriminações em razão da idade ou das flexibilidades necessárias na duração do cartão.

Existe um ponto sensivelmente diferente entre as posições do Parlamento Europeu e do Conselho, a saber, a questão do critério salarial. O Conselho adoptou um limiar mais baixo, com a possibilidade de derrogações complementares em sectores em penúria, o que abre a mais pessoas a possibilidade de terem acesso ao cartão azul. Espero que o Parlamento Europeu, tendo em conta as propostas apresentadas, possa aceitar a posição do Conselho e alargar assim o campo do cartão azul.

Estes trabalhos prometem um êxito que dirigirá uma tripla mensagem aos nossos concidadãos europeus, uma mensagem sobre a determinação da Europa em organizar as possibilidades da migração legal, nomeadamente para fins profissionais. Trata-se, por assim dizer, do primeiro texto a inscrever-se no âmbito desse objectivo específico. E também uma mensagem sobre a reactividade da construção europeia, com este símbolo em que se tornará o cartão azul europeu, que permitirá uma verdadeira mobilidade intra-europeia para os nacionais de países terceiros altamente qualificados e os membros das suas famílias, no respeito das competências de cada Estado-Membro, o qual mantém, como é evidente, o controlo do mercado de trabalho. Por fim, a terceira mensagem diz respeito à importância que a União confere ao reforço da atracção exercida sobre as competências e os talentos num mundo agora globalizado, nos termos dos esforços desenvolvidos com vista a estimular a competitividade da Europa no âmbito da Estratégia de Lisboa.

A União Europeia concilia assim o desejo de reforçar a sua atractividade com a fidelidade aos seus compromissos em defesa do desenvolvimento dos países mais pobres. O Conselho zelou pela introdução na directiva de toda uma série de disposições destinadas a prevenir e limitar a fuga de cérebros. Gostaria de garantir este aspecto solenemente aqui, e voltarei a ele, claro, nas respostas às diferentes intervenções que os senhores não deixarão de fazer, pois sei o quanto defendem, com toda a legitimidade, uma cooperação eficaz e justa com os países de origem, nomeadamente africanos.

E passo agora à directiva que institui uma autorização única, que funde o título de residência com a autorização de trabalho. Trata-se, também este, de um texto importante, que facilita consideravelmente as migrações económicas dentro de um quadro legal, transparente, reactivo e previsível, que reduza o peso administrativo que, demasiadas vezes, trava as migrações, no entanto necessárias ao equilíbrio económico e demográfico da União. Este texto estabelece, sobretudo, pela primeira vez, uma base comum de direitos para todos os trabalhadores de países terceiros que trabalhem e residam legalmente na União.

O acolhimento inicial reservado a esta directiva não permitia prever progressos substanciais num futuro próximo. Os trabalhos desenvolvidos relativamente ao cartão azul permitiram, no entanto, desbravar a pouco e pouco o terreno sobre este difícil dossiê. A Presidência não se poupa a esforços para ir o mais longe possível na apreciação desta proposta, tendo naturalmente em alta conta as posições da vossa Assembleia.

Assim, os trabalhos sobre este texto intensificaram-se, e temos grandes esperanças de sermos capazes de traçar os seus principais elementos até ao final de Dezembro. A proposta será analisada pela primeira vez pelos Senhores Ministros na reunião do Conselho "Justiça e Assuntos Internos" dos próximos dias 27 e 28 de Novembro. Evidentemente que um sinal positivo emitido pelo Parlamento Europeu sobre a oportunidade e o valor acrescentado deste texto reforçará o movimento que começa a esboçar-se e que pode abrir o caminho à adopção final desta directiva que simplifica, com toda a evidência, a vida dos migrantes.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Senhor Presidente, também eu gostaria de agradecer calorosamente aos relatores, à senhora deputada Klamt - e associo-me ao testemunho de simpatia que lhe dirigiu o Senhor Ministro Jouyet - e, evidentemente, ao senhor deputado Gaubert. Os seus relatórios são de grande qualidade, e agradeço também aos dois relatores da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, a senhora deputada Rumiana Jeleva e o senhor deputado Jan Tadeusz Masiel. Por fim, agradeço ao senhor deputado Manfred Weber, que substitui a senhora deputada Ewa Klamt.

Estas duas propostas de directiva são as primeiras de uma série anunciada pela Comissão em 2005 no seu Plano de Acção sobre a imigração legal. São importantes tanto para os próprios migrantes, como para os Estados-Membros e as suas empresas. E, para retomar o que disse Patrick Gaubert e o que o senhor acaba de afirmar, caro Jean-Pierre Jouyet, mostram o verdadeiro alcance deste Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, que a Presidência francesa permitiu que chegasse a bom porto, e provam que este Pacto é, de facto, equilibrado e que manifesta, além disso, a vontade de os Europeus se abrirem a esses fluxos migratórios que podem ser particularmente úteis e revelar-se muito positivos para o futuro da nossa sociedade europeia.

Com efeito, estes dois textos permitem-nos mostrar a cara de uma União Europeia aberta e acolhedora aos nacionais dos países terceiros, que podem assim aqui residir e trabalhar legalmente a todos os níveis de qualificações, no pleno gozo dos seus direitos, como é evidente. Provam também a capacidade de a União Europeia chegar a acordo sobre os instrumentos comuns da imigração económica e alcançar assim um equilíbrio apropriado entre as expectativas de uma sociedade, os direitos dos migrantes e as necessidades dos seus países de origem.

Vou começar pelo instrumento horizontal, a directiva sobre a autorização única e os direitos dos trabalhadores migrantes. Congratulo-me por ver confirmadas as grandes linhas da proposta original da Comissão, nomeadamente no que respeita ao procedimento único, à autorização única para os nacionais de países

terceiros admitidos como trabalhadores, e no que se refere também à base comum de direitos para todos, para todos os migrantes que trabalham legalmente, seja qual for a razão inicial da sua estadia.

É absolutamente fundamental zelar por que todos os nacionais de países terceiros que trabalham legalmente gozem da mesma base mínima de direitos em todos os Estados-Membros: parece-me, com efeito, cumprir assim todos os grandes princípios europeus relativos aos direitos fundamentais.

Além disso, o vosso relator, o senhor deputado Patrick Gaubert, sugere elementos novos ou adicionais que a Comissão pode apoiar. Gostaria de citar, nomeadamente, três alterações: a alteração que concede um direito de residência temporária em caso de atraso da administração na apreciação do pedido de renovação, as alterações que reforçam os direitos processuais, e, por fim, as alterações que prevêm a possibilidade de requerer a autorização única quando se reside já legalmente no Estado-Membro.

A Comissão compreende - e pode também subscrever - a vontade do Parlamento Europeu de eliminar todas as restrições ao artigo que prevê a igualdade de tratamento; dirigindo-me à Presidência, gostaria que, na medida do possível, o Conselho pudesse evidentemente mostrar-se aberto a todas estas alterações.

E passo agora à proposta de directiva "cartão azul europeu" do relatório da senhora deputada Klamt, que nos foi apresentado pelo senhor deputado Manfred Weber. Esse cartão azul europeu visa melhorar a atractividade da União, a sua capacidade de atrair os trabalhadores altamente qualificados dos países terceiros, de forma a que a imigração legal contribua para reforçar a competitividade da nossa economia, em complemento da Estratégia de Lisboa.

O relatório ora em apreciação pela nossa Assembleia junta-se à Comissão sobre a necessidade, a urgência de instaurar na Europa esse sistema comum. Assim, a Comissão subscreve, de boa vontade, as conclusões do relatório, com algumas reservas. Em primeiro lugar, a Comissão é certamente favorável às alterações que tornam o regime mais atraente, como, por exemplo, as que visam eliminar todas as restrições à igualdade de tratamento e ao acesso ao mercado de trabalho após dois anos como detentor de um cartão azul. Em seguida, a inclusão dos refugiados na categoria dos residentes legais que podem beneficiar desse regime; esta facilidade não estava incluída na proposta inicial, e parece-nos interessante de todos os pontos de vista: político, humanitário e económico.

Por fim, a manutenção do critério da experiência profissional em certas profissões; em particular no sector das novas tecnologias, a experiência e as capacidades da pessoa contam mais do que os eventuais diplomas.

Inversamente, a Comissão não pode aceitar a alteração que visa limitar a emissão do cartão azul apenas aos nacionais dos países com que a União Europeia tenha assinado acordos. Evidentemente que essa alteração visa reduzir os eventuais efeitos negativos sobre os países em desenvolvimento, mas a Comissão estima que acabaria por limitar excessivamente a aplicação da directiva. Além disso, poderia induzir um risco de discriminação relativamente aos migrantes altamente qualificados, que poderiam então utilizar os sistemas nacionais sobre os quais nem a Comissão, nem o vosso Parlamento, possuem qualquer poder de controlo.

Da mesma maneira, tenho reservas quanto a tornar facultativa a derrogação ao acervo que permite a migração circular. Reservas que constituem um claro desacordo. A possibilidade de poder voltar por dois anos ao país de origem sem perder o estatuto de longa duração é essencial, se queremos tornar possível os intercâmbios de profissionais entre universidades ou hospitais, por exemplo, ou ainda para encorajar o envolvimento das diásporas no desenvolvimento dos países de origem. Tal limitaria a migração circular, que queremos que se desenvolva cada vez mais.

Por fim, quero dizer duas palavras sobre a necessidade de ter em conta, como é evidente, a situação do mercado de trabalho. Como recordou o senhor deputado Manfred Weber, temos uma Europa onde os mercados de trabalho estão separados, pelo que cabe, efectivamente, a cada Estado-Membro calcular o número de imigrantes susceptíveis de serem acolhidos. Como é óbvio, não podemos também esquecer que, neste domínio do mercado de trabalho, existe o dever de acolher todos os cidadãos europeus de outros Estados-Membros.

Para concluir, dirijo-me à Presidência: caro Senhor Ministro Jean-Pierre Jouyet, espero que, na medida do possível, os Ministros que se reunirão na próxima semana em Conselho possam aproveitar o mais possível as alterações do Parlamento Europeu, que incluem, seguramente, um valor acrescentado, e espero também que possamos, até ao final do ano, mostrar que esta Europa, longe de se fechar sobre si própria, quer abrir-se aos fluxos migratórios, sabendo simultaneamente que queremos cada vez mais encaminhar-mos para uma gestão concertada dos fluxos migratórios com os países de emigração.

(Aplausos)

Danutė Budreikaitė, *relatora de parecer da Comissão para o Desenvolvimento*. - (LT) Com a proposta do Cartão Azul, espera-se que a mão-de-obra qualificada se sinta atraída à UE e que lhe sejam dadas condições para vir temporariamente mas, ao mesmo tempo, para permanecer a longo prazo. A proposta declara que não vai ocorrer nenhuma fuga de cérebros, mas que haverá um regresso - circulação de cérebros. Isto é muito pouco provável.

Como surge a proposta no contexto das políticas de cooperação para o desenvolvimento?

Com a introdução do Cartão Azul, os países em desenvolvimento perderão especialistas, em cuja formação a UE também participou, nomeadamente nos domínios mais sensíveis - educação e saúde. A falta destes especialistas talvez tenha de ser suprida através de voluntários dos nossos países.

Além disso, o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca não vão participar no Cartão Azul dada a sua ética de não convidar especialistas de sectores sensíveis nos países em vias de desenvolvimento. Neste caso, as iniciativas de apoio aos países em vias de desenvolvimento parecem falsas. Pelos vistos, continuam a prevalecer os interesses comerciais.

Na realidade, o Cartão Azul poderá causar aos países em desenvolvimento grandes prejuízos a nível intelectual.

Jan Tadeusz Masiel, *relator*. - (PL) Senhor Presidente, Comissário, Senhor Ministro, a Directiva relativa à entrada de nacionais de países terceiros qualificados na UE constitui o primeiro passo importante com vista a uma política de imigração comum para a União Europeia. É a primeira tentativa séria para restringir a imigração ilegal e promover a imigração legal na Europa.

Aquando da preparação do sistema do Cartão Azul, dividimo-nos entre o medo da utilização indevida do mesmo por parte de nacionais de países terceiros e a esperança de que as novas entradas irão suprir as necessidades dos nossos mercados de trabalho e contribuir para o desenvolvimento da nossa economia. Pretende-se que o Cartão Azul se torne no cartão-de-visita da Europa, tornando-a num lugar atraente para trabalhar e viver para os trabalhadores qualificados que são necessários para as nossas pequenas e médias empresas.

Do ponto de vista da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, que eu hoje represento, foi importante assegurar que os trabalhadores de fora da União Europeia não são tratados menos bem que os nossos próprios cidadãos. Por este motivo, necessitámos de prever salário igual para trabalho igual, garantir que as famílias possam ficar juntas e providenciar acesso às prestações sociais básicas, de modo a conseguir uma integração rápida e completa das entradas. Em conclusão, gostaria de agradecer aos relatores sombra o apoio dado e de informar a Presidência francesa que a Comissão do Emprego e Assuntos Sociais trabalhou com celeridade para ajudá-la na realização dos seus objectivos antes do fim do seu mandato.

Rumiana Jeleva, *relatora de parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais*. - (BG) Gostaria de felicitar o senhor deputado Gaubert pelo relatório sobre a directiva do Conselho relativa à autorização única de residência e de trabalho no território da União Europeia para nacionais de países terceiros. Fui a relatora do parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais relativo a esta directiva. Na minha qualidade de deputada pela Bulgária, um dos dez Estados-Membros que foram sujeitos a períodos de transição, oponho-me firmemente a qualquer restrição ao livre acesso ao mercado de trabalho para uma parte considerável da mão-de-obra europeia. Por esta razão, congratulo-me com os esforços das instituições europeias em garantirem a igualdade de tratamento para todos os que residem e trabalham legalmente na União Europeia.

O objectivo desta directiva é servir de instrumento horizontal, visto existirem directivas específicas que já vigoram ou estão para ser adoptadas. Estou a pensar nas directivas relativas aos trabalhadores sazonais, aos trabalhadores residentes de longa duração e ao "cartão azul UE" que estamos a debater hoje. Na elaboração da nossa posição, tive o apoio de colegas da nossa comissão parlamentar e penso que os textos que propusemos definem de uma forma equilibrada os direitos dos trabalhadores de países terceiros. Gostaria de referir aqui o direito à educação, o reconhecimento de graus e certificados, as condições de trabalho, o acesso à segurança social, reduções fiscais e outros. A presente directiva determina um conjunto geral mínimo de direitos para os trabalhadores de países terceiros no âmbito do trabalho. Consequentemente, os direitos que lhes são atribuídos não devem ultrapassar os direitos garantidos em directivas específicas. É por esta razão, nomeadamente, que a proposta da Comissão Europeia prevê condições especiais para o exercício destes direitos. No entanto, na versão final da posição, que foi colocada à votação pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, não surgem estas condições, o que nos coloca numa situação em que existem discrepâncias

flagrantes, por exemplo, com o "cartão azul UE", assim como com o que é garantido ao abrigo de outras directivas específicas incluindo a directiva relativa aos nacionais de países terceiros residentes de longa duração na UE.

Senhoras e Senhores Deputados, nestes tempos de crise económica e financeira, é necessário sermos realistas. Enquanto relatora da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, apelo a que adoptemos uma perspectiva responsável e votemos a favor de um documento lógico e coerente.

Kinga Gál, em nome do Grupo PPE-DE. - (HU) Muito obrigada, Senhora Presidente, por me dar a palavra. Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, no contexto do actual pacote da directiva sobre imigração, o Parlamento está hoje a discutir e amanhã vai adoptar relatórios importantes, de longo prazo.

Existem actualmente 27 sistemas diferentes na União Europeia para regulamentar o estatuto dos nacionais de países terceiros. As duas directivas novas garantem um procedimento mais simples para trabalhadores altamente qualificados, e incluem a possibilidade de um sistema mais simples de entrada e residência. Podemos ver que estas duas directivas podem introduzir um sistema eficaz de compromisso em vez dos actuais regulamentos fragmentados.

Os relatores do Partido Popular Europeu desenvolveram um trabalho sério e importante relativamente a esta questão. O relatório sobre o emprego de trabalhadores altamente qualificados, que passou a ser conhecido como o relatório "Cartão Azul", é um relatório bom e equilibrado. A relatora Ewa Klamt merece um louvor especial. Felicitamos igualmente o senhor deputado Gaubert pelo seu relatório.

Ao mesmo tempo, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) está empenhado em assegurar que a cláusula relativa ao tratamento preferencial dos nacionais da UE constitua uma parte importante da Directiva. Por esse motivo gostaria de chamar a atenção daqueles colegas deputados que se opõem ao princípio do tratamento preferencial e que propõem alterações com o objectivo de retirar do relatório a instituição deste princípio para o facto de, enquanto cidadão húngaro e em nome de todos os novos Estados-Membros, considerar inaceitável que não fique firmemente instituído o princípio de ser dada preferência aos trabalhadores dos Estados-Membros relativamente aos trabalhadores de países terceiros.

Esta abordagem é particularmente inaceitável e demonstra hipocrisia quando nós, enquanto nacionais dos novos Estados-Membros, continuamos - até hoje e, sabe-se lá, até quando - a ser discriminados em muitos Estados-Membros antigos quando se trata de aceder ao mercado de trabalho. É vergonhoso que a Europa fale da nossa União de tal forma que continue a tratar os cidadãos dos novos Estados-Membros como cidadãos de segunda nesta matéria. Muito obrigado pela atenção dispensada.

Javier Moreno Sánchez, em nome do Grupo PSE. - (ES) Senhor Presidente, pedir-lhe-ia que estas minhas primeiras palavras não fossem incluídas na máquina infernal do tempo pois têm a intenção de se associar à mensagem de condolências transmitida por esta Assembleia à senhora deputada Klamt e, em especial, de felicitar os relatores.

Começo então agora a minha intervenção. Felicito os relatores, pois, com estas duas propostas, damos um passo qualitativo rumo a uma política comum de imigração e promovemos a migração legal que constitui um elemento chave da abordagem global que defendemos.

O conjunto comum de direitos e a autorização única de residência e trabalho para os migrantes legais devem estender-se ao maior número de trabalhadores. Daí que nós, socialistas, solicitamos que não se exclua qualquer categoria de trabalhadores.

O "Cartão Azul" oferece a oportunidade de os migrantes se fixarem com as suas famílias e trabalharem nos nossos países. Abre uma porta única a 27 mercados de trabalho. Contudo, não podem ser exclusivamente os trabalhadores altamente qualificados que entram por esta porta. Senhor Comissário, esperamos pois que a Comissão nos apresente, em breve, propostas relativas a outras categorias laborais.

Senhoras e Senhores Deputados, temos de evitar uma fuga de cérebros. Este cartão azul não pode converter-se num passaporte que favorece uma sangria de recursos humanos nos países em desenvolvimento. Por cada trabalhador qualificado que vem para a Europa, o Grupo PSE defende a necessidade de financiarmos a formação de um novo profissional no país de origem.

Por último, a Europa tem de ser um destino atractivo não só para os talentos que vêm de fora da União, mas também para os nossos próprios talentos europeus. Em 2007, perto de 300 000 europeus altamente

qualificados partiram para trabalhar fora da União. Cumpre-nos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para os manter na casa europeia.

Jeanine Hennis-Plasschaert, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, dir-se-ia que os conservadores e os socialistas estão unha com carne no que toca ao cartão azul, o que, sinceramente, deixa o meu grupo estupefacto. A UE tenta, há muito, dotar-se de um pacote amplo sobre migração, que incluía medidas de combate à migração ilegal e medidas que abram caminho a uma estratégia prospectiva europeia em matéria de migração legal.

Lembram-se, com certeza, do debate extremamente emotivo sobre a Directiva do Regresso. O Grupo ALDE afirmou então que a política de regresso não podia ser encarada isoladamente, devendo antes ser vista como uma parte integrante – e necessária – de um pacote global relativo à migração, o que continua a ser absolutamente verdadeiro. Temos agora, finalmente, a possibilidade de transmitir uma mensagem muito incisiva sobre a necessidade de melhores oportunidades para a migração legal, para dar resposta às solicitações das empresas que precisam urgentemente de trabalhadores qualificados.

O facto de não se poder esperar demasiado do PPE em matéria de migração legal é lamentável, mas, de certo modo, previsível. Que, em larga medida, o PSE alinhe alegremente com o PPE nas alterações relativas ao cartão azul deixa-me os cabelos em pé. A votação na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos redundou numa descaracterização significativa do regime. Foram introduzidas demasiadas restrições, que em nada ajudam a tornar a UE mais atractiva para os trabalhadores altamente qualificados.

Importa deixar claro que o desígnio do cartão azul é o aumento da competitividade da economia da UE. A proposta relativa ao cartão azul não é uma tentativa cómoda de «comer a carne e deixar os ossos», originando uma fuga de cérebros dos países em desenvolvimento.

O que actualmente sucede é que a grande maioria dos trabalhadores altamente qualificados emigra para os Estados Unidos, Canadá ou Austrália, e não para a UE. Se queremos inverter a situação, temos de ser ambiciosos. O Parlamento parece disposto a aprovar um relatório que diminuirá a eficácia de uma proposta da Comissão já de si pouco ambiciosa. Que fique claro que o Grupo ALDE é um apoiante muito firme do cartão azul. Consideramos, no entanto, que o texto actual não conduz às tão necessárias mudanças na migração legal, antes corrobora as práticas proteccionistas dos Estados-Membros.

Todos reconhecemos que o Conselho esteve magnífico nas suas ambiciosas declarações, mas também todos sabemos que o processo efectivo de tomada de decisões é demasiadas vezes prejudicado pela incapacidade dos Estados-Membros de trabalharem realmente em conjunto no interesse de todos, e que, por falta de orientações precisas, a tomada de decisões neste domínio está a ser contaminada por um debate muito emotivo e confuso sobre migração legal.

O Programa de Tampere, o Programa de Haia, o pacto sobre imigração francês e, em breve, o Programa de Estocolmo – tudo isto se resume, afinal, à transposição dos compromissos básicos para um conjunto de medidas concretas e eficazes. Se queremos que a UE tire proveito do regime proposto, temos de ser ambiciosos, e espero, portanto, que o tenham em conta no vosso voto de amanhã.

Bogusław Rogalski, *em nome do Grupo UEN*. – (PL) Senhor Presidente, os dados disponíveis alertam-nos para o facto de a União Europeia não ser um local habitualmente escolhido por trabalhadores qualificados de países terceiros, contrariamente ao que sucede com países como os Estados Unidos, o Canadá ou a Austrália. Por exemplo, apenas 5,5% dos imigrantes qualificados dos países do Magrebe vêm para a UE, enquanto que os Estados Unidos e o Canadá aceitam aproximadamente 54%. Isto deve-se à enorme diferenciação dos sistemas de recepção de imigrantes na UE, o que dificulta grandemente a circulação entre países. Apenas seis Estados-Membros têm programas de emprego especiais para imigrantes qualificados.

Por esse motivo é essencial introduzir uma abordagem mais coerente por parte dos Estados-Membros relativamente à política de imigração europeia, que incorpore questões relativas à integração e de natureza política. Precisamos de uniformizar os regulamentos, de modo a conseguirmos controlar os fluxos de imigrantes, quer para a Europa, quer dentro dela, dando deste modo aos trabalhadores qualificados uma melhor oportunidade.

Jean Lambert, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (EN) Senhor Presidente, quero agradecer aos relatores a sua recomendação favorável a estas medidas positivas – parcelares, mas já há muito esperadas – sobre a migração e o estatuto dos nacionais de países terceiros no quadro da União Europeia. Louvo igualmente a opinião mais favorável da Comissão relativamente a algumas das alterações introduzidas pelo Parlamento.

Para o meu grupo, os Verdes, o fundamental sempre foi que os direitos reconhecidos se iguallassem tanto quanto possível aos dos cidadãos da UE – um conjunto comum de direitos – e que o sistema fosse tão aberto e acolhedor quanto possível. Concordo inteiramente com os deputados que falaram de escândalo a propósito de os cidadãos da UE não serem actualmente tratados numa base de igualdade, mas não me parece recomendável a solução cautelosa preconizada pelos Estados-Membros de se garantir a igualdade de tratamento aos nossos concidadãos à custa dos nacionais de países terceiros.

Não há a menor dúvida de que a UE necessita de mão-de-obra com níveis de qualificação diferenciados. É desejável que gente de muitos e diferentes países – Índia, Nova Zelândia, Gana, China ou qualquer outro – queira vir exercer e desenvolver as suas competências, e é por isso que não concordamos com a alteração 84, nem tão-pouco com a alteração 24, onde se fala de conceder cartões azuis apenas a migrantes altamente qualificados de países com os quais tenhamos estabelecido parcerias previamente. Não sei bem o que os Estados Unidos diriam disso.

É certo que, no caso dos países mais pobres, temos de ser cautelosos em relação a determinados sectores, mas também nos cumpre reconhecer que não é só aí que há pessoas que estão impedidas de desenvolver as suas competências na União Europeia. Temos igualmente de ter em atenção que não se pretende explicar, nesta proposta em concreto, uma política geral em matéria de desenvolvimento. Trata-se de uma proposta global. Em princípio aplica-se em relação a todos os países do mundo. É claro que também temos de tirar o máximo proveito das competências existentes nos Estados-Membros, e é por isso que concordamos com a alteração que remete, por exemplo, para a legislação antidiscriminação, que também esperamos que seja ambiciosa na sua próxima fase.

Por conseguinte, apoiaremos todas as alterações que salvaguardam os direitos individuais e votaremos contra as que tendem a suprimi-los. Aplaudimos o esforço de simplificação dos procedimentos, mas, por outro lado, lamentamos que o Parlamento não tenha ido mais longe, em particular no que respeita ao cartão azul, e que, pelo contrário, tenha criado obstáculos suplementares. É, pois, pouco provável que venhamos a apoiar a proposta em apreço na sua versão actual, embora apoiemos sem reservas a ideia em si.

Giusto Catania, em nome do Grupo GUE/NGL. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu quero expressar, em nome do meu grupo, as minhas condolências à senhora deputada Klamt.

Gostaria de entrar de imediato na essência do debate de hoje, uma vez que a União Europeia continua a adoptar uma política esquizofrénica com respeito à imigração. É isto que está a acontecer nas políticas dos Estados-Membros: os Estados-Membros assinaram o pacto para a imigração e o asilo, no qual se afirma explicitamente que a "imigração zero" é prejudicial e irrealista para a União Europeia, mas, para depois descobrirmos que o Ministro dos Assuntos Internos do meu país defende o encerramento das fronteiras durante os próximos dois anos.

A política comunitária em matéria de imigração continua a ser esquizofrénica. O senhor deputado Gaubert tem razão quando diz que estamos perante uma crise demográfica na Europa e que necessitamos de mais imigração. A Comissão explicou-nos a situação: precisamos de 50 milhões de imigrantes até 2060, mas não fazemos nada para os incentivar a vir, tendo, em vez disso, dado prioridade à harmonização da política de repatriamento.

Hoje debatemos uma autorização única de residência e de trabalho exclusivamente para aqueles que já se encontram no território da União Europeia, instituindo o cartão azul para os trabalhadores altamente qualificados, que terão um impacto de apenas 1,5% a 3% na taxa de imigração na Europa, desempenhando, portanto, um papel mínimo face às nossas reais necessidades de trabalhadores na Europa.

Na União Europeia, encontram-se actualmente cerca de 6 milhões de trabalhadores não autorizados que já foram absorvidos no mercado de trabalho e que são mantidos em condições irregulares, porque, claramente, essa situação é conveniente para manter baixos os custos do trabalho e limitar a protecção social.

Entendemos que se deveria iniciar um programa de regularização destes trabalhadores que já foram absorvidos no mercado de trabalho: entendemos que o cartão azul é um erro, ao fazer uma selecção a montante da imigração; entendemos que a definição de trabalhadores altamente qualificados é demasiado restritiva e entendemos que a preferência comunitária é uma forma de discriminação pura e simples.

Cremos que seria oportuno proceder a uma completa alteração de rumo na política de imigração. Sabemos ler o facto de o cartão azul ser o primeiro sinal de abertura de canais legais de imigração, mas não é suficiente para garantir o voto favorável do nosso grupo.

Johannes Blokland, *em nome do Grupo IND/DEM*. - (NL) Senhor Presidente, os Estados-Membros deviam continuar a decidir por si próprios sobre o direito de entrada de migrantes nos respectivos territórios. Pessoalmente, enquanto houver pessoas desempregadas nos nossos Estados-Membros, continuo a duvidar da necessidade de estimular a imigração legal.

A proposta da Comissão, ao contrário do que se sugere, não nos aproxima mais de um procedimento simples. Juntamente com a proposta da Comissão, mantêm-se em vigor regulamentos nacionais para migrantes altamente qualificados, sendo possível exigências adicionais. Qual é então o valor acrescentado de um regulamento europeu? Isto não responde à questão dos estabelecimentos de ensino e da indústria. Esses pretendem um sistema inequívoco para trabalhadores e estudantes oriundos de países terceiros, o que irá criar mais burocracia, quando se não prometeu tanto. Gostaria de pedir a criação de um sistema em que a política de imigração fosse deixada a cargo dos Estados-Membros. Desse modo, cada Estado-Membro pode ter o seu inequívoco conjunto de procedimentos. No contexto da UE, podemos então chegar a acordo sobre se é permitido às pessoas viajarem livremente e mudarem-se para outros países

Carl Lang (NI). - (FR) Senhor Presidente, Senhor Ministro Jean Pierre Jouyet, Senhor Comissário Jacques Barrot, agradeço-lhes calorosamente. Graças às vossas intervenções, acabam de me fornecer argumentos para as minhas próximas campanhas eleitorais, relativamente a esta questão da imigração, pois são os próprios senhores de falam, e cito, de União Europeia aberta, de se abrir aos fluxos migratórios, de benefícios do cartão azul aberto ao maior número possível de migrantes, de atracção pelas competências, de não travar a imigração.

Nada ver, nada ouvir, nada compreender, essa poderia ser a divisa das instituições europeias sobre esta questão da imigração, quando os nossos povos da Europa há vinte anos que sofrem, no quotidiano, relativamente a esta questão, com todas as consequências económicas e sociais sobre a identidade, a segurança, a precariedade, a pobreza, o desemprego.

Ouçó falar aqui de direitos dos migrantes, mas quem fala dos direitos sociais dos trabalhadores? Quem fala daqueles que, aos milhões e dezenas de milhões na Europa, estão numa situação social difícil, que não acedem ao trabalho a todos os escalões de hierarquia e de qualificação?

Por outro lado, a política de integração conduzida na Europa é uma verdadeira política de desintegração nacional, de que somos vítimas pela excessiva comunitarização. O cartão azul que os senhores propõem não passa de uma entrada de ar aberta a todo o mundo para atrair milhões de novos imigrantes, quando não é essa política que deveríamos pôr em prática, mas sim uma política de regresso ao país, uma política de preferência nacional e comunitária, uma política de protecção nacional e comunitária.

Uma última palavra para lhes dizer que, ao pilharem as elites dos países do Terceiro Mundo, pois bem, vão impedir o desenvolvimento económico desses países. Esses povos e esses países precisam de capitais e de cérebros. Estão a privá-los de ambos!

Carlos Coelho (PPE-DE). - Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhor Vice-Presidente da Comissão, caras e caros Colegas, ao contrário do último orador, sou claramente contra a Europa Fortaleza, e por isso apoio políticas activas de admissão de migrantes económicos.

A única forma de ter uma política de imigração equilibrada é ser forte no combate à imigração ilegal e regular de forma corajosa a migração legal. É neste quadro que aprovamos a directiva relativa ao cartão azul.

Não queremos limitar, no entanto, a migração apenas às pessoas altamente qualificadas, deixando de fora todos os outros trabalhadores migrantes com menos qualificações. No decurso dos próximos anos, ambas as categorias são essenciais para o desenvolvimento económico e social da Europa. E estamos a falar de muitos milhões de pessoas.

Por essa razão, apoio igualmente a proposta de directiva que visa instituir um procedimento único de concessão de uma autorização única de residência e de trabalho. Para além de trazer vantagens claras em termos de simplificação, redução da burocracia e facilitação de controlo do seu estatuto, permite que se crie um quadro único e transversal de direitos que deverão ser reconhecidos aos trabalhadores migrantes, legalmente residentes no território da União. Apenas com a excepção dos trabalhadores sazonais e dos altamente qualificados, que terão directivas sectoriais, todos poderão desfrutar de um conjunto de direitos laborais equiparados aos usufruídos pelos nacionais do Estado-Membro de acolhimento.

Este tratamento igualitário, em todo o espaço comunitário, deverá permitir combater eventuais situações de exploração de mão-de-obra e melhorar a integração desses trabalhadores, contribuindo para uma maior coesão social.

Concordo com aquilo que Ewa Klamt sublinha: é útil criar uma via comum de admissão de trabalhadores altamente qualificados, em vez de existirem 27 sistemas diferentes. Concordo com as propostas que a relatora Klamt fez no sentido de se reforçar o grau de exigência das condições de admissão, ao mesmo tempo que se deve reforçar a prevenção da fuga de cérebros.

Aplaudindo os esforços de Klamt e de Gaubert, gostaria de terminar, Sr. Presidente, dizendo que lamento que, uma vez mais, pareça que a opinião deste Parlamento não é muito decisiva. Tudo indica que já há uma decisão política tomada no Conselho, que não esperou pelo voto no Parlamento Europeu, e isso lamento.

Wolfgang Kreissl-Dörfler, (PSE). - (DE) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de expressar as minhas mais sinceras condolências à senhora deputada Klamt e felicitá-la por este relatório.

Necessitamos de trabalhadores altamente qualificados de países terceiros nos nossos mercados de trabalho, em parte porque investimos muito pouco na educação e na formação e lançámos para o desemprego demasiados trabalhadores especializados, que já não estão disponíveis no mercado de trabalho. Por conseguinte, temos que fazer mais pela educação e pela formação nos nossos países e também abrir os nossos mercados de trabalho aos imigrantes altamente qualificados.

O Cartão Azul é o primeiro passo na direcção certa e representa uma possível situação de ganho em três frentes. Primeiro, a médio prazo, as empresas podem preencher algumas das suas vagas com trabalhadores especializados e beneficiar de conhecimentos trazidos de fora. Em segundo lugar, os trabalhadores altamente qualificados e os membros da sua família poderão beneficiar de experiências que não terão tido no seu país de origem. Em terceiro lugar, quando estes trabalhadores regressam aos seus países de origem, temporária ou permanentemente, podem contribuir significativamente para o seu crescimento económico.

O receio de que isto possa dar origem a um “fuga de cérebros” é fundado. Por conseguinte, recomendamos que não se anuncie de forma activa nos sectores da educação e da saúde, em particular nos países que foram atingidos pela emigração e pela escassez de trabalhadores especializados e não especializados. No entanto, isto é uma questão de política de desenvolvimento que não poderemos resolver aqui. Além do mais, devemos recordar-nos de que os cidadãos não são posse dos Estados. Tal como os nossos cidadãos podem procurar trabalho noutros países ou deixar o seu país de origem sem se verem confrontados com grandes obstáculos, as pessoas de outros países deverão poder trabalhar na UE.

Evidentemente, o princípio de salário igual para trabalho igual é importante para nós. É verdade que as coisas podem sempre ser melhoradas e que os melhoramentos são necessários. Todavia, acredito que este é o primeiro passo na direcção certa.

PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT

Vice-presidente

Gérard Deprez (ALDE). - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, antes de mais gostaria de exprimir, como muitos antes de mim, as minhas felicitações aos dois relatores, à senhora deputada Klamt, a quem apresento as condolências do meu grupo, e ao senhor deputado Gaubert.

Mas gostaria de associar também a essas felicitações, Senhor Ministro Jouyet, a Presidência francesa, pois esta, pelo menos no que respeita ao cartão azul, deu provas de um fortíssimo empenho, que permitiu alcançar um acordo político a nível do Conselho. Por outro lado, não me parece que a insistência tenha sido semelhante relativamente ao relatório Gaubert.

Com estes dois relatórios - como já afirmaram muitos colegas -, a União Europeia dá um passo importante em matéria de política migratória. Todos sabemos - e lamentámos ao longo destes últimos anos - que dedicámos o essencial do nosso tempo e do nosso dispositivo à luta - necessária - contra a imigração clandestina. Mas, neste momento, com estes dois relatórios, a União Europeia consagra a necessidade e a importância de uma política activa de imigração económica legal. Todos sabemos também que a imigração económica legal constitui uma necessidade para o continente europeu, e não será o obscurantismo de alguns fascistas que nos fará mudar de opinião.

O relatório do nosso colega Patrick Gaubert, ao estabelecer a obrigação de os Estados-Membros emitirem uma autorização única de residência e trabalho, visa igualmente garantir o direito dos trabalhadores migrantes à igualdade de tratamento num máximo de domínios. Quero dirigir aqui uma mensagem ao meu amigo Giusto Catania. Giusto, disseste asneira. A autorização única não se aplica exclusivamente aos trabalhadores actualmente em território da União Europeia; a igualdade dos direitos é também para aqueles que querem

vir, e não só para os que já cá estão. Assim quando tu criticas alguma coisa para teres argumentos para rejeitar um relatório, devias pelo menos tentar lê-lo correctamente, desculpa lá!

Pelo seu lado, o relatório da senhora deputada Klamt tem por objectivo definir as condições de entrada dos nacionais de alto nível de qualificação no território europeu, e nós precisamos deles absolutamente. Uma última palavra sobre esta questão, pois os meus colegas liberais apresentaram reflexões sobre ela. Partilho com eles um certo número de pontos que lamento. O dispositivo - não estou a falar dos princípios -, o dispositivo é um pouco hesitante, em determinados momentos, demasiado proteccionista, mas, fundamentalmente, representa um avanço necessário, razão pela qual, a título pessoal e na qualidade de presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, votarei a favor dos dois relatórios.

Mario Borghezio (UEN). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvimos durante muitos anos, a respeito do tema da imigração, uma série de apelos acompanhados de calendários, contando-nos a bela fábula da necessidade - também corroborada pela ONU - da contínua expansão da economia ocidental e, em particular, ouvimos países europeus argumentar que são necessárias dezenas ou talvez centenas de milhões de novos trabalhadores para a Europa.

Agora, infelizmente para todos, a crise financeira está a exercer pressão sobre todos no nosso país, e mesmo a CGL, a maior confederação sindical, diz, pelo menos através de alguns dos seus líderes nas regiões do Veneto: "honestamente, os nossos trabalhadores estão em risco de perder os seus postos de trabalho, pelo que temos de começar a pensar seriamente em proteger esses postos de trabalho". A Comissão faz bem, portanto, em repudiar todas estas belas fábulas do passado e em ocupar-se desses 3% da imigração que ainda podem ser úteis, quando haja boas razões para a entrada dessas pessoas na UE. A Europa ainda precisa certamente de imigrantes qualificados, que podem ser-nos úteis, mas existe um enorme obstáculo que é o direito dos países de origem dos imigrantes a não serem expropriados dos seus melhores cérebros.

Embora esta proposta, em si, seja boa, falta o seu desenvolvimento final, que seria encorajar e facilitar o regresso destes trabalhadores especializados aos seus países para os proteger contra os efeitos da globalização.

Hélène Flautre (Verts/ALE). - (FR) Senhor Presidente, seis meses depois da aprovação vergonhosa, que nos vale tantos epítetos e críticas na cena internacional, da Directiva "Regresso", duvido verdadeiramente que a Comissão possa, por ocasião da aprovação destes dois textos sobre o cartão azul e a autorização única, redimir-se nessa mesma cena internacional. Porquê? Porque nos anunciaram, com algum ênfase, a implementação de uma verdadeira política europeia de migração legal, e acabamos por nos confrontar com estatutos de trabalhadores em saldos, pois sem assistência social, com perda da autorização de residência em caso de perda do emprego, com acesso reduzido ao sindicalismo e com restrição da liberdade de circulação. Não é prova de grande ambição, e a União Europeia fica muito longe dos Estados Unidos e do Canadá com este cartão azul, se tal fosse um objectivo de louvar, aliás.

Conceder verdadeiras garantias de protecção social, um tratamento em igualdade com os trabalhadores nacionais, será pedir demais? Será que preferimos reduzir esses trabalhadores a uma força de trabalho de servos? Ratificar a Convenção da ONU sobre a protecção dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias ter-lhes-ia garantido demasiados direitos?

Por fim, pergunto a mim próprio, e pergunto aos senhores, qual é a lógica de querer atrair trabalhadores migrantes para a União, recusando simultaneamente regularizar as pessoas que já cá trabalham no nosso território, que cá trabalham legalmente e que o fazem sem autorização de residência? A União abre uma política de migração legal, mas fá-lo em marcha atrás, e é a lógica utilitarista e são as excepções à igualdade de direitos decididas por cada Estado-Membro que correm o risco de se impor. Quando é que vamos compreender - e assumir, sobretudo - que as migrações são uma sorte, uma oportunidade em termos de desenvolvimento humano, em termos de desenvolvimento económico e social, em termos do próprio desenvolvimento dos países do Sul e em termos de diálogo intercultural, a que tanta importância damos este ano?

Eva-Britt Svensson (GUE/NGL). - (SV) Senhor Presidente, através de programas do tipo do Frontex, está a ser recusada entrada a pessoas altamente vulneráveis na UE, e a União está a criar muros que são difíceis de transpor para muitas pessoas que necessitam muito de protecção. Ao mesmo tempo, está agora a ser proposta, através do Cartão Azul, a concessão de acesso especial a determinadas pessoas. Haveria acesso especial para trabalhadores com elevadas qualificações académicas, com requisitos muito elevados relativamente ao nível de educação e experiência profissional da pessoa em questão, e com um salário mínimo que, na Suécia, por exemplo, teria de ascender, pelo menos, a 43 000 coroas suecas ou 4 300 euros por mês.

Os vulgares trabalhadores ou pessoas que necessitem de protecção escusam de tentar, enquanto que as pessoas com qualificações académicas elevadas - precisamente as pessoas de que o mundo em vias de desenvolvimento necessita para que os seus países consigam melhorar as suas situações internamente - estas pessoas são bem vindas. Do meu ponto de vista, saúdo a abertura e a imigração, mas na condição obrigatória de que ninguém seja discriminado com base no seu país de origem ou nível de formação académica.

Gerard Batten (IND/DEM). - (EN) Senhor Presidente, a União Europeia prefere continuar a importar mão-de-obra migrante em vez de tentar resolver o problema dos cidadãos europeus que estão no desemprego. Os requerentes a quem for concedida a autorização de trabalho designada «cartão azul», uma vez autorizados a entrar num Estado-Membro, poderão, ao fim de 18 meses, mudar-se para outro. Eles e as suas famílias e dependentes. Este é um dos dados da nova política comum de imigração da União Europeia, que ditará quem pode e quem não pode migrar para os Estados-Membros e em que condições o poderá fazer.

O Reino Unido afirma ter exercido a sua opção de auto-exclusão desta política, mas o Tratado de Lisboa foi promulgado pela Rainha e poderá acabar por ser ratificado por todos os outros Estados-Membros. Se e quando isso acontecer, a opção de auto-exclusão do Reino Unido de nada valerá, e é quase certo que seremos compelidos a respeitar a directiva em apreço.

Roberto Fiore (NI). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que é um erro estratégico da parte da Europa pensar que devemos importar pessoal qualificado de outras nações, de outros continentes, quando deveriam ser os nossos institutos, as nossas escolas e as nossas universidades a formar trabalhadores altamente qualificados, de acordo com uma nova abordagem estratégica. Assim, o que falta é uma ideia daquilo que será o futuro da Europa e, portanto, ninguém pensa em quem vamos ter de chamar nos próximos dez ou quinze anos para chefiar as nossas fábricas e instalações de alto nível.

Devemos dizer também que isto implicará seguramente uma redução dos benefícios sociais para aqueles que realizam estes trabalhos em Itália e em outros países europeus. Haverá um dumping salarial, o que é típico de algumas políticas de imigração. Além disso, num momento de crise dramática resultante do colapso financeiro, não é possível imaginar que, para além dos nossos próprios desempregados, teremos o problema dos desempregados extracomunitários que, por força das circunstâncias, representarão um problema para a ordem civil e a segurança dos nossos povos.

Dumitru Oprea (PPE-DE). - (RO) "Não somos a Fortaleza Europa", disse o Senhor Ministro Jouyet. E isto é precisamente o que está a acontecer, dado que os dois relatórios que analisámos esta tarde dão provas da abertura da Europa e de que esta aceita e apoia o processo da globalização. Penso que esta obra europeia irá resolver toda a gama de problemas associados à imigração ilegal que a Europa está a enfrentar. Os EUA demonstraram isto com o sistema do "Green Card" que lançaram no passado.

A Europa necessita de provar que está a favor da abertura, e sobretudo porque, de acordo com o relatório, apenas 5,5% dos imigrantes rumaram à União Europeia, enquanto que 50% dos imigrantes altamente qualificados rumaram aos EUA ou ao Canadá. Por que motivo não somos nós um destino apelativo? Por que motivo existe uma grande discrepância entre os salários praticados aqui e os praticados nos EUA e no Canadá, tornando ainda mais notória a falta de atractivo?

No contexto da actual crise, este é um gesto de "fair play", um gesto normal por parte da Europa, o qual necessita de ser contrabalançado com uma abertura a trabalhadores de países terceiros. Contudo, esta política relativamente aos cartões europeus tem de ser aplicada de uma forma lógica, por forma a não causar nenhum desequilíbrio grave e a não despoletar problemas grandes nos países de onde os especialistas são oriundos.

Claudio Fava (PSE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o nosso grupo está razoavelmente satisfeito com estas duas propostas. O facto de estarmos razoavelmente satisfeitos, e não completamente, é demonstrado pelo número de alterações através das quais tentámos contribuir para o melhoramento destes textos. Também estamos apenas razoavelmente satisfeitos porque houve falta de ambição; cremos que poderia ter sido feito mais, e que poderia ter sido feito melhor.

Há sinais de abertura e de uma atitude civilizada, que são rapidamente seguidos, mesmo no âmbito do debate neste Parlamento, por sinais de rigidez, sobretudo do Conselho, e de grande e forte protecção. Isto também se aplica ao cartão azul: há resistência em alguns princípios fundamentais, como o do "salário igual para trabalho igual", que é um princípio sacrossanto e natural. Mas mesmo a respeito desta questão deparámo-nos com alguns pontos de dificuldade.

Cremos que é fundamental superar o princípio da preferência comunitária, superar a ideia de que existe uma Europa a duas velocidades, que é a razão por que é necessário fazer uso do princípio da preferência comunitária. Cremos que a referência ao mercado de trabalho é importante, mas o mercado de trabalho não pode ser o único princípio director. Há outros princípios inclusivos relativos a atitudes de bem-estar político e social que devem fazer parte das políticas de imigração. Imigração legal significa dignidade igual e oportunidades iguais, sob pena de voltarmos à imigração selectiva, parcial e discriminatória. Queremos evitar que isso suceda.

É também por esta razão que, em nome do meu grupo, apoio a proposta que o senhor deputado Moreno fez à Comissão: tentemos conceber um cartão azul que não esteja unicamente ligado aos 3% de imigrantes altamente qualificados, mas que procure encontrar instrumentos jurídicos concretos que permitam abrir o mercado à imigração. Imigração deve ser inclusão. Se se torna selecção, deixa de ser uma política positiva.

Athanasios Pafilis (GUE/NGL). - (EL) Senhor Presidente, as propostas de directiva e os dois relatórios implementam a política geral de imigração da União Europeia, cujo objectivo é garantir mão-de-obra barata para o capital europeu poder aumentar os seus lucros.

A directiva relativa à concessão de um cartão azul de residência e de trabalho na União Europeia a imigrantes altamente qualificados constitui um roubo de cérebros dos países mais pobres para que os monopólios europeus possam conquistar uma posição melhor na concorrência global, especialmente com os Estados Unidos da América. Não oferece quaisquer direitos especiais aos titulares desse cartão, uma vez que exige a existência prévia de um contrato de trabalho. O salário desses trabalhadores também será institucionalmente mais baixo.

A segunda directiva e o relatório sobre uma autorização única de residência e de trabalho apontam na mesma direcção. Apenas os imigrantes que tenham emprego garantido poderão entrar na União Europeia e obter uma autorização. Deste modo, os imigrantes estão à mercê dos empregadores. O despedimento será equivalente à deportação. Para os imigrantes ilegais, há o eixo do Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, que prevê 18 meses de detenção, deportação e proibição de entrada durante 5 anos.

A política global da União Europeia legaliza a exploração dura e selvagem de que são alvo os imigrantes e os trabalhadores em geral na União Europeia.

Apoiamos a luta dos imigrantes pela igualdade de direitos laborais e de segurança social, e a luta pela defesa e alargamento dos direitos dos trabalhadores em toda a União Europeia.

Hélène Goudin (IND/DEM). - (SV) Um dos argumentos apresentados como motivo de a UE não ser um destino atraente para os trabalhadores qualificados é o facto de existirem diferentes regras de entrada e de residência nos diferentes Estados-Membros. A exposição de motivos deste relatório afirma que as regras diferentes existentes nos Estados-Membros criam efectivamente concorrência entre os Estados-Membros. Isto é considerado como algo de mau. Gostaria de dizer que é precisamente esse facto - o facto de o sistema não ter ficado espartilhado à força num formato único que não autorizasse a concorrência entre várias soluções - que fez com que a Europa seja bem-sucedida.

Podemos ver que determinados países foram mais bem-sucedidos. A Suécia, por exemplo, é um deles. A Suécia investiu na educação e no ensino de línguas, entre outras coisas, o que tornou a Suécia num dos países mais competitivos, com empresas como a Ericsson, a Volvo e a Ikea. O problema da falta de competitividade em muitos dos Estados-Membros está relacionado, em vez disso, com o facto de a União estar crivada de protecção e subsídios para indústrias que estão longe de ser competitivas. Optámos por recorrer a meios de suporte de vida em vez de nos concentrarmos nas mudanças estruturais.

Luca Romagnoli (NI). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eis outra iniciativa absurda da União Europeia: a introdução de um Cartão Azul que favorecerá a entrada de trabalhadores imigrantes, incorrectamente designados de mão-de-obra altamente qualificada.

De acordo com a relatora, esta medida ajudará a fazer frente à tendência de redução demográfica. Ela afirma: "na Alemanha, por exemplo, são precisos 95 000 engenheiros"; se forem bem pagos, tenho a certeza de que poderíamos enviar de Itália milhares deles. Esta iniciativa absurda não só irá desarreigar pessoal qualificado dos países em desenvolvimento, como ignora o desemprego que existe na Europa entre pessoas qualificadas e os receios fundados dos nossos jovens com habilitações e, em vez de promover a sua entrada numa profissão, potenciando a sua capacidade de estudo e investigação e garantindo-lhes um futuro de trabalho e de qualificações profissionais, introduz mais um factor de dúvida, de concorrência e inquestionável exploração.

A fronteira entre demência e criminalidade nos actos humanos é, muitas vezes, muito ténue, e penso que a União está hoje a dar-nos disso mais um exemplo.

Simon Busuttil (PPE-DE). - (MT) Congratulo-me com os relatórios de Ewa Klamt e Patrick Gaubert sobre o cartão azul e o procedimento de pedido único. É a primeira vez que estamos a abrir uma janela, por assim dizer, em relação à política de migração legal. Estes relatórios são portanto muito relevantes, porque nos permitem construir futuras políticas nesta área extremamente importante. Além do mais, pela primeira vez, este sistema dá aos imigrantes um meio legal para entrarem no território da União Europeia com vista a poderem trabalhar entre nós.

No entanto, temos de colocar esta questão no contexto da nossa política de transparência. Tal como a entendo, a política de imigração sobre a qual temos de chegar a acordo tem de se basear nos direitos dos Estados-Membros da União Europeia de manterem o controlo total sobre o número de trabalhadores aos quais garantem direito de entrada. Como anteriormente referido, temos de aderir ao princípio da preferência comunitária, segundo o qual se dá preferência aos cidadãos da União Europeia em relação aos que o não são.

Com base nisto, creio que não só podemos desenvolver uma política sobre migração legal que conceda o cartão azul a trabalhadores altamente qualificados, mas também que, em termos globais, podemos começar a trabalhar noutras propostas que sei que a Comissão irá apresentar nos próximos meses e que se referem à possibilidade de emprego para trabalhadores menos qualificados.

O que está hoje em discussão tem também de ser visto à luz das nossas políticas sobre imigração ilegal e não legal. Digo isto porque, se não conseguirmos ser credíveis na nossa política de imigração, não podemos esperar que os nossos cidadãos confiem em nós para abriremos os nossos mercados à migração legal. Acredito que as duas vão a par e deveriam funcionar em paralelo para que possamos avançar. No âmbito da política da imigração ilegal, existem uma série de questões pendentes que ainda teremos de ter em conta, tal como a lei relativa às sanções contra empregadores que empregam ilegalmente cidadãos de países terceiros ou seja, de facto, imigrantes ilegais. Temos de aperfeiçoar essa lei se queremos penalizar adequadamente esses empregadores e ainda que sirva como dissuasão ao influxo de imigrantes ilegais.

Há uma outra proposta que a Comissão Europeia já anunciou que irá apresentar nas próximas semanas. Essa proposta refere-se à revisão da lei de Dublin sobre a responsabilidade que os países têm de assumir quando tratam dos pedidos de asilo por parte de imigrantes que já entraram no seu território. Esperamos ansiosamente o agendamento dessa proposta.

Para concluir, vale a pena sublinhar que, se o Tratado de Lisboa estivesse hoje em vigor, a base jurídica destas propostas seria diferente do que temos agora. O Tratado de Lisboa iria imprimir novo impulso à União Europeia para apresentar uma solução na área da imigração. Creio que os que se opõem ao Tratado de Lisboa não têm razão para estarem satisfeitos com o facto da actual política europeia sobre imigração não ser tão forte como deveria ser.

Martine Roure (PSE). - (FR) Senhor Presidente, a nível europeu, precisamos de nos dotar de ferramentas eficazes no que respeita à imigração, e o nosso mundo precisa de instrumentos de protecção para, a montante, socorrer aqueles que sofrem.

A comunidade internacional, em geral, e a Europa, em particular, não estão, infelizmente, preparadas para isso, quando estamos num século que, com a globalização, será inevitavelmente o século das deslocações de populações. Temos absolutamente de integrar essa realidade em todas as nossas perspectivas.

No que se refere ao cartão azul, temos de poder acolher os trabalhadores migrantes tendo o cuidado de não pilhar os seus países aproveitando os actores do seu desenvolvimento. Eis a razão por que queremos ajudar a formação dos trabalhadores altamente qualificados nos sectores-chave, nos países de origem, e temos de promover a migração circular.

Gostaria de terminar a minha curta intervenção recordando que precisamos de uma solidariedade europeia alargada aos países em desenvolvimento. E, se temos de falar em termos de exequibilidade - a capacidade para reagir à actual crise financeira é disso testemunha -, quando há vontade política, há meios materiais.

Hubert Pirker (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, representantes do Conselho, os debates entre os colegas deputados estão claramente polarizados. A Direita receia a imigração ilegal em grande escala. O Senhor Romagnoli já não está presente para levar mais longe o debate. A Esquerda receia que os imigrantes ilegais não consigam encontrar emprego. Não queremos nenhuma destas coisas, por outras palavras, nem a imigração ilegal em grande escala nem o emprego de imigrantes ilegais que lhes dê

estatuto legal. O que pretendemos verdadeiramente conseguir com o Cartão Azul é um passo para a imigração controlada de trabalhadores altamente qualificados para os Estados-Membros da União Europeia.

O Cartão Azul e os regulamentos de residência e de trabalho uniformes representam precisamente o instrumento que permitirá aos Estados-Membros reagirem e atraírem trabalhadores altamente qualificados exactamente quando deles necessitam. Estamos também a implementar regras normalizadas para a atribuição do Cartão Azul e para a monitorizar em toda a Europa. Apraz-me que o Conselho tenha incluído nas regras de implementação a minha proposta para etiquetar o Cartão Azul com o símbolo do Estado que emite o cartão e ao qual se aplicam as autorizações de trabalho e de residência. Isto significa que, no caso da Áustria, o Cartão Azul será vermelho, branco e vermelho, tendo os outros Estados soluções similares.

Acredito que o incentivo que permite às pessoas começarem a trabalhar noutro Estado-Membro decorridos três anos, desde que cumpridos os requisitos e identificada a necessidade, é um passo positivo. Outra regra importante é a de que o Cartão Azul expirará quando o trabalhador deixar de ser obviamente necessário. Isto torna-se claro quando o trabalhador está desempregado há mais de seis meses. Nessa altura, é óbvio que o trabalhador já não é necessário e o Cartão Azul deixa de ser válido. Gostaria de propor ao Conselho que os trabalhadores sejam obrigados a registar-se junto das autoridades nacionais quando ficam desempregados, caso contrário não será possível verificar se o período de seis meses chegou ao fim.

Por fim, gostaria apenas de dizer que o Cartão Azul é um instrumento que permitirá aos Estados-Membros reagir de modo flexível. Representa a oportunidade de a União Europeia se tornar e permanecer um lugar atractivo para os negócios. É um incentivo para que os trabalhadores altamente qualificados não se mudem para os EUA, o Canadá ou a Austrália, mas que escolham a União Europeia como lugar de residência e trabalho, pelo menos durante algum tempo. Acredito que o Cartão Azul representa um passo positivo na direcção da imigração controlada com base nos requisitos, oportunidades e necessidades dos Estados-Membros.

Stavros Lambrinidis (PSE). - (EL) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, há mais de uma década que não se faz um debate substancial sobre o modo como os Estados-Membros podem cooperar para tornar a Europa um destino mais atractivo para os imigrantes legais de que as nossas comunidades precisam e um lugar mais humano para aqueles que já vivem entre nós.

A directiva relativa ao "retorno" que foi adoptada recentemente e que, como sabemos, trata muitos dos pobres imigrantes como vulgares criminosos, é indicativa do modo quase monomaniaco como a Europa está centrada numa abordagem policial da política de imigração.

A razão básica subjacente a essa posição é a seguinte: a maior parte dos Estados-Membros da União Europeia ainda não conseguiu, em primeiro lugar, aplicar programas efectivos de integração dos imigrantes, e, em segundo lugar, convencer uma grande secção do público de que o aumento inevitável das nossas comunidades multiculturais constitui uma evolução desejável que promove o nosso crescimento económico e social.

Neste contexto, só nos resta saudar as iniciativas legislativas que hoje estamos a debater. Este é porventura o primeiro esforço sério com vista à criação de uma política europeia comum em matéria de imigração legal, não obstante a timidez relativa de algumas propostas e não obstante os problemas que apresentam, alguns dos quais foram tratados em alterações, como é o caso do risco - correctamente apontado por muitos oradores - de privar os países pobres dos seus trabalhadores mais qualificados.

Ao mesmo tempo, contudo, estes regulamentos individuais referem-se a um número mínimo de imigrantes que poderíamos designar como imigrantes legais privilegiados. Agora, precisamos de iniciativas legislativas corajosas que introduzam regras europeias em matéria de trabalho legal para os milhões de outros imigrantes de que necessitam as nossas economias e as nossas comunidades.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou (PPE-DE). - (EL) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, a União Europeia ainda é vista como um lugar pouco atractivo pelos trabalhadores altamente qualificados de países terceiros, ao passo que os imigrantes não qualificados chegam aqui aos milhares. A política europeia de imigração precisa, portanto, de uma abordagem geral global e coerente no que se refere à paz e segurança, à política de desenvolvimento europeia e às políticas de integração e emprego.

A proposta legislativa é uma tentativa para estabelecer critérios comuns para um procedimento rápido de admissão de imigrantes altamente qualificados. Precisamos de definições uniformes e comuns para o acesso a 27 mercados de trabalho.

Todos reconhecem que a União Europeia precisa de poder utilizar a mão-de-obra qualificada de países terceiros numa base duradoura com vista a aumentar a sua competitividade e fomentar o crescimento económico, mas também é necessário definir pré-requisitos. Como membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, considero que a primeira condição prévia é o reconhecimento da formação universitária de pessoas altamente qualificadas ou de três anos de experiência.

A política de desenvolvimento deve garantir a disponibilidade de mão-de-obra de países terceiros. A relatora, a quem expressei a minha solidariedade pelo infeliz incidente, salienta que a imigração para efeitos de emprego altamente qualificado não pode ser uma solução duradoura para os problemas económicos e demográficos, uma vez que, de modo geral, a imigração económica afecta os mercados de trabalho nacionais dos Estados-Membros.

O princípio da subsidiariedade tem de ser observado até dispormos de sistemas sociais uniformes e de legislação laboral uniforme. O Parlamento Europeu recomenda, portanto, a observância rigorosa do princípio da preferência comunitária. Os Estados-Membros têm de fixar o número de imigrantes de países terceiros admitidos no âmbito da sua soberania nacional e devem ter também o direito de fixar uma quota zero.

Os cartões azuis devem ser emitidos, mesmo que as condições prévias estejam satisfeitas, segundo a discrição de cada Estado-Membro, com o valor acrescentado europeu sob a forma de mobilidade ao fim de dois anos de residência legal noutro Estado-Membro.

Karin Jöns (PSE). - (DE) Senhor Presidente, para controlar a imigração ilegal, responder aos desafios das alterações demográficas, aumentar a nossa competitividade e, ao mesmo tempo, garantir um nível elevado de harmonia social, necessitamos, com mais urgência do que nunca, de uma política de imigração conjunta. Esta Assembleia está de acordo em relação a este ponto. Por esta razão, eu gostaria de agradecer aos quatro relatores pela sua estreita cooperação.

No entanto, para o meu grupo, uma política de imigração conjunta deverá incluir todos os migrantes, caso contrário não responderá aos nossos requisitos. Isto significa que o princípio de igualdade de tratamento deverá ser aplicado a toda a gente, sem restrições, no caso dos direitos dos trabalhadores, do acesso à educação e aos sistemas de segurança social. Por conseguinte, peço-vos que amanhã votem a favor das alterações propostas pelo meu grupo. A directiva-quadro também deve ser aplicada aos trabalhadores sazonais, aos refugiados ou aos requerentes de asilo temporário.

Relativamente ao Cartão Azul, eu gostaria que amanhã alterássemos o resultado da votação da comissão competente de modo a abrirmos o mercado de trabalho europeu não apenas aos migrantes de países com os quais já temos acordos de parceria. Não pode haver restrições deste tipo e apraz-me saber que a Comissão comunga desta opinião.

Por fim, mais uma palavra ao Conselho. Tendo em conta a ocasião, insto-vos a adoptarem ambas as directivas juntas. Se estamos a ser sérios acerca da questão da igualdade de tratamento, não podemos adoptar os princípios de igualdade de tratamento primeiro só para os trabalhadores altamente qualificados e talvez depois para os outros migrantes.

Inger Segelström (PSE). - (SV) Senhor Presidente, gostaria de começar por agradecer à relatora, a senhora deputada Klamt, e aos relatores sombra, por um interessante relatório. Na qualidade de social-democrata nórdica, desejei o vosso apoio para que os acordos colectivos se aplicassem também ao cartão azul da UE. Acredito que será necessário, mas não estou particularmente alarmada pelo facto de não vir a ser aplicado. Todavia, o Parlamento deveria ter assumido a liderança deste processo.

Neste momento, é positivo que esteja claramente definido de que se trata de uma infracção penal para os empregadores que quebrarem as regras e não verificarem se estão a empregar trabalhadores ilegais, enquanto, simultaneamente, podem ser legalmente obrigados a compensar baixos salários e afins em retrospectiva. É igualmente positivo que os cidadãos de países terceiros possam ir para a sua terra durante o período em questão e depois voltarem à UE. Isto indica que estamos a levar a sério as preocupações de países terceiros sobre a fuga de cérebros. Estou igualmente satisfeita com a decisão, que apoio, de os Estados-Membros terem de ter em conta os mercados laborais a nível nacional e regional. Isto mostra que os que já estão nos seus países de origem, e que estão desempregados, estarão na linha da frente para os empregos. Este ponto é particularmente importante nestes dias de crescimento do desemprego como consequência da contracção do crédito, sobretudo quando a xenofobia representa um desafio para a democracia em muitos dos nossos Estados-Membros.

Roselyne Lefrançois (PSE). - (FR) Senhor Presidente, antes de mais quero agradecer à relatora e aos relatores-sombra o seu espírito de colaboração. Esta directiva é o primeiro texto de grande importância em matéria de imigração legal. Visa encorajar a vinda para o território da União Europeia trabalhadores altamente qualificados, originários de países terceiros, que, neste momento, preferem, na sua grande maioria, ir para os Estados Unidos ou para o Canadá. Graças ao cartão azul, estes últimos poderão agora beneficiar de numerosos direitos para eles próprios e para as suas famílias.

Evidentemente que nos arriscamos a apoiar a ideia da imigração escolhida, mas gostaria de recordar que foi o Conselho que sempre se opôs a uma directiva horizontal aplicável a todos os trabalhadores imigrantes. Assim, a Comissão não teve alternativa para esperar avançar um pouco no domínio da imigração legal senão a de começar pelos trabalhadores altamente qualificados, para os quais sabia que seria mais fácil obter o acordo dos Estados-Membros. Evidentemente que lamento esta abordagem sectorial, mas há tanto tempo que nós, socialistas, denunciámos o carácter exclusivamente repressivo da política europeia em matéria de imigração e reclamamos uma política de imigração legal digna desse nome, que me parece importante validar esta primeira etapa.

Não esqueçamos, com efeito, que outros textos estão já em preparação relativos, por exemplo, aos trabalhadores sazonais e aos estagiários.

Emine Bozkurt (PSE). - (NL) Senhor Presidente, finalmente, deu-se um importante passo em frente. A Europa está de acordo sobre as condições de um sistema único de recrutamento de pessoas altamente qualificadas. Eis o valor acrescentado que este cartão oferece. É um passo necessário, muito embora, a meu ver, seja apenas o primeiro. Uma vez adquirida alguma experiência com o Cartão Azul Europeu, temos de considerar os passos seguintes a dar na próxima legislatura.

Não podemos esquecer que vivemos em tempos turbulentos. É possível que, a curto prazo, se registem despedimentos, em consequência da crise financeira. Esse é o motivo por que é importante que o sistema do Cartão Azul, tal como descrito no relatório da senhora deputada Klamt, deixe espaço para políticas nacionais dos Estados-Membros. Os Estados-Membros devem poder decidir quantos migrantes altamente qualificados são necessários, e quantos podem empregar nos seus países, sem causar uma fuga de cérebros de sectores sensíveis - como é o sector da saúde - de países terceiros. No entanto, também devemos ser previdentes. A Europa necessita desesperadamente de migrantes altamente qualificados. Esse o motivo por que a melhor solução é a norma mais simples possível no que diz respeito ao Cartão Azul por que se sentem atraídos os verdadeiros talentos. Penso que esta solução se encontra incluída na presente proposta, graças, em parte, às alterações apresentadas pelo grupo Socialista no Parlamento Europeu. Por conseguinte, é importante para as pessoas que já residem legalmente na UE não serem obrigadas a regressar primeiro ao seu país para, no caso de satisfazerem as outras condições, requererem um Cartão Azul para um Estado-Membro da UE.

Harald Ettl (PSE). - (DE) Senhor Presidente, durante os próximos 20 anos, a União Europeia necessitará de mais trabalhadores altamente qualificados de países terceiros. Há anos que outros Estados se têm vindo a servir desproporcionadamente do potencial existente neste domínio. Os regulamentos elaborados pela UE são equilibrados e destinam-se a impedir a "fuga de cérebros" de países terceiros. Os requisitos serão sempre determinados pelos Estados-Membros. Tudo isto parece muito sensato mas a verdade é que estamos sob a ameaça de uma recessão por causa da crise financeira e económica.

O desemprego vai aumentar em toda a Europa e alguns Estados-Membros já estão a querer restringir ainda mais a livre circulação de trabalhadores no seio da União Europeia. Não seria mais sensato, numa situação na qual estamos a ser obrigados a modificar a nossa política industrial por causa das questões ambientais, investir em mais e melhores programas de formação para trabalhadores altamente qualificados e com um potencial significativo para a inovação? Devemos centrar todos os nossos esforços nesta questão em vez de andarmos a «roubar» trabalhadores de topo a países terceiros, o que não bastará para garantir o nosso futuro a longo prazo.

Genowefa Grabowska (PSE). - (PL) Senhor Presidente, todos nos lembramos dos campos de trabalho abertos, no Outono de 2006, em diversos Estados-Membros da União Europeia. Nesses campos, os imigrantes ilegais trabalhavam em condições terríveis lado a lado com cidadãos de Estados-Membros da União Europeia.

Esta situação estimulou o nosso trabalho sobre o pacote de imigração, parte do qual estamos a discutir hoje. Parece-me que estamos a ir na direcção certa. A proposta favorece condições de trabalho mais civilizadas e simplifica as regras que regem o emprego e a residência de emigrantes legais. Como mulher polaca, gostaria

também de salientar a nossa solidariedade para com cidadãos de países terceiros que residem legalmente na União Europeia. Não os podemos discriminar.

Não só não penso que o cartão azul venha a ameaçar os interesses económicos dos cidadãos dos novos Estados-Membros, como que lhes venha a fazer concorrência. O facto é que a maioria dos mercados de trabalho europeus estão agora abertos para nós e, como é bem conhecido, todos os períodos de transição irão terminar antes de o cartão azul entrar em vigor.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE-DE). - (LT) Senhor Ministro, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o mundo está a tornar-se cada vez mais aberto, não apenas a Europa. As modernas tecnologias e a globalização conduzem a isso e lutar contra esta realidade é contraproducente.

Felicito a França que, durante a sua Presidência, tomou as importantes iniciativas que estamos hoje a discutir.

O interesse da União Europeia é claro: temos falta e precisamos de trabalhadores, bem como de especialistas altamente qualificados, já que os nossos cidadãos usam o seu direito de partir, viver e trabalhar noutro lado, consoante a sua preferência.

A imigração legal para a UE é uma solução completamente aceitável para o problema. É também a nossa resposta aos desafios da globalização e à ambição da UE de se tornar mais competitiva.

Concordo que as propostas têm de ser coordenadas entre si, coordenadas com outros actos jurídicos, mas não há dúvida que tivemos de resolver estes problemas e, mais uma vez, felicito os dois relatores e o país que detém a Presidência.

Daciana Octavia Sârbu (PSE). - (RO) O projecto de resolução que visa introduzir o cartão azul para imigrantes altamente qualificados pretende atrair uma força de trabalho profissional, altamente qualificada, de fora da União Europeia, oferecendo a esses imigrantes a oportunidade de se fixarem e trabalharem legalmente na União Europeia. Esta iniciativa é benéfica na medida em que se prevê que, durante os próximos 20 anos, há o risco de 20 milhões de postos de trabalho permanecerem por preencher.

No entanto, quero recordar-vos que os cidadãos da Roménia e da Bulgária ainda enfrentam restrições no mercado de trabalho, temendo já que alguns países prolonguem o período de transição por mais três anos. É por isso que, neste contexto, é de importância vital que não contribuamos também para a discriminação de cidadãos europeus.

Marek Aleksander Czarnecki (ALDE). - (PL) Senhor Presidente, as alterações demográficas na União Europeia e o envelhecimento da população são circunstâncias que provocam uma procura de trabalhadores especializados de países fora da União Europeia. A migração económica é um desafio que a União Europeia tem de enfrentar num mundo em rápida globalização. Sou da opinião de que os Estados-Membros têm de desenvolver uma abordagem integrada e coerente à política europeia de migração.

A engenharia e a tecnologia computacional são áreas às quais se tem de prestar especial atenção no contexto do desenvolvimento e do emprego. É necessário aprovar regulamentos comunitários se pretendemos restringir a imigração ilegal. Concordo com o relator e com o consultor, o Sr. Masiel, e apoio a introdução do sistema do cartão azul europeu para imigrantes especializados, com vista a facilitar o emprego de trabalhadores especializados de países terceiros.

Tomáš Zatloukal (PPE-DE). - (CS) A mobilidade dos nacionais de países terceiros no território dos Estados-Membros da União Europeia constitui um grande desafio para a Europa num mundo globalizado dominado por uma dura concorrência económica. Estamos a adoptar regras comuns, comunitárias, que permitam gerir os fluxos migratórios para a Europa e limitar a imigração ilegal. É correcto congratularmo-nos com a sugestão da Comissão de acelerar o processo de recepção de trabalhadores e disponibilizar-lhes melhores condições de residência para, desta forma, tornar a UE mais atractiva para os trabalhadores altamente qualificados de países terceiros. O factor decisivo é não apenas um processo de recepção rápido para os trabalhadores, livre de obstáculos burocráticos, mas também condições de acesso unificadas e comuns aos 27 mercados de trabalho. No âmbito do debate sobre ambos os relatórios, é necessário referir que na UE ainda existem barreiras ao emprego de nacionais dos novos Estados-Membros.

Toomas Savi (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, o cartão azul da União Europeia é uma iniciativa muito bem acolhida nos países em desenvolvimento. Uma vez que vai ser emitido pelos Estados-Membros, poderá acontecer, por exemplo, que um deles passe a concluir mais ou menos sistematicamente, através de sucessivas análises do seu mercado de trabalho, que não está em condições de autorizar a admissão de mão-de-obra

estrangeira; ou que, num outro, se considere que a preservação da ordem pública impõe restrições à aplicação integral do conjunto de princípios do cartão azul UE. Temo que alguns Estados-Membros venham a contrariar os objectivos do cartão azul UE.

O cartão azul UE tem como objectivo não apenas a satisfação da procura de mão-de-obra nos Estados-Membros, mas também a criação de condições que permitam a «circulação de cérebros». De certa maneira, é uma medida de apoio à política da UE em matéria de cooperação para o desenvolvimento, já que os trabalhadores titulares de cartão azul poderão vir a regressar aos seus países de origem com a experiência que é imprescindível para o progresso.

Nicolae Vlad Popa (PPE-DE). - (RO) Creio que é extremamente importante para a União Europeia tornar-se mais atractiva para trabalhadores altamente qualificados, especialmente tendo em mente que a maioria dos imigrantes actualmente não são qualificados. Esses trabalhadores têm de usufruir de condições favoráveis, de um sistema harmonizado para regular a emigração e da possibilidade de deslocação de um país para outro, bem como de salários que reflectam as suas qualificações.

O cartão azul europeu deve ser visto também como uma forma de desencorajar a imigração ilegal, como parte do acordo para a imigração e o asilo, bem como parte da solução do problema da escassez de mão-de-obra que afectará a União Europeia nas próximas décadas.

Gostaria de salientar a ideia de que os cidadãos dos novos Estados-Membros não podem estar numa situação inferior aos dos países terceiros. Não é aceitável que certos Estados mantenham o seu mercado de trabalho fechado aos cidadãos dos novos Estados-Membros, mas, por outro lado, ofereçam empregos que requerem elevadas qualificações a trabalhadores de países que não são membros da UE.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Os problemas demográficos e o envelhecimento da população europeia não são as únicas razões pelas quais se deveria introduzir o cartão azul enquanto instrumento controlado pela UE. Ao alargamento da UE seguiu-se um enorme êxodo de trabalhadores especializados dos novos Estados-Membros. O êxodo de trabalhadores especializados é hoje o maior problema para os empregadores, suspendendo o investimento e restringindo assim o desenvolvimento económico.

Se as nossas empresas não conseguem encontrar trabalhadores especializados nos seus mercados domésticos, irão perder a competição com a China. Os empregadores polacos carecem de uma maior abertura do mercado laboral. Pretendem empregar trabalhadores de países como a Ucrânia e a Bielorrússia. Ao mesmo tempo, devemos lembrar que todos os benefícios têm de ser consistentes no seio da UE. Temos de nos lembrar que alguns dos que virão ter connosco ao abrigo do sistema do cartão azul irão regressar, levando com eles a experiência que adquiriram na UE. Temos de trabalhar simultaneamente para reforçar a educação e os regimes de formação contínua para os especialistas necessários aos mercados de trabalho nos nossos Estados-Membros.

Janusz Onyszkiewicz (ALDE). - (PL) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção de V. Exa. para dois perigos que surgiram durante o debate e nos regulamentos propostos.

O primeiro é os requisitos excessivos para os cidadãos dos países terceiros obterem emprego aqui. A exigência de, pelo menos, dois ou cinco anos de experiência profissional para um cargo dirigente parece-me ser demasiado elevado. No caso de uma enfermeira ou de um informático, isto não é necessário para lhes permitir desempenhar um papel útil nas nossas empresas.

O outro perigo é a tentativa de fixar uma taxa uniforme mínima para os trabalhadores. Este regulamento está determinado em destruir o princípio básico que realmente deve ser aplicável, o da igualdade de remuneração entre homens e mulheres para trabalho igual, uma vez que pode resultar em alguém que venha trabalhar para UE, a ganhar mais vencimento do que uma pessoa que já trabalhe aqui.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. - (FR) Senhor Presidente, a riqueza dos debates demonstra a qualidade dos relatórios elaborados. Gostaria de agradecer uma vez mais aos relatores e aos relatores de parecer, o senhor deputado Jan Tadeusz Masiel e as senhoras deputadas Rumiana Jeleva e Marie Panayotopoulos-Cassiotou, e de dizer que, efectivamente, os nossos debates mostraram bem que este acordo sobre a imigração legal foi um grande passo em frente. Há quatro anos, ninguém queria ouvir falar de instrumentos comunitários. Todos sabemos que poderemos ir mais longe dentro de alguns anos.

Felicitos também a Comissão, através do seu Vice-Presidente Barrot, que soube lançar o debate e zelar por que as nossas ambições neste domínio também crescessem rapidamente. Bravo também à Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos. O presidente Deprez soube encontrar as palavras

certas, o equilíbrio e a voz da razão; apoia uma Europa aberta, e eu congratulo-me com isso. A senhora deputada Roure também defende, embora com algumas matizes, que a Europa esteja preparada para o século das deslocações de populações, que é aquilo que estamos a tentar fazer. Estes dois textos, como frisou a senhora deputada Lefrançois, representam um começo e não um fim, e mantêm de facto um lugar para as migrações circulares.

Quanto à questão da preferência comunitária, tal como foi levantada pelas senhoras deputadas Genowefa Grabowska e Kinga Gál e pelos senhores deputados Claudio Fava e Giusto Catania, nomeadamente, recordo que o cartão azul só entrará em vigor em 2011, na altura em que os dispositivos provisórios dos tratados de adesão tiverem terminado, e que oferece um estatuto que não é equivalente aos dos cidadãos da União. Além disso, estamos prontos e queremos recordar no texto o princípio da preferência comunitária inscrito nos tratados de adesão.

Relativamente às inúmeras intervenções que tiveram lugar sobre a fuga de cérebros - nomeadamente as dos deputados Wolfgang Kreissl-Dörfler e Mario Borghezio, da deputada Danutė Budreikaitė, do deputado Javier Moreno Sánchez, e das deputadas Jean Lambert e Martine Roure -, penso que o Parlamento Europeu manifestou as suas legítimas preocupações de incluir, no cartão azul, salvaguardas destinadas a transformar o *brain drain* em *brain gain*, e penso que há, fundamentalmente, três maneiras de o fazer.

Em primeiro lugar, a directiva não pode, em caso algum, prevalecer sobre os acordos europeus ou sobre os acordos entre alguns Estados-Membros e os países de origem, que estabeleceriam listas de profissões a excluir do seu campo de forma a garantir um recrutamento ético nos sectores que sofrem de penúria de mão-de-obra. Em seguida, há que fornecer aos Estados-Membros a possibilidade de serem responsáveis no âmbito de uma análise caso a caso: devem poder rejeitar um pedido de cartão azul a fim de garantir um recrutamento ético. Por fim, a directiva deve poder favorecer a migração circular dos trabalhadores altamente qualificados, e insistir, evidentemente - como já foi salientado - nas necessidades de formação nos países de origem.

Em contrapartida, não me parece que seja necessário proibir a emissão de certos cartões azuis de forma sistemática, na ausência de acordo com um país de origem. Como salientou o Senhor Vice-Presidente Barrot, penso que isso criaria discriminações e adiaria os pedidos sobre os dispositivos nacionais, pelo que será preferível negociar caso a caso.

No que se refere à diferença estabelecida entre trabalhadores altamente qualificados e trabalhadores não qualificados, tema referido pelo senhor deputado Busuttil e pela senhora deputada Lefrançois, nomeadamente, assim como pela senhora deputada Lambert, acho que temos de avançar por etapas. Neste momento, não existe infelizmente um consenso em matéria de migração legal, para agir a nível comunitário sobre todos os segmentos do mercado de trabalho. Contudo, estamos a avançar, pois existe um código de direitos único para todos os trabalhadores dos países terceiros na União Europeia, e temos de começar pelos trabalhadores altamente qualificados, sazonais, assalariados deslocados, estagiários. O programa de Estocolmo talvez nos permita ir mais longe.

Contrariamente ao que referiram a senhora deputada Hélène Flautre e outros oradores, os direitos garantidos pelo cartão azul não comportam nenhuma restrição à liberdade sindical, aos direitos dependentes do emprego - antes pelo contrário -, e este cartão azul será o único instrumento que permitirá aos migrantes exercerem um direito à mobilidade por possuírem uma actividade profissional qualificada dentro da União, coisa que não é possível hoje em dia com os dispositivos nacionais. É a principal vantagem deste texto.

Para responder também ao senhor deputado Hubert Pirker sobre o prazo ao fim do qual essas vantagens terminam em caso de desemprego - é um facto que existe um prazo de três meses -, a Presidência da União Europeia teria desejado que esse prazo fosse mais dilatado do que aquele que é proposto, mas não conseguimos chegar a um consenso neste domínio. Com efeito, alguns Estados queriam mesmo que não houvesse qualquer prazo, o que não correspondia, como é evidente, ao desejo da Presidência.

Por fim, para responder ao senhor deputado Claudio Fava, o considerando 16 do texto do Conselho retoma de facto o princípio da igualdade de tratamento em matéria salarial entre trabalhadores de países terceiros e cidadãos comunitários para trabalho igual, o que é reforçado pelo n.º 1 do artigo 15.º desse mesmo texto.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Senhor Presidente, vou limitar-me a completar as afirmações do Senhor Ministro Jouyet, que me parecem reflectir bem o interesse que, juntos, dispensámos aos vossos trabalhos desta tarde. Obrigado a todos os oradores, obrigado aos vossos relatores, que fizeram um excelente trabalho.

Gostaria apenas de repetir que a proposta de directiva respeita integralmente a preferência comunitária. Aliás, essa preferência comunitária está inscrita nos tratados de adesão à União Europeia, e os tratados dizem que, quando um Estado-Membro aplicar as restrições temporárias à livre circulação dos trabalhadores nacionais de outro Estado-Membro, tem de lhes dar prioridade em termos de acesso ao mercado de trabalho relativamente aos trabalhadores nacionais de um país terceiro. Digo isto dirigindo-me aos senhores deputados dos novos Estados-Membros, pois isto deve ser recordado.

Em seguida, devo também eu responder àqueles que estão preocupados com os riscos das fugas de cérebros. Recordo que a proposta preconiza uma cláusula sobre o recrutamento ético destinada a limitar, ou mesmo proibir, uma publicidade activa susceptível de ser praticada pelos Estados-Membros nos países em desenvolvimento, já confrontados com uma grave fuga de cérebros.

Nesta proposta, incluímos também a possibilidade de um Estado-Membro rejeitar pedidos de cartão azul com base em considerações de recrutamento ético. Incluímos medidas destinadas a facilitar as migrações circulares e incluímos uma obrigação de os Estados-Membros comunicarem à Comissão estatísticas anuais sobre a aplicação da directiva, de forma a permitir-lhe acompanhar o impacto dessa legislação.

É um facto que há que evitar recrutar activamente em países que sofrem penúrias graves, nomeadamente no sector da saúde em África, e tudo isso terá solução no desenvolvimento das parcerias com os países de origem.

Terceiro ponto: gostaria evidentemente de dizer que este texto vai ser seguido de outras propostas da Comissão. Assim, em Março do próximo ano, vou ser levado a apresentar um texto sobre a migração legal relativo aos trabalhadores sazonais, aos estagiários remunerados, aos assalariados incluídos num grupo plurinacional, multinacional, obrigados a ser transferidos. Assim, também neste caso se trata de um começo, como afirmou a senhora deputada Lefrançois, é um começo que terá de ser prosseguido até existir um quadro completo em matéria de imigração legal.

Repito apenas, também eu, depois do que disse Jean-Pierre Jouyet, que existe aqui uma vontade muito firme de tratar todos esses imigrantes e recém chegados à União Europeia com uma igualdade de direitos que, mais uma vez, reflecte também o ideal da nossa Comunidade Europeia.

Seja como for, tomei boa nota de muitas observações. Durante os próximos meses, teremos ocasião de voltar a falar destes problemas migratórios. Com efeito, creio que temos de nos habituar a tratá-los desapaixonadamente, com muita objectividade e muito espírito de justiça, reconhecendo simultaneamente que também precisamos de imigração, mas de uma imigração que, precisamente, possua um enquadramento jurídico fiável para todos.

Manfred Weber, relator. - (DE) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por dizer que transmitirei à Senhora Ewa Klamt a vossa solidariedade. Quero também agradecer-vos pelo debate e sublinhar três pontos.

Primeiramente, gostaria de repudiar a retórica nacionalista que ouvimos aqui hoje algumas vezes. Não é minimamente representativa da opinião da maioria dos membros desta Assembleia e deve ser liminarmente rejeitada.

Em segundo lugar, gostaria evidentemente de me referir à questão da imigração legal, da qual necessitamos para garantir que as nossas economias nacionais mantenham as suas capacidades de inovação e para combater a imigração ilegal, que são dois lados da mesma moeda. Os cidadãos da Europa contam que estejamos abertos à imigração que é útil e legal, mas também que combatamos a imigração ilegal.

Em terceiro lugar, isto era de esperar quando se chegasse à questão do Cartão Azul, mas eu gostaria também de dizer que se trata de um primeiro passo positivo para a apresentação de uma imagem comum ao mundo. Por esta razão, creio que devemos dar juntos este passo na boa direcção. Amanhã, votemos a favor desta legislação.

Patrick Gaubert, relator. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvi um certo número de coisas... Vou começar pelo debate. O debate foi muito interessante. Não vou citar ninguém, mas devo dizer que o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) não tem lições a receber relativamente ao respeito dos direitos humanos. O Grupo PPE está contente com a capacidade de a Europa chegar a acordo sobre instrumentos comuns relativos à gestão dos fluxos migratórios, como está contente, aliás, com o facto de a Europa não se fechar sobre si própria.

Possuímos uma política migratória que é simultaneamente humana e firme; humana, ao recusar as condições de vida indignas dos imigrantes clandestinos que vivem nos nossos países: fazemos tudo para impedir homens e mulheres de utilizarem barcos que põem em perigo a sua vida; e firme, ao condenar os passadores e os patrões delinquentes.

No que se refere ao cartão azul e ao processo único de autorização de residência, quero dizer ao nosso amigo Catania que precisamos tanto das elites como das outras pessoas nos nossos países. Os direitos dos imigrantes em situação legal, já que falamos disso, serão os mesmos dos cidadãos comunitários, nem mais nem menos.

A Europa não precisa de se desculpar perante os outros relativamente às políticas migratórias. A Europa não considera o imigrante como um desordeiro, nem como um delinquente, nem como um perigo para a nossa segurança ou o nosso instrumento de trabalho. São homens, mulheres e crianças, feitos de carne e osso, que procuram uma vida melhor nos nossos países, já que, nos deles, não têm nada.

O objectivo de todos nós é o de os ajudar e de os apoiar, incitando-os no entanto a ficarem nos seus países. A nossa política migratória é digna, é aberta, pode ser securitária mas, para eles, tal como para nós, esta política orgulha-nos, tal como nos orgulharemos amanhã com o voto relativo a estes dois relatórios sobre a política migratória na Europa.

Presidente. – Gostaria de expressar as minhas condolências pessoais à senhora deputada Klamt pela perda súbita do seu pai ocorrida na semana passada. Estive com ela pouco depois de lhe terem dado a notícia e cumpre-me, por isso, manifestar-lhe a minha simpatia.

Está encerrada a discussão conjunta.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 20 de Novembro.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Cristian Silviu Buşoi (ALDE), por escrito. - (RO) Em primeiro lugar, saúdo tanto a iniciativa da Comissão como a posição da relatora, por achar ter havido um avanço substancial na migração de trabalhadores altamente qualificados, essencial para atingir os objectivos de Lisboa.

Todavia, acredito que a UE precisa de ser atractiva, não só para os trabalhadores altamente qualificados de países terceiros, mas também para os jovens europeus. Tendo em conta a competitividade da UE que está em jogo, não queremos assistir a uma fuga de cérebros a favor dos Estados Unidos ou do Canadá, em detrimento da UE. Consequentemente, a presente iniciativa deve ser consolidada através de uma política que incentive os jovens europeus.

Além disso, precisamos de implementar esta medida com especial atenção e responsabilidade, tendo em conta a situação em termos de recursos humanos em certas especialidades nos países de onde estes migrantes provêm, de modo a não aprofundar ainda mais a crise de recursos humanos, particularmente nos sectores da educação e de saúde.

Por último, apoio a posição da relatora Klamt com respeito à aplicação da preferência comunitária durante o processo de recrutamento e a ideia de dar prioridade aos cidadãos dos novos Estados-Membros que continuam a estar sujeitos a restrições relativas ao acesso do mercado de trabalho. Se estas restrições precisam de continuar a prevalecer, dar-lhes prioridade parece-me ser o mínimo a fazer, para que os cidadãos destes países não se sintam Europeus de segunda classe.

Corina Creţu (PSE), por escrito. - (RO) Gostaria de chamar a atenção de V. Exa. para algumas disposições que podem ter um impacto discriminatório e, por isso, pedia-lhe que considerasse dar prioridade aos cidadãos dos novos Estados-Membros da EU em termos de acesso ao mercado de trabalho da UE, em relação aos imigrantes que não provenham destes países.

A iniciativa do “Cartão Azul” é benéfica, uma vez que irá resolver parcialmente o problema da escassez de trabalhadores altamente qualificados e pode desempenhar um papel importante na redução da imigração ilegal. Contudo, existem algumas disposições que colocam em desvantagem os cidadãos dos países que recentemente aderiram à União Europeia. Numa situação em que o acesso ao mercado de trabalho na maioria dos Estados da UE ainda é restringido aos romenos, na totalidade ou em certas áreas, penso que é necessário obrigar os Estados-Membros a rejeitarem os pedidos do Cartão Azul para os sectores em que o acesso aos trabalhadores dos países que, recentemente, aderiram à UE é, ainda, restringido pelas disposições transitórias

actuais. Os nacionais dos Estados da União Europeia, mesmo que só tenham aderido recentemente, devem ter prioridade sobre os provenientes de Estados de fora da UE.

Quero, também, alertar para o risco de fuga de cérebros dos países menos desenvolvidos, que afectará sectores chave nesses países, tais como os da saúde, da educação e da investigação, aumentando o efeito de boomerang com implicações complexas ao nível global.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. - Relativamente ao "estabelecimento de condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado" na UE (o denominado "cartão azul") e à criação de um "procedimento de pedido único de autorização de residência e de trabalho", consideramos, entre outros gravosos aspectos, que tais iniciativas não podem ser descontextualizadas da política de imigração da UE.

Isto é, estas só fazem sentido e só revelam todo o seu alcance se integradas nos restantes pilares desta política, reafirmados no "Pacto Europeu sobre Imigração": criminalização dos imigrantes, centros de detenção, directiva de "retorno"; controlo de fronteiras, criação da FRONTEX; "acordos de readmissão", como cláusula dos acordos de "cooperação".

O denominado "cartão azul", introduzindo discriminações entre os imigrantes, procura dar resposta aos objectivos neoliberais da "Estratégia de Lisboa" e às necessidades de mão-de-obra na UE (estabelecidas por quotas), reduzindo o imigrante a "mão-de-obra", promovendo a depredação dos recursos humanos de países terceiros - nomeadamente, dos seus trabalhadores mais qualificados - e implementando perigosos sistemas centralizados na UE de armazenamento e recolha de dados sobre os imigrantes.

Isto é, o "cartão azul" e o seu "procedimento único" formam um pilar da desumana política de imigração da UE, que criminaliza e expulsa ou explora e descarta os imigrantes.

Magda Kósáné Kovács (PSE), por escrito. - (HU) A imigração tem sido um dos problemas sociais e económicos mais importantes da União Europeia. Numa Europa envelhecida, todos concordam na necessidade de reforçar a força de trabalho, a fim de se manter e impulsionar a competitividade.

Promover a imigração como resposta conjunta, requer não só regulamentos por parte da UE, mas também uma estratégia imparcial e justa, que tenha em linha de conta, em igualdade de circunstâncias, o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio social.

O relatório Klamt sobre o Cartão Azul Europeu é de louvar, pois estabelece condições mais aceitáveis de emprego para trabalhadores altamente qualificados dos países terceiros, tendo em conta a situação familiar, bem como o seu eventual regresso temporário a casa. Estou, especialmente, satisfeito, contudo, por estarmos, paralelamente, a lidar com esta questão no relatório Gaubert sobre a autorização única de residência e de trabalho, para que possamos evitar até mesmo a impressão de se estar a abrir as portas da Europa exclusivamente a trabalhadores altamente qualificados.

Para o bem do equilíbrio social interno da UE, precisamos de considerar, cuidadosamente, a extensão que uma crise financeira e económica como a actual terá como impacto nos interesses da Europa. O aumento de desemprego só por si leva a tensões sociais e, por isso, temos de prevenir mais recrudescimento das tensões internas étnicas e raciais por causa da imigração. Isto pode, não apenas estimular o crescimento da extrema-direita mas, a longo prazo, ser uma fonte de animosidade contra a UE - apesar do facto de a União Europeia ter desempenhado unicamente um papel estabilizador na crise.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE), por escrito. - (RO) A introdução do Cartão Azul de que a UE necessita, dado enfrentar uma escassez de trabalhadores altamente qualificados em certos sectores, é um passo na direcção da migração económica de trabalhadores altamente qualificados de países terceiros.

Contudo, o Cartão Azul pode representar um retrocesso, se os Estados-Membros não rejeitarem os pedidos de derrogação deste aos sectores do mercado de trabalho cujo acesso é restringido a trabalhadores dos novos Estados-Membros, com base em disposições transitórias estipuladas nos tratados de adesão.

Penso ter necessidade de lembrar que o Reino Unido e a Irlanda já expressaram o desejo de manter, ainda por mais três anos, as restrições da Roménia e da Bulgária ao seu mercado de trabalho.

Gostaria de salientar que, ao aplicar-se a política das directivas da Carta Azul, os cidadãos europeus irão ficar desfavorecidos em relação aos dos países terceiros. Embora esta directiva diga respeito ao princípio da

preferência comunitária, é óbvio que esta não pode ser aplicada aos cidadãos europeus que estão sujeitos a restrições em certos sectores do mercado europeu de trabalho.

Peço que votem a favor da alteração relativa a esta clarificação, de modo a não acabarmos numa situação em que a migração económica de países terceiros tenha precedência sobre a livre circulação entre Estados dentro da UE. O desejo lógico dos novos Estados-Membros não é sentirem-se como membros de segunda classe da UE.

Marianne Mikko (PSE), por escrito. - (ET) Senhoras e Senhores Deputados, o Cartão Azul irá atenuar vários problemas de trabalho e de imigração ilegais. Ao promover e facilitar a imigração legal, a Europa não só combaterá a escassez de especialistas, mas também o tráfico de seres humanos e a imigração ilegal.

Apoio a ideia de os Estados-Membros terem o direito de decidir o número de cartões azuis que querem emitir por ano. Ao mesmo tempo, não devemos tornar-nos proteccionistas devido à actual crise económica. Temos de estar preparados para receber os trabalhadores altamente qualificados dos países terceiros. Não devemos fechar as portas a cidadãos talentosos dos países terceiros, em resultado da presente recessão económica.

Necessitamos de uma abordagem uniforme, a fim de continuarmos competitivos internacionalmente. O sistema da União Europeia com 27 autorizações de trabalho diferentes é uma obstrução aos "cérebros" que chegam para trabalhar na Europa. Um sistema uniforme pode ser uma solução que ajudaria a ultrapassar o período de recessão actual, já para não mencionar o aumento de competitividade de hoje em dia e, especialmente, no futuro.

Sirpa Pietikäinen (PPE-DE), por escrito. - (FI) A Europa precisa, agora e no futuro, de uma força de trabalho, com mais ou menos qualificação, que venha de fora das fronteiras da UE. Para poder competir com os Estados Unidos da América em termos de imigrantes com qualificação e formação académica, a União tem de se tornar um projecto mais atraente. Facilitar a mobilidade de trabalhadores de países terceiros é um passo na direcção certa para a UE, e, por esse motivo, gostaria de agradecer à senhora relatora Eva Klamt o seu excelente relatório. O cartão azul melhoraria a mobilidade de trabalhadores qualificados de países terceiros na UE.

Contudo, tornar a UE um local de trabalho mais aliciente não pode fazer-se à custa dos países em desenvolvimento. Infelizmente, a fuga de cérebros afasta desses países as qualificações e o *know-how* necessários ao seu desenvolvimento, o que a UE deve ter em consideração quando estabelece novas normas. Também é necessário desenvolver activamente o ensino superior na Europa, mesmo sendo fácil obter pessoas qualificadas de países terceiros.

As novas normas para imigrantes não devem resultar em desigualdades significativas entre os nacionais de um país terceiro e os da UE. As definições rigorosas do Parlamento relativamente à mão-de-obra profissional irão criar um cenário de desigualdade, caso se exija demasiado dos nacionais de países terceiros em termos de preparação académica e laboral.

A escassez de mão-de-obra ameaça toda a União Europeia, e não unicamente nos sectores altamente qualificados. A UE deveria, por conseguinte, alargar o processo de facilitação da circulação da força de trabalho de países terceiros a todos os trabalhadores, em vez de ficar apenas com a melhor parte.

Mihaela Popa (PPE-DE), por escrito. - (RO) O défice demográfico e o envelhecimento da população da União Europeia colocam em risco o nosso mercado de trabalho, pondo em causa os cuidados de saúde e os sistemas de pensão.

Perante esta situação, o Cartão Azul actuará como um contrapeso em relação ao sistema de Carta Verde dos EUA, que tem provado ser um sucesso real, tendo em conta que aproximadamente 50% dos trabalhadores altamente qualificados escolhem ou o mercado americano ou o canadiano.

Penso que é vital para nós termos um sistema uniforme de imigração para todos os 27 Estados-Membros, de modo a que todos os Estados dentro da União Europeia possam beneficiar do valor acrescentado de uma força de trabalho altamente qualificada.

Parece-me tão justo como importante que a UE dê a estes profissionais o reconhecimento que lhes é devido, ao oferecer-lhes salários justos e não discriminatórios.

Antes de terminar, gostaria muito de mencionar o facto, contudo, de o mercado de trabalho da UE não estar, ainda, totalmente aberto aos trabalhadores dos novos Estados-Membros. Precisamos, por isso, de ser muito cuidadosos com as medidas que adoptamos, para não discriminarmos os cidadãos de facto da União Europeia.

Katrin Saks (PSE), por escrito. - (ET) Existem dois problemas que me preocupam em relação ao Cartão Azul.

Do ponto de vista europeu, o influxo de cérebros é excelente. Em comparação com a América, Austrália ou Canadá, o número de especialistas que veio para o nosso país é significativamente mais pequeno. Tal “sedução” está, contudo, em conflito com o nosso outro princípio, que se refere ao facto de a questão da migração ter de ser resolvida globalmente e de o desenvolvimento económico dos países terceiros dever ser apoiado, de modo a reduzir a migração, nomeadamente a migração ilegal. Quer queiramos ou não admitir, os “cérebros” que sonhamos ter aqui são necessários nos países terceiros, a fim de promoverem a vida lá.

Numa perspectiva europeia, em que existe uma forte concorrência, seria naturalmente mais favorável a aquisição de novos especialistas, tanto mais que a investigação mostra que a sua integração numa nova sociedade é um processo muito mais fácil e rápido. Esta nem sequer é uma questão secundária.

Outro problema que vejo é que, em relação às dificuldades económicas e ao aumento do desemprego, a atitude negativa para com os migrantes tornar-se-á mais grave. E, também, receio a imigração interna da UE. Contudo, espero que os apoiantes dos partidos políticos da ala da extrema-direita não se aproveitem disto e que as restrições que, actualmente se aplicam a alguns Estados-Membros, sejam retiradas num futuro próximo. A UE no seu todo só teria a ganhar com isso.

PRESIDÊNCIA: ONESTA

Vice-presidente

12. Política espacial europeia: a Europa e o Espaço (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta das seguintes perguntas orais:

- (O-0111/2008) apresentada por Pierre Pribetich, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, ao Conselho, sobre a Política Espacial Europeia: como aproximar o espaço da Terra (B6-0482/2008), e

- (O-0112/2008) apresentada por Pierre Pribetich, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, à Comissão, sobre a Política Espacial Europeia: como aproximar o espaço da Terra (B6-0483/2008).

Enquanto nascido em Toulouse, estou muito contente por presidir a este debate.

Pierre Pribetich, autor. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhor Ministro, “é tempo de reacender as estrelas”.

Queria iniciar a minha intervenção com este verso de Apollinaire, para transmitir a importância, para o Parlamento Europeu, do relançamento da política espacial.

Há mais de 30 anos que a União Europeia e os seus Estados-Membros contribuem para o financiamento, a elaboração e o desenvolvimento da política espacial. Infelizmente, essa política foi perdendo cada vez mais a sua luminescência e a sua difusão.

É certo que, em 2003, foram elaborados, com o acordo-quadro CE-ESA, os fundamentos de uma política espacial europeia. É certo que o Conselho “Espaço” de 22 de Maio de 2007 se inscrevia no seguimento político desse acordo-quadro. Mas a luz emitida por essa estrela continua fraca. No entanto, a independência da Europa, o seu papel na cena internacional, a segurança, a sua prosperidade, tudo converge para fazer dessa política fundamental um trunfo incomparável para uma política industrial criadora de empregos e de crescimento, ambiciosa, para uma influência cultural, económica, científica reforçada na cena internacional, vector essencial da sociedade do conhecimento para que apelamos vivamente.

No triângulo institucional da União, para que não se transforme no Triângulo das Bermudas, o Parlamento, representando os cidadãos europeus, deve desempenhar um papel importante e acrescido na elaboração, na definição dessa política.

É tempo de reacender as estrelas. Em 26 de Setembro, o Conselho participou nesse acto e nós, pela nossa parte, queremos contribuir com a nossa pedra para esse edifício. Evidentemente que esta mensagem, aqui e agora, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, tem por base a mesma disposição de espírito. Para seguir esta boa estrela, parece-me essencial recordar os elementos fundamentais da elaboração da política espacial.

Em primeiro lugar, vejamos a questão do orçamento. Pedimos a criação imediata de uma rubrica orçamental específica destinada a reflectir e demonstrar como deve ser o nosso empenho relativamente à política espacial europeia.

As indústrias espaciais precisam de um apoio público suficiente para aumentarem a sua capacidade de investigação e desenvolvimento e para se manterem, muito simplesmente, rentáveis. A concorrência internacional é dura e agressiva.

Enquanto os Estados Unidos, a Rússia, o Japão ou até a Índia aumentam de forma significativa o seu orçamento dedicado à indústria espacial e multiplicam as encomendas públicas, nós, Europeus, estamos ainda à procura dos investimentos adequados para atingir os nossos ambiciosos objectivos, como outros procuram o tempo perdido.

Assim, que iniciativas próprias tenciona tomar a Comissão com vista a melhorar a contribuição do sector espacial europeu, a ser um actor, o protagonista que dá resposta a essa procura crescente, mundial, em todos os aspectos da política espacial, desde o lançador até ao serviço.

A segunda vertente é a do desafio das opções estratégicas para as aplicações ligadas, por um lado, ao Galileo e ao Egnos, e, por outro, ao GEMS, através do prisma da governança, a fim de criar uma estrutura eficiente, geradora de uma governança clara para uma eficácia reforçada de todos os programas espaciais europeus.

O último desafio é o da exploração do espaço. Que visão a longo prazo temos da nossa política espacial europeia, por que objectivos? Partir à conquista do espaço longínquo é uma coisa de décadas, de uma visão a longo prazo, de uma ambição.

Tenho na cabeça, neste preciso momento, o discurso do Presidente Kennedy em que definia ao povo americano uma nova fronteira ultrapassável. A consagração de 21 de Julho de 1969: dia da história tecnológica da nossa civilização que, sem qualquer dúvida, constituiu o mais fabuloso catalisador de progresso para todas as indústrias espaciais, e até do quotidiano.

Dêem-nos essa visão a longo prazo nesta concertação de nações. Chegámos a um patamar desta longa marcha. A Europa está numa encruzilhada em matéria de política espacial. O espaço multiplicou, a partir de agora, os seus campos de acção e de aplicação. Desde as actividades científicas até às actividades de defesa, o espaço abrange sectores de actividade tão vastos e variados como a protecção ambiental e o desenvolvimento das PME.

Aproximemo-nos dos utilizadores, aumentemos a fiabilidade e a qualidade dos dados recolhidos. Tornemo-nos líderes do mercado espacial. Trata-se de um dever para com as gerações futuras, fortalecer esta política europeia do espaço e fazer as escolhas fundamentais para pôr em órbita as gerações futuras, para que elas possam viver numa Europa vanguardista e futurista.

O espaço é a nossa nova fronteira da Europa. O Grande Livro da História está agora aberto, com a sua vertigem de páginas em branco. A Europa não deve apenas fazer parte dele, deve ser um actor principal. Assim, é tempo de reacender as estrelas.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. - (FR) Caro Senhor Presidente Onesta, Senhor Vice-Presidente da Comissão Europeia Verheugen, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Deputado Pierre Pribetich, a sua intervenção e as suas interrogações são particularmente pertinentes e, perante o entusiasmo que manifestou em apoiá-las e apresentá-las, ser-me-á particularmente difícil intervir depois do senhor.

São pertinentes porque o espaço se tornou, como o senhor salientou, um instrumento essencial para todos os países europeus. As suas missões contribuem para o aumento dos nossos conhecimentos, no que respeita tanto à observação da terra ou da oceanografia, como da meteorologia por satélite. Corresponde também ao crescimento das nossas economias, graças às telecomunicações e à navegação por satélite. Tornou-se, se uma forma discreta mas essencial, um instrumento fundamental para a vida moderna.

O espaço representa também uma ferramenta - como o senhor referiu - que permite federar a Europa em torno de uma mesma ambição e desenvolver a identidade europeia. É portanto dentro desse espírito que a Presidência francesa organizou, no passado mês de Julho, com Valérie Préresse, a primeira reunião informal dos Ministros europeus responsáveis pelo espaço em Kourou, que, como sabem, é o porto espacial da Europa. Sei que o Parlamento Europeu esteve representado nesse evento pelo senhor deputado Christian Rovsing, a quem agradeço.

A reunião permitiu alcançar uma visão comum para a Europa no espaço em torno de três actores principais da política espacial europeia: a União, a Agência Espacial Europeia e os Estados-Membros, reconhecendo simultaneamente à União responsabilidades acrescidas. Podemos estar certos que estes três actores, juntos, tornarão a Europa uma das principais potências espaciais na cena internacional.

Para desenvolvermos uma política espacial europeia que beneficie todos os cidadãos, temos, antes de mais, de garantir o acesso livre e justo de todos os Estados-Membros da União Europeia às vantagens que representam as actividades espaciais; em segundo lugar, reforçar os mecanismos existentes de coordenação no domínio espacial, o saber-fazer europeu e os investimentos financiados pela Comunidade, através de recursos intergovernamentais e nacionais; por fim, temos também de melhorar as sinergias entre os programas espaciais civis e de defesa.

Assim, a União, a Agência Espacial Europeia e os Estados-Membros irão beneficiar de um acesso ao espaço que deve ser autónomo, fiável e ao melhor preço, o que é necessário perante os nossos parceiros. Evidentemente que isso exige um reforço do papel da União Europeia na política espacial europeia.

Caberá à União federar a procura em matéria de aplicações espaciais, recensear as exigências dos utilizadores, estabelecer prioridades, zelar pela continuidade dos serviços. Desenvolvemos também, a nível da União, instrumentos e regimes financeiros comunitários destinados a ter em conta as especificidades do sector espacial no âmbito, nomeadamente, das próximas Perspectivas Financeiras.

O Conselho "Espaço", que se realizou no passado dia 26 de Setembro, permitiu colocar em órbita, permitam-me a expressão, e confirmar a importância dos dois programas de referência que são o Galileo EGNOS e o GMES. A propósito do Galileo EGNOS, a União Europeia pode congratular-se com o facto de ter assinado um número importante de acordos de cooperação com alguns Estados terceiros, como os Estados Unidos, a China, Israel, a Coreia do Sul, a Ucrânia e Marrocos.

Esse mesmo Conselho de 26 de Setembro frisou a importância da reforçar a coordenação entre a Comissão, a ESA e os Estados-Membros no domínio da Investigação e Desenvolvimento, nomeadamente no que se refere aos sistemas de navegação por satélite.

Relativamente ao programa GMES, os próximos Conselhos de 1 e 2 de Dezembro são supostos estabelecer as linhas aplicáveis e definir os termos da parceria entre a União e os Estados-Membros, bem como apresentar propostas legislativas destinadas a formalizar o programa até ao final de 2009; posso informá-los desde já que o Conselho considera que é a abordagem baseada no bem público que deve ser aprovada, para o bom desenvolvimento deste programa. Tem também de ser posta em prática muito rapidamente uma política dos dados.

Por fim, devem ser estabelecidas quatro prioridades, aliás retomadas já pelo senhor deputado Pierre Pribetich: a primeira é a do espaço e das alterações climáticas, de tal forma a contribuição das aplicações espaciais é única neste domínio; a segunda é a da contribuição das actividades espaciais para a Estratégia de Lisboa; a terceira é a de tudo o que diz respeito ao espaço e à segurança, de forma a podermos dispor, a nível europeu, de um seguimento e de uma vigilância das infra-estruturas espaciais europeias e do lixo espacial; por fim, a quarta prioridade mantém-se a da exploração espacial, de um empreendimento político e planetário, e a Europa deveria agir no âmbito de um programa mundial.

Para isso, a Europa tem de preparar uma visão comum e uma planificação estratégica a longo prazo, e tem também de desenvolver o necessário diálogo político com os outros Estados no âmbito de uma cooperação internacional alargada, e, deste ponto de vista, o Conselho congratula-se com o facto de a Comissão ter anunciado que iria organizar, em 2009, uma conferência política de alto nível sobre a visão mundial a longo prazo em matéria de exploração espacial.

Para terminar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esta visão renovada da política espacial europeia marca um novo empenho dos Estados-Membros, um empenho que, ao serviço de uma ambição europeia excepcional, não duvido, terá eco na vossa Assembleia.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. - (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, estou muito grato ao senhor deputado Pribetich por me ter dado a oportunidade de iniciar um discurso sobre um assunto altamente técnico com um verso de um poema do meu poeta francês predilecto, Guillaume Apollinaire: "*Il est grand temps de rallumer les étoiles.*" Creio que a Presidência francesa deu já passos consideráveis no sentido de atribuir à política espacial europeia a importância que genuinamente merece.

Fizemos grandes progressos nos últimos anos e, pela primeira vez, temos uma política espacial europeia. Dispomos de um quadro para uma política europeia comum no qual a Comissão tem um papel de coordenação. Alcançámos um nível elevado de acordo em relação à importância estratégica, ambiental e económica da política espacial para a Europa. Ninguém se opõe a isto. Gostaria de referir especificamente a reunião do Conselho Europeu “Espaço”, em finais de Julho, no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, onde, pela primeira vez, ficou claro que a Europa está pronta para esta nova partida para o espaço.

Conseguimos também demonstrar que a indústria espacial europeia é altamente competitiva. Quando comparamos o dinheiro que a Europa pode gastar em actividades no espaço com o que gastam os nossos amigos americanos, por exemplo, vemos que estamos numa boa posição. A Europa é um dos líderes em tecnologia de satélite e em tecnologia de foguetões. Temos os melhores sistemas de foguetões do mundo. Em Kourou, dispomos de infra-estruturas únicas no mundo. O nosso contributo para a Estação Espacial Internacional, sob a forma do laboratório espacial, demonstra o elevado nível da tecnologia espacial europeia. Apraz-me também muito que a AEE tenha realizado, com êxito, uma série de expedições de investigação no nosso sistema solar que outros países não conseguiram concretizar.

Como Europeus, não existe razão absolutamente nenhuma para ficarmos à sombra de terceiros. A colaboração entre a Comissão Europeia e a AEE é excelente e a divisão do trabalho funciona adequadamente. Dado este cenário de cooperação efectiva, não existe a mínima razão para se considerarem modificações às estruturas nesta área.

Todavia, ainda temos problemas por resolver. Enquanto Europeus, não temos acesso independente ao espaço. Não podemos enviar pessoas para o espaço e trazê-las de volta. Temos que decidir se queremos ou não estar dependentes de terceiros no longo prazo. Não quero esconder de vós a minha opinião. A Europa necessita de meios independentes e seguros de acesso ao espaço. E também temos que considerar a forma que deverão assumir as próximas grandes missões de investigação do sistema solar. Na minha opinião, as próximas grandes missões só poderão ser consideradas tarefas a cumprir em nome da raça humana. Devemos evitar qualquer tipo de competição nacional ou regional. Em qualquer dos casos, a nossa política pretende garantir a máxima cooperação possível. Será este o tema da conferência que o Senhor Jouyet acabou de referir e que a Comissão vai organizar para o ano.

Para garantir que não ficam dúvidas para ninguém, pretendemos discutir qual será a próxima grande missão que não se resume à aplicação puramente técnica de tecnologias baseadas no espaço. Qual será a próxima grande missão, o próximo grande objectivo que satisfará a ânsia humana de explorar o espaço? As tecnologias baseadas no espaço são absolutamente indispensáveis para a nossa civilização, para a nossa segurança e para a nossa economia. Basta pensar em todas as nossas tecnologias de comunicação ou nos mercados financeiros, que não funcionariam sem satélites.

Está correcto que esta política tenha uma forte componente de segurança. Não estamos a tentar ignorá-lo. Conseguimos estabelecer um diálogo estruturado e regular entre o Conselho e a Comissão, que inclui a Agência Europeia de Defesa e o Centro de Satélites da UE. Este diálogo destina-se a melhorar a coordenação entre as actividades espaciais civis e as relacionadas com a segurança e a defesa.

Na perspectiva do ambiente, o sistema GMES (Monitorização Global do Ambiente e da Segurança), actualmente em desenvolvimento, representa a resposta da Europa à crise ambiental global. Este sistema fornecer-nos-á os dados e a informação de que necessitamos para agirmos e reagirmos de forma correcta aquando da ocorrência de desastres. Naturalmente, os nossos dois projectos emblemáticos - o GMES e o Galileo - estão a dar um contributo importante para a implementação da Estratégia de Lisboa ao garantirem a existência, na Europa, de uma forte base industrial e tecnológica para aplicações baseadas no espaço.

No que diz respeito ao GMES, é com grande satisfação que vos digo que, há poucos dias atrás, a Comissão aceitou, por sugestão minha, uma comunicação relacionada com a organização do financiamento e as questões da cooperação com o GMES. O Conselho “Competitividade” irá analisar estas questões daqui a alguns dias. Pode afirmar-se que o GMES está no caminho certo. Os primeiros projectos de demonstração já arrancaram e, tanto quanto me é dado ver, conseguiremos cumprir o calendário. Estamos absolutamente de acordo com a AEE acerca da infra-estrutura baseada no espaço do GMES. A AEE fez bons progressos no desenvolvimento dos satélites europeus de que necessitamos para este sistema, pelo que as perspectivas são boas.

No entanto, ainda há uma coisa por resolver. O orçamento comunitário apenas providencia financiamento para investigação para o GMES. Não dispomos de fundos operacionais. Para o ano, necessitaremos pela primeira vez de um pequeno montante de financiamento operacional, que já foi autorizado pela autoridade

orçamental. Todavia, necessitamos de encontrar uma solução de longo prazo porque é claro que o GMES não é um sistema que se financie a si próprio. Gerará receitas mas não bastantes para cobrir os custos. O GMES é um projecto infra-estrutural europeu, e é assim que temos que o considerar para garantirmos o financiamento a longo prazo.

Para o ano, elaboraremos um calendário preciso e um plano de acção para a implementação da iniciativa GMES. Resumindo, em 2009, a Comissão apresentará uma proposta para financiar a implementação inicial do GMES em 2011, com base numa avaliação de impacto e de uma análise custo-benefício detalhadas.

O Galileo já foi discutido. Quero apenas dizer que, em resultado da cooperação eficaz entre as instituições, os programas Galileo e EGNOS dispõem agora de uma sólida base jurídica e podem ser postos em funcionamento. A implementação do Galileo e do EGNOS também faz parte do plano, mas necessitamos obviamente de saber se o requisito, constante do Regulamento GNSS, de terminar o sistema Galileo até 2013, pode também se cumprido pela indústria. Isto ficará clarificado durante os procedimentos do concurso público.

Gostaria de instar a indústria espacial europeia a usar a grande oportunidade oferecida pelo Galileo para trabalhar connosco o mais estreitamente possível e mobilizar todos os seus recursos. Para nós, o Galileo é um dos mais importantes - senão o mais importante - projectos da política industrial, e temos que garantir que corre sem percalços.

Isto envolve questões suscitadas pela resolução, tais como as questões da concorrência que se colocam em relação às práticas comerciais internacionais e aos contratos públicos. É verdade que as práticas de aquisição da indústria espacial se regem por regulamentos internacionais diferentes. Estas práticas diferem, dependendo se se trata da aquisição de serviços ou de produtos e, acima de tudo, dependendo de quais foram os países que assinaram os acordos relevantes. Durante o processo de concessão de contratos para a fase de implementação do Galileo, a Comissão aplicou estritamente o princípio da reciprocidade, e esperamos que esta prática tenha promovido as negociações com países terceiros sobre a abertura mútua dos mercados.

Um último ponto, e estou muito agradecido que o Parlamento tenha considerado isto, é a questão do envolvimento das pequenas e médias empresas nas actividades espaciais europeias. Considero isto muito importante porque são poucos os grandes agentes europeus na indústria espacial. Só um punhado de países europeus pode verdadeiramente ter uma presença no espaço. No entanto, muitos outros estão a dar o seu contributo e vejo com muita satisfação que a tecnologia espacial especializada está a ser desenvolvida num número crescente de Estados-Membros, particularmente nos novos Estados-Membros, por pequenas e médias empresas que fornecem produtos e serviços extremamente complexos e avançados. Por esta razão, é importante garantirmos que as pequenas e médias empresas recebem uma percentagem apropriada das encomendas nos grandes projectos. Esta percentagem está definida em 40% e a Comissão fará tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que é cumprida.

Esta questão não é puramente económica, é também política, porque isto permite-nos garantir que as actividades europeias relacionadas com o espaço não são vistas como um privilégio de alguns grandes países europeus, mas sim como algo em que os 27 se podem envolver e com o qual podem beneficiar.

Etelka Barsi-Pataky, em nome do Grupo PPE-DE. - (HU) Muito obrigado pelo uso da palavra, Senhor Presidente. A nossa resolução parlamentar intitula-se "Como aproximar o espaço da Terra". Senhoras e Senhores Deputados, o cidadão europeu utiliza em média 50 satélites por dia. A utilização do espaço tornou-se, quase imperceptivelmente, parte do nosso quotidiano. A pergunta é: pode a Europa cooperar nesse processo, pode ela moldar, de forma activa, a utilização do espaço?

É oportuno fazer algumas observações. O espaço é um bem comum e global. Por isso, a cooperação internacional é de extrema importância para a Europa. Todavia, a Europa só pode participar de modo significativo se tiver estabelecido a sua autonomia em áreas políticas, tecnológicas e operacionais. Daí, ele ter relevância para o Parlamento.

Perante a crise financeira global e já parcialmente económica, vemos agora claramente que as iniciativas de alta tecnologia, como a utilização do espaço, acrescentam significado à nossa competitividade.

Além disso e, dados os desafios e respectivas tarefas que enfrentamos, contamos cada vez mais com a tecnologia espacial, por exemplo, para compreender e acompanhar a alteração climática ou assegurar a segurança através de meios de defesa, prevenção de catástrofes cada vez mais frequentes ou do fornecimento de serviços de comunicação e de navegação cada vez mais vastos.

Estamos, portanto, a lidar com questões estratégicas. O Parlamento Europeu deseja participar de forma construtiva neste processo, principalmente, ao fomentar um diálogo estruturado entre as instituições europeias e governamentais. Na nossa opinião, isto irá dar a todos os Estados-Membros a oportunidade de participar e ganhar um acesso livre e equitativo.

O Galileo, o nosso projecto europeu conjunto, foi pioneiro em muitos aspectos. Para nomear alguns deles: estabeleceu o modelo operacional do Paine Interinstitucional do Galileo para criar uma cooperação mais estreita e, no caso de projectos maiores, conseguimos assegurar um financiamento conjunto no orçamento comunitário. Contudo, isto é só o princípio. O programa Galileo, como o Comissário Verheugen referiu, assegurou a participação das PME, porque sabemos agora que as empresas resultantes de desmembramentos são as que conseguem melhores resultados no mundo da alta tecnologia.

O Partido Popular Europeu e os Democratas Europeus fizeram inúmeras propostas relativas, em parte, à nossa política industrial onde ainda temos muito para nos actualizar, antes que ela possa servir de modelo sólido. Além disso, temos de reforçar o nosso papel na investigação e desenvolvimento. Para mais, estas aptidões são, também, essenciais para a política de defesa e segurança. Só desta forma é que a política espacial europeia acabará por fazer parte da identidade europeia. Muito obrigado por me ter permitido usar da palavra.

Silvia-Adriana Țicău, em nome do Grupo PSE. - (RO) Os sistemas de navegação por satélite e as redes, serviços e aplicações de telecomunicações assistidas por satélite são ferramentas onde a União Europeia precisa de investir.

A investigação é um dos pilares fundamentais em que se baseia a Estratégia de Lisboa. O programa Galileo é um dos projectos prioritários da investigação europeia, dada a sua potencial utilização na gestão de tráfego, monitorização dos efeitos da alteração climática e na intervenção em situações que envolvam emergência e desastres naturais.

No ano passado, o Parlamento Europeu, juntamente com a Comissão e o Conselho, conseguiram nomear as fontes de financiamento do projecto Galileo, que foi considerado um dos projectos estratégicos da União. Gostaria de salientar a importância de se desenvolver uma política industrial relacionada com o espaço.

Gostaria, também, de lembrar que o regulamento GALILEO estabelece os critérios para a participação das PME na política industrial espacial europeia. Chegou a altura de a Europa desenvolver um plano estratégico visionário comum para a exploração do espaço.

Anne Laperrouze, em nome do grupo ALDE. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, caros colegas, parece que estamos todos de acordo sobre o facto de a política espacial se ter tornado uma componente essencial do futuro da nossa sociedade.

Poderíamos resumir três dimensões prioritárias: a segurança e defesa, a protecção contra os crimes ambientais e a prestação de novos serviços às actividades humanas.

Sim, caros colegas, nós, Europeus, temos de reconhecer que o espaço reveste uma dimensão defensiva estratégica. Sei que este ponto é contestado por alguns dos meus colegas. Sim, a observação do planeta deve ser assegurada permanentemente, a fim de estudar as suas variações dinâmicas lentas, e sobretudo as induzidas pela acção do Homem e que afectam o clima global, os recursos naturais e a biodiversidade.

Paralelamente, um grande número de políticas públicas e de actividades económicas precisa de informações e de previsões provenientes de sistemas de observação a partir do espaço. Eis nomeadamente o desafio do GMES da Europa, inscrito no processo mundial do GEO. Sim, as políticas espaciais possuem um impacto crescente na investigação científica, na inovação tecnológica e, mais longe ainda, na dinamização dos imaginários. Os programas de exploração do espaço e dos planetas desempenham agora um papel essencial nesse sentido.

Telefone e televisão, GPS, mas também previsões meteorológicas ou ainda cuidados médicos à distância, revolucionaram os modos de vida. Assim, ninguém pode sequer imaginar os satélites pararem de funcionar.

A experiência adquirida nas tecnologias espaciais com, nomeadamente, o lançador Ariane, justifica só por si o desenvolvimento de uma real política espacial europeia. Para responder à ambição da nossa independência, teremos de encontrar a boa governança, e também, evidentemente, os bons financiamentos.

Para concluir, a política espacial que a Europa tenciona desenvolver será testemunha da sua vontade, ou de se manter um actor com peso na cena mundial, embora mais ou menos reduzido a um papel de parceiro,

ou de ser uma Europa forte, protagonista da governança mundial capaz de resolver problemas chave para o futuro da humanidade.

Patrick Louis, *em nome do grupo IND/DEM*. - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, quando era relator da Comissão dos Transportes e do Turismo, emiti um parecer entusiasta sobre o projecto Galileo.

Neste momento, vemos que o projecto estagnou devido à onnipotência e à inércia tecnocrática das nossas instituições. De cada vez que a União recusou as cooperações livres e de geometria variável entre Estados, esterilizou a iniciativa privada, aumentou os custos e travou a emergência de consórcios concorrentes competentes e coerentes. Mas, de cada vez que os Estados se uniram livremente, os projectos tiveram êxito.

Então, neste caso e não só, o papel das nossas instituições é o de manter um simples papel de apoio; pretender ser gerentes de tudo, quando deveríamos ser garantes de pouco, recorda-nos uma coisa: em matéria espacial, a Europa tem, antes de mais, de manter os pés bem firmes no chão.

Giles Chichester (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, em criança ambicionava vir a ser um dos pioneiros no espaço – um sonho que, apostado, partilhava com muitas outras crianças –, e as imagens que, em 1969, nos chegaram do projecto de aterragem na Lua, sobretudo as imagens televisionadas da Terra vista do espaço, foram para mim, já adulto, um motivo de inspiração. O espaço já não é tema de tantas manchetes, mas continua a ser extremamente importante por todas as razões apontadas por outros deputados, pelo que aplaudo o compromisso da União Europeia em matéria de política espacial.

Visitei, há um ano, o Centro Goddard da NASA, em Washington, e, muito recentemente, a ESA, o Centro da Agência Espacial Europeia em Roma; o entusiasmo que as imagens que nos podem mostrar do trabalho que levam a cabo me fizeram sentir em relação ao espaço foi maior do que nunca. Na verdade, penso que quanto mais pessoas virem essas imagens, mais próximo o espaço ficará da Terra. Mas o que para mim também ficou demonstrado mais uma vez foram as vantagens que a utilização do espaço tem para a ciência, a investigação e a economia, e a importância dos satélites e dos seus lançadores.

Senhor Comissário, fui posto ao corrente das preocupações dos operadores de satélites quanto à necessidade de se respeitar os acordos internacionais sobre a utilização do espectro e as áreas úteis de cobertura dos satélites. Teme-se que, se for tolerada qualquer infracção a esses acordos, outras regiões se aproveitem do precedente criado. Parece-me que a eficácia da exploração espacial depende decisivamente da observância das normas e princípios comumente acordados, pelo que espero que a Comissão nos possa tranquilizar, a nós e a eles, sobre este ponto. Temos uma boa história para contar acerca de realizações passadas e perspectivas futuras relacionadas com o espaço.

Teresa Riera Madurell (PSE). - (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Deputado Pribetich, na minha opinião, a sua proposta é extremamente completa e equilibrada. Por conseguinte, gostaria de o felicitar por lançar mais alguma luz sobre esta questão e assim poderemos ver melhor as estrelas.

A União Europeia deve ter, sem sombra de dúvida, a responsabilidade de definir as aspirações políticas da Europa em matéria espacial, pondo o espaço ao serviço da economia e dos cidadãos europeus e garantindo um acesso ao mesmo independente e fiável.

Estou igualmente satisfeita com as conclusões do Conselho de Setembro que estabelecem um compromisso político útil em prol do desenvolvimento da política espacial europeia.

As prioridades devem consistir, claramente, na aplicação atempada dos programas Galileo e EGNOS, e no Programa GMES (Vigilância Global do Ambiente e da Segurança) que prestará assistência na avaliação e na execução das políticas europeias que têm impacto sobre o ambiente.

No que respeita ao financiamento, há que encontrar instrumentos apropriados para a política espacial europeia que, para além do que está previsto no Sétimo Programa Quadro, permitam uma planificação a médio e longo prazos. A possível inclusão no orçamento de um capítulo específico mostrará o compromisso da União Europeia com esta política e aumentará a sua clareza e transparência antes da entrada em vigor das disposições do Tratado de Lisboa.

Janusz Onyszkiewicz (ALDE). - (PL) Senhor Presidente, estou satisfeito por estarmos a desenvolver o nosso programa espacial em colaboração com os Russos. Temos, contudo, de nos lembrar que na base disso, existe um outro parceiro com o qual necessitamos de estabelecer uma cooperação - a Ucrânia. Os melhores foguetões soviéticos são construídos na Ucrânia. O potencial deles nesta área é enorme. Penso que precisamos de reconhecer isso e usá-lo para o nosso bem comum.

Os meus outros comentários dizem respeito ao programa Galileo. Temos de lembrar que este programa pode e deve ser extremamente importante para as nossas operações militares e, também, para as nossas missões militares. O importante é que a utilização deste sistema para fins militares seja devidamente acautelada, de modo a garantir que outros participantes do programa - e estou a pensar na China - não saibam como bloqueá-lo e não consigam bloqueá-lo.

Presidente. - Antes de passar a palavra ao Conselho, quero talvez recordar-lhes, caros colegas, que há três deputados nesta Assembleia que nasceram a 5 de Outubro, isto é, o dia do aniversário de Neil Armstrong. Eu sou um desses três, razão por que sei disso. Deixo-os a meditar enquanto ouvimos o Conselho.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. - (FR) Não me espanta isso de si, Senhor Presidente, e estou muito contente por si, o senhor merece!

Vou ser muito breve, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, porque muito já foi dito.

Em primeiro lugar, as vossas intervenções, os vossos debates mostraram a mobilização da vossa Assembleia em torno da política espacial europeia. Estamos à procura de um projecto europeu federador. Estamos à procura de projectos europeus que, de facto, estimulem e permitam que novas gerações de Europeus possam juntar-se a esta aventura única.

Como já foi salientado, estamos à procura de projectos que visem melhorar a vida concreta dos nossos concidadãos. Estamos à procura de projectos que tenham por verdadeira vocação desenvolver a competitividade, associar os diferentes parceiros industriais europeus, apoiar a actividade neste período de depressão. Estamos à procura de projectos que visem reforçar a investigação, o desenvolvimento e a inovação. Estamos à procura de projectos - para ser muito sintético - que visem que a Europa se torne mais visível, se torne um actor global e pese sobre os desafios globais que nos esperam, seja em matéria de luta contra as alterações climáticas, seja em matéria de desenvolvimento, seja também nos equilíbrios estratégicos relativamente aos nossos restantes parceiros.

Creio que o nosso debate mostra bem que não podemos em caso algum abrandar o esforço, que devemos, pelo contrário, concentrar os nossos meios, todas as nossas faculdades de cooperação naquele que é o mais simbólico dos projectos europeus, ou seja, a política espacial europeia.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, agradeço o amplo apoio à política espacial europeia demonstrado pelo debate. Gostaria muito que este amplo apoio fosse demonstrado durante o processo de criação das bases financeiras para uma presença europeia permanente no espaço. Gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de que os nossos concorrentes não estão inactivos. Outras regiões do mundo estão já muito à nossa frente em termos da visão do passo seguinte. Se não conseguirmos identificar novos projectos e desenvolver novas tecnologias, não conseguiremos manter a nossa posição de liderança no domínio das aplicações baseadas no espaço, porque não teremos as bases científicas e de investigação necessárias.

Por esta razão, gostaria de repetir que agradeço sinceramente por tudo isto ter ficado claro hoje. Se conseguirmos trabalhar juntos em termos de sensibilização, poderemos contar aos cidadãos da Europa a história a que aludiu o senhor deputado Chichester, a história de que os projectos espaciais europeus podem ser uma causa que nos una.

Presidente. - Está encerrado o debate.

13. Necessidade de entrada em vigor da Convenção sobre as Munições de Fragmentação antes do final de 2008 (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0110/2008/rev1) apresentada por Angelika Beer, Ana Maria Gomes, Annemie Neyts-Uyttebroeck, Elizabeth Lynne, Ģirts Valdis Kristovskis, Tobias Pflüger, Gabriele Zimmer e Stefano Zappalà, ao Conselho, sobre a necessidade de a Convenção sobre Munições de Fragmentação entrar em vigor antes do final de 2008 (B6-0481/2008).

Angelika Beer, autora. - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no dia 3 de Dezembro de 2008, em Oslo, iremos finalmente poder assinar a convenção que proíbe as munições de fragmentação. Em Dublin, 107 Estados adoptaram a convenção e prometeram assiná-la. A duas semanas da conferência,

gostaríamos de apelar a todos os países para que cumpram as suas promessas, assinem a convenção e, acima de tudo, para que a ratifiquem depressa.

A guerra no Cáucaso e a utilização de munições de fragmentação pela Geórgia e pela Rússia representam um desafio para nós. Não podemos perder mais tempo. Depositámos altas expectativas na Comissão Europeia e no Conselho. Esperamos que todos os Estados-Membros da União Europeia assinem a convenção, no dia 3 de Dezembro, em particular os Estados europeus que ainda têm dúvidas, ou seja, a Grécia, a Letónia, a Polónia, a Roménia e a República de Chipre.

Esperamos que a União Europeia continue a fazer campanha em nome de uma proibição juridicamente vinculativa das munições de fragmentação como parte da Convenção sobre Certas Armas Convencionais (CCW) da ONU. Condenamos unanimemente a inacreditável tentativa dos EUA, da Rússia e da China, na última conferência de Genebra, para legalizar as munições de fragmentação no âmbito da CCW.

Gostaríamos, no futuro, de avaliar as sinergias e as ligações entre a futura Convenção de Oslo e o Tratado de Otava, que resultaram na proibição das minas terrestres. A nossa resolução actuará como um apelo à Comissão para que disponibilize mais financiamento - bastante mais financiamento - para proteger as pessoas das áreas contaminadas e retirar as munições de fragmentação. Isto aplica-se ao Líbano, aos Balcãs e a todas as outras regiões contaminadas. Não dispomos de nenhuma fonte de financiamento fiável e não deveria ser assim. Se vamos levar esta causa a sério, a Comissão terá de lhe encontrar meios de financiamento.

Gostaria de sublinhar novamente, em nome do meu grupo, que o nosso objectivo é o estabelecimento de uma proibição juridicamente vinculativa de utilização, armazenamento e produção destas armas desumanas, que vêm sendo há décadas fonte de sofrimento para as populações civis das áreas afectadas.

Gostaria, mais uma vez, de deixar bem claro que a utilização destas armas, incluindo em países onde operam forças policiais e militares da União Europeia, tais como o Afeganistão, a Bósnia e a República Democrática do Congo, são tão perigosas para a nossa missão como para as próprias pessoas.

Ana Maria Gomes, autora. - No dia 3 de Dezembro vão convergir, em Oslo, os líderes dos cento e sete países que adoptaram a Convenção sobre as Minas de Fragmentação, em Maio deste ano, para assiná-la, e a escolha do dia 3 de Dezembro não é fortuita. Nesse mesmo dia, em 1997, abriu para assinatura em Otava a Convenção contra as Minas Antipessoais. Estes instrumentos não partilham só a data de assinatura. Ambas essas convenções não contam ainda, vergonhosamente, com o apoio de países representando grande parte da Humanidade, como os Estados Unidos, a China, Índia, Irão, Paquistão, Rússia e Israel.

A Convenção de Oslo foi negociada em Dublin, e vinte e dois dos cento e sete signatários são membros da União Europeia. Esperamos que, sem demora, Chipre, Polónia, Roménia, Letónia e Grécia abandonem as suas reservas, permitindo à União Europeia apresentar-se unida na sua oposição a estas armas que matam e mutilam indiscriminadamente.

Estas armas não são só imorais, são cada vez mais inúteis do ponto de vista militar. É a própria Agência Europeia de Defesa que, na sua *Long-Term Vision for European Defense Capability and Capacity Needs*, explica que:

(EN) «é necessário fazer um estudo profundo sobre a utilidade futura das munições não guiadas, das bombas de fragmentação, das minas e de outras armas de efeito indiscriminado».

Cada vez mais as forças militares europeias, e não só, operam no meio da população civil e cada vez menos o objectivo é destruir um inimigo facilmente identificável. Por isso, as munições de fragmentação não só são incompatíveis com o Direito Humanitário, como têm demonstrado ser de utilidade limitada. O Direito Internacional, imperativos morais e a mais básica lógica militar convergem na urgência de pôr fim a estas armas. Por isso é preciso assegurar a ratificação universal da Convenção de Oslo.

Annemie Neyts-Uyttebroeck, autora. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, em nome do meu grupo, associei-me a esta pergunta oral para exprimir melhor a nossa desaprovação relativamente às bombas e munições de fragmentação, por razões absolutamente evidentes, e para marcar o nosso apoio à atitude dos Estados-Membros que deram o seu acordo à convenção que os proíbe.

Espero, tal como os meus colegas, que, durante as próximas semanas, todos os Estados-Membros, sem nenhuma reserva, assinem esta convenção e a cumpram. Pois sabem perfeitamente que se diz que, sob a batuta dos Estados Unidos ou inspirados nestes, alguns Estados, entre os quais alguns Estados-Membros, estariam a pensar em contornar a convenção jogando - se me permitem a expressão - com a definição do

que são as armas e as munições de fragmentação e com o seu risco reduzido de ferir por inadvertência pessoas que tocassem em fragmentos que não tivessem deflagrado.

Espero que tal não aconteça. O meu grupo espera que tal não aconteça, pelo que pergunto, pelo meu lado, ao Conselho o que é que ele tenciona fazer para que esta convenção seja aplicada.

Por fim, uma coisa completamente diferente, Senhor Presidente: li algures que poderá vir a acontecer o senhor, num futuro próximo, lançar-se - como se costuma dizer - para outros voos. Se for verdade, os meus votos, bem como os do meu grupo, estarão com o senhor.

Ģirts Valdis Kristovskis, autor. - (LV) Senhor Presidente, Senhores Representantes da Comissão, Senhores Representantes da Presidência, em primeiro lugar, gostaria de dizer que fui ministro da defesa no meu país durante aproximadamente seis anos, durante o período da nossa adesão à NATO. Por isso, posso afirmar que sei muito bem o que significa proteger um país através de meios de defesa, armamento e equipamento militar indispensáveis. Contudo, em meu nome e, também, em nome do Grupo UEN, apoiei todas as medidas que o Parlamento Europeu tomou, incluindo esta respeitante à proibição de munições de fragmentação. Na minha opinião, já foi tudo dito nesta casa. Está claro para todos que esta arma não tem suficiente precisão e que, até à data, como podemos ver, tem atingido, principalmente, civis e ferido crianças.

Por isso, gostaria de dizer que eu e o Parlamento Europeu temos a mesma convicção de que os Estados-Membros devem assumir uma posição unida e usar as suas forças conjuntas para se unirem na proibição deste tipo de arma. Por outro lado, quero, também, advogar o mesmo tipo de procedimento para as conversações bilaterais com países, como a Rússia, Estados Unidos da América e China, que são os principais detentores deste tipo de arma. Penso que isto é muito importante, se nos lembrarmos que, muito recentemente, durante a guerra entre a Geórgia e a Rússia, a Rússia usou, infelizmente, este tipo de munições fragmentadas contra os civis da Geórgia. Vem confirmar que o argumento para a manutenção desta munição nos nossos arsenais, nomeadamente, o argumento de que é um instrumento de defesa, não irá resistir às críticas. Infelizmente, como sabemos, este instrumento é usado noutros países como arma ofensiva contra civis.

Luisa Morgantini, autora. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as munições de fragmentação são, para todos os efeitos, armas de destruição maciça, dispositivos desumanos, se é que pode haver algum dispositivo humano numa guerra.

Numa publicação do exército norte-americano, *Field artillery*, afirma-se: "As pequenas bombas não deflagradas constituem um problema para populações inocentes, para as nossas forças ligeiras, para a nossa infantaria, que chegam após o bombardeamento de uma zona urbana", e, apesar disso, continuam a ser produzidas e a ser utilizadas, e a terra contaminada com dispositivos não deflagrados continua a semear a morte ano após ano, como também vimos acontecer na Geórgia.

Em Oslo, na conferência contra a utilização, produção e armazenamento de munições de fragmentação, um jovem libanês de 24 anos, Ibrahim, com o corpo devastado por ferimentos, com uma perna amputada, apresentou-se com estas palavras: "Prazer em conhecê-los, sou um sobrevivente". Tive vontade de morrer, mas, em vez disso, abracei-o. Avistei-me com ele na sua aldeia, no sul do Líbano, e vi nos quintais das casas, nas escolas, na relva, debaixo de árvores, bombas não deflagradas, lançadas por aeronaves israelitas. Lançaram mais de 1 400 000, e lançaram-nas recentemente, quando a trégua e o cessar-fogo já tinham sido declarados. Isto é pura crueldade, e conheci muitas crianças, homens e mulheres no Afeganistão, assistidos por cuidados hospitalares urgentes, com corpos mutilados; no mundo há milhares de crianças mutiladas por brincarem com restos de munições de fragmentação, atraídas pelos objectos coloridos.

Em Dublin, 109 países comprometeram-se, após 10 dias de debate, a assinar a proibição de armas mortais, a prestar assistência às vítimas e a conceder ajuda financeira às zonas implicadas, mas o acordo prevê também a destruição das reservas destas munições no prazo de oito anos. Certamente só o farão se houver uma forte pressão por parte de todos os países signatários das Nações Unidas e dos países que são responsáveis por crimes contra populações civis, como Israel, os Estados Unidos, a Rússia, a China, a Índia, o Paquistão, que não se fizeram representar em Dublin e que se recusaram a proibir as munições de fragmentação.

Robert Gates, Secretário da Defesa, tentou explicar a resistência dos Estados Unidos: as munições de fragmentação são uma arma efectiva contra um variado número de objectivos. Os mortos no Iraque, no Afeganistão e na ex-Jugoslávia confirmam-no, sem dúvida. Mais uma vez, a Europa mostra as suas sensibilidades com os 22 países que assinaram e aderiram à Convenção de Dublin, mas são necessárias acções concretas.

Nos dias 2 e 3 de Dezembro, terá lugar a assinatura oficial da Convenção em Oslo, mas terá de ser ratificada. Devemos fazê-lo rapidamente e travar qualquer tentativa de contornar a convenção, e penso que o Conselho terá efectivamente de definir instrumentos políticos e financeiros eficazes para assegurar a implementação da convenção e garantir que não se registarão mais mortes deste tipo, mortes causadas por armas de destruição.

PRESIDÊNCIA: COCILOVO

Vice-presidente

Stefano Zappalà, autor. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desejo simplesmente informar a Presidência do Conselho, se o Senhor Presidente puder transmiti-lo ao seu antecessor: foi aqui dito, neste Hemiciclo, que três pessoas nasceram no mesmo dia que Neil Armstrong. Com efeito, um astronauta europeu de origem italiana foi deputado a este Parlamento entre 1994 e 1999; e, durante esta legislatura, há também um astronauta europeu neste Parlamento, também italiano.

Retomando o tema das munições de fragmentação, em nome do meu grupo, aderi à iniciativa sobre este tema por entender que se trata de uma questão que está intimamente relacionada com a civilização e a humanidade. O meu colega foi Ministro da Defesa num dos Estados-Membros, e eu também venho do mundo militar. Considero este projecto de destruição, a nível planetário, das munições de fragmentação, uma questão, como disse, de civilização e de humanidade.

Porquê? Porque a civilização e a humanidade são dois dos muitos princípios constitutivos da União Europeia; fazem parte dos fundamentos dos nossos Tratados e, por conseguinte, penso que não devemos considerar esta questão como um mero ponto de partida, mas devemos, antes, considerar seriamente qual deve ser a atitude da União Europeia no seu conjunto relativamente a este tipo de munições.

O que estas armas provocam no mundo inteiro é, no entanto, bem claro. Em todos os cenários de guerra, os factos são o que são, mas o mais grave é que as coisas não acabam com a guerra, prolongam-se para além dela, porque o território está contaminado, e assim permanece. Lamentavelmente, os cenários de guerra dão-se em países que não têm um nível civilizacional muito elevado, pelo que existe essa predisposição, incluindo a nível local, de utilizar os objectivos encontrados no solo, e que vêm depois a ser a causa da maioria das desfigurações que afectam crianças e jovens. Chegaram e continuam a chegar até nós muito filmes, provenientes de todo o mundo, que mostram os resultados da utilização destas armas.

Por conseguinte, apelo ao Conselho, em nome do meu grupo, e apelo ao Parlamento Europeu, que continuem a debruçar-se sobre este tema. Espero que todo este trabalho se traduza na ratificação desta convenção, que considero um dos aspectos mais importantes da civilização e da humanidade, sobre o qual a União Europeia pode, efectivamente, intervir.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Deputada Angelika Beer, Senhora Deputada Ana Gomes, Senhora Deputada Annemie Neyts-Uyttebroeck, a quem agradeço, pessoalmente, os seus votos, Senhora Deputada Luisa Morgantini, Senhor Deputado Ģirts Valdis Kristovskis e Senhor Deputado Stefano Zappalà, têm todos profunda razão: como disse o senhor deputado Zappalà, é uma questão de civilização e de humanidade.

Todos os Estados-Membros da União Europeia partilham as preocupações humanitárias suscitadas pelas armas com submunições. A União Europeia apoia a adopção de um instrumento internacional que proíba as armas com submunições, que causam danos inaceitáveis às populações civis. Eis a razão pela qual todos os Estados-Membros da União Europeia assistiram à Conferência de Dublin, enquanto partes interessadas - como a grande maioria dos Estados-Membros -, ou a título de observadores. Evidentemente que é a União Europeia que é parte interessada; eis o que deve ser compreendido desta frase algo complicada.

Quanto à decisão de assinar ou ratificar, trata-se de uma decisão soberana da competência de cada Estado-Membro, mas, tal como a senhora deputada Neyts-Uyttebroeck, lamento que não possam todos assiná-la até Dezembro.

A grande maioria dos Estados-Membros da União Europeia anunciou a sua intenção de assinar a convenção durante as próximas semanas; quero referir, e dizer à senhora deputada Morgantini, que tem toda a razão, que é necessário emitir sinais concretos antes da entrada em vigor da convenção. Assim, o país que conheço melhor, a França, decidiu, em Maio de 2008, retirar de serviço, desde já, 90% do arsenal de submunições.

Mas, como sabem, um certo número de Estados-Membros ainda não tomou a decisão. A Presidência, a França, anunciou, pelo seu lado, logo a seguir à Conferência de Dublin, no final de Maio, que irá assinar a

convenção no início de Dezembro. A Presidência quer chamar a atenção de todos os deputados para as negociações sobre as armas com submunições em curso na convenção sobre certas armas clássicas - a CCM -, que é o único recinto onde as maiores potências militares - os Estados Unidos, a Rússia, a China e a Índia, ou países como a Geórgia - aceitam participar, o que não é o caso da Convenção de Oslo. Chamo a atenção para o facto de que esses países não manifestaram a intenção de assinar a convenção.

Todos os Estados-Membros da União Europeia são partes interessadas nesta convenção e apelam à adopção de um protocolo sobre as armas com submunições. É também através de compromissos, assumidos neste Recinto - e o Senhor Deputado Kristovskis tem toda a razão em frisá-lo - que será possível obter evoluções no terreno. Assim, as mortes como as provocadas na Geórgia por armas com submunições poderiam ser evitadas no futuro se as negociações no âmbito desta convenção universal chegassem a bom porto.

Senhoras e Senhores Deputados, como sabem, as armas com submunições são um tema que mobiliza a União Europeia, que tem de continuar a trabalhar a nível internacional em defesa da adopção de um instrumento universal. É pelo menos esse o objectivo de todo o trabalho desenvolvido pela Presidência francesa com vista a convencer o conjunto dos parceiros, e nós, França, continuaremos a desenvolvê-lo.

Charles Tannock, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (EN) Senhor Presidente, como qualquer membro desta Assembleia que me conheça bem poderá testemunhar, não sou um pacifista, mas há muitos aspectos da guerra e do comércio de armas que devemos lamentar. Para mim, as munições de fragmentação são um dos meios mais horríveis utilizados nas situações de guerra, as quais, naturalmente, só devem ter lugar como último recurso.

Há imensos indícios que sugerem que essas armas afectam, de modo desproporcional, as populações civis, que o direito internacional deve proteger acima de tudo. As bombas de fragmentação podem cair numa vasta área e ficar sem explodir durante muito tempo, constituindo uma ameaça letal para os civis, que podem ser mortos ou mutilados muito depois do termo do conflito.

Além disso, o processo de localização e remoção dessas bombas é dispendioso, até porque, ao contrário do que sucede com os campos de minas, não podem ser formalmente registadas em mapas. Há casos de crianças que pegaram nelas, pensando que eram brinquedos, e perderam membros ou mesmo a vida. Como pai de crianças muito pequenas, é-me difícil imaginar algo mais horrendo.

Se queremos realmente criar uma União Europeia com valores comuns e partilhar esses valores com o mundo, temos de convergir numa posição única favorável à proibição dessas armas assustadoras e terríveis, que têm um efeito devastador no campo de batalha.

Devemos também lançar mão de todos os meios diplomáticos ao nosso alcance para persuadir os outros a fazerem o mesmo. Nós, Parlamento Europeu, temos razões para estar orgulhosos do que fizemos para tentar livrar o mundo do flagelo das minas terrestres antipessoal. Temos de tratar a questão das bombas de fragmentação com o mesmo vigor e empenho, tendo em vista um mundo melhor e mais humano em que não haja civis inocentes que continuam a sofrer em consequência de conflitos armados já terminados.

Richard Howitt, *em nome do Grupo PSE*. – (EN) Senhor Presidente, apelamos hoje aos países da UE que não têm, por agora, a intenção de assinar a Convenção sobre as Munições de Fragmentação para que o façam. Apelamos com veemência a Chipre, à Estónia, à Finlândia, à Grécia, à Polónia, à Roménia, à Eslováquia e à Eslovénia, bem como à Sérvia e à Turquia, países candidatos à adesão à UE, para que se juntem aos restantes países da UE e a mais de cem Estados de todo o mundo que a assinaram.

Em nome de quem lançamos este apelo? Em nome de Suraj Ghulam Habib, de Herat, no Afeganistão, que perdeu ambas as pernas aos seis anos de idade, quando encontrou uma bomba de fragmentação que julgou ser um tipo de comida. Sentada na sua cadeira de rodas, é-lhe agora quase impossível ir à escola ou brincar com os amigos. Em nome da Sra. Chanhthava, do distrito de Sepone, no Laos, que perdeu uma perna e lesionou a vista por ter batido acidentalmente numa bomba de fragmentação quando arranjava comida para a família nos campos de arroz. Agora, tem de mandar a filha apanhar arroz nesses campos perigosos. Em nome de Beka Giorgishvili, o rapaz georgiano de 13 anos de idade que foi uma das vítimas mais recentes quando, já este ano, estava em casa de um amigo a ajudá-lo a encher o pneu da sua nova bicicleta. Beka perdeu parte do crânio e ainda tem estilhaços no interior deste.

É hipocrisia dos países da UE condenarem a agressão russa à Geórgia e eximirem-se de condenar os meios utilizados nessa agressão, que causou danos excessivos à população civil em todos os locais onde foram utilizadas munições de fragmentação. E não faz qualquer sentido a desculpa dos países que tentam justificar

o armazenamento de bombas de fragmentação com a sua adesão à proibição das minas terrestres, dado que as munições de fragmentação são tão mortíferas como elas e têm provocado danos humanitários ainda maiores em todo o mundo.

O meu país, o Reino Unido, iniciou já a destruição de cerca de 30 milhões de explosivos, alterou os regulamentos do controlo das exportações e contribuiu directamente para a eliminação de arsenais militares, incluindo os de munições de fragmentação da Geórgia. Cabe à Europa – que foi onde, no decurso da Segunda Guerra Mundial, estas armas foram utilizadas pela primeira vez, pelas forças alemãs e soviéticas, e que, actualmente, tem armazenadas cerca de mil milhões de pequenas bombas – assumir o papel de liderança a nível mundial no processo conducente à sua eliminação.

Elizabeth Lynne, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, como foi dito por várias pessoas, todos os dias se registam casos de civis, muitos deles crianças, mortos ou feridos indiscriminadamente por bombas de fragmentação. As munições de fragmentação mutilam muitas dessas crianças, que têm de viver com deficiências o resto da sua vida. O que é particularmente chocante é o facto de haver munições de fragmentação armazenadas em mais de 15 Estados-Membros da UE. Horroriza saber que há provas de que pelo menos sete Estados-Membros da UE ainda produzem este tipo de armas. Em minha opinião, os países que as produzem e aqueles que as usaram – incluindo o meu, o Reino Unido – têm as mãos sujas de sangue.

A proibição da produção, da transferência e do armazenamento de munições de fragmentação poupará muitas vidas. A Convenção garantirá, também, a disponibilização de recursos extremamente necessários, designadamente para os cuidados médicos e a reabilitação de que carecem as vítimas das bombas de fragmentação. Insto todos os Estados-Membros da UE a assinarem e ratificarem a Convenção e a não seguirem o exemplo dos que, para escaparem às suas responsabilidades, tentam redefinir o nosso conceito de «munições de fragmentação».

Seán Ó Neachtain, *em nome do Grupo UEN*. – (GA) Senhor Presidente, apoio fortemente a proposta que exige que a Convenção proíba a utilização de bombas de fragmentação a partir deste ano.

Todos os governos que implementaram a Declaração de Oslo de 2007 estão dispostos a elaborar uma lei antes do final de 2008 que ponha termo à utilização das bombas de fragmentação e ponha em prática um sistema para incentivar a cooperação e ajudar os que fugiram deste tipo de ataques até agora e que destrua todos os arsenais de bombas de fragmentação ainda em existência.

Estou muito orgulhoso que tenha sido na Irlanda - em Dublin, a minha cidade natal - que o acordo, ao abrigo deste Tratado, tenha sido conseguido durante uma convenção internacional que ali se realizou no início deste ano. Todos aqueles que tomaram parte foram muito claros quanto ao que desejavam alcançar nesta convenção - que as bombas de fragmentação fossem proibidas a partir de agora. E, tal como os meus colegas que já o solicitaram hoje nesta Assembleia, pedia que os países que ainda não o assinaram, o façam agora.

Temos de pôr um fim a estas armas terríveis de uma vez por todas.

Satu Hassi, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FI) Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, é excelente que se tenha criado a Convenção sobre Munições de Fragmentação. É da maior importância que todos os países da UE adiram à Convenção, incluindo a Finlândia, a Grécia e a Polónia, ou estaremos a dar a outros países uma justificação muito fácil para continuarem a usar essas armas desumanas.

Lamento profundamente que o meu próprio país, a Finlândia, tencione não aderir à Convenção. A justificação é que as munições de fragmentação foram adquiridas para substituírem um outro tipo de arma desumana, a mina antipessoal, o que, na verdade, é como usar Belzebu para afastar o Demo. No final da década de 1990, quando o Governo finlandês da altura decidiu acabar gradualmente com as minas antipessoal, o exército não informou que as iria substituir por essas outras assassinas de civis, as munições de fragmentação.

A UE e todos os países da UE devem mostrar consistência na sua oposição às munições de fragmentação, recusando integrar quaisquer operações militares em que sejam usadas. Calcula-se que cerca de 98% das vítimas de bombas de fragmentação são civis. Temos mais de 20 anos de experiência com estas armas, que mostram que elas matam indiscriminadamente civis, incluindo crianças. É tempo de pôr fim a esta situação.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muito séria e gravemente, devo dizer-lhes que fiquei extremamente orgulhoso em participar no debate que acabamos de realizar sobre as armas com submunições, e que, em nome da Presidência, me junto a todos os que lançaram o apelo à ratificação da Convenção.

A União Europeia já reconheceu, em 2007, a urgência com que estas preocupações em torno das munições de fragmentação deviam ser abordadas. Recordo que alguns Estados-Membros da União desempenharam um papel activo, tanto no processo de Oslo como no quadro da Convenção sobre certas armas clássicas. Pensamos que esta Convenção sobre certas armas clássicas e o processo de Oslo se reforçam mutuamente, e é com muita honra que esta vossa Assembleia, como todos os que se manifestaram, recorda os valores que estão no coração dos Europeus. Apelamos a todos os Estados-Membros que a subscrevam, pelos razões que os senhores, melhor do que eu, e de forma comovedora, enunciaram durante o debate.

Presidente. - Declaro que recebi duas propostas resolução⁽²⁾, apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 108.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira às 12H00.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Proinsias De Rossa (PSE), *por escrito.* – (EN) Apelo energicamente a todos os Estados-Membros da UE para que ratifiquem e apliquem imediatamente a Convenção sobre as Munições de Fragmentação. Esse tipo de munições semeia um terror indescritível e indiscriminado entre as populações civis em todo o mundo, sendo o caso mais recente o do conflito georgiano.

A Convenção sobre as Munições de Fragmentação proíbe o uso, a produção, o armazenamento e a transferência dessas munições. Foi adoptada por 107 Estados por ocasião de uma conferência realizada em Dublin, em Maio deste ano. No entanto, só entrará em vigor quando pelo menos 30 Estados a tiverem ratificado.

Custa a acreditar que oito Estados-Membros da UE não tencionem, por agora, assinar a Convenção. A UE, o projecto de paz mais bem-sucedido de sempre, uma comunidade baseada nos princípios do respeito dos direitos humanos e no Estado de direito, não consegue, portanto, aprovar a extensão do Direito Internacional Humanitário que visa proibir uma das armas mais traiçoeiras para a população civil actualmente utilizadas.

Apelo a Chipre, à Estónia, à Finlândia, à Grécia, à Polónia, à Roménia, à Eslováquia e à Eslovénia para que ratifiquem imediatamente a Convenção sobre as Munições de Fragmentação e ajudem a pôr termo ao uso das bombas de fragmentação.

Tunne Kelam (PPE-DE), *por escrito.* – (EN) Devemos ter em conta que as munições de fragmentação constituem uma das armas mais destrutivas que não distinguem entre alvos militares e civis.

Hoje, em pleno século XXI, a guerra já não pode ser guiada pela ideia de devastação ou de destruição máxima. Os ataques direccionados, com consequências mínimas para os civis, são a única actuação admissível no quadro de uma situação de guerra. Por conseguinte, a utilização de munições de fragmentação tem de ser claramente rejeitada e proibida.

Apelo à União Europeia e aos seus Estados-Membros, antes de mais, para que instem outros Estados de todo o mundo a assinarem a Convenção em 3 de Dezembro deste ano. Apelo à UE e aos seus Estados-Membros também para que haja, da nossa parte, um empenhamento tão eficaz e rápido quanto possível no acompanhamento próximo da aplicação da Convenção. Finalmente, apelo à UE e aos seus Estados-Membros para que, além de se responsabilizarem pelos aspectos técnicos da Convenção, se empenhem seriamente no auxílio às zonas onde as munições de fragmentação foram utilizadas, apoiando as comunidades afectadas e ajudando eficazmente os civis que sofreram danos provocados por essas munições.

14. Período de perguntas (perguntas à Comissão)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o Período de Perguntas (B6-0484/2008). Examinamos hoje as perguntas dirigidas à Comissão.

Parte 1

(2) Ver Acta.

Pergunta n.º 33, de **Stavros Arnautakis** (H-0800/08)

Assunto: Informação dos cidadãos sobre as medidas adoptadas pela União Europeia para os proteger da crise financeira internacional

Na resposta à pergunta oral (H-0075/08 sobre as consequências da crise do crédito internacional) que proferiu perante a assembleia plenária do Parlamento Europeu em Março último, a Comissão indicou que se esperava que o ritmo de crescimento da União Europeia baixasse 0,5%, que a inflação aumentasse e que o défice externo atingisse 185 000 milhões de euros na União Europeia 27. Salientou igualmente que a melhor forma de gerir esta crise residia na prossecução das reformas estruturais e das políticas macroeconómicas, chamando a atenção para o facto de o protecçãoismo não constituir a solução. No momento presente, verifica-se que a crise financeira alastra e que a mesma afecta também as grandes empresas.

Poderá a Comissão informar se os elementos comunicados até à presente data se alteraram? Como informará os cidadãos europeus sobre as consequências desta crise e que medidas concretas adoptará para os proteger?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) A Comissão apresentou, em 3 de Novembro, as suas previsões do Outono, que apontam para um panorama económico sombrio: prevê-se uma estagnação económica em 2009, com um crescimento muito reduzido de 0,2% na União Europeia.

Para 2010, prevê-se uma retoma progressiva na maior parte das economias europeias e um crescimento de cerca de 1,1% no conjunto da UE. Consequentemente, espera-se que a taxa de desemprego na UE suba para 7,8% em 2009 e continue a subir em 2010.

Quanto à inflação na União Europeia, prevemos que caia rapidamente para 2,4% no próximo ano e que registe nova desaceleração em 2010.

Não há dúvida de que os desafios que enfrentamos são enormes. Daí que a Comissão esteja a elaborar uma estratégia global de gestão da crise financeira e contenção da recessão económica. A base dessa estratégia está definida na comunicação intitulada «Da crise financeira à retoma: Um quadro de acção europeu», onde se diz que a UE deve enfrentar as novas fases da crise em união e conjugação de esforços.

A acção deve ser dirigida a três objectivos: primeiro, redesenhar a arquitectura do mercado financeiro ao nível da UE; segundo, enfrentar o impacto na economia real; terceiro, coordenar uma resposta global à crise financeira.

Em 26 de Novembro, a Comissão apresentará uma versão mais detalhada desse plano de relançamento da UE elaborado no quadro da aplicação da Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego. O nosso objectivo consiste em lançar uma série de iniciativas de curto prazo com propósitos bem definidos, que ajudarão a contrariar os efeitos negativos na economia em geral, ao mesmo tempo que adaptamos as medidas de médio e longo prazo da Estratégia de Lisboa à situação de crise.

Stavros Arnautakis (PSE). – (EL) Senhor Presidente, Senhora Comissária, obrigado pela sua resposta. No entanto, o que hoje temos de dizer aos cidadãos europeus é que estamos a responder à crise do crédito e que vamos injectar dinheiro na economia real. Os cidadãos europeus também querem que esta crise seja uma oportunidade para a Europa, para a Europa dos cidadãos.

A minha pergunta é esta: vai ser injectado dinheiro para investimentos públicos e obras públicas nos próximos anos?

Reinhard Rack (PPE-DE). – (DE) Senhora Vice-Presidente, quando a informação mais recente se torna disponível, a tomada de decisões deve ser rápida. O problema é que, por norma, a Comissão, que é um órgão colegial, demora muito tempo para pôr as coisas em movimento. Existem regras especiais para situações como esta com que nos confrontamos hoje? Noutros casos, demora efectivamente muito tempo até que a Comissão, como colégio, publique um resultado.

Danutė Budreikaitė (ALDE). – (LT) Senhor Presidente, Senhora Comissária Wallström, como a experiência mostra, os próprios Estados-Membros estão à procura de uma saída para as consequências da crise financeira e da recessão económica.

Quais são, na opinião de V. Exa., as medidas pré-crise? Será que impostos mais altos, alargamento da base tributária e aumento do IVA proporcionam uma saída eficaz da crise durante este período difícil?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) A questão mais importante é, agora, a seguinte: que medidas tomará a Comissão na próxima semana para fazer face de forma eficaz aos efeitos na economia real?

Vamos apresentar um pacote – que está a ser trabalhado neste momento – onde identificamos as várias políticas através das quais julgamos poder atenuar o impacto na economia real a curto prazo, mantendo as prioridades de reforma a médio prazo estabelecidas na Estratégia de Lisboa. Será esse o quadro em que iremos trabalhar. Esperamos poder apresentar medidas que ajudem a reforçar a procura agregada; no que se refere à procura, queremos reduzir as pressões inflacionistas e reforçar o poder de compra das famílias.

Temos de fazer mais no que respeita ao mercado de trabalho e, como dizem, reforçar os investimentos. Esperamos que isso também ajude nas questões e medidas relacionadas com o pacote da energia e das alterações climáticas, pois iremos necessitar de dinheiro para investir. Desejamos que isto ajude a ultrapassar este período difícil. Nos mercados de trabalho, por exemplo, as políticas de activação podem ser muito úteis.

Em resposta à última questão, gostaria de dizer que queremos que sejam os Estados-Membros a coordenar a acção. Pensamos que o pior seria que cada um seguisse numa direcção diferente, fazendo o que entendesse que devia ser feito no seu caso. Preferimos que debatam, coordenem e cooperem tanto quanto possível, pois os efeitos serão sentidos em toda a economia europeia. Damos preferência às acções levadas a cabo de forma coordenada.

Que dizer sobre o longo *lead time* ou tempo de preparação? Ficariam surpreendidos. Como disse ontem no debate sobre a crise financeira, a Comissão conseguiu, pela primeira vez, apresentar propostas em 24 horas. Temos de responder a esta grave crise de tal modo que não levemos demasiado tempo a preparar as várias propostas.

Todos nós recebemos instruções e todos tentámos perceber como, nos respectivos domínios políticos, podemos ajudar, podemos abreviar o longo período de preparação, podemos fazer mais depressa mas de forma coordenada e respeitadora. Estamos a tentar apresentar propostas tão rapidamente quanto possível e explorar todas as possibilidades. Neste momento, esse é o ponto de partida da Comissão.

Presidente. – Pergunta n.º 34, de **Boguslaw Sonik** (H-0850/08)

Assunto: Disparidades nas taxas de alcoolémia nos Estados-Membros da União Europeia

Em muitos países da União Europeia, como, por exemplo, o Reino Unido, a Itália, a Irlanda e o Luxemburgo, o limite de alcoolémia para quem conduza qualquer tipo de veículo é de 0,8 mg/l. Na Eslováquia e na Hungria, que não autorizam a condução de quem tenha ingerido álcool, independentemente da quantidade, um condutor que circulasse com aquela taxa de alcoolémia estaria a cometer uma infracção grave. Na Polónia, o código da estrada que define as normas de condução dos veículos motorizados, nos termos da Lei de 20 de Junho de 1997 sobre a circulação rodoviária (Jornal Oficial nº 108 de 2005, ponto 908, com modificações ulteriores), precisa que a quantidade autorizada de álcool no sangue é de 0,2 mg/l. Se a taxa de alcoolémia ultrapassar os 0,5 mg/l, o condutor fica sujeito a uma infracção penal passível de pena de prisão até dois anos.

Dada a tendência actual para a normalização das legislações comunitárias relativas ao trânsito rodoviário, tenciona a Comissão desenvolver qualquer iniciativa para normalizar as taxas máximas de alcoolémia aplicáveis aos condutores dos Estados-Membros da União Europeia?

Antonio Tajani, Vice-presidente da Comissão. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com efeito, em 1988 a Comissão apresentou uma proposta de directiva relativa ao teor de álcool no sangue para os condutores mas, na falta de um acordo entre os Estados-Membros e a Comissão, esta instituição limitou-se a adoptar, a 17 de Janeiro de 2001, uma recomendação que impunha um teor de álcool no sangue máximo de 0,5 mg/ml em todos os Estados-Membros. Hoje, na União Europeia, apenas três Estados – a Irlanda, Malta e o Reino Unido – impuseram teores de álcool no sangue permitidos superiores àquele valor.

A recomendação da Comissão também previa a redução do teor de álcool no sangue para 0,2 mg/ml para certas categorias de condutores, incluindo os condutores inexperientes, que constituem o objecto da primeira pergunta formulada pelo senhor deputado. Com efeito, os condutores inexperientes são as principais vítimas dos perigos nas estradas e, por isso, é essencial diminuir o mais possível os factores de risco com eles relacionados, por exemplo, não permitindo a esta categoria de condutores um limite de TAS superior, como disse, a 0,2 mg/ml. Isto está associado à medida conhecida como “taxa zero”, prevista para esta categoria de

condutores na comunicação adoptada pela Comissão em Outubro de 2006, e que define uma estratégia para apoiar os Estados-Membros a reduzir os danos causados pelo álcool.

Senhoras e Senhores Deputados, expostos estes antecedentes, a Comissão lamentavelmente não considera que estejam reunidas as condições políticas que permitam a adopção por parte dos Estados-Membros de legislação destinada a uma maior harmonização do teor de álcool no sangue permitido no conjunto da União Europeia. Dito isto, a Comissão não pretende ficar inactiva em relação ao que continua a constituir uma das principais causas de morte nas estradas europeias.

A Comissão tomou várias medidas nesta matéria. Em primeiro lugar, em relação ao controlo nas estradas, na recomendação de 6 de Abril de 2004, a Comissão preconizou a intensificação dos controlos aleatórios ao teor de álcool no sangue mediante um aparelho eficaz de medição do álcool no sangue através de uma análise do ar expirado, a utilizar nos locais e nos horários em que se observa com regularidade um consumo excessivo de álcool por parte dos condutores.

Senhoras e Senhores Deputados, devo também salientar que conduzir sob o efeito do álcool constitui uma das infracções objecto da proposta de directiva relativa à aplicação transfronteiriça da normativa em matéria de segurança rodoviária, adoptada pela Comissão em Março deste ano, actualmente em debate no Conselho e no Parlamento.

No último Conselho "Transportes", tive ocasião de o salientar aos outros Ministros: face à perda de vidas humanas, não podemos criar impasses em torno de pequenas objecções jurídicas ou discutir se se trata de uma questão relacionada com o primeiro pilar ou com o terceiro pilar, porque, lamentavelmente, os debates jurídicos de pouco servem para abordar e resolver problemas tão graves como os acidentes rodoviários.

Gostaria de aproveitar a oportunidade deste debate parlamentar para recordar que as quatro infracções contempladas na directiva em debate - que são, além de conduzir em estado de embriaguez, excesso de velocidade, não utilização do cinto de segurança e conduzir depois de ter ingerido estupefacientes - são responsáveis por 75% dos acidentes rodoviários. Isto significa que a União Europeia pode e deve fazer muito, e volto, por conseguinte, a apelar ao Parlamento que registe progressos na direcção já traçada com a votação na Comissão dos Transportes.

Além disso - estou quase a concluir, Senhor Presidente -, para poder formular num futuro próximo propostas concretas em matéria de condução sob os efeitos de substâncias psicoactivas, em Outubro de 2006 a Comissão lançou um projecto de investigação com uma vigência de quatro anos, destinado a melhorar o conhecimento neste domínio e a apresentar soluções. Trata-se do projecto DRUID, que muito bem conhece.

Por último, devo salientar o apoio financeiro concedido pela Comissão destinado a campanhas de sensibilização. Existem, em particular, as campanhas levadas a cabo por jovens dirigidas a outros jovens, com o objectivo de os sensibilizar para os perigos que o consumo de álcool e de drogas tem para quem conduz um veículo automóvel. Entre os vários exemplos, figura a designada campanha "BOB", que teve um grande êxito em toda a Europa, e devemos ainda recordar o empenhamento da Comissão, que chamou a Bruxelas para participar na campanha da União Europeia sobre segurança rodoviária o ex-campeão mundial de Fórmula Um, Kimi Raikkonen, e ainda o dia dedicado à segurança rodoviária nas grandes cidades, que teve lugar em Paris, a 10 de Outubro, e que é mais um sinal do grande empenhamento da Comissão Europeia em matéria de segurança rodoviária. Esta foi uma das minhas prioridades que assumi por ocasião da audição na sequência da minha indigitação para o cargo de Comissário europeu dos transportes.

Senhoras e Senhores Deputados, lamentavelmente não se pode fazer mais do que isto, mas espero que tenha respondido de forma exaustiva à sua pergunta oral.

Bogusław Sonik (PPE-DE). - (PL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, agradeço a sua resposta e convido-o a dar passos mais ousados. Temos de adoptar e actualizar uma directiva que introduza a proibição total da condução sob o efeito do álcool. Não podemos render-nos ao *lobby* dos fabricantes de álcool e à sua influência, e não podemos temê-los. Temos o direito a estradas seguras, devendo começar pelos mais jovens. Temos de ser ousados ao abordar estes projectos.

Jörg Leichtfried (PSE). - (DE) Senhor Vice-Presidente, gostaria de aproveitar esta breve oportunidade para fazer duas perguntas. Primeiro: mencionou que o enquadramento político para um regulamento deste tipo não está totalmente estabelecido. O que eu gostaria de saber é: de onde surge a maior resistência? Surge de Estados individuais ou de grandes grupos de pressão? O que está a impedir a Comissão de agir neste caso?

A minha segunda pergunta tem a ver com o facto de um número crescente de estudos demonstrar que fumar dentro de um automóvel é muito perigoso. Por um lado, é muito mau para a saúde e, por outro, distrai e provoca fadiga. A minha pergunta é: pondera a Comissão actuar nesta matéria a nível europeu?

Colm Burke (PPE-DE). - (EN) A minha questão refere-se à Irlanda, onde um elevado número de jovens esteve envolvido em acidentes trágicos com veículos de que eram os únicos ocupantes.

Gostaria de saber se foi levada a cabo alguma investigação na Europa sobre este tema e se é possível relançar o programa relativo à educação dos jovens em matéria de condução. É necessário muito mais trabalho, e apelo a que esse programa de educação seja relançado o mais cedo possível.

Antonio Tajani, Vice-presidente da Comissão. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, agradeço as perguntas que nos foram dirigidas, porque possibilitam esclarecer a posição da União Europeia.

Senhor Deputado Leichtfried, quando se referiu, correctamente, aos problemas políticos que se nos depararam, os problemas políticos dizem respeito aos Estados-Membros, mas constatámos que, lamentavelmente, a proposta da Comissão não foi aceite, apesar dos grandes esforços envidados. Apesar da falta de acordo com os Estados-Membros sobre a proposta de directiva, continuámos a insistir, e continuaremos a fazê-lo. Reitero o que afirmei na audição em que me foi concedida a confiança da Comissão e do Parlamento: continuarei a colocar a segurança rodoviária entre as minhas prioridades.

Pretendo continuar a apoiar todos os projectos e programas DRUID - esta é a minha resposta ao senhor deputado - no que diz respeito à questão da informação dirigida aos jovens e da educação dos jovens. Esta deve ser uma prioridade. Não são os instrumentos que causam acidentes; é óbvio que é importante dispor de instrumentos seguros. É importante ter estradas seguras, e este Parlamento deliberou tomar, conjuntamente com a Comissão, algumas decisões relativas às infra-estruturas, mas o principal problema é a educação daqueles que se sentam atrás de um volante ou sobre um selim de um motociclo.

É nosso dever começar a educar os jovens e, por conseguinte, concordo plenamente com a sua posição e farei tudo o que estiver ao meu alcance para assegurar o financiamento por parte da União Europeia e da Comissão dos programas dirigidos a educar os jovens em idade escolar. Senhoras e Senhores Deputados, não é por acaso que escolhi o ex-campeão mundial para participar na campanha da Comissão: ele é um jovem.

Devemos procurar comunicar com os jovens através de jovens que não adoptam uma atitude de repreensão, como pode fazer um chefe de família, mas que conseguem explicar-lhes quais são os verdadeiros riscos, porque a verdade é que todos os jovens, quando saem de uma discoteca, se sentem invulneráveis. Lamentavelmente, isso não corresponde à realidade, e devemos trabalhar com as escolas, devemos trabalhar com as famílias, para podermos mostrar a todos os jovens os riscos que correm sempre que se sentam atrás de um volante e, principalmente, se ingeriram álcool ou estupefacientes.

No que diz respeito à questão do tabagismo, solicitarei aos serviços da Comissão que levam a cabo uma investigação para apurar se, de facto, existem riscos acrescidos para os fumadores ou não. Não posso facultar-lhes uma resposta, porque a desconheço do ponto de vista científico, mas encarregarei os serviços, como disse, de estudar esta questão.

Penso que também respondi ao senhor deputado Sonik com a reafirmação do meu empenhamento, um compromisso que penso poder assumir em nome da Comissão - a Vice-presidente Wallström é também responsável pela comunicação - de tudo fazermos para facultar informação aos cidadãos e, fundamentalmente, aos jovens, que são, por isso, inexperientes, sobre os riscos e os perigos que correm sempre que viajam num veículo automóvel.

Presidente. - Pergunta n.º 35, de **Katerina Batzeli** (H-0861/08)

Assunto: Acordo Interinstitucional relativo à "Parceria para a comunicação sobre a Europa"

Em 22 de Outubro de 2008, representantes do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Conselho, assinaram pela primeira vez na história da UE uma declaração política em prol de uma cooperação interinstitucional no que toca à comunicação das prioridades da UE. Este acordo reveste uma elevada importância política, na medida em que permite encontrar uma solução eficaz para um problema maior da democracia que decorre da falta de informação dos cidadãos da UE, mas também uma importância crucial do ponto de vista da oportunidade, uma vez que nos encontramos num período pré-eleitoral para a UE.

Quais as prioridades e as principais mensagens desta estratégia unificada, a nível comunitário, em termos de comunicação para o próximo ano e, mais especificamente, para o período pré eleitoral?

Em que moldes será promovida a cooperação entre as três instituições comunitárias na definição conjunta das prioridades e dos objectivos desta estratégia de comunicação, bem como a respectiva cooperação com as autoridades nacionais competentes? Em especial, qual será a correlação entre a política comunitária e as políticas nacionais em matéria de comunicação no que diz respeito à UE?

Quais os recursos atribuídos à implementação desta nova estratégia de comunicação e qual será o contributo das novas tecnologias da comunicação? Qual será, neste contexto, o papel do multilinguismo?

Que fundos comunitários irão financiar as medidas pontuais no âmbito da nova estratégia de comunicação?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) O Parlamento, a Comissão e o Conselho intensificaram a cooperação em matéria de comunicação da UE e assinaram, em 22 de Outubro deste ano, a declaração política relativa à Parceria para a comunicação sobre a Europa. Muito obrigada pelo vosso apoio firme nesta questão. Foi a primeira vez que chegámos a acordo sobre um procedimento comum para a comunicação.

A comunicação é mais eficiente e eficaz se houver coordenação no que respeita às questões prioritárias. Além disso, exige o compromisso político de todos os intervenientes, incluindo os Estados-Membros. Cabe a todas as instituições a responsabilidade de comunicar com os cidadãos em questões respeitantes à União Europeia. No entanto – e permitam-me sublinhá-lo firmemente –, a declaração política não diminui a responsabilidade individual de cada instituição e Estado-Membro da UE pela respectiva estratégia e prioridades em matéria de comunicação.

As prioridades comuns de comunicação estão no cerne da declaração política e serão aprovadas pelo grupo interinstitucional da informação (GII), co-presidido por representantes de todas as instituições. Já identificámos e chegámos a acordo sobre quatro prioridades comuns para 2009: as eleições europeias, a energia e as alterações climáticas, o 20.º aniversário das mudanças democráticas na Europa Central e Oriental e, claro, a criação de empregos, o crescimento e a solidariedade sustentáveis na Europa.

A execução será garantida em conjunto pelo Parlamento, a Comissão e o Conselho, bem como pelos Estados-Membros. Deste modo, teremos como objectivo o desenvolvimento de sinergias com as autoridades nacionais, regionais e locais e com representantes da sociedade civil. As nossas representações e os gabinetes de informação do Parlamento nos Estados-Membros irão trabalhar em colaboração com as autoridades nacionais em acções conjuntas adaptadas às condições do país. Se necessário, far-se-ão acordos administrativos apropriados entre os serviços aos níveis comunitário e nacional, sendo essas acções financiadas de forma adequada.

Não é necessário dizer que, na sua actividade, as nossas Instituições e os Estados-Membros respeitarão o multilinguismo e a diversidade cultural. Permitam-me referir, a este propósito, que a Comissão é bastante activa face ao desafio do multilinguismo. Entre outras medidas, foram designados tradutores para as nossas representações nos Estados-Membros, para responder às necessidades locais e ajudar a comunicar a Europa na língua dos cidadãos.

Finalmente, a concretização das prioridades comuns de comunicação irá proporcionar aos políticos europeus, nacionais e regionais, no período pré-eleitoral, excelentes plataformas para debates com os cidadãos sobre as questões da UE. Espero que esta medida tenha uma influência positiva na participação eleitoral.

Katerina Batzeli (PSE). – (EL) Muito obrigada, Senhora Comissária Wallström pela sua resposta. Gostaria de, em primeiro lugar, declarar que este acordo interinstitucional visa, acima de tudo, introduzir uma política única europeia em matéria de comunicação que deverá ser adoptada a um ritmo constante, de forma lenta mas segura, por todas as instituições comunitárias, de modo a que os cidadãos recebam uma informação normalizada.

Em segundo lugar, gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre a questão do financiamento das novas acções propostas. Vão ser integradas em programas já existentes? Vai ser criada uma nova rubrica orçamental, de modo a que haja um orçamento para a informação? Como vão ser financiados os programas sectoriais? A política de comunicação vai ser independente ou co-financiada?

Reinhard Rack (PPE-DE). – (DE) Senhora Vice-Presidente, o papel pode ser versátil mas é cada vez mais óbvio que já não é muito informativo. Os meios de comunicação electrónicos - a televisão e a Internet - devem ser prioritários na nossa política de informação. Por conseguinte, a minha pergunta é: podemos

identificar alguma tendência deste tipo na política em vigor? Em segundo lugar, fiquei agradado pelo facto de as empresas de televisão locais e regionais, em particular, irem ser envolvidas. Isto faz mais sentido do que colmatar as deficiências das grandes empresas públicas de televisão.

Marian Harkin (ALDE). - (EN) Mais uma vez, fico satisfeita ao ouvir o que a senhora Comissária tem a dizer, mas partilho as apreensões do orador que me precedeu. Estou preocupada com a forma como a mensagem irá ser transmitida e estou de acordo quanto aos meios de comunicação electrónicos.

Existe o risco efectivo de as brochuras e os livros acabarem por ficar nos gabinetes sem serem lidos. Já vi isto acontecer muitas vezes. O que quero perguntar é o seguinte: como pretendem transmitir a mensagem aos interessados? Vão tentar visar grupos interessados ou trata-se apenas de uma abordagem genérica?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. - (EN) Agradeço as perguntas complementares, que são importantes.

Permita-me que diga o que creio ser necessário. Para o êxito de qualquer campanha ou informação, são necessários cinco elementos.

Primeiro, utilizar intensivamente a Internet e as novas tecnologias. Uma campanha como a de Obama é para nós apenas um sonho. Penso que tinham 1,2 mil milhões de dólares destinados à campanha de informação, mas a forma como utilizaram a Internet foi decisiva. Temos, portanto, de fazer o mesmo.

Segundo, temos de utilizar meios audiovisuais: 60% dos cidadãos recorrem principalmente à televisão e à rádio para se informarem sobre o que se passa a nível da UE.

Terceiro, temos de actuar junto de multiplicadores como a sociedade civil e as diferentes redes das autoridades locais. Deste modo, temos outros rostos e outros mensageiros que constituem um valor acrescentado do trabalho conjunto ao nível europeu.

Quarto, devemos cooperar com “embaixadores”, ou seja, com pessoas que querem defender a causa da democracia e que conseguem atingir mais público do que nós, os políticos.

Quinto, temos de chegar aos jovens e às mulheres, que tendem a votar menos vezes e a ser menos entusiásticos em relação à União Europeia, o que ficou demonstrado sobretudo nos referendos na Irlanda e, anteriormente, em França e nos Países Baixos.

Tudo isto é necessário.

E quanto ao dinheiro? Que orçamento temos? Encontrámos cerca de 8,5 milhões de euros no orçamento do próximo ano destinados a cobrir medidas geridas de forma centralizada e descentralizada e relacionadas com as eleições desse ano. As nossas representações receberam instruções para dedicarem a maior parte dos seus modestos meios de comunicação às eleições para o Parlamento Europeu e, de facto, atribuíram 60% das verbas descentralizadas que possuem a essa tarefa. Além disso, também temos actualmente reuniões a nível técnico com os vossos serviços do Parlamento, para troca de ideias sobre as diferentes acções levadas a cabo nos vários Estados-Membros.

Este ano, as actividades relacionadas com as eleições representam cerca de 6,2 milhões de euros. Temos projectos orientados para os jovens; temos Eurobarómetros especiais, etc. Há também dinheiro para comunicações sobre Fundos Estruturais, agricultura e investigação em todos os domínios políticos, mas não temos qualquer verba suplementar ou especial para este fim. Pedi a todos os meus colegas para incluírem as eleições nos seus planos de comunicação. Ficaram de me ir informando sobre a forma como isso está a ser feito.

O orçamento do próximo ano ainda não está concluído, pelo que ainda é possível acrescentar montantes suplementares – mas isto é o que, neste momento, encontramos no orçamento. Portanto, não estamos perante uma atribuição excessiva de fundos, mas temos de utilizar os canais existentes. Ajudaremos o Parlamento Europeu tanto quanto possível com os nossos recursos e através das nossas actividades normais, ou seja, produzindo material audiovisual, vídeos no EUtube – tudo o que fazemos diariamente será usado para mobilizar os eleitores e estimular um debate de qualidade e animado sobre as eleições para Parlamento Europeu.

Parte II

Presidente. - Pergunta n.º 36, de **Marie Panayotopoulos-Cassiotou** (H-0809/08)

Assunto: Informação dos europeus sobre a participação nas eleições europeias

A recente instabilidade económica internacional, que tem vindo a pôr à prova os sistemas bancários europeus e internacionais, concitou viva apreensão junto do comum cidadão europeu, que não vislumbra a apresentação de propostas a nível da UE, nem observa nenhum sinal de solidariedade europeia nesta conjuntura crítica.

Que medidas e acções propõe a Comissão para assegurar a informação dos cidadãos europeus sobre as políticas europeias e as soluções a nível da UE e dos Estados-Membros durante os períodos de crise e face a acontecimentos políticos e económicos excepcionais? De que forma são preparadas a informação pré-eleitoral dos europeus e a sua mobilização para participarem nas eleições europeias no contexto de uma evolução desfavorável de questões que afectam aspectos das relações económicas e comerciais internacionais importantes para a União Europeia?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. - (EN) Estou inteiramente ciente de que a crise financeira e o seu impacto nas economias reais são uma grande preocupação para muitos europeus e que, por isso, também terão um impacto específico nas eleições europeias. Não é, pois, de admirar que a maioria das pessoas deseje que a campanha eleitoral se centre nas questões económicas que afectam a sua vida do dia-a-dia, nomeadamente o desemprego, o crescimento económico, a inflação e o poder de compra. As sondagens de opinião mais recentes mostram também que, actualmente, as pessoas consideram a UE um «abrigo» contra a actual crise e querem que seja ela a assegurar a regulação a nível global.

A Comissão acompanha a evolução. Em 29 de Outubro, adoptámos um quadro de acção especialmente destinada a fazer face à crise nos mercados, prevenindo crises futuras através de reformas da governação económica, e a minimizar o seu impacto no emprego e no crescimento. Estão em preparação propostas de seguimento dessas medidas que constituem prioridades estratégicas fundamentais do nosso programa legislativo e de trabalho para 2009, apresentado e debatido ontem no Parlamento.

É importante que a necessidade de acção tenha sido reconhecida pela Comissão, pelo Parlamento e pelo Conselho, e que estejamos em vias de propor o emprego, o crescimento e a solidariedade sustentáveis como uma das prioridades da comunicação interinstitucional do próximo ano. Isto significa que esse será um dos temas sobre os quais as Instituições da UE e os Estados-Membros trabalharão em parceria para divulgar as actividades da UE nesse domínio. Serão elaborados planos sobre a melhor forma de o fazer.

Já referi as eleições para o PE, que constituem outra das prioridades interinstitucionais. Neste caso, a preparação está mais adiantada, pois já todos sabíamos, há algum tempo, que esta seria uma das prioridades.

As nossas Instituições estão a trabalhar em estreita colaboração em todas as actividades de comunicação relacionadas com as eleições, e a Comissão contribuirá activamente para a estratégia-quadro das comunicações adoptada pelo Parlamento. O objectivo da Comissão consiste em sensibilizar os cidadãos para as eleições e gerar o debate sobre questões políticas comunitárias concretas. Isso será parcialmente conseguido através da utilização dos nossos instrumentos principais, incluindo os meios audiovisuais e a Internet, complementada por várias actividades descentralizadas organizadas pelas representações em cada Estado-Membro em estreita colaboração com os gabinetes de informação do Parlamento.

Esses eventos devem alertar os cidadãos para o facto de os eleitores poderem escolher entre várias visões políticas da Europa e de essas alternativas corresponderem a grandes diferenças na vida de todos nós.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou (PPE-DE). - (EL) Senhor Presidente, os meus agradecimentos à Senhora Vice-Presidente pela resposta que me deu. Faço votos para que as medidas propostas pela Comissão sejam implementadas, porque há um espaço de tempo muito longo entre a proposta e a implementação, há o processo burocrático, e não sei se haverá tempo suficiente antes das eleições para que os cidadãos possam ver os resultados.

O financiamento e a estratégia de informação também podem produzir resultados opostos, e por isso é preciso especial cuidado para assegurar que não toquemos num ponto sensível dos nossos cidadãos, que não querem ver o dinheiro ser esbanjado desnecessariamente nesses eventos, publicações e actividades descentralizadas que mencionou.

Os debates também nem sempre são convincentes. Por isso, talvez devêssemos reconhecer os meios que temos ao nosso dispor e ser mais honestos para com os cidadãos.

Josu Ortuondo Larrea (ALDE). - (ES) Senhora Comissária Wallström, considera que a questão da proximidade ou distância entre os eleitores e os candidatos tem um impacto no nível de participação nas eleições europeias? Está de acordo em que um Estado de 45 milhões de habitantes não tenha mais do que uma única circunscrição eleitoral para as eleições ao Parlamento Europeu? Que pode fazer a Comissão para garantir que Estados com um índice populacional mais elevado possam ter circunscrições mais próximas dos cidadãos?

Gay Mitchell (PPE-DE). - (EN) Quero apenas dizer à senhora Vice-Presidente da Comissão que devemos ter em atenção o que se passa na Dinamarca, onde se fala agora do pedido de adesão ao euro, na Islândia, um país que ficou dilacerado, e na Suécia, onde, claramente, se levanta novamente a questão da adesão ao euro.

Não haverá quem faça ver ao povo da Irlanda que, por estar ao abrigo do euro e do Banco Central Europeu, tem sido capaz de aguentar muito melhor esta tempestade do que aqueles países? Não terá chegado a hora de começarmos a discutir efectivamente a União Europeia? Esta semana, houve deputados irlandeses ao Parlamento Europeu que fizeram comentários negativos sobre a União Europeia neste Hemiciclo. Não haverá quem faça comentários favoráveis e fale dos aspectos positivos, para as pessoas ficarem a saber quais os benefícios de estar na União Europeia e no euro?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. - (EN) Tentei dar a minha contribuição ao visitar a Irlanda na semana passada. Tentei explicar o que penso ser o valor acrescentado da cooperação europeia. Creio que, actualmente, o debate sobre o euro e a razão por que tem sido vantajoso para a Irlanda pertencer à zona euro está a correr bem, mas levanta a questão fundamental de se saber quem defenderá a União Europeia, quem falará em nome da União Europeia. Onde está a responsabilidade? Não podemos contar com Bruxelas para fazer tudo isso. Tem de ser repartido e feito em parceria.

Na verdade, penso que a controvérsia e o debate políticos são positivos, porque existem várias versões, vários programas, etc. Creio que isso ajuda a despertar o interesse e, em última análise, é benéfico para o nível de participação nas eleições. É evidente que queremos promover e estimular o debate vivo e a reflexão sobre a agenda europeia e as questões europeias. Todos temos de ser defensores. É por essa razão que me orgulho e congratulo com o facto de, pela primeira vez, termos um quadro para uma parceria acordada em matéria de comunicação. Nunca o tivemos antes.

Devemos, pois, partilhar a responsabilidade de ser defensores e de prestar atenção às preocupações das pessoas em toda a Europa, pois, na verdade, o importante é a comunicação, e não apenas a informação. Escutem melhor, expliquem melhor e desdobrem-se em deslocações a diferentes locais: é o que digo repetidas vezes em relação à comunicação. A campanha será levada a cabo de formas diferentes nos vários Estados-Membros, pois tem de ser adaptada às realidades nacionais. É o que estamos a tentar fazer actualmente. Estamos a tentar acelerar o processo tanto quanto possível, mas temos também de respeitar o Regulamento Financeiro e todas as regras. Temos de ser correctos em tudo o que fazemos. Hoje, tivemos uma reunião a que daremos seguimento. Tentaremos responder o melhor possível ao calendário detalhado do Parlamento relativo ao planeamento das eleições para o PE.

Julgo que ainda este ano estaremos aptos a afectar e gastar dinheiro, mas é evidente que, com mais recursos disponíveis, poderemos organizar mais actividades no próximo ano. Repito: penso que devemos pôr a hipótese de alargar a utilização de meios audiovisuais e da Internet, para sermos eficazes e chegarmos aos jovens.

Josu Ortuondo Larrea (ALDE). - (ES) Peço desculpa, mas não ouvi a senhora Vice-presidente da Comissão responder às minhas perguntas.

Presidente. - Tomamos nota da resposta da Comissão, mas não temos prerrogativas nem competências para avaliar o âmbito da resposta no que diz respeito à substância.

Pergunta n.º 37, de **Georgios Papastamkos** (H-0811/08)

Assunto: Estratégia de comunicação da Comissão em relação ao referendo na Irlanda

Qual foi a estratégia de comunicação da Comissão e dos seus membros durante o período que precedeu o referendo na Irlanda?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. - (EN) Gostaria de salientar que, no que respeita ao Tratado de Lisboa, a Comissão Europeia trabalhou por intermédio das suas representações e em estreita colaboração

com os Estados-Membros no sentido de prestar informação factual e objectiva aos cidadãos da UE. Apoiámos esse trabalho com kits de comunicação com material diverso, a saber: fichas de informação, apresentações e mensagens importantes. Além disso, demos formação e organizámos *briefings* com os Comissários, pessoal das representações, centros de informação da Europa em Directo e outros multiplicadores de informação.

Cientes da importância da Web, criámos um sítio Web dedicado, com vasta informação sobre o Tratado de Lisboa nas 23 línguas oficiais. A partir dessa base, as representações da Comissão nos Estados-Membros desenvolveram materiais adaptados às necessidades locais e mais adequados à informação dos cidadãos. Além disso, as representações, incluindo a da Irlanda, elaboraram planos de comunicação em estreita colaboração com os governos nacionais e os gabinetes de informação do Parlamento Europeu nos Estados-Membros.

As actividades que planeámos incluem formação para jornalistas e multiplicadores, publicações de brochuras e folhetos, organização de debates com a sociedade civil e as autoridades locais e, ainda, eventos públicos nas escolas e nas universidades. Deste modo, os cidadãos recebem informação por medida, na sua língua e aplicada às suas preocupações reais.

Georgios Papastamkos (PPE-DE). - (EL) Senhor Presidente, os meus agradecimentos à Senhora Vice-Presidente. A minha pergunta complementar inclui uma proposta: Senhora Vice-Presidente da Comissão, os senhores - não só V. Exa. mas o Colégio dos Comissários - deviam visitar a Irlanda num momento politicamente oportuno para a questão irlandesa, e todo o Colégio dos Comissários devia encetar um debate com os cidadãos da Irlanda e responder às suas perguntas *in toto*.

Organizem um debate com todas as agências interessadas e com cobertura televisiva, de modo a que o povo irlandês, o corpo eleitoral irlandês, possa assistir, e respondam *in situ* às suas preocupações e às suas perguntas.

Armando França (PSE). - Senhor Presidente, Senhora Comissária, há dois meses que as agendas política e mediática estão dominadas pela crise financeira e económica. O referendo na Irlanda ou as dificuldades na República Checa sobre o Tratado de Lisboa quase não têm expressão nos *media*. Não acha que, agora, a estratégia de informação e de comunicação da Comissão deveria ser reforçada com a necessidade e a urgência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, também como uma resposta política para enfrentar e superar a crise em que vivemos?

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Serei breve. Em primeiro lugar, gostaria de felicitar a senhora Comissária, em especial pelos esforços empreendidos neste domínio. Permitam-me que, na qualidade de antiga jornalista, faça notar que uma reunião da Comissão pode ser interessante para a Comissão, mas não podemos forçar as pessoas a assistir.

O problema é que a informação sem emoção não é absorvida, e receio que a Europa seja bastante enfadonha e maçadora - à excepção da senhora Comissária -, pelo que esta questão deve ser tida em consideração.

Permitam-me que acrescente - e é horrível estar a dizê-lo em público - que, ainda como jornalista, foram várias as ocasiões em que me desloquei aqui e à Comissão, e que as paredes cinzentas e as apresentações enfadonhas não estimularam os meus genes europeus. Senhora Comissária, precisa de resolver esta questão. Por último, quero afirmar que, se o Governo irlandês tivesse, como a Senhora Comissária disse, escutado melhor, explicado melhor e ido aos locais, teria havido um «sim».

Presidente. - Às perguntas n.ºs 38 a 41 serão dadas respostas por escrito.

Georgios Papastamkos (PPE-DE). - (EL) A Senhora Vice-Presidente pode fazer o favor de responder às minhas perguntas complementares?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. - (EN) Creio que, provavelmente, o senhor Presidente se esqueceu de me dar a oportunidade de responder às suas questões específicas. Claro que estamos a tirar importantes ilações do que se passou no referendo, e penso que a senhora deputada tem razão ao salientar que talvez devesse ter havido mais visitas ao lado do «sim». Na altura, seguimos o conselho e respeitámos escrupulosamente o desejo de que não pudéssemos ser vistos como estando a interferir no debate na Irlanda, mas talvez agora os irlandeses queiram fazer muitos mais convites. Incitei todos os meus colegas a irem lá e a participarem em debates com os irlandeses. Se forem transmitidos pela televisão, não estou certa de que sejam sempre convincentes, mas agradecemos a atenção dos meios de comunicação social.

Actualmente, estamos a trabalhar com o Governo irlandês na ultimação de um memorando de entendimento em que se explicita o que tem de ser feito, tanto a curto como a mais longo prazo, para garantir que somos

mais educados civicamente, que trabalhamos com os jornalistas e, provavelmente, que somos mais emocionais em relação a alguns destes assuntos, mas que, ao mesmo tempo, respeitamos as leis e as regras existentes na Irlanda.

Estamos a tirar ilações e seguiremos certamente o seu conselho de nos deslocarmos lá e respondermos a tudo, da política agrícola à política das pescas, ao comércio, etc. É essa a melhor maneira de enfrentarmos o desafio. Espero que incentivemos um bom debate. Obrigada, Senhor Presidente, por me ter concedido este tempo.

Presidente. - Pergunta n.º 49, de **Manuel Medina Ortega** (H-0797/08)

Assunto: Migrações interafricanas

O acumular de dificuldades internas num determinado número de países africanos e as expectativas de emigração para a Europa acarretaram a deslocação de dezenas de milhares de cidadãos da África subsariana em direcção aos países mais setentrionais, como a Líbia, Marrocos, a Mauritânia e o Senegal.

Poderia a Comissão indicar se está ciente desta situação e, em caso afirmativo, se tenciona adoptar medidas para paliar as condições miseráveis em que vivem estes migrantes interafricanos e aliviar a pressão a que se encontram submetidos os países da África setentrional em virtude desta movimentação demográfica anómala?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Estamos agora num domínio político completamente diferente. A Comissão está perfeitamente ciente da pobreza que, aliada a factores como a instabilidade, as alterações climáticas e as violações aos direitos humanos, leva os migrantes a embarcarem para uma viagem sempre difícil e às vezes trágica. A Comissão está activa em todas essas frentes, antes de mais através do diálogo político com esses países e do Fundo Europeu de Desenvolvimento, com o seu objectivo de combate à pobreza.

Em reacção aos trágicos acontecimentos de Ceuta e Melilla, e no quadro da abordagem global aprovada pelo Conselho Europeu em finais de 2005, a União Europeia iniciou um diálogo estruturado com África sobre a ligação entre migração e desenvolvimento no âmbito do processo de Rabat, referente à rota migratória da África Ocidental, que seria seguido, de imediato, pela Conferência de Paris, em 25 de Novembro, e do processo de Tripoli, respeitante a África no seu conjunto.

A parceria em matéria de migração, mobilidade e emprego foi lançada na Cimeira UE-África de Lisboa, em Dezembro de 2007. A ideia subjacente é a de que a parceria deve encontrar soluções para a migração ligando-a às questões do emprego.

O Centro de Informação e Gestão das Migrações, inaugurado pelo Comissário do Desenvolvimento e da Ajuda Humanitária e pelo Presidente do Mali, Touré, em Bamako, em 6 de Outubro, é um exemplo da aplicação prática da abordagem integrada que a Comissão tenta promover. Está, aliás, pronta a repetir esse exemplo em qualquer outro lugar da África Ocidental.

Quanto às condições de vida dos migrantes: um dos objectivos do programa “asilo e migração” é proteger os direitos dos migrantes, nomeadamente reforçando a capacidade das administrações e dos intervenientes nos países de trânsito ou destino, como os países do Norte de África, para prestarem assistência aos migrantes, especialmente em certas condições.

A título de exemplo, posso referir que, no âmbito desse programa, a Comunidade Europeia atribuiu recentemente fundos aos seguintes projectos: financiamento permanente do gabinete do Alto Comissário para os Refugiados na Líbia, que tem um papel fundamental na promoção dos direitos dos refugiados e dos requerentes de asilo; melhoria da protecção das condições de vida de migrantes internacionais no Norte de África; reforço da capacidade das organizações da sociedade civil para promoverem os direitos dos migrantes no Norte de África; e um programa que permite que os migrantes que ficaram na Líbia ou em Marrocos regressem a casa voluntariamente e em condições dignas.

Por último, refiro que a Comissão está a utilizar o programa para financiar vários projectos na África Subsariana associados à prevenção da migração ilegal, ao fomento da migração legal, à ligação entre migração e desenvolvimento e à promoção da defesa dos refugiados e dos requerentes de asilo.

Manuel Medina Ortega (PSE). – (ES) Muito obrigado, Senhora Vice-presidente, pois transmitiu-me muita informação sobre a questão que levantei e agradeço-lhe o pormenor com que o fez. Creio que a nova etapa da Comissão se reveste de grande importância. Sobretudo, o projecto Bamako providencia um centro de informação e de gestão para a União Europeia em termos de imigração. Sei que ainda mal abriu, pelo que,

se calhar, a minha pergunta é prematura, mas gostaria de perguntar à Comissão o seguinte: no caso de este projecto de Bamako (Mali) produzir bons resultados em termos de imigração, considera a Comissão que esta experiência se pode alargar a outros países da orla sul do Mediterrâneo?

Colm Burke (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, quero fazer um ponto de ordem apenas para chamar a atenção para um facto ocorrido na última sessão. Lamento levantar a questão nesta fase, mas na última sessão foram concedidos menos de 15 minutos para três questões – 38, 39 e 40 –, muito ligadas entre si.

Parece-me lamentável que não tenham sido tratadas, porque penso que o podiam ter sido, mesmo que apenas tenham sido concedidos 15 minutos na última sessão. Tinha percebido que eram 20 minutos.

Presidente. - **Penso que tem razão. Tomarei boa nota, mas não disponho de outra opção de intervenção de momento.**

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. - (EN) Com este trabalho também estou sempre a aprender. Fiquei a saber que estão previstos para outros países da África Ocidental, nomeadamente o Senegal, projectos idênticos – como o projecto Bamako. Portanto, aparentemente isso já está previsto, e a Comissão está muito empenhada em desenvolver projectos similares noutros países.

Presidente. - Pergunta n.º 50, de **Luis Yañez-Barnuevo García** (H-0799/08)

Assunto: Abertura do diálogo em Cuba

As Conclusões do Conselho sobre Cuba, adoptadas em 23 de Junho de 2008, foram muito bem acolhidas pelos sectores democráticos da ilha, que apreciam o facto de a libertação incondicional de todos os presos políticos constituir uma prioridade fundamental para a União Europeia e de esta se comprometer a garantir o respeito dos direitos humanos e a realização de progressos efectivos na via de uma democracia pluralista.

Em sintonia com os compromissos adoptados nas referidas Conclusões, poderia a Comissão indicar se alguns dos seus membros já estabeleceram contactos com representantes da sociedade civil e da oposição democrática? Que medidas efectivas está a Comissão a promover para aprofundar o diálogo com esses representantes e para garantir a não ingerência de organismos oficiais nas acções previstas em prol da sociedade civil (como é o caso dos microprojectos que visam a promoção da inclusão e da coesão social)?

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. - (EN) A Comissão mantém contacto regular directo com a sociedade civil em todos os países do mundo, incluindo Cuba. O papel da Comissão em Cuba é apreciado e apoiado pela sociedade civil e por grupos da oposição. A delegação da Comissão em Cuba recebe regularmente representantes da sociedade civil e de grupos da oposição, enquanto os serviços da Comissão em Bruxelas desenvolvem uma política de abertura para com todas as pessoas ou organizações que queiram ter uma discussão construtiva sobre Cuba ou sobre qualquer outro país.

A reunião que relançou o diálogo político entre a União Europeia e Cuba, no seguimento das conclusões do Conselho de 23 de Junho que aboliu as medidas diplomáticas adoptadas em 2003, foi uma tróica ministerial sobre Cuba que teve lugar em Paris, em 16 de Outubro de 2008. O espírito positivo que dominou essa reunião permitiu que temas de interesse comum, como a crise financeira internacional, os direitos humanos, a cooperação com Cuba e a reforma das Nações Unidas, fossem debatidos num clima de franqueza e abertura.

A Comissão está firmemente persuadida – e o Comissário responsável pelo Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária afirmou-o em diversas ocasiões – de que um diálogo franco e aberto entre a UE e Cuba constitui o melhor enquadramento para debater questões de interesse comum, incluindo os direitos humanos.

Antonio Masip Hidalgo (PSE). - (ES) Em nome do senhor deputado Yañez-Barnuevo, agradeço a sua resposta. Contudo, Senhora Comissária, não posso deixar de dizer ao senhor comissário Louis Michel que as suas acções, palavras e gestos são vitais nos contactos directos estabelecidos com a oposição democrática cubana a fim de implementar as conclusões prioritárias do Conselho e de reduzir os efeitos da terrível ditadura de Castro, bem como de encorajar a liberdade.

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. - (EN) Naturalmente, transmitirei ao meu colega todas as respostas e reacções do Parlamento. Penso que ele visitou recentemente Cuba, mas ainda não tivemos oportunidade de desenvolver este contexto. Conheço-o bastante bem e penso que isto certamente lhe interessa e que ele mostrará abertura e interesse. Isto é, naturalmente, uma parte daquilo que temos de fazer a partir de agora. Não há dúvida de que é também do interesse da Comissão.

Presidente. - Por não se encontrarem presentes os seus autores, às perguntas n.ºs 51 a 58 serão dadas respostas por escrito.

Pergunta n.º 43, de **Emmanouil Angelakas** (H-0810/08)

Assunto: A Europa: uma região muito atractiva para investigadores

De acordo com dados estatísticos, a União Europeia produz mais licenciados em ciências exactas do que os Estados Unidos ou o Japão. Não obstante, estudos levados a efeito neste domínio evidenciam que a Europa não é capaz de manter este grande número de licenciados em ciências que partem para países terceiros. Este facto concita naturalmente apreensão particular, nomeadamente num momento em que a Europa aspira a tornar-se a economia baseada no conhecimento mais dinâmica do mundo.

Quais as principais causas que permitem explicar este fenómeno e quais as repercussões que o mesmo terá para a União Europeia? Dispõe a Comissão de dados relativos ao emprego de investigadores licenciados em cada Estado-Membro?

Janez Potočnik, *Membro da Comissão.* – (EN) Os investigadores estão no centro da produção, transferência e exploração de conhecimentos. São fundamentais para a Europa pôr em prática a quinta liberdade – a liberdade de circulação do conhecimento – e, com ela, dar forma à economia baseada no conhecimento.

A existência de recursos humanos para a investigação reflecte-se bem no número de diplomados que saem das universidades. O objectivo fixado pelo Conselho da Educação em 2003 – aumentar em 15% o número de diplomados dos Estados-Membros e reduzir o desequilíbrio entre os sexos até 2010 – já foi alcançado. Em 2006, havia na UE-27 mais cerca de 200 000 diplomados em matemática, ciências e tecnologia do que em 2000.

É evidente que nem todos os diplomados que saem da universidade se dedicam à investigação. Outro aspecto a ter em conta na União Europeia é o facto de, devido a um investimento privado na investigação inferior ao dos outros continentes, o mercado para os investigadores na UE ser relativamente mais pequeno do que os mercados dos nossos concorrentes.

Além disso, é forte a competição para atrair e conservar os investigadores mais talentosos. Trata-se, antes de mais, de competição entre a investigação e outros sectores da economia. Mas existe igualmente competição entre países e regiões do mundo – em especial os Estados Unidos, mas também, cada vez mais, a China e a Índia.

Dentro em breve, a União Europeia verá gerações de investigadores que desenvolvem a sua actividade na Europa passarem à reforma, sem que haja a perspectiva da sua integral substituição. A situação agravar-se-á se os jovens não se sentirem atraídos por esta actividade. A questão que se coloca é a de saber se, a longo prazo, a Europa poderá manter-se e afirmar-se ainda mais como um pólo de investigação e desenvolvimento de craveira mundial.

O facto é que, na Europa, os investigadores ainda enfrentam sérios obstáculos, a par de uma considerável falta de oportunidades. Quando falo com investigadores na Europa, estes queixam-se de condições de trabalho e perspectivas de carreira pouco atractivas, de vínculos laborais muitas vezes precários e de contratos de curta duração. Acresce que muitos investigadores ainda têm uma formação que não os dota das aptidões necessárias numa economia baseada no conhecimento moderna. Estes elementos funcionam como desincentivo para os investigadores que gostariam de passar da academia para a indústria e vice-versa. Por último, a fragmentação estrutural do mercado de trabalho europeu dos investigadores dificulta a sua mobilidade transnacional na União Europeia, devido, nomeadamente, à ausência de processos de recrutamento abertos e baseados no mérito, a factores culturais e aos problemas com que os trabalhadores altamente móveis se vêem confrontados em domínios como a segurança social, a tributação e a transferibilidade de direitos a pensão complementar.

É, pois, mais do que tempo de a Europa intensificar os seus esforços no sentido de garantir a disponibilidade dos investigadores que serão necessários nos próximos anos. Foi precisamente com esse intuito que, no passado mês de Maio, a Comissão propôs uma parceria europeia para os investigadores: uma parceria com e entre os Estados-Membros, com um enquadramento bem direccionado, para realizar progressos rápidos na Europa em domínios determinantes para melhorar as carreiras e aumentar a mobilidade.

O Conselho respondeu favoravelmente a esta iniciativa, que está prestes a ser posta em prática, com base em planos de acção nacionais e na aprendizagem mútua. Estão igualmente previstos o acompanhamento factual dos progressos e a recolha de dados sobre mobilidade e padrões de carreira. Assim, embora

presentemente possuamos muito poucos dados, o nosso objectivo é obter as estatísticas mais fiáveis que o senhor deputado gostaria igualmente de obter. Dispomos de muitos outros dados, mas não exactamente desses dados concretos.

A Comunicação da Comissão sobre a parceira europeia para os investigadores está presentemente a ser apreciada neste Parlamento. A Comissão aguarda o parecer do Parlamento, que, esperamos, virá robustecer este esforço comum em prol do futuro da investigação na Europa.

Emmanouíl Angelakas (PPE-DE). - (EL) Senhor Presidente, agradeço ao Senhor Comissário a resposta que me deu. Tenho uma pergunta complementar sobre o 7.º Programa-Quadro de Investigação, que tem um pacote de 54 milhões de euros. Depois de 18 meses de aplicação do 7º Programa-Quadro, Senhor Comissário, tem alguns dados sobre a sua evolução, e pode dizer-nos quais são os países que apresentam uma taxa de absorção satisfatória, quais são os principais problemas que se apresentam, e se a Comissão tenciona elaborar um relatório de progresso sobre este quadro de financiamento?

Paul Rübzig (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, a atractividade para os investigadores depende também, naturalmente, dos rendimentos líquidos que auferem. Estamos a trabalhar com o Senhor Comissário Kovács para elaborar uma proposta que permita aos investigadores não pagarem impostos sobre os seus rendimentos e que garanta que as doações a organizações de investigação também sejam isentas de impostos ou possam ser consideradas despesas de operação? Já existe um sistema deste tipo nos Estados Unidos. Não seria possível realizar um estudo comparativo de modo a que também possamos oferecer incentivos nesta área?

Gay Mitchell (PPE-DE). - (EN) Gostaria de perguntar ao senhor Comissário, agora que ele está a debruçar-se sobre estas questões e a ouvir o Parlamento, se ele tenciona voltar à questão da investigação ética e dos investigadores éticos. Já é inquestionável que a destruição de embriões deixou de ser necessária e que há muitos outros caminhos a explorar. Tenciona o senhor Comissário começar a investir nesses caminhos alternativos, para que possamos retomar uma base de investigação perfeitamente ética na União Europeia?

Janez Potočnik, Membro da Comissão. - (EN) Gostaria de começar por dizer que estamos, naturalmente, a acompanhar todos os dados, bem como tudo o que diz respeito ao programa-quadro. Estes elementos encontram-se disponíveis e podemos fornecer os dados ao senhor deputado.

Temos ainda relatórios de acompanhamento regulares, que estão previstos até ao final do ano, estando igualmente previsto um relatório de progresso – creio que no final de Maio de 2009. Mas o relatório de progresso é muito mais completo: apresenta ideias para a nossa actuação futura. Parte da aplicação lógica do programa-quadro consiste em acompanhar o que se faz e os projectos em que se está a investir ou a gastar os fundos.

No que respeita às receitas livres de impostos: sempre fui a favor da utilização dos instrumentos susceptíveis de estimular a ciência e a investigação, incluindo receitas livres de impostos. Um dos problemas que se nos coloca nesta difícil situação de crise consiste em encontrar uma forma de estimular a investigação e o desenvolvimento, para não nos encontrarmos na mesma situação que as empresas. Devido às pressões que sofrem, as empresas considerarão certamente a possibilidade de reduzir o investimento em investigação e desenvolvimento.

Este é um dos caminhos possíveis, mas devemos estar cientes de que temos um Pacto de Estabilidade e Crescimento flexível que temos de respeitar e de que a situação não é seguramente a mesma em todos os Estados-Membros. Os Estados-Membros têm diferentes tipos de exercícios, que estabeleceram nos bons tempos, quando as economias estavam mais fortes.

Por último, o senhor deputado fez uma pergunta sobre a abordagem ética, que foi igualmente referida noutra pergunta. Penso que investimos realmente muito para alcançar um acordo que servisse de base à nossa abordagem ética da ciência e da investigação, também no âmbito dos programas-quadro. O consenso é difícil. Nos Estados-Membros da União Europeia existem diversas perspectivas, e podemos orgulhar-nos de ter estabelecido algo como procedimentos éticos claros, que, na realidade e na prática, estão a dar provas de que se baseiam numa ética genuína.

Bernd Posselt (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, gostaria de pedir desculpas. Costumo ser bastante pontual mas a pontualidade tem sempre duas facetas e este período de perguntas estava atrasado. Por conseguinte, eu estava na reunião do grupo e, logo que vi no ecrã que o Senhor Comissário Potočnik ia começar, vim a correr e cheguei no segundo exacto em que ele começou. Peço-lhe o favor de reintroduzir a minha pergunta

n.º 42, porque cheguei à sessão plenária no segundo exacto em que o Senhor Comissário Potočnik foi chamado. Talvez não me tenha visto, mas eu vim a correr.

Presidente. - Senhor Deputado Posselt, já tínhamos notado que tinha chegado, ainda que ligeiramente atrasado. É óbvio que não é responsável por este atraso, que é amplamente justificado, e a Mesa pretendia, entretanto, seguir a ordem das perguntas, passando para a pergunta seguinte. Todavia, faremos tudo para que a sua pergunta receba resposta durante este período de perguntas.

Pergunta n.º 44, de **Seán Ó Neachtain** (H-0820/08)

Assunto: Financiamentos destinados às tecnologias ecológicas

No clima de crise económica e de grande insegurança em termos energéticos em que actualmente se vive, os cidadãos voltam-se para a União Europeia à procura de orientação. Está na hora de a União Europeia e os seus Estados-Membros aumentarem o nível do apoio e dos financiamentos que concedem à inovação e à tecnologia. Temos de espalhar a mensagem por toda a UE de que podemos estar na vanguarda da tecnologia ecológica a nível mundial, se agirmos agora — e não depois. O desafio de alterações climáticas constitui uma oportunidade para os investidores, o sector da Investigação e Desenvolvimento, os negócios e a criação de emprego!

Poderá a Comissão Europeia apresentar os actuais e futuros planos para o financiamento de investimentos nas tecnologias ecológicas, ao abrigo do 7º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico?

Janez Potočnik, *Membro da Comissão.* – (EN) A Comissão apoia sem reservas a análise efectuada pelo senhor deputado na sua pergunta oral.

Estamos na vanguarda da tecnologia verde e precisamos de manter e reforçar esta posição. Além disso, esta posição fortalece o papel preponderante da UE nos fóruns internacionais em matéria de luta contra as alterações climáticas. Com o Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, a União Europeia está da – e o Parlamento desempenhou plenamente o seu papel no que respeita ao seu resultado – para mobilizar fundos da UE para investigação e desenvolvimento em apoio do desenvolvimento de novas tecnologias verdes.

A Comissão está a envidar esforços significativos para tirar o máximo partido deste Programa-Quadro. Duas das iniciativas tecnológicas comuns já adoptadas são inteiramente consagradas às tecnologias verdes: a “Clean Sky”, com uma contribuição comunitária de 800 milhões de euros, e a “Pilhas de Combustível e Hidrogénio”, com uma contribuição de 450 milhões de euros da Comunidade Europeia.

Com o Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas (Plano SET) estamos firmemente apoiados pelo Parlamento e pelo Conselho. A Comissão lançou um processo que reforçará a eficácia das despesas com investigação e desenvolvimento no domínio da investigação energética. O Plano SET é consagrado às tecnologias verdes. Propõe a execução de seis novas iniciativas industriais europeias prioritárias (orientadas pela indústria: energia eólica, energia solar, captura, transporte e armazenamento de CO₂, redes de electricidade, bioenergia e cisão sustentável) e a criação da Aliança Europeia de Investigação Energética (programas orientados pela investigação).

O Programa Comunitário para a Energia no âmbito do Sétimo Programa-Quadro constitui o principal instrumento disponível a curto prazo para apoiar a execução destas acções. Mas é seguramente preciso mais do que o esforço isolado da UE. Por esse motivo, o programa comunitário deve ser utilizado como catalisador de acções dos Estados-Membros e, naturalmente, do sector privado. Para tal, é necessário ajustar a abordagem: mais do que co-financiar projectos, é efectivamente necessário dirigir e criar condições para a realização de um esforço comum através de uma programação comum.

Analisando os programas de trabalho dos três primeiros anos de aplicação do Sétimo Programa-Quadro, a Comissão estima que 37% dos trabalhos que beneficiaram de financiamento para I&D incidem em tecnologias verdes. Quarenta por cento do orçamento afectado após os convites à apresentação de propostas de 2007, sob a rubrica Programas Específicos “Cooperação”, apoiam igualmente I&D no âmbito das tecnologias verdes.

Para poder acompanhar o contributo do Sétimo Programa-Quadro para o desenvolvimento sustentável em geral e para as tecnologias verdes em especial, a Comissão está a criar um sistema de acompanhamento que deverá estar operacional no primeiro semestre do próximo ano.

Na sua Comunicação intitulada “Da crise financeira à retoma: Um quadro de acção europeu”, adoptada em 29 de Outubro deste ano, a Comissão sublinha igualmente a importância do investimento em I&D e na

educação, bem como a importância do aprofundamento da dimensão ecológica da economia da União Europeia para reforçar a sua competitividade.

Em termos mais gerais, importa notar que, para além dos fundos e das actividades do Sétimo Programa-Quadro, existe na UE toda uma série de iniciativas políticas e de programas de apoio relacionados com as tecnologias compatíveis com o ambiente, como é o caso do Plano de Acção sobre Tecnologias Ambientais, do Plano para a Competitividade e a Inovação e, mais recentemente, a iniciativa em prol dos mercados-piloto na Europa e o Plano de Acção para uma Produção e um Consumo Sustentáveis.

A Comissão espera que, com estes elementos de resposta, o senhor deputado fique convencido de que estamos efectivamente empenhados em mobilizar fundos do Sétimo Programa-Quadro para aprofundar a dimensão ecológica da nossa investigação e das nossas economias.

Seán Ó Neachtain (UEN). - (GA) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao senhor Comissário a sua resposta abrangente.

Relativamente à investigação marinha, à investigação dos mares e oceanos e à tecnologia e ciência marinhas, há ajuda disponível ao abrigo do Sétimo Programa-Quadro da União Europeia para a investigação marinha e tecnologia marinha previstas no programa?

Janez Potočnik, Membro da Comissão. - (EN) A resposta é, obviamente, afirmativa. Ainda ontem discutimos na Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia esta actividade específica, consagrada às questões marinhas e marítimas. Queremos realizar mais progressos neste domínio, porque a situação é extremamente complexa. A questão dos oceanos é extremamente complexa, mas a nossa vida, a forma como vivemos, também influencia os ecossistemas marinhos. Este tema merece especial atenção, atenção, que se deve traduzir numa nova organização do sistema de investigação neste domínio: é necessário reunir os investigadores marinhos e marítimos, e combinar os esforços dos Estados-Membros de uma forma diferente da actual. Esta é uma nova forma de pensamento, a que podemos chamar “pensamento-piloto” no contexto da programação comum, que eu já referi. É evidente que, no futuro, esta questão continuará a merecer a nossa atenção.

Presidente. - Senhoras e Senhores Deputados, temos de lidar com as consequências da inversão introduzida no período de perguntas, tentando respeitar todos e concedendo a todos a oportunidade de formularem as suas perguntas. Para tal, tentaremos abordar todas as restantes perguntas, mas depois de o Senhor Comissário dar uma resposta apenas poderei conceder o uso da palavra ao autor da pergunta. Não serão aceites outros pedidos para intervir, porque isso impediria que alcançássemos o nosso objectivo.

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, bem sei que acabo de chegar, mas tenho estado a acompanhar a sessão pelo ecrã numa reunião muito importante do grupo, e pergunto-me por que não havemos de fazer uma coisa de cada vez. Não posso mesmo ficar. Vim precisamente para o momento em que seria a vez da minha pergunta, e agora não estão a respeitar a ordem. Peço encarecidamente, Senhor Presidente, que a ordem seja respeitada.

Presidente. - Senhora Deputada Doyle, não estou a alterar a ordem. Lamentavelmente, ocorreu um incidente de que o senhor deputado Posselt não é responsável. Dado que o horário previsto para abordar um grupo de perguntas foi alterado para os Senhores Comissários, o senhor deputado Posselt chegou 30 segundos atrasado. Vou, por isso, voltar à pergunta formulada pelo senhor deputado Posselt, após o que passaremos de imediato para a pergunta da senhora deputada Doyle.

Pergunta n.º 42, de **Bernd Posselt** (H-0795/08)

Assunto: Clonagem

A Comissão está actualmente a realizar um debate de fundo sobre a clonagem. Que objectivo visa esse debate e quais são as principais bases em que o debate assenta?

Janez Potočnik, Membro da Comissão. - (EN) Este é, decerto, um domínio difícil e complexo. O debate sobre clonagem na Comissão referiu a utilização de uma tecnologia designada transferência nuclear somática (SCNT), mencionando especificamente a reprodução de animais de exploração e a forma de lidar com alimentos produzidos a partir destes animais clonados e dos seus descendentes.

No caso da utilização desta técnica de clonagem para a reprodução de gado e para a reprodução no sector agro-alimentar, as questões prendem-se, especialmente, com a saúde e o bem-estar dos animais. No caso da

segurança dos alimentos obtidos a partir de animais clonados e dos seus descendentes, as questões prendem-se, especialmente, com eventuais riscos para a saúde humana e com o direito dos consumidores à informação.

O debate não abrange a utilização da SCNT na investigação. A Comissão tem vindo a acompanhar o desenvolvimento da SCNT desde 1996, ano em que nasceu o primeiro mamífero clonado, a ovelha Dolly. Em 1997, a Comissão solicitou ao Grupo de Consultores sobre as Implicações Éticas da Biotecnologia que emitisse um parecer sobre a ética da clonagem.

Em 2004, no âmbito do Sexto Programa-Quadro, a Comissão financiou o projecto “Clonagem em Público”. Isto permitiu que fosse lançado um debate à escala da UE, que constitui a primeira oportunidade de discutir com os meios académicos e com a sociedade civil os aspectos éticos e jurídicos, bem como outros aspectos sociais, da clonagem de animais. O estudo concluiu que o público não está bem informado acerca da utilização e das implicações da clonagem. Em 2007, o Centro Comum de Investigação publicou na *Nature Biotechnology* um estudo sobre as perspectivas de utilização comercial da tecnologia de clonagem. O estudo fazia o ponto das aplicações comerciais da clonagem de animais em todo o mundo e indicava uma série de produtos a ser lançados, bem como a data estimada para a sua colocação no mercado. O estudo concluiu que os animais clonados só deverão chegar ao mercado comunitário em 2010 e que o material de reprodução – sêmen – de animais clonados poderá ser o primeiro produto a ser comercializado.

Nos últimos anos, a Comissão recebeu informações segundo as quais a tecnologia de transferência nuclear somática para a reprodução de animais de exploração está prestes a entrar na fase comercial em países terceiros, nomeadamente nos Estados Unidos. Com base na avaliação final de riscos, um relatório elaborado pela *Food and Drug Administration* dos EUA e divulgado em Janeiro de 2008 concluiu que o consumo de produtos obtidos a partir de animais clonados e da sua progenitura é seguro, desde que os alimentos provenham de animais saudáveis, o que constitui um princípio geral da segurança dos alimentos. Só animais saudáveis entram na cadeia alimentar.

Para se preparar para um debate político informado, em 2007, a Comissão solicitou à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) que avaliasse os riscos efectivos e potenciais inerentes à utilização desta tecnologia na produção de alimentos e ao Grupo Europeu de Ética (EGE) que emitisse um parecer sobre os aspectos técnicos da clonagem de animais para a produção de alimentos. O Grupo emitiu o seu parecer em Janeiro de 2008, enquanto a Autoridade transmitiu a sua avaliação em Julho de 2008. Segundo a EFSA, e com base nos conhecimentos actuais, não há qualquer indicação de que existam diferenças, em termos de segurança dos alimentos, entre os produtos alimentares obtidos a partir de animais clonados saudáveis e da sua progenitura e os obtidos a partir de animais saudáveis reproduzidos de forma convencional. No que respeita às condições gerais de saúde dos animais clonados, a avaliação da EFSA considera não haver qualquer indicação de efeitos adversos para a progenitura reproduzida sexualmente de bovinos ou suínos clonados. No entanto, os animais clonados e a sua progenitura ainda não foram estudados durante todo o seu ciclo de vida natural.

Presentemente, o EGE não encontra argumentos suficientemente fortes para justificar a produção de alimentos a partir de animais clonados e da sua progenitura.

A Comissão solicitou igualmente a realização de um inquérito Eurobarómetro sobre a atitude dos europeus em relação à clonagem de animais. Os resultados do inquérito ficaram disponíveis em Outubro de 2008. O estudo revelava que 58% dos inquiridos eram contra a clonagem com vista à produção de alimentos.

A Comissão está agora a apreciar cuidadosamente todos estes elementos, a fim de preparar um debate político informal sobre a utilização da transferência nuclear somática para a reprodução de animais de exploração e para a produção de alimentos. No caso de ser considerado necessário alargar o quadro regulamentar, importa lembrar que as novas disposições terão de ser conformes às regras do Tratado CE e da Organização Mundial de Comércio.

Bernd Posselt (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, eu gostaria de agradecer ao Senhor Presidente pela sua generosidade e ao Senhor Comissário pela sua resposta positiva. Só tenho uma pergunta. Pode a Comissão declarar em definitivo que a clonagem de seres humanos, seja em que forma for, não faz nem fará parte desta estratégia?

Janez Potočnik, Membro da Comissão. - (EN) De acordo com as regras que aplicamos actualmente, essa possibilidade está excluída. As regras que aplicamos não permitem, de forma alguma, que seja realizada investigação com vista à clonagem de pessoas.

Presidente. - Pergunta n.º 45, de **Avril Doyle** (H-0827/08)

Assunto: Conselho Europeu de Investigação

O Conselho Europeu de Investigação (CEI) foi oficialmente lançado em 27/28 de Fevereiro de 2007, aquando de uma conferência inaugural organizada em Berlim pela Presidência alemã do Conselho da UE. Um dos seus objectivos consiste em promover a investigação de fronteira inteiramente realizada por iniciativa dos investigadores, ou «da base para o topo».

Poderá a Comissão esclarecer o que se entende por investigação de fronteira inteiramente realizada por iniciativa dos investigadores, ou «da base para o topo»? Que progressos foram até à data realizados nesse domínio?

Janez Potočnik, *Membro da Comissão.* – (EN) Sobre este ponto serei breve. A abordagem da investigação por iniciativa dos investigadores adoptada pelo Conselho Europeu de Investigação conduz ao financiamento de projectos nas fronteiras do conhecimento executados por investigadores no âmbito de temas da sua escolha, em qualquer domínio científico. Os investigadores têm, portanto, liberdade de escolha.

Ao apoiar “investigação nas fronteiras do conhecimento”, o Conselho Europeu de Investigação coloca a ênfase em projectos de investigação interdisciplinares e pioneiros.

Até agora – e estou a falar de progressos –, o Conselho Europeu de Investigação lançou dois convites à apresentação de propostas, aos quais a comunidade científica respondeu entusiasticamente. Expressivamente, foram apresentadas 9 167 propostas de jovens investigadores em resposta ao convite à apresentação de propostas para subvenções de arranque como investigadores independentes publicado no ano passado e mais de 2 000 propostas em resposta ao convite à apresentação de propostas para subvenções para investigadores avançados publicado este ano. Este elevado nível de participação demonstra que o Conselho Europeu de Investigação é muito apelativo e confirma que o financiamento da investigação nas fronteiras do conhecimento numa abordagem ascendente responde a uma necessidade urgente da Europa.

A Comissão está persuadida de que, a longo prazo, este investimento em investigação nas fronteiras do conhecimento contribuirá substancialmente para melhorar a nossa sociedade baseada no conhecimento e a nossa capacidade de inovação em investigação.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) À luz do objectivo da Presidência francesa de estabelecer um processo de governação para o Espaço Europeu da Investigação (EEI) até ao final de 2009, pode a Comissão especificar que medidas tenciona tomar, em cooperação com os Estados-Membros e o Parlamento, para aplicar metodologias de avaliação de ciência política que garantam opções políticas baseadas em factos para a ciência e a investigação e desenvolvimento na UE?

Com o anúncio da “Visão 2020” para o Espaço Europeu da Investigação, aprovada pela Presidência francesa, pelo Conselho e pela Comissão, que progressos estão a ser feitos no domínio da governação no EEI?

Janez Potočnik, *Membro da Comissão.* – (EN) Para ser franco, esta pergunta não é linear. Pensamos que é importante chegarmos a acordo com os Estados-Membros em relação à “Visão 2020”, porque isso nos poupará longos debates acerca daquilo que queremos fazer na Europa. Não termos de repetir incansavelmente para onde vamos: é essa a ideia. Naturalmente, o debate não é novo: a ideia foi lançada com um Livro Verde em 2000. Penso que a ideia é excelente, sobretudo para a nova realidade que vivemos.

A estrutura e a governação do EEI são extremamente importantes, e é por isso que temos de ser pacientes. É evidente que não seremos bem-sucedidos se os Estados-Membros não assumirem o comando. Quando falamos no Espaço Europeu da Investigação e nos incentivos a este Espaço, não nos referimos tanto ao reforço dos fundos a nível europeu como a formas de melhorar a cooperação – algo que é parte integrante do enquadramento institucional de alguns dos nossos principais competidores, como os Estados Unidos, com os quais nos queremos comparar. Queremos, pois, um compromisso voluntário dos Estados-Membros que nos permita cooperar mais e melhor do que actualmente.

No que respeita às metodologias de ciência política, tudo isto faz parte do debate em que estamos concentrados. Penso que esta questão terá de ser tratada, mas não posso aprofundá-la. Sei que a abordagem do EEI é, no essencial, uma das coisas de que a Europa mais necessita actualmente.

Presidente. - Pergunta n.º 46, de **Gay Mitchell** (H-0833/08)

Assunto: Exame ético do financiamento para investigação a título do 7.º PQ

As regras para a apresentação de propostas e processos conexos de avaliação, selecção e concessão (COM(2008)4617) no âmbito do Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (7.º PQ 1982/2006/CE) determinavam claramente o não financiamento de actividades de investigação que implicassem a destruição de embriões. Entende a Comissão que o exame ético dos projectos propostos tem permitido aplicar essa política?

Janez Potočnik, *Membro da Comissão.* - (EN) A avaliação ética da investigação financiada no âmbito do Sétimo Programa-Quadro é um sistema que garante a protecção dos direitos fundamentais e o respeito dos princípios éticos.

No caso da investigação que utiliza células estaminais embrionárias humanas, o processo é composto por cinco etapas, incluindo a avaliação científica, a análise e a avaliação ética, a aprovação da investigação proposta pelas comissões de ética nacionais/locais e a apresentação das propostas a um comité de regulamentação, e isto incide sobre cada projecto.

Em Julho de 2007, o Grupo Europeu de Ética emitiu um parecer dirigido à Comissão sobre a avaliação ética dos projectos de investigação no âmbito Sétimo Programa-Quadro que utilizam células estaminais embrionárias humanas.

Ao seguir as etapas supramencionadas, a Comissão considera que o mecanismo de avaliação ética existente foi bem-sucedido na aplicação das disposições comunitárias pertinentes. Nomeadamente, todas as actividades de investigação que implicam a destruição de embriões humanos estão excluídas do âmbito do financiamento comunitário, não tendo sido financiadas propostas de investigação neste domínio ao abrigo do Sétimo Programa-Quadro.

A avaliação ética destina-se a verificar que não é concedido financiamento comunitário a actividades de investigação que impliquem a destruição de embriões humanos. Nessa medida, é parte integrante da execução global do Programa-Quadro.

Gay Mitchell (PPE-DE). - (EN) Pode o Senhor Comissário informar o Parlamento se o Programa-Quadro pode financiar trabalhos de investigação que utilizem embriões humanos destruídos antes do início da investigação, ou esta é apenas uma questão semântica e nós estamos aqui a brincar com as palavras?

Volto à pergunta colocada anteriormente, solicitando mais pormenores. Tenciona o Senhor Comissário tomar medidas para garantir que é feito todo o possível para considerar essa forma de investigação, que não levanta as mesmas questões éticas e pode dar os mesmos, ou mesmo melhores, resultados?

Marco Cappato (ALDE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a minha preocupação é oposta à manifestada pelo senhor deputado Mitchell. É obviamente permitida a investigação em linhas de células já extraídas. O problema, do meu ponto de vista, é que os obstáculos que se levantam são tão grandes que este tipo de investigação se vê penalizado por razões que são, à luz destas, éticas, mas que na verdade não o são.

Gay Mitchell (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, o senhor afirmou que apenas aceitaria perguntas à Comissão colocadas pelos autores das perguntas. Só depois as pessoas podem intervir; por que razão não apresentam as suas próprias perguntas sobre estes temas? Tem de respeitar as regras de forma coerente, Senhor Presidente.

O senhor disse que não permitiria que ninguém, a não ser a pessoa que apresentou a pergunta, fizesse perguntas e a seguir permite que este senhor coloque uma pergunta relacionada com a minha. Se eu soubesse que podiam ser apresentadas perguntas deste tipo, ter-me-ia alongado muito mais sobre a questão que queria esclarecer.

A investigação não ética é perfeitamente desnecessária...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. - Senhor Deputado Mitchell, quando concedo o uso da palavra a um deputado para uma intervenção de 30 segundos, desconheço se este irá formular uma pergunta ou tecer uma observação sobre as perguntas já formuladas. De todas as formas, teve oportunidade, através da intervenção do senhor deputado

Cappato, de intervir em resposta. Penso que podemos todos considerar-nos satisfeitos e, agradecendo a paciência do Senhor Comissário Potočnik, vamos conceder-lhe a palavra para a sua última resposta.

Janez Potočnik, Membro da Comissão. – (EN) Viram como este debate é difícil quando falamos de questões éticas. A Europa é exactamente assim, e é essa a imagem que dá.

Para ser preciso, a investigação em células estaminais embrionárias humanas é autorizada em condições que foram acordadas e votadas no Parlamento Europeu e no Conselho. Realizámos um debate exaustivo e aprofundado, e o procedimento utilizado baseia-se – posso dizê-lo – numa abordagem realmente ética.

Já expliquei, na introdução, as medidas que tomámos e a forma como a decisão é tomada. Em primeiro lugar, necessitamos de uma avaliação científica. Em seguida, procede-se a uma avaliação ética a nível europeu e depois a uma avaliação ética ao nível de cada Estado-Membro. Se algum Estado-Membro estiver contra alguma coisa financiada no seu país, nós não a financiamos. Em seguida, o projecto desce ao comité, onde os Estados-Membros decidem sobre os projectos caso a caso.

Quando procedemos à avaliação científica, a primeira pergunta é: é possível atingir este objectivo com qualquer outro tipo de abordagem? E só se a resposta for “não” continuamos na outra direcção.

Normalmente, a esmagadora maioria dos cientistas pensa que se deve recorrer a uma combinação. No entanto, se olharem para a estrutura dos nossos programas, verificarão que a esmagadora maioria dos programas que financiamos são programas relacionados com a investigação de células estaminais de adultos. Isto é perfeitamente óbvio. Em suma, procuramos seguir as regras que foram acordadas e votadas por este Parlamento e que pensamos que, na prática, estão a funcionar bem.

Colm Burke (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, eu estava aqui às 18H15 para estas perguntas. A minha pergunta era a n.º 3 de uma sessão. Foram-lhe concedidos quinze minutos. Foram previstos trinta e cinco minutos para esta sessão. Penso que este sistema é injusto, permitindo que alguém que está aqui a tempo não veja a sua pergunta ser respondida, pelo que estou extremamente desapontado. Quero que a minha manifestação de contrariedade fique registada.

É extremamente frustrante vir aqui, chegar aqui a tempo, e constatar que há perguntas que são omitidas para dar lugar a perguntas de outras pessoas. Esta situação parece-me muito aborrecida.

Presidente. – Senhor Deputado Burke, compreendo a sua frustração, mas o tempo previsto para cada grupo de perguntas esta noite foi respeitado. Lamentavelmente, quando algumas perguntas são incluídas num período de perguntas e não recebem resposta, isto não depende, lamentavelmente, do Presidente, mas de uma casualidade que não posso remediar. A única oportunidade que tive obviamente, como pode verificar claramente, foi a de prolongar por alguns minutos o último grupo de perguntas, graças à disponibilidade e cortesia da Comissão. Mas não se subtraiu tempo algum aos outros grupos de perguntas.

As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

(A sessão, suspensa às 19H50, é reiniciada às 21H00)

PRESIDÊNCIA: ROURE

Vice-presidente

15. Composição das comissões e delegações : Ver Acta

16. Tendências demográficas - Impacto económico e social (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre as tendências demográficas - impacto económico e social.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. – (FR) Senhora Presidente, cara Martine Roure, uma vez que vamos ser chamados, para nossa grande infelicidade, a passarmos uma parte da noite juntos, tentarei resumir, em nome da Comissão e dirigindo-me também ao Senhor Comissário Potočnik, o que pensa o Conselho sobre as tendências demográficas e o seu impacto económico e social.

Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o envelhecimento da população, isto é, o aumento da percentagem de pessoas idosas, é, antes de mais, resultado dos progressos económicos, sociais e médicos consideráveis que oferecem aos Europeus a possibilidade de viverem longas vidas num conforto de segurança sem precedentes na sua história. Mas trata-se também de um dos desafios mais importantes que a União terá de enfrentar durante os próximos anos.

Esse envelhecimento é resultado de quatro factores. Em primeiro lugar, o número de filhos por mulher é baixo, com um nível médio de 1,5 filhos na União, bem abaixo da taxa de substituição - que é ligeiramente superior a 2 (2,1) -, necessária para estabilizar a população.

O segundo factor é o do declínio de fecundidade nas décadas mais recentes, que se seguiu ao *baby-boom* do pós-guerra, provocando este o grande volume de população entre os 45 e os 65 anos.

Após ter aumentado oito anos desde 1960, a esperança de vida à nascença - e é este o terceiro factor - poderá continuar a aumentar mais cinco anos até 2050, ou mesmo mais.

O último factor é o de que a Europa, como sabem, está a acolher um fluxo de migrantes cada vez mais importante oriundos dos países terceiros. Em 2004, tivemos 1,8 milhões de imigrantes, ou seja, um fluxo mais importante na Europa do que nos Estados Unidos, relativamente à população total, mas essa imigração só em parte compensa os efeitos da fraca fecundidade e do alongamento da esperança de vida.

Assim, estamos perante uma situação em que a taxa de dependência, isto é, o número de pessoas com mais de 65 anos relativamente às que têm entre 15 e 64 anos, deverá duplicar e atingir mais de 50% até 2050, o que faz com que a União vá passar de 4 para apenas 2 pessoas em idade de trabalhar por cada pessoa com mais de 65 anos.

A alteração demográfica que acabo de descrever, considerando estes factores, é acompanhada de alterações sociais profundas que afectam a posição das famílias, e tudo isto se traduz num número crescente de pessoas idosas vivendo sozinhas e de pessoas muito idosas vivendo numa situação de dependência.

Como sabem, a maior parte destas questões releva da competência dos Estados-Membros. É o caso da política da família, dos sistemas de segurança social, da maior parte da política fiscal, e o Conselho, nestas condições, é de opinião que a Estratégia de Lisboa e o método aberto de coordenação constituem o quadro no âmbito do qual os Estados-Membros deveriam agir neste domínio, considerando a maioria deles que não deveria ser criada nenhuma estrutura nova.

Para o Conselho, o que parece verdadeiramente importante em matéria de linhas directrizes é que, para além de uma melhor conciliação entre vida profissional e vida privada, há que conseguir reequilibrar os papéis desempenhados pelas mulheres e pelos homens no seio dos lares e que dispor de uma melhor oferta de infra-estruturas de qualidade para a guarda das crianças e dos restantes dependentes a cargo.

Numa sociedade a envelhecer, a contribuição dos jovens assume toda a importância. Assim, há que intensificar os esforços com vista a atingir os objectivos de luta contra o desemprego dos jovens e de redução do abandono escolar precoce. Investir nas crianças, eis a primeira preocupação se queremos melhorar as perspectivas dos jovens.

Há que reconhecer também que a Europa está mais confrontada com um problema de reformas do que com um problema de envelhecimento, embora estas tendências pesadas sejam preocupantes e, sem finanças públicas sãs, fosse impossível fazer face a todas as consequências do envelhecimento demográfico.

O que quer dizer que devemos prestar uma atenção muito especial à viabilidade dos regimes de reforma e prosseguir as reformas iniciadas com vista à sua consagração e modernização, nos termos, aliás, da estratégia em vigor no seio da União. Temos também de encorajar os trabalhadores mais idosos e manterem-se a trabalhar, nomeadamente através dos adequados incentivos.

O Conselho está também plenamente consciente do conjunto destes desafios e, nesse sentido, fez seu um parecer do Comité da Protecção Social sobre as perspectivas e os desafios das alterações demográficas na Europa. O Conselho adoptou igualmente, no passado dia 30 de Maio, conclusões sobre a importância das políticas adaptadas às necessidades das famílias, estabelecendo assim uma série de iniciativas em prol do apoio às políticas da família.

Foi neste contexto que se realizou, no passado dia 18 de Setembro, por iniciativa da Presidência francesa, uma reunião informal dos Ministros responsáveis pela família, que se articulou em torno da guarda das

crianças, de forma a conseguir uma melhor conciliação entre vida familiar e vida profissional, e de protecção da criança na Internet.

Para concluir, o Conselho convida a Comissão, em particular, a considerar o primeiro fórum sobre o futuro demográfico europeu, que se realizou em Bruxelas nos passados dias 30 e 31 de Outubro, como ponto de partida para um diálogo estruturado e sustentável, tanto nos Estados-Membros como entre eles, e a dar o seu apoio aos locais pertinentes onde reflectir sobre as melhores estratégias que permitam dar resposta às consequências das alterações demográficas.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, posso demorar um pouco mais, mas prometo compensar na segunda resposta.

O pedido do Parlamento de uma declaração do Conselho e da Comissão sobre as tendências demográficas vem na altura certa. Nesta sexta-feira, os serviços da Comissão apresentarão o seu segundo relatório sobre demografia – a tempo para o Fórum Demográfico Europeu, em 24 e 25 de Novembro.

A União Europeia está a sofrer uma profunda transformação demográfica. Em todos os Estados-Membros, a esperança de vida aumentou e a taxa de natalidade diminuiu, em resultado do progresso científico, económico e social. Os europeus vivem hoje vidas mais longas e mais saudáveis do que os seus antecessores, e podemos esperar que a esperança de vida aumente ainda mais.

O envelhecimento da população europeia já não é uma perspectiva abstracta para um futuro distante. A explosão demográfica começou há 60 anos, e os primeiros frutos dessa explosão estão a aproximar-se da idade da reforma. A evolução demográfica da União Europeia atingiu, pois, um ponto de viragem. A partir de agora, o número de pessoas com 60 ou mais anos de idade aumentará em dois milhões todos os anos, durante os próximos 25 anos.

Entretanto, a taxa de crescimento da população em idade activa está a descer a bom ritmo, para chegar a um crescimento nulo daqui a cerca de seis anos. Hoje, nos 27 Estados-Membros, há quatro pessoas em idade activa – entre 15 e 64 anos – por cada pessoa com 65 anos ou mais. Em 2060, este rácio será de dois para um.

Há quem considere o envelhecimento uma ameaça e pinte um quadro negro de conflito entre as gerações. Mas a evolução demográfica não tem de ser uma ameaça, se olharmos para as oportunidades que ela nos oferece. Viver uma vida mais longa e mais saudável pode significar mantermo-nos activos durante mais tempo. A maior parte das pessoas nascidas durante a explosão demográfica são mais bem educadas e possuem melhor formação do que as gerações anteriores. Essas pessoas ainda se sentem bem e de boa saúde.

Estou persuadido de que a evolução demográfica oferece a oportunidade de uma maior solidariedade entre as gerações. Mas estou igualmente convencido de que esta mudança de atitude não se fará espontaneamente. A sociedade terá de explorar melhor as capacidades de todas as gerações e de dar a todas as pessoas a oportunidade de desenvolver plenamente as suas potencialidades. Isto significa que temos de modernizar as nossas políticas sociais, aproximando-as da nova agenda que a Comissão adoptou em Julho. A nova agenda social identificou o envelhecimento da sociedade europeia como domínio de acção prioritário e recomendou uma série de respostas políticas. O nosso objectivo consiste em ajudar os Estados-Membros a tirar o máximo partido das possibilidades e a gerir eficazmente o impacto de uma sociedade que envelhece.

As abordagens e recomendações enunciadas na Comunicação da Comissão intitulada “O futuro demográfico da Europa – Transformar um desafio em oportunidade”, de 2006, permanecem válidas. Essa comunicação expressava confiança na capacidade da Europa para se adaptar à evolução demográfica. Simultaneamente, sublinhava a necessidade de actuar em cinco domínios-chave: promover a renovação demográfica na Europa, criando as condições para os nossos concidadãos satisfazerem o seu desejo de ter filhos, nomeadamente facilitando a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal, promover o emprego na Europa, garantindo a criação de mais e melhores empregos, e a possibilidade de as pessoas trabalharem mais tempo, a fim de reforçar o equilíbrio entre a população activa e a população não activa, promover uma Europa mais produtiva e mais dinâmica, optimizando as competências em todas as idades, aceitar e integrar migrantes na Europa, atraindo trabalhadores estrangeiros qualificados e não qualificados, e facilitando a sua integração, a fim de atenuar a escassez de mão-de-obra, assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, consolidando orçamentos e reformando os sistemas de protecção social, para, futuramente, garantir uma protecção social e serviços públicos adequados.

A Estratégia de Lisboa cobre as respostas políticas mais importantes, mas está mais centrada na questão demográfica do que no longo prazo. Por esse motivo, a Comissão propôs instrumentos adicionais, sob a forma de relatórios bienais sobre a situação demográfica da Europa e fóruns demográficos bienais.

O relatório de 2008 irá concentrar-se nas potencialidades da geração nascida durante a explosão demográfica. Um número cada vez mais importante de pessoas com mais de 60 e de 70 anos irá, provavelmente, querer continuar a desempenhar um papel activo na vida social e económica.

As taxas de emprego das pessoas mais velhas subiram nos últimos anos, invertendo a tendência para uma reforma cada vez mais precoce. Mas é necessário fazer mais: quando atingem os 60 anos, apenas 40% dos homens e 30% das mulheres estão ainda empregados. No entanto, a maior parte das pessoas desse grupo etário está ainda perfeitamente capaz de contribuir para a economia e para a sociedade. A geração da explosão demográfica, que agora envelhece, pode ainda dar um importante contributo para a sociedade na prestação informal de cuidados e no voluntariado. O seu contributo merece ser reconhecido e apoiado por políticas públicas. É crucial para garantir que um número crescente de idosos possa viver de forma independente durante o máximo de tempo possível.

Um objectivo central dos fóruns demográficos consiste em promover a aprendizagem mútua com base em boas práticas entre os Estados-Membros. O próximo Fórum Demográfico Europeu – que se realizará em Bruxelas em 24 e 25 de Novembro – irá concentrar-se nas políticas para a família e no envelhecimento activo. Este fórum constituirá uma oportunidade para avaliar em que medida os Estados-Membros estão preparados para a evolução demográfica e para identificar as melhores oportunidades para tomar novas medidas.

No início do próximo ano, a Comissão apresentará uma actualização das implicações da evolução demográfica para a futura despesa pública, nomeadamente nos domínios das pensões, da saúde e dos cuidados de longa duração, baseada nas novas projecções do Eurostat para a população.

Para concluir, quero salientar que incumbe aos Estados-Membros desenvolver as políticas mais adequadas para fazer face à evolução demográfica. Não obstante, a evolução demográfica é um desafio que todos enfrentamos. Os Estados-Membros podem aprender muito com os êxitos e os fracassos uns dos outros na resposta à evolução demográfica. É, aliás, por esse motivo que a Comissão encoraja um debate à escala europeia sobre a evolução demográfica e oferece uma plataforma para intercâmbio de experiências e aprendizagem mútua.

John Bowis, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhora Presidente, os dois discursos de abertura sublinharam, e muito bem, a longevidade como a evolução demográfica mais significativa. Isto significa, naturalmente, que as pessoas vivem mais tempo e, no essencial, com mais saúde; contudo, nos últimos anos das suas vidas, ficam mais fracas, física ou mentalmente.

Esta situação implicou um aumento muito substancial das doenças neurodegenerativas, cujo custo é muito elevado. Em muitos países, os medicamentos para a doença de Parkinson são mais caros do que os medicamentos para o cancro. A investigação britânica prevê que, em 2051, o número de pessoas com demência terá aumentado 154%.

Cuidados de longa duração: são necessários cada vez mais tarde. Antes, eram necessários quando as pessoas andavam pelos 70 anos. Agora são necessários quando as pessoas já passaram os 80 anos, e cada vez mais os 90, mas com um custo cada vez mais elevado para os indivíduos e para as famílias, com implicações nas suas poupanças.

O desafio consiste em garantir que a longevidade seja uma recompensa e não um castigo. Precisamos de reequacionar os nossos pressupostos sobre a idade; em vez de perguntarmos “Como vamos cuidar das pessoas?” devemos passar a perguntar “Como vamos promover uma velhice mais saudável?” Isto passa, naturalmente, por um estilo de vida mais saudável numa fase mais precoce da vida: sem tabaco, sem drogas, com um consumo moderado de álcool, com uma alimentação saudável, com exercício, mas também com gestão do stresse.

Vidas de trabalho flexíveis: tempo para o lazer e para a família. Isto passa pela preparação para a vida depois do trabalho, com idades de reforma flexíveis e com uma passagem gradual à reforma, como vi nos Países Baixos. Passa por um maior apoio social, sob formas novas e inovadoras, e por mais serviços domiciliários, para que as pessoas possam ficar nas suas casas durante mais tempo. Serviços e dispositivos que respondam a necessidades que estão a mudar.

Quando fez oitenta anos, a minha mãe precisou de uma telecopiadora para comunicar. Aos noventa, precisou de um elevador de escadas. Aos cem, precisou de estimulação, porque a sua audição, visão e mobilidade diminuíram. Mas mentalmente estava boa e precisava de ser protegida e estimulada para ter uma vida verdadeira e plana.

Jan Andersson, *em nome do Grupo PSE*. – (SV) Senhora Presidente, a tendência para haver cada vez menos trabalhadores e cada vez mais pessoas idosas poderia descrever-se como dramática; no entanto, o facto de sermos mais saudáveis na velhice é, simultaneamente, um avanço positivo.

Essa tendência coloca-nos, porém, vários desafios. Passo a descrever alguns deles. Nasceram actualmente menos crianças do que no passado. Disto isto, a situação varia muito entre os Estados-Membros. Podemos observar que o resultado é melhor nos Estados-Membros em que se estabeleceu um sistema que permite tanto ao pai como à mãe conciliarem a vida profissional com a parentalidade. Nesta matéria, devemos aprender uns com os outros.

Apesar do envelhecimento da nossa população, a tendência a longo prazo é para vidas de trabalho activo mais curtas, o que se deve quer ao facto de as pessoas começarem as suas carreiras profissionais mais tarde quer - com excepção dos últimos anos em que o desenvolvimento foi mais positivo - ao facto de as carreiras profissionais estarem a ficar mais curtas. Temos de fazer algo relativamente a estes dois aspectos do problema para tornar mais longas as vidas de trabalho activo e, acima de tudo, para encontrarmos soluções flexíveis antes de nos reformarmos.

Temos estado hoje a debater o cartão azul, mas devemos garantir que todas as pessoas que vieram para cá, oriundas de outras partes do mundo onde existe actualmente uma elevada taxa de desemprego, são integradas e entram no mundo do trabalho, incluindo as pessoas com deficiência e outros problemas. Temos de fazer tudo isto no quadro do processo de Lisboa, para podermos enfrentar esses desafios a longo prazo.

Marian Harkin, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhora Presidente, a discussão desta noite levanta muitas questões, mas eu queria concentrar-me apenas numa: cuidados e prestadores de cuidados.

Se tivermos a sorte de viver o tempo suficiente, muito provavelmente acabaremos por precisar de cuidados e, embora existam diferenças entre os Estados-Membros, muito provavelmente estes cuidados serão essencialmente informais.

Os prestadores de cuidados constituem os alicerces dos cuidados formais e sociais, bem como uma parte indispensável da prestação de cuidados de longa duração. Se queremos que os prestadores de cuidados continuem a prestar cuidados – e queremos –, as suas necessidades devem ser tidas em conta na definição das políticas sociais e de saúde.

Neste contexto, é com agrado que vejo que o sítio Web da DG SANCO tem uma pequena secção consagrada aos prestadores de cuidados, e não tenho dúvida de que tal é resultado da interpelação que o grupo de interesse dos prestadores de cuidados no Parlamento fez à DG SANCO no seu programa de trabalho anual.

No entanto, os prestadores de cuidado precisam de mais do que uma simples menção. Pensamos que é tempo de conceber um novo contrato social para a prestação de cuidados que vá mais longe do que o tradicional contrato entre o Estado e o indivíduo, e faça apelo a novos compromissos entre empregadores, agências locais e comunidades. Aliás, o recente acórdão do Tribunal de Justiça sobre discriminação por associação indica o caminho a seguir.

A prestação de cuidados não pode ser da responsabilidade exclusiva do prestador informal de cuidados ou do Estado-Membro. O sistema de cuidados informais sucumbirá se não obtiver o apoio adequado, mas uma abordagem centrada exclusivamente no Estado terá custos inacceptáveis. É por este motivo que precisamos deste contrato social alargado.

Por último, há na UE cerca de 100 milhões de prestadores de cuidados. Não são pagos, são subvalorizados e, em muitos casos, não são devidamente apoiados. Saúdo a menção no sítio Web da DG SANCO, mas este é apenas um primeiro passo. Pela sua dimensão, este é um problema europeu e qualquer acção terá de ser coordenada entre os Estados-Membros.

A política relativa aos prestadores de cuidados deve ser parte do trabalho da DG SANCO e também da DG Emprego e Assuntos Sociais.

Guntars Krasts, *em nome do Grupo UEN*. - (LV) Obrigado, Senhora Presidente. Os residentes na Europa estão a envelhecer! A acompanhar esta tendência, o aumento orgânico no número de habitantes pode tornar-se negativo, o que, em muitos Estados-Membros, já é uma realidade. O número de pessoas que trabalham comparativamente com o número de pensionistas está a decair em todos os Estados-Membros. A reduzida taxa de natalidade em simultâneo com uma maior esperança de vida e a imigração aumentam a pressão sobre as pensões de reforma, a protecção da saúde e os serviços sociais. Alguns Estados-Membros conseguiram, contudo, alterar a tendência demográfica negativa da Europa.

Nesses países, encontrou-se o equilíbrio entre vida pessoal e trabalho, o que permite aos pais educarem os filhos sem sacrificarem as suas carreiras e obterem benefícios económicos e sociais ligados à parentalidade. Não duvido que os Estados-Membros têm de encontrar as soluções económicas, sociais e culturais para combater o envelhecimento das suas populações. No entanto, há tarefas que devem passar para o nível da União Europeia. O mercado de trabalho da UE ainda esconde muitas reservas. Precisamos de assegurar que, no mercado interno, não existem barreiras à livre circulação de trabalhadores. Por mais complicado que isso seja, temos de regressar à liberalização do mercado de serviços, e de rever a directiva relativa a serviços adoptada. A implementação destas duas liberdades básicas ajudaria a equilibrar os défices financeiros criados pelo processo demográfico. É evidente que teríamos também de adoptar uma atitude não-discriminatória para com o género e a idade. Obrigado.

Jean Lambert, *em nome do Grupo Verts/ALE*. - (EN) Senhora Presidente, é interessante como frequentemente consideramos a queda da taxa de natalidade, etc., um problema. Não o é necessariamente, se significar que começamos a partilhar alguma da enorme riqueza que temos na União Europeia com pessoas oriundas de outros países e que começamos a ter em conta a inovação técnica e a forma como poderemos aumentar a produtividade e, talvez até, produzir menos daqueles bens desnecessários que, actualmente, congestionam a nossa vida e o nosso planeta.

Naturalmente, coloca-se igualmente a questão de utilizar da melhor forma a mão-de-obra potencial. É por esse motivo que as directivas antidiscriminação no domínio do emprego são fundamentais e que é essencial que os Estados-Membros as apliquem convenientemente. Importa igualmente ter em conta os obstáculos à reforma gradual e colocar perguntas como: Quais são as consequências para a pensão de uma redução das horas de trabalho? Quais são as consequências dessa redução para a vida das pessoas e para o seu acesso a benefícios?

Devemos ainda ter em conta a forma como a actual crise financeira está a afectar muitas das nossas ideias neste domínio. É provável que aumente o número de trabalhadores mais velhos que são despedidos, porque a legislação antidiscriminação não está a ser aplicada convenientemente, com todas as implicações para muitos deles que talvez nunca mais voltem a trabalhar.

Outros terão ainda mais dificuldade em encontrar o seu primeiro emprego ou em construir uma carreira que lhes garanta uma pensão digna: tudo isto são diferentes aspectos daquilo que acontece se as pessoas não trabalham durante um certo tempo. Há ainda a questão do desencanto dos jovens que não conseguem encontrar trabalho e para quem as coisas se tornam cada vez mais difíceis, bem como os problemas que muitos irão sentir quando os seus regimes de pensão privados ou profissionais não puderem pagar-lhes da forma que previam.

Precisamos, pois, de considerar a situação demográfica no contexto da crise actual e pensar na forma como vamos aproveitar esta oportunidade para melhorar a formação profissional. Devemos utilizá-la para ajudar as pessoas a melhorarem as suas competências, eventualmente para terem acesso a um trabalho fisicamente menos exigente – algo que vimos a dizer há já bastante tempo e que é necessário pôr em prática. Devemos procurar formas de aumentar as qualificações universitárias de uma série de pessoas que não teve oportunidade de estudar quando era jovem.

Temos agora a oportunidade de olhar para uma série de elementos que sabemos problemáticos e de começar a pensar seriamente como vamos fazer face à situação demográfica.

Pedro Guerreiro, *em nome do Grupo GUE/NGL*. - Gostaria de sublinhar que, em nossa opinião, o presente debate, ao invés de ser intitulado *tendências demográficas e impacto económico e social*, se deveria intitular *política económica e social e seu impacto nas tendências demográficas*.

As projecções das tendências demográficas de um país ou região não deverão ser dissociadas das políticas adoptadas nesse mesmo país ou região, pois estas integram os factores que determinam e condicionam a sua evolução demográfica.

Por exemplo, as projecções a 50 anos são feitas com base em pressupostos que deverão ser explicitados, entre eles as políticas económicas que determinam os cenários avançados. Isto é, face às projecções avançadas, o que deveria estar hoje em discussão eram as consequências para a evolução demográfica do desemprego, do aumento da precariedade laboral, da desregulamentação do horário de trabalho, de uma política monetária centrada na moderação e desvalorização dos salários. O que devia estar hoje em discussão eram as consequências da política de juros da União Europeia para milhares e milhares de famílias que contraíram empréstimo para aquisição de habitação, eram as consequências da liberalização e privatização dos serviços públicos, eram as consequências das baixas reformas e pensões para a autonomia e qualidade de vida de milhões de reformados e pensionistas. O que devia estar em discussão eram as políticas que promovem a centralização e concentração da riqueza e o aumento das desigualdades sociais.

No fundo, o que efectivamente está em discussão é o cumprimento ou não de direitos humanos, como o direito à alimentação, ao emprego, ao salário digno, à habitação, à saúde, ao ensino ou ao lazer.

Kathy Sinnott, em nome do Grupo IND/DEM. – (EN) Senhora Presidente, a Europa está a atravessar uma crise para a qual só encontraremos solução quando percebermos que fomos nós que a provocámos.

Na UE, matamos todos os anos mais de um milhão e meio de crianças que não chegam a nascer. Destruímos o nosso futuro e depois perguntamo-nos porque é que temos uma crise. Falamos de um problema de fertilidade, mas não é de um problema de fertilidade que se trata: é de uma recusa em deixar nascer milhões de bebés que são concebidos. Se não formos honestos a identificar o problema, não poderemos solucioná-lo. As soluções passam pelo respeito pela vida e pelo apoio à família, para que a vida encontre um ambiente propício. Se tomarmos medidas nesse sentido, poderemos começar a enfrentar o desafio demográfico. As melhorias não acontecerão do dia para a noite, mas estamos ainda a tempo de evitar uma catástrofe.

Deveríamos estudar atentamente o caso do Japão. Há duas décadas, era a segunda maior economia do mundo, e uma das mais avançadas. Em 2007, a população do Japão atingiu o seu máximo e começou a diminuir. Em 1995, doze anos antes de a população começar a diminuir, o Japão entrou em deflação, com o peso de uma demografia negativa a fazer-se sentir. A tendência deflacionária manteve-se. O Japão está 20 anos à frente da Europa nesta matéria, mas esteve também 20 anos à frente dos países europeus na legalização do aborto. Vamos atingir o ponto mais alto em 2015 – já daqui a 17 anos. Pergunto-me se a deflação em que estamos a entrar, em 2008, veio para ficar, sucedendo-se à crise do sector bancário uma crise demográfica que só terminará quando reaprendermos a respeitar a vida.

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhora Presidente, regozijo-me com o facto de o Conselho e a Comissão estarem a emitir uma declaração sobre o impacto económico e social das actuais tendências demográficas. Muitos políticos têm o mau hábito de pensar a curto prazo e de negligenciar as políticas a longo prazo. O nosso desafio demográfico constitui um problema crucial a longo prazo, que também requer soluções a longo prazo. A média de nascimentos nas mulheres da União Europeia é de 1,5, média demasiado baixa para substituir as actuais gerações. É também aí que reside o problema. Uma das opções é procurar encontrar uma solução a curto prazo, defendendo uma onda ainda maior de imigração proveniente de fora da Europa. Embora, em teoria, isto pareça uma boa solução, a realidade do dia-a-dia nas nossas grandes cidades é testemunho do fracasso total da laxista política de imigração ao longo dos passados 30 anos. Na Europa, o número de desempregados atinge os 20 milhões. Não obstante, a Comissão ainda gostaria de importar mais imigrantes. Ser-me-á lícito fazer notar que a percentagem de desemprego entre os imigrantes não-europeus é consideravelmente mais elevada do que entre os nativos dos Estados-Membros?

Falta de tempo impede-me de mencionar os problemas sociais, incluindo as perturbações sociais causadas pela imigração em grande escala. Do que necessitamos nos Estados-Membros é de políticas que apoiem as famílias jovens europeias no seu desejo de ter filhos. São necessárias nos Estados-Membros medidas fiscais que tornem mais atraente ter filhos. As estruturas de acolhimento de crianças deviam ser melhoradas e alargadas. Devíamos também ousar contemplar a introdução de um salário para os pais ou mães que ficam em casa, pelo facto de optarem por dedicar a maior parte do seu tempo à educação dos filhos.

Othmar Karas (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, saúdo este debate porque suscita a consciencialização e não o medo. Devemos agir agora, sem esperarmos por amanhã.

As alterações demográficas têm causas, consequências e desafios que incluem a diminuição dos níveis populacionais, menos pessoas com trabalho remunerado e a probabilidade de vivermos mais tempo. As crianças nascidas durante os próximos minutos poderão viver até aos 100 anos de idade. De facto, isto acontecerá com metade destas crianças. A população está a envelhecer e nós temos cada vez menos filhos. Isto está a provocar alterações dramáticas na estrutura etária e na estrutura populacional. Nesta Assembleia,

vemo-nos confrontados com novas necessidades em termos de infra-estruturas, serviços públicos e sistemas empresariais, de educação e de assistência social. O continente está a envelhecer. Jean-Claude Juncker disse, “Se não redesenharmos rapidamente os nossos sistemas de assistência social, de pensões e de saúde de modo a enfrentar o futuro, tornar-nos-emos os perdedores e não os vencedores do processo de globalização.”

O que fazer? Há muito a fazer. Garantir que as pessoas tenham um bom equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada. Deixar de obrigar as pessoas a pararem de trabalhar. São necessárias novas formas de cuidados, de cuidados infantis e de serviços móveis, tais como a distribuição de refeições ao domicílio. Em todos os Estados-Membros, a responsabilidade pelo financiamento dos cuidados deve ser retirada dos sistemas de segurança social e tornar-se uma responsabilidade da comunidade. Confrontamo-nos com um desafio no domínio da educação. O nosso objectivo deve ser tornarmo-nos o continente mais amigo das crianças e das pessoas. Devemos creditar o tempo despendido na criação das crianças e na prestação de outras formas de cuidados porque 80% dos prestadores de cuidados são membros da família. Salário igual para trabalho igual também é importante. Ainda há muito por fazer e os nossos problemas têm uma grande variedade de causas diferentes.

Françoise Castex (PSE). - (FR) Senhora Presidente, Senhor Ministro, em poucas palavras: o principal obstáculo colocado por este desafio demográfico que teremos de enfrentar consiste, evidentemente, de um ponto de vista económico e social, na diminuição da população activa. Dois números: em 2010, seremos 217 milhões de pessoas em idade de trabalhar, em 2050 seremos 180 milhões, ou seja, um défice de perto de 36 milhões de pessoas.

Podemos temer carência de mão-de-obra? Podemos temer um desequilíbrio entre a população activa e a população dependente?

A este problema, propomos duas respostas que apontam para a gestão optimizada do recurso humano. Num primeiro tempo, o pleno emprego. Temos de tender para o pleno emprego. Existem actualmente importantes possibilidades de empregos, considerando o subemprego dos jovens, das mulheres, dos mais velhos a partir dos 55 anos e dos sub-qualificados. Assistimos a um imenso desperdício de competências. Podemos verificar que, se a taxa de emprego das mulheres e dos mais velhos entre os 55 e os 65 anos atingir, até 2050, as melhores taxas da Europa, então podemos compensar esse défice de mão-de-obra.

Por fim, a educação e a formação ao longo da vida. Queremos tender para ciclos de vida activa optimizados. Não é normal que um operário, que um agente de controlo, que um quadro de 50 anos apenas tenha, como perspectiva exclusiva de carreira, uma estagnação da sua progressão. Depende da responsabilidade social das empresas.

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Marco Cappato (ALDE). - (IT) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a população mundial duplicou em poucas décadas com consequências devastadoras para o planeta, pelo que o facto de a Europa revelar uma tendência parcialmente diferente constitui um facto positivo.

Existem problemas a nível da segurança social, sem dúvida, mas a resposta não é encorajar as pessoas a ter mais filhos, mas sim aumentar a idade da reforma, eliminar a discriminação contra os idosos em países como a Itália, onde existe uma grande pressão no sentido de desincentivar as pessoas a trabalhar depois da idade da reforma, de tal forma que as pensões se convertem numa obrigação, em vez de serem um direito.

A nível mundial, convido a Presidência, em particular, a tomar acção a favor da nova conferência das Nações Unidas sobre População, que tem estado há anos bloqueada devido à pressão exercida por Estados como o Estado do Vaticano e por aqueles que receiam políticas responsáveis de informação sexual e de planeamento familiar.

Ewa Tomaszewska (UEN). - (PL) Senhora Presidente, as tendências demográficas da Europa nos últimos doze anos são alarmantes. A taxa de fertilidade necessária para a substituição das gerações é de 2,16. Na Polónia esta taxa é de 1,2. O avanço da medicina e os estilos de vida mais saudáveis implicam, simultaneamente, que as pessoas vivam mais anos. A Europa está a envelhecer, e também a extinguir-se. Em 2030, o rácio da população activa e não activa será de 1: 2.

As políticas socioeconómicas anti-família, a promoção, por parte dos meios de comunicação, de modelos familiares com poucos filhos e de casamentos sem filhos, bem como as políticas conducentes à destruição das famílias, são causas significativas das alterações demográficas adversas na Europa. As consequências mais importantes serão a escassez de trabalhadores no mercado de trabalho, um desenvolvimento económico

desolador, uma perda dramática da eficiência do sistema de pensões de reforma e o maior custo dos sistemas de cuidados de saúde devido às necessidades especiais de uma sociedade envelhecida.

Irena Belohorská (NI). - (SK) Congratulo-me com o debate destas matérias que sinto ser agora particularmente importante, quando temos de resolver uma crise simultaneamente financeira e económica. As tendências demográficas mostram que somos uma população envelhecida, devido à combinação das melhorias dos cuidados de saúde e ao declínio das taxas de natalidade. Temos, por conseguinte, de nos preparar para esta realidade e de tomar medidas nas áreas relevantes.

Na área social, será relativamente difícil atribuir pensões de reforma. Na área da saúde, temos de pensar na maneira de disponibilizar tratamentos, especialmente para doenças associadas ao envelhecimento. Sabemos, por exemplo, que cerca de dois terços dos cancros estão associados a idade superior a 60 anos.

A sustentabilidade do sistema social irá requerer condições de emprego reforçadas, melhores e mais bem adaptadas para as pessoas mais idosas, principalmente mulheres com mais de 55 anos e homens entre os 55 e os 64 anos de idade. É possível compensar a perda de população com a imigração de jovens de países terceiros, mas devemos tentar, acima de tudo, criar condições para estabilizar a população de jovens com formação académica que estamos actualmente a perder para os EUA.

Tendo em conta o agravamento da saúde reprodutiva das jovens, deveríamos apoiar a reprodução assistida a que muitas famílias jovens não têm acesso. Na minha opinião, não seremos capazes de cumprir com a estratégia de Lisboa. Tentemos, pelo menos, renovar a ideia de uma aliança europeia de apoio à família, através de reduções fiscais ou de melhores instalações para o ensino pré-escolar. A licença de maternidade deve ser paga por inteiro e não por um nível mínimo.

Gabriela Crețu (PSE). - (RO) Senhor Ministro, lamento contradizê-lo, mas temos vários problemas e não apenas um. Não temos apenas problemas demográficos; temos também problemas políticos, sociais e éticos. Afirmamos querer uma taxa de natalidade mais elevada, mas 30% das crianças vivem abaixo do limiar da pobreza. As consequências para o futuro são ensino de má qualidade e de menor duração, maus empregos, menor produtividade e contribuições baixas para a segurança social.

A posição do Conselho sobre a Directiva relativa ao Tempo de Trabalho contradiz liminarmente as intenções de se encontrar o equilíbrio entre vida profissional e vida privada. A infertilidade é considerada doença pela Organização Mundial de Saúde, mas não por muitos Estados-Membros. Por consequência, a segurança social não cobre os custos do tratamento. Uma pessoa que ganhe um salário médio e poupe tudo o puder, terá de trabalhar nove meses para pagar uma única tentativa de FIV na Roménia. São necessárias, em média, 3 a 4 tentativas para conseguir a concepção e outros nove meses até ao nascimento da criança.

Caros colegas, a solução mais eficaz seria promover uma política consistente nos Estados-Membros e fazer equivaler as declarações feitas às medidas adoptadas.

Samuli Pohjamo (ALDE). - (FI) Senhora Presidente, os desafios colocados pelas tendências demográficas parecem especialmente grandes nas áreas pouco povoadas do Norte. A migração afasta de uma região pessoas jovens e com formação académica, enquanto cresce a população envelhecida. Daqui resultam aumentos dos custos de organização de serviços sociais e de cuidados de saúde, um problema exacerbado pelas longas distâncias envolvidas. Novas tecnologias e inovação permitiram, contudo, criar novos serviços que podem ser explorados em toda a União para ajudar a população envelhecida.

Outra forma de transformar desafios em oportunidades é através de uma política regional eficaz. Uma política regional eficaz é uma forma de usar as oportunidades de cada área, de criar novos postos de trabalho e valor acrescentado para a Europa como um todo. As tendências demográficas podem, simultaneamente, passar a ser um fenómeno mais positivo.

Jan Cremers (PSE). - (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhor Ministro Jouyet, Senhoras e Senhores Deputados, quando, antes do Verão, esta Assembleia discutiu os efeitos da evolução demográfica, ainda não tínhamos apreendido a verdadeira dimensão da actual crise económica, crise que irá aumentar a pressão sobre os nossos sistemas sociais. Em consequência do inesperado crescimento do desemprego, talvez se possa esperar, a curto prazo, alguma desconstracção no mercado de trabalho. A longo prazo, porém, isso não resolve os problemas específicos de uma população cada vez mais envelhecida.

Se o agravamento do clima económico acarreta consigo o aumento da pressão sobre os trabalhadores mais idosos para que abandonem prematuramente o mercado de trabalho, iremos cair em antigos erros. A ênfase devia manter-se agora, como devia manter-se no futuro, sobre sistemas de reforma flexíveis numa base

voluntária, combinados com a organização do trabalho de molde a assegurar que continuar a trabalhar durante mais tempo se torne uma verdadeira opção. A crise financeira demonstrou, uma vez mais, o motivo por que temos de tratar os fundos de pensões de modo responsável. Devia conceder-se alta prioridade à sustentabilidade do sistema de pensões, ajustada à evolução demográfica e económica, e baseada em estratégias de investimento a longo prazo isentas de risco. Além disso, a Comissão Europeia devia voltar a sua atenção para a regulamentação e supervisão dos produtos de pensões pan-europeus.

Miroslav Mikolášik (PPE-DE). - (SK) A alteração do estilo de vida dos jovens é tal que, após terminarem os cursos, todos querem passar algum tempo a viajar e só depois a construir as suas carreiras profissionais. Nessa altura, os jovens, homens e mulheres, têm mais de 30 anos e, na sua grande maioria, terão apenas um filho. A família é vista hoje como um fardo negativo; além disso, os homens jovens não têm capacidade de prometer casamento e segurança às mulheres.

O número de IVG atingiu o seu máximo de sempre e uma grande percentagem de mulheres usa contraceptivos hormonais, pelo que o número de mulheres realmente capazes de conceber filhos é muito reduzido. O índice de fertilidade nos países europeus varia entre 1,1 e 1,3. Só a França, que há muito dá apoio financeiro às famílias, tem um índice que se aproxima de 2. Um congresso europeu recente sobre a família na Universidade de Ružomberok ...

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, aparentemente todos vivemos mais, mas temos menos netos. Penso que as razões que conduziram a esta situação são complexas e diversificadas. Penso que as crianças são consideradas um “problema”, e é isto que ouvimos quando falamos com pessoas que não têm filhos. Também falamos mais do “problema” da guarda de crianças do que numa “solução” para esse problema.

Como as crianças, também as pessoas mais velhas sentem que são um peso, e preocupam-se em saber quem irá tomar conta delas quando forem mais idosas. Penso que as pessoas que, como nós, estão algures no meio temem o futuro, porque haverá cada vez menos pessoas para pagar as nossas pensões e para tomar conta de nós, quando também nós não estivermos em condições de o fazer.

O papel dos prestadores de cuidados na sociedade, como a senhora deputada Marian Harkin muito justamente referiu, é completamente subvalorizado, situação que tem de mudar. E pergunto-me – ao ouvir o debate desta noite – no contexto da crise financeira e económica, pergunta a que talvez a Comissão possa responder: pode este problema da tendência demográfica agravar-se devido à situação que estamos a viver? Isso seria lamentável.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). - (RO) Senhora Presidente, Senhor Comissário, a União Europeia tem de estar preparada para enfrentar os desafios demográficos. A Europa social tem de ser capaz de satisfazer as expectativas dos seus cidadãos disponibilizando ensino de boa qualidade, um sistema eficiente e acessível de cuidados de saúde e empregos que sejam o suporte de vidas dignas e a garantia de uma pensão de reforma digna.

A UE tem uma população envelhecida. Ao mesmo tempo, há poucos Estados-Membros em que a taxa de natalidade tenha crescido, com excepção da Irlanda e da França que tiveram um bom desempenho nesta área como resultado das políticas específicas que adoptaram. Embora a taxa de mortalidade infantil tenha diminuído ao nível comunitário para 4,7 em mil habitantes, em alguns Estados-Membros, contudo, este número é de 12 em mil habitantes.

A Europa tem de investir em saúde, ensino e protecção social. Garantir emprego bem pago significa permitir aos trabalhadores uma vida digna, mas significa também proporcionar os recursos necessários para pagar as pensões. O sistema de pensões baseia-se na solidariedade entre gerações.

Toomas Savi (ALDE). - (EN) Senhora Presidente, a sociedade da União Europeia está a envelhecer. Há muitas pessoas na UE que optam por progredir profissionalmente em vez de se concentrarem nas suas vidas familiares até ser tarde demais para terem filhos.

Sendo avô há pouco tempo, sou um orgulhoso defensor de uma medida de planeamento familiar estónia que permite que um dos pais fique em casa durante 18 meses após o nascimento do filho, com prestações sociais sensivelmente iguais ao salário que auferia antes da licença – o subsídio parental.

Estou firmemente persuadido de que, a menos que queiramos sobrecarregar os nossos filhos com impostos insustentáveis, devemos pôr em prática uma abordagem deste tipo em toda a UE. Na Estónia, por exemplo, esta política pôs termo a uma diminuição aparentemente irreversível da população.

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, a mais importante tarefa que qualquer cidadão pode realizar é criar a geração seguinte. E, sem qualquer recriminação ou reprovação às mulheres de hoje, solteiras ou casadas, aquilo de que precisamos é de restaurar a liberdade de escolha para todas as mulheres que queiram ficar em casa para ter o segundo ou o terceiro filho e de garantir que elas não sejam obrigadas a continuar a trabalhar por razões económicas e financeiras.

Devemos assegurar que as mulheres que optam por ficar em casa têm direito a pensão, a uma pensão parental ou materna, para, quando mais velhas, terem segurança financeira e poderem ser devidamente compensadas pelo Estado por terem feito o mais importante de todos os trabalhos: criar a geração seguinte.

Outra questão: tendo em conta o facto de o número médio de anos que todos nós vivemos com saúde estar a aumentar, a idade da reforma obrigatória – a idade convencional de reforma – de 65 anos deve ser revista, e revista com urgência. Em média, as mulheres têm mais de trinta anos quando dão à luz o primeiro filho. Esta situação deve ser revista o mais depressa possível.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Senhora Presidente, todos reconhecemos que a sociedade europeia está a envelhecer, mas estaremos todos conscientes das consequências que tal facto trará para a nossa economia e o nosso mercado laboral? Numa era de globalização, os problemas demográficos assumem uma dimensão muito maior. A União Europeia necessita, por isso, de uma acção integrada a diversos níveis.

Por um lado, temos de assegurar que se atingem os objectivos da Estratégia de Lisboa, lutar por fazer subir os níveis de emprego, aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e interromper a tendência para a reforma antecipada. Temos também de dar maior ênfase ao ensino, especialmente nas áreas de engenharia e tecnologias de informação, essenciais para uma economia baseada no conhecimento. É também vital promover a educação permanente e preparar os trabalhadores para estarem abertos a novos desafios.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. - (FR) Senhora Presidente, vou tentar respeitar as suas orientações. Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o debate foi extremamente rico e podemos perceber perfeitamente, através das diferentes intervenções, que a resolução deste desafio demográfico é múltipla.

Há pistas de acção extremamente complementares; voltarei a este aspecto. Em certa medida, é um facto que há que aumentar as taxas de emprego, é um facto que teremos também necessidade de imigração para resolver o défice demográfico e é importante, nesta matéria, que ela se mantenha controlada e organizada. É um facto também que precisamos de políticas familiares e de apoio à natalidade já existentes; e é um facto que há exigências de solidariedade para com os idosos e que a sua tomada a cargo deve ser reforçada. Por fim, é um facto que, neste contexto, devemos dar toda a importância ao desenvolvimento de infra-estruturas colectivas em matéria de educação, em matéria de tomada a cargo das crianças e também em matéria de assumpção dos riscos de dependência pelos mais idosos.

Como salientaram também diversos oradores, temos de ter em conta os trunfos de que dispomos, nomeadamente o aparecimento de novas tecnologias de informação com os esforços em matéria de investigação e desenvolvimento, com todas as flexibilidades possíveis em matéria de assistência médica e sanitária, e também tudo o que pode ser feito para prevenir e ajudar o diagnóstico pré-natal, tudo o que pode ser feito em prol da primeira infância e da sua tomada a cargo colectiva. Assim, há um conjunto de desafios, mas também de trunfos, para enfrentar estas dificuldades demográficas.

Devemos igualmente estar preparados para zelar pelos impactos dessa transformação demográfica, como foi também realçado durante o debate, sobre a viabilidade dos nossos sistemas de protecção social e sobre a viabilidade do regime das reformas, que constituem uma das características do modelo de solidariedade europeu. Temos de tomar medidas a longo prazo, apesar da crise económica e financeira que atravessamos, a fim de assegurar essa viabilidade, e temos também, evidentemente, de ter em conta os impactos dessas alterações demográficas profundas sobre as diferentes formas de organização do trabalho. O senhor deputado Cappato insistiu neste ponto com um exemplo concreto, e tem toda a razão.

Para concluir, penso que a Comissão - mas o Senhor Comissário Potočnik o dirá -, o Parlamento e o Conselho devem prosseguir o diálogo dentro do espírito deste debate. Trata-se, sem qualquer dúvida, do desafio a longo prazo que a Europa tem seguramente de antecipar e organizar e perante o qual tudo o que se relaciona com as nossas preocupações no âmbito da crise económica e financeira não deve impedir-nos de prosseguir a nossa acção e a nossa adaptação.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, ficou hoje aqui a clara mensagem de que enfrentamos um sério desafio, o do envelhecimento da sociedade.

Sob muitos aspectos, o século XXI é uma época de fragilidade, e temos de enfrentar essa situação. Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance. Como já referi, a longevidade deve ser uma recompensa e não um castigo. Também já foi referido que seria coerente que as medidas fossem tomadas no contexto da Agenda de Lisboa, posição com a qual eu concordo. Podemos interpretar a Agenda de Lisboa de uma forma simples, como algo que visa construir uma sociedade baseada no conhecimento e sustentável, seja em termos de segurança social, de ambiente ou de economia. Aprendemos com esta crise que mesmo os benefícios têm de ser claramente sustentáveis.

A actual crise financeira não deve desviar a nossa atenção dos demais problemas que temos vindo a discutir pacientemente nos últimos anos, incluindo o problema que hoje nos ocupa. É apenas mais um problema. Quando o tivermos resolvido, temos de sair da crise com uma estrutura capaz de fazer face a todos os desafios do século XXI. Nestas circunstâncias, é importante que estejamos cientes de todos os aspectos possíveis da sustentabilidade – sustentabilidade do planeta em que vivemos, entre seres vivos no planeta, entre os humanos e entre as gerações, o que constitui a essência da questão demográfica que hoje discutimos.

As nossas políticas devem ser capazes de responder cabalmente a este problema. O Fórum Demográfico, que decorrerá em 24 e 25 de Novembro – e que referi na minha primeira intervenção –, constitui certamente uma boa oportunidade para o fazer. Devemos, naturalmente, prosseguir o diálogo entre o Conselho, os Estados-Membros, o Parlamento e a Comissão. A vossa discussão de hoje prova a oportunidade do debate. Gostaria de, em nome da Comissão, agradecer os vossos pontos de vista. Todas as coisas que referiram são extremamente importantes – a promoção da renovação demográfica, a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, a questão das carreiras, a política de mobilidade, a política antidiscriminação e outras políticas. Tudo isto é válido quando debatemos este problema.

Presidente. – Está encerrado o debate.

17. Regimes de segurança social e de pensão: financiamento e tendência para a individualização (breve apresentação)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0409/2008) da deputada Gabriele Stauner, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre o futuro dos sistemas de segurança social e das pensões: respectivo financiamento e tendência para a individualização (2007/2290(INI)).

Gabriele Stauner, *relatora*. – (DE) Senhora Presidente, senhoras e senhores, a elaboração de um relatório de iniciativa sobre o futuro dos sistemas de segurança social e das pensões é uma tarefa fascinante porque se trata de uma área muito actual e muito complexa. Todavia, envolve o risco significativo de o relatório se tornar uma longa lista de desejos e um catálogo de requisitos para todas as pessoas de bem.

Não sucumbimos a esta tentação, como revela imediatamente o texto, que é relativamente breve e muito técnico, e que evita cuidadosamente o fraseado floreado. Assim sendo, gostaria de agradecer a todos os meus colegas deputados, em particular aos relatores-sombra e à senhora deputada Lulling, na sua qualidade de relatora de parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, pela auto-disciplina que demonstraram.

O meu propósito foi elaborar um relatório que providenciasse, a todos os decisores e partes interessadas, uma descrição dos desenvolvimentos durante os próximos 30 a 40 anos, e que oferecesse temas de ponderação e recomendações de actuação em áreas individuais da política social. Os sistemas de segurança social e das pensões dos Estados-Membros foram concebidos, desenvolvidos e financiados de modos muito diferentes, razão pela qual não será possível harmonizá-los ao nível da UE.

No entanto, todos os sistemas enfrentam grandes dificuldades por causa dos desenvolvimentos demográficos e das alterações ao mercado de trabalho resultantes da globalização. Isto significa que, em todos os casos, são necessárias reformas. Está cientificamente demonstrado que continuar como dantes não é opção para nenhum dos sistemas existentes. Este foi o primeiro resultado importante.

O tipo de reformas necessárias em cada Estado-Membro varia obviamente em função da estrutura de cada sistema. Na nossa opinião, todos os sistemas necessitam, entre outras coisas, de mais e melhores medidas tendentes a originarem um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada, que ajudem a evitar

a diminuição da taxa de emprego e que garantam que os problemas sociais não sejam agravados pela imigração de trabalhadores em larga escala.

Em segundo lugar, apesar da introdução das chamadas relações de trabalho atípicas, devemos manter o modelo tradicional do emprego a tempo inteiro por um período ilimitado de tempo, pois esta é a única maneira de garantir a estabilidade das condições de vida e dos sistemas de segurança social.

Terceiro, além de garantirmos que as despesas sociais estão financeiramente seguras através do recurso a contribuições conjuntas e a soluções híbridas baseadas em fundos, devemos colocar o enfoque no investimento social.

Quarto, devemos melhorar a produtividade e aumentar a capacidade de inovação, porque a Europa depende do seu capital humano.

Quinto, devemos garantir que os cuidados de saúde de elevada qualidade estão disponíveis a todos, com os avanços médicos e a redução das contribuições garantindo cuidados básicos a todos os cidadãos.

Sexto, devem ser introduzidas medidas especiais para proteger as mulheres contra os riscos específicos a que estão expostas, em particular a pobreza na velhice, creditando o tempo gasto em cuidados infantis e cuidados à família para efeitos de seguro de pensões.

Um sentimento de solidariedade entre gerações e grupos sociais deverá estar no cerne de todos os nossos esforços. Isto é particularmente verdadeiro num mundo caracterizado pela mudança resultante da globalização e que se torna cada vez mais despersonalizado e anónimo. A solidariedade e a subsidiariedade são os princípios básicos do modelo social europeu. Neste contexto, devemos garantir que a globalização tem uma faceta social, de modo a que os trabalhadores qualificados e adaptáveis se possam sustentar a si próprios e às suas famílias com dignidade, receber cuidados de saúde de elevada qualidade se ficarem doentes e terem segurança financeira na velhice.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, apesar de ter sido elaborado antes de a actual perturbação ter dominado os nossos mercados financeiros e de a recessão económica ser evidente, este relatório é extraordinariamente oportuno e pertinente. Quero felicitar a relatora pelo seu excelente trabalho.

O relatório sublinha as mudanças sociais, demográficas e económicas a longo prazo que estão a ditar a modernização e a reforma dos nossos regimes de protecção social. Salienta ainda a importância dos nossos valores comuns no domínio da protecção social. Além disso, mostra como eles podem contribuir para tornar os nossos sistemas de pensões e de saúde sustentáveis.

Mais gente a trabalhar mais e durante mais tempo – tal é a resposta para a adequação e a sustentabilidade a longo prazo da protecção social. É igualmente uma estratégia que apresenta vantagens para todos. O relatório estabelece uma relação entre uma protecção social adequada e sustentável e a Estratégia de Lisboa e o nosso compromisso de garantir a sustentabilidade das finanças públicas. A agenda social renovada proposta pela Comissão dá sentido a essa relação, na medida em que defende uma abordagem holística global das futuras políticas e prioridades sociais.

Saúdo a ênfase colocada na promoção da plena integração das mulheres nos nossos mercados de trabalho e na luta contra todas as formas de discriminação, a fim de garantir que todas as pessoas podem adquirir uma segurança social adequada e, principalmente, direitos à pensão.

O relatório sublinha a necessidade de combinar a passagem para pensões financiadas pelo Estado em muitos Estados-Membros com um sólido enquadramento regulamentar, nacional e comunitário, capaz de garantir uma supervisão eficaz e um acompanhamento atento dos resultados para os cidadãos.

Esta é uma mensagem muito oportuna. O acesso a cuidados de saúde de qualidade e a cuidados profilácticos constitui uma pedra angular dos modelos sociais da UE. Trata-se, simultaneamente, de um objectivo em si e de uma condição indispensável à existência de uma mão-de-obra produtiva numa fase de rápido envelhecimento da população.

Também a Comissão está preocupada com as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde e com a necessidade de garantir a todos cuidados de saúde de alta qualidade, com um financiamento baseado na solidariedade para cobrir a totalidade da população. Estes pontos serão retomados numa comunicação da Comissão sobre as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, a publicar no próximo ano.

Este relatório é um forte apelo a todos nós, não só para continuarmos a trabalhar para atingirmos os nossos objectivos essenciais de acesso para todos, solidariedade, adequação e sustentabilidade, mas também para continuarmos a trabalhar para os reforçar através da sua modernização.

A Comissão apresentará a sua resposta para a crise financeira e para a recessão da economia real numa comunicação que será publicada em 26 de Novembro.

A Comissão debruçar-se-á ainda sobre o papel social e económico construtivo da protecção social no relatório conjunto sobre protecção social e inclusão, em 2009.

Posso assegurar-vos que a Comissão tem vontade de voltar a percorrer os diferentes pontos deste relatório em estreita cooperação com o Parlamento.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 20 de Novembro de 2008.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Bogusław Rogalski (UEN), por escrito. - (PL) Infelizmente, o envelhecimento da população e o défice demográfico são o futuro inescapável da Europa. Os especialistas em demografia afirmam que, enquanto por um lado a taxa de natalidade não assegura a substituição de gerações no futuro, por outro, a esperança média de vida aumenta. A reduzida taxa de natalidade está associada à dificuldade de conciliar a carreira profissional com a vida familiar - não temos o número necessário de creches e jardins de infância nem apoio económico às famílias. Até 2030, o rácio entre população activa e não activa atingirá provavelmente 2:1.

Mitigar as consequências da diminuição da população activa através da imigração é apenas uma das soluções possíveis. Conduzirá também a uma maior diversidade étnica, cultural e religiosa. Devemos, por conseguinte, aumentar os níveis de emprego entre as pessoas com deficiência e mais idosas (disponibilizando formação e reciclagem). A reforma deve ser mais flexível, através da introdução da reforma voluntária, da facilitação de mudança de emprego e do uso de novas tecnologias.

Os Estados-Membros devem ainda ter uma política financeira equilibrada que reparta de forma justa a carga fiscal entre trabalhadores, consumidores e empresas.

As alterações demográficas terão um sério impacto na despesa pública com as pensões de reforma e de velhice, que pode ser mitigado se tiverem financiamento privado. Também as despesas com os cuidados de saúde aumentarão.

Nestas circunstâncias, proporcionar às populações dos Estados-Membros cuidados de saúde e os devidos benefícios a um nível adequado é uma tarefa que exige acção imediata a muitos níveis sociais e governamentais.

18. VIH/SIDA: despistagem e tratamento precoce (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre o VIH/SIDA: despistagem e tratamento precoce.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. - (FR) Senhora Presidente, cara Martine Roure, Senhor Comissário Potočnik, Senhoras e Senhores Deputados, decorreram 25 anos desde a descoberta do VIH. Actualmente, é extremamente importante, neste momento em que a epidemia já provocou a morte de 25 milhões de pessoas, a União Europeia reafirmar o seu empenho na luta contra o flagelo que representa esta pandemia mundial que é o VIH/SIDA.

O acesso universal à prevenção, à despistagem, ao tratamento precoce e ao apoio neste domínio é essencial, como já frisou, e bem, o Parlamento Europeu, a vossa Assembleia, na sua resolução de 24 de Abril de 2007. É urgente acelerar o desenvolvimento, mas também a aplicação, da prevenção, das campanhas de informação, de educação e de sensibilização, assim como o investimento na investigação e no desenvolvimento de novas estratégias de prevenção e despistagem, que têm de ser regularmente adaptadas às alterações da pandemia.

Nomeadamente, é primordial reforçar a precocidade da despistagem e do tratamento, bom como a colocação à disposição de terapêuticas anti-retrovirais a um custo acessível. Com efeito, quando o diagnóstico chega demasiado tarde ou quando a imunodepressão ligada à doença já está demasiado avançada, os pacientes apresentam um risco acrescido de mortalidade durante os quatro anos que se seguem ao diagnóstico.

Para melhorar a precocidade da despistagem, parece necessário utilizar novas estratégias e novas ferramentas, como, por exemplo, os testes de despistagem rápida. Seria nomeadamente interessante alargar a proposta de teste generalizando-a, sob reserva, evidentemente, do acordo do paciente. Com efeito, recorde-se que estes testes de despistagem rápida podem ser realizados fora de um laboratório de análises clínicas e que os resultados podem ser comunicados aos pacientes num prazo relativamente curto.

Para incentivar as pessoas que vivem com o VIH/SIDA a fazer um teste de despistagem precoce, é também essencial ultrapassar as barreiras da discriminação. O medo de ser estigmatizado em caso de resultado positivo do teste pode, com efeito, entravar o acesso à despistagem precoce. Eis a razão por que a União Europeia tem de pronunciar-se clara e sistematicamente contra todas as formas de discriminação contra pessoas vivendo com o VIH em todo o mundo.

Trata-se de uma convicção muito forte, sobretudo da parte do Presidente da República Nicolas Sarkozy e do Ministro Kouchner, que chamaram a atenção das Nações Unidas para este aspecto. De facto, sendo uma doença transmissível mas não contagiosa, as restrições à liberdade de acesso, de estadia ou de residência dos seropositivos, devido ao seu estatuto serológico VIH, são contraproducentes. Com efeito, tal prática dissuadiria os interessados a recorrerem à despistagem ou, caso necessário, a acederem aos cuidados de saúde, o que é prejudicial tanto individual como colectivamente.

Para concluir, gostaria de fazer duas observações. A primeira é a de que a nossa finalidade comum é a seguinte: as pessoas despistadas, cujo teste é positivo, devem beneficiar de uma tomada a cargo de qualidade, seja qual for a sua origem, sejam quais forem as suas nacionalidade, opiniões, idade, sexo, orientação sexual, religião ou qualquer outro estatuto.

A segunda observação é a de que, neste contexto, a coordenação internacional é determinante para lutar contra a pandemia. Quero prestar aqui homenagem ao programa EuroHIV que, desde 1984, difunde de forma alargada dados essenciais para um melhor conhecimento do VIH e do SIDA junto da OMS, da ONUSIDA e do *European Centre for Disease Prevention and Control*. Para que a prevenção, a despistagem e o tratamento precoce sejam acessíveis a todos, para que as pessoas infectadas deixem de ser estigmatizadas, ou discriminadas, para que os países do Sul disponham de um verdadeiro acesso aos medicamentos, há que intensificar a cooperação com as agências da ONU e as agências regionais.

Mais do que nunca, a União Europeia tem de ser mobilizada para esse combate.

Janez Potočnik, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de dizer aos senhores deputados e ao senhor Ministro Jouyet que, agora que nos aproximamos do Dia Mundial da SIDA – 1 de Dezembro de 2008 –, esta sessão plenária oferece uma boa oportunidade para reflectirmos sobre alguns progressos significativos na luta contra o VIH/SIDA e para nos concentrarmos nos importantes desafios a que temos ainda de fazer face.

Este ano, o Prémio Nobel da Medicina foi atribuído a dois investigadores europeus do Instituto Pasteur – o Professor Françoise Barré-Sinoussi e o Professor Luc Montagnier –, que foram os primeiros a isolar o vírus da imunodeficiência humana, em 1983.

Essa descoberta fundamental abriu caminho a muitos e importantes progressos e ao diagnóstico e tratamento da doença, e permitiu-nos saber mais sobre a patogénese das infecções com VIH e sobre as suas devastadoras consequências.

No entanto, 25 anos volvidos, ainda não há cura para o VIH/SIDA e continuamos a testemunhar milhões de novas infecções por ano em todo o mundo, incluindo dezenas de milhares de novas infecções na Europa.

Como pode isto acontecer? Toda a gente sabe como a transmissão do VIH pode ser eficazmente prevenida.

Campanhas bem-sucedidas levadas a cabo ainda na década de 1980 e no início da de 1990 demonstraram que a sensibilização e a informação constituem elementos essenciais de qualquer estratégia de prevenção contra a infecção pelo VIH.

Uma liderança política determinada e responsabilidade civil são dois outros elementos essenciais de uma luta bem-sucedida contra o VIH/SIDA, a par de uma parceria aberta e construtiva com as partes interessadas.

A sessão plenária de hoje constitui ainda uma excelente oportunidade para reafirmar o nosso empenhamento político: é tempo de sermos ambiciosos. Devo acrescentar que aprecio também o empenhamento com que o Parlamento procura manter o VIH/SIDA como prioridade na agenda política.

Aliás, tivemos recentemente uma muito útil troca de pontos de vista sobre o VIH/SIDA, numa mesa redonda organizada pelo senhor Vice-Presidente Miguel-Angel Martínez Martínez e pela senhora deputada Zita Gurmai sobre a necessidade de proceder à despistagem do VIH/SIDA e sobre os mais modernos tratamentos precoces disponíveis. Os peritos estimam que cerca de 30% dos europeus infectados com VIH desconhecem o seu estado. Esta elevadíssima proporção comporta dois riscos: o primeiro é para a pessoa infectada, que não pode receber tratamento atempadamente; o segundo é para o seu parceiro ou parceira, que pode ser exposto à infecção.

Que podemos nós, políticos, fazer para ultrapassar esta situação?

Os nossos valores de base humanistas comuns, um firme empenhamento na defesa dos valores humanos e da solidariedade, e a nossa posição contra a discriminação devem constituir a base de qualquer política de luta contra o VIH/SIDA e devem estar subjacentes a todas as actividades destinadas a combater a doença. A posição e resposta europeia é clara: concentramo-nos na prevenção e na sensibilização, promovemos a despistagem do VIH e o acesso a tratamento para todos os que dele necessitam, lutamos por uma medicação acessível, opomo-nos e lutamos contra qualquer forma de discriminação ou estigmatização e procuramos identificar as melhores práticas e apoiar a sociedade civil. Nos domínios que se inscrevem na nossa responsabilidade política, temos de criar condições para o lançamento de acções eficazes no terreno, que sirvam tanto a sociedade com as pessoas que vivem com o VIH e a SIDA.

Não podemos de modo algum ser complacentes. Temos de manter a dinâmica.

Mas a UE também olha para os efeitos devastadores do VIH/SIDA fora das suas fronteiras, na África subsariana e noutros países em desenvolvimento, onde constitui um desafio excepcional para o crescimento e o desenvolvimento social.

A Europa Oriental e a Ásia Central continuam a registar a mais alta taxa de propagação da epidemia no mundo.

Neste contexto, reafirmamos o nosso compromisso em apoiar países parceiros na sua tarefa de assegurar o acesso universal à prevenção e ao tratamento do VIH.

Em nome da Comissão, saúdo a resolução sobre diagnóstico e tratamento precoces do VIH/SIDA, e aprovo e apoio sem reservas o princípio de eliminar os entraves à despistagem e ao tratamento.

A Comissão incentiva as pessoas a considerarem a possibilidade de se submeterem à despistagem do VIH e reitera aos Estados-Membros a necessidade de criar centros de despistagem que observem normas internacionais e funcionem segundo princípios aprovados.

A Comissão está a desenvolver a sua segunda estratégia de luta contra o VIH/SIDA na UE e na nossa vizinhança próxima, que se concentrará mais na prevenção e nas regiões e grupos mais afectados pela epidemia. No entanto, aquilo de que uma estratégia de prevenção mais necessita para ser bem-sucedida é abertura e tolerância, a nível político e societal: abertura para as realidades das nossas vidas actuais, da sexualidade e dos comportamentos, abertura para os meios de reduzir os danos, abertura para lutar contra as desigualdades, a discriminação e a estigmatização, e abertura a outras culturas e outros hábitos.

Na luta contra o VIH/SIDA, a Comissão continuará a desempenhar plenamente o seu papel. Sei que o Parlamento apoia este nosso esforço, apoio que muito apreciamos.

Mantenhamos juntos, com o Conselho, uma dinâmica política forte, e demonstremos que estamos à altura das nossas responsabilidades.

Estou persuadida de que, se o sistema de diagnóstico e tratamento precoces funcionar como programa-piloto, pode ser possível utilizá-lo como uma ferramenta europeia comum noutras políticas relacionadas com a saúde. Estou realmente grata a todos os meus colegas que apoiaram esta iniciativa e para ela contribuíram.

John Bowis, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhora Presidente, no Reino Unido temos 80 000 pessoas infectadas pelo VIH, uma em cada três das quais não está, como disse o senhor Comissário, diagnosticada. Além disso, 1 em cada 360 mulheres grávidas está infectada com o VIH. Dez por cento dos novos casos diagnosticados na Europa são estirpes multirresistentes, pelo que nos estamos a aproximar dos 20% de casos deste tipo registados na América.

Há cada vez mais pessoas a viver com tuberculose multirresistente e com SIDA. O Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças revela que os novos casos de infecção pelo VIH duplicaram entre 1999

e 2006. Revela ainda que 11% dos infectados são jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Vimos que em 53% dos casos a transmissão é heterossexual, a maioria por pessoas originárias de países epidémicos, mas num terço dos casos o vírus é transmitido por homens que fazem sexo com homens e, o que talvez seja surpreendente, só em menos de 10% dos casos é transmitido por toxicodependentes que se injectam.

Mas para além de tudo isto – e saúdo vivamente as palavras do senhor Ministro – nós impomos um estigma. O estigma é um fardo cruel que vem agravar o sofrimento da doença e que faz com que as pessoas se escondam e não se submetam à despistagem e ao tratamento. As soluções ressaltam destes números, destes factos. Como toda a gente já disse, necessitamos de um diagnóstico precoce. Precisamos de despistagens confidenciais, precisamos de educação, precisamos da compreensão que ela proporciona para contrariar o estigma. Precisamos da investigação e desenvolvimento em curso e precisamos de tratamento, porque são cada vez menos as pessoas que morrem de SIDA e cada vez mais as que vivem com ela.

Zita Gurmai, *em nome do Grupo PSE*. – (EN) Senhora Presidente, foi com grande prazer que ouvi o senhor Comissário referir a mesa-redonda que co-organizei e co-presidi. O Vice-Presidente Miguel Angel Martínez e a senhora Comissária Vassiliou também nela participaram activamente.

A SIDA é uma das doenças mais graves do nosso século. Só na União Europeia, foram infectadas com o VIH nos últimos dez anos 21 5 000 pessoas. De acordo com as estimativas, este ano continuava por diagnosticar um terço das infecções com SIDA – como o meu colega referiu –, o que representa uma verdadeira ameaça para a saúde dos cidadãos europeus. É altura de tomar medidas concretas, razão pela qual avançamos sugestões práticas para lutar eficazmente contra o VIH/SIDA através do diagnóstico e do tratamento precoces baseados em dados comprovados do VIH/SIDA.

Não se trata apenas de uma questão de saúde. Trata-se de uma questão estratégica para o futuro alargamento da UE e fulcral para as políticas de vizinhança e de migração. Devemos combinar as diferentes políticas comunitárias para sublinhar o direito de todos os cidadãos europeus a uma saúde e a condições de vida melhores, sem esquecer o papel das mulheres. Com efeito, as mulheres são o grupo de maior risco no que respeita ao VIH/SIDA.

É absolutamente urgente assegurar um acompanhamento e uma vigilância rigorosos da doença. O diagnóstico precoce e a redução dos entraves à despistagem são considerados uma necessidade urgente. Há que tomar medidas para garantir o acesso a exames de despistagem gratuitos e anónimos, de modo a que um maior número de pessoas se submeta à despistagem. Cada Estado-Membro deve definir a sua estratégia de redução do VIH/SIDA, centrada nos grupos vulneráveis e nos grupos de alto risco.

As estratégias devem incluir igualmente campanhas de informação e de educação sobre a prevenção, a despistagem e o tratamento do VIH/SIDA. Temos de reconhecer que, para garantir o êxito a longo prazo das respostas ao VIH e à SIDA, será essencial reforçar o investimento em investigação e o desenvolvimento de material terapêutico e profiláctico mais eficaz, como vacinas e microbicidas.

A discriminação contra as pessoas com VIH/SIDA deve ser efectivamente banida da União Europeia. A luta contra o VIH/SIDA não deve ter qualquer efeito discriminatório contra os cidadãos VIH positivos, incluindo restrições que tenham impacto na sua liberdade de circulação. A resolução interpartidos do PE aborda, conjuntamente, todas as situações. O objectivo é comum e a Europa alargada poderá, num futuro próximo, estar na origem de uma cooperação internacional reforçada em matéria de diagnóstico e tratamento precoces baseados em dados comprovados do HIV/SIDA.

Georgs Andrejevs, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhora Presidente, desde que tive a honra de elaborar o relatório sobre a luta contra o VIH/SIDA na União Europeia e nos países vizinhos, tenho estado muito empenhado nesta questão, com todas as suas implicações e ramificações, das pessoas que vivem com o VIH.

Há um ano, os participantes na conferência “VIH na Europa 2007” lançaram um apelo a medidas que permitam lutar eficazmente contra o VIH/SIDA na Europa. Alguns elementos deste apelo são agora retomados nesta proposta conjunta de resolução.

Esta resolução visa contribuir para a luta contra o VIH/SIDA a nível político. Nesse sentido, apela ao Conselho e à Comissão para que definam uma estratégia global para o VIH que promova o diagnóstico precoce, garanta o tratamento precoce e informe os cidadãos europeus das vantagens do tratamento precoce.

Apela à Comissão para que afecte recursos substanciais à execução da estratégia supramencionada e pede aos Estados-Membros que intensifiquem as campanhas de informação e de educação sobre a prevenção, despistagem e tratamento do VIH/SIDA.

Sei que a Comissão tenciona apresentar uma nova comunicação sobre a luta contra o VIH na UE e nos países vizinhos, e que a senhora Comissária Vassiliou confirmou o seu empenhamento pessoal em novas acções neste domínio.

Em suma, esta situação requer medidas urgentes.

Vittorio Agnoletto, *em nome do Grupo GUE/NGL*. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há 21 anos que, como médico, combato a SIDA, e continuo todos os anos a assistir aos mesmos debates.

A situação, de um ponto de vista clínico, é muito clara: dispomos de cerca de 30 medicamentos anti-retrovirais que conseguem prolongar a vida das pessoas seropositivas. Não dispomos de nenhum fármaco que consiga destruir o vírus e, consequentemente, no Ocidente e na Europa, assistimos a uma redução da mortalidade e a um aumento do número de pessoas seropositivas, que podem ser tecnicamente descritas como "potenciais vectores infectados". Isto significa que, hoje, há um maior risco de estarmos em contacto com pessoas seropositivas do que no passado, em virtude de o número de pessoas seropositivas ser superior. No meio disto tudo, o que está a ser feito? Nada.

Há anos que a maioria dos países europeus não leva a efeito campanhas de prevenção duradouras. A profilaxia é muito onerosa e falemos claramente: a profilaxia é muito onerosa e constitui uma das principais vias de prevenção do vírus VIH.

Para não mencionar os projectos de redução dos danos, dirigidos particularmente aos toxicodependentes, com vista a evitar a partilha de seringas. Quantos países desenvolvem a nível nacional projectos deste tipo? Em Itália, 50% dos diagnósticos de SIDA confirmados coincidem com o diagnóstico da seropositividade, o que significa que muitas pessoas só sabem que são seropositivas quando ficam doentes.

Onde estão as campanhas para aumentar o acesso aos testes, que deveriam ser gratuitos e anónimos? Sabemos que, se houver discriminação, as pessoas tentarão ocultar, não farão o teste, o que acarretará riscos para a sua própria saúde e para a saúde dos outros.

Uma última observação: o Conselho referiu hoje, de novo, a ajuda ao Sul do planeta, mas gostaria de saber o que aconteceu às propostas do Parlamento quando votámos a última versão do TRIPS, comprometendo a Comissão e o Conselho a aumentar os fundos para o combate à SIDA na parte meridional do globo e, em particular, a transferir tecnologia e ajuda farmacológica.

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, em 2006 foram notificadas mais de 86 000 novas infecções pelo VIH e foram diagnosticados mais de 13 000 casos de SIDA na zona europeia da OMS.

Na Europa Ocidental, 10% das novas infecções ocorreram no grupo etário 15-24 e 25% dos novos infectados são mulheres. A principal via de transmissão foi o contacto heterossexual, conforme referiu o senhor Comissário.

Na Europa Oriental, a principal via de transmissão foi o consumo de drogas injectáveis. 27% das novas infecções ocorreram no grupo etário 15-25 e 41% dos novos infectados são mulheres, o que é muito preocupante.

Actualmente, 30% dos doentes infectados com o VIH ignoram que o estão e são responsáveis por mais de metade de todas as novas infecções pelo VIH. Acresce que o diagnóstico tardio implica a utilização tardia da terapia anti-retroviral, o que diminui a possibilidade de os medicamentos serem eficazes.

É urgente que sejam emitidas orientações a nível europeu sobre despistagem e aconselhamento em matéria de VIH. Precisamos de orientações exaustivas e flexíveis sobre as melhores práticas em matéria de notificação, despistagem e tratamento.

No meu país, a Irlanda, até ao final de Dezembro de 2007 haviam sido notificados quase 1 000 casos de SIDA, embora os dados sobre o VIH e a SIDA devam ser interpretados com precaução, porque muitos casos não são notificados ou são-no tardiamente. Espera-se, contudo, que este número aumente, devido aos casos não notificados. O total acumulado das infecções pelo VIH notificadas até à mesma data ascende a 4 780 casos. É necessário que as estratégias de prevenção voltem a ocupar um lugar de destaque nas primeiras páginas dos nossos jornais electrónicos. Tornámo-nos complacentes. O medo da infecção evaporou-se.

Precisamos de expor os factos, de forma aberta e tolerante. O senhor deputado John Bowis tem toda a razão quando diz que são cada vez menos as pessoas que morrem de SIDA e cada vez mais as que com ela vivem.

Michael Cashman (PSE). - (EN) Senhora Presidente, gostaria de felicitar a Presidência francesa pelo seu empenhamento na luta contra a SIDA e o VIH, bem como todos aqueles que intervieram no debate desta noite.

É um debate realizado a uma hora muito tardia sobre uma questão que nos afecta a todos, a todas as horas de todos os dias. Sendo homossexual e tendo vivido nas décadas de 1970 e de 1980, poderia facilmente ter contraído o vírus da imunodeficiência humana. Tive sorte. Não o contraí. No entanto, vi grupos de diferentes gerações serem aniquilados por um vírus, pela discriminação e pela estigmatização.

É por isso que a mensagem que temos de enviar esta noite é a de que estamos empenhados na disponibilização de tratamento e na realização da despistagem precoce; mas, acima de tudo – que brilhante e excelente trabalho o senhor deputado Bowis realizou como Ministro da Saúde num Governo conservador! –, temos de dizer que sentimos que aquilo que acontece aos outros nos poderia acontecer a nós, ao nosso filho ou à nossa filha. As pessoas não se submetem à despistagem precoce por uma simples razão: medo da discriminação com que terão de viver – da estigmatização.

Lembro-me de uma vez, no início da década de 1980, ter visitado um hospital para tentar animar os doentes – coisa que nunca consegui! – quando entrei numa unidade para doentes infectados com VIH, vi que numa das camas estava um dos meus melhores amigos. Não foi sequer capaz de me dizer que tinha SIDA e que estava a morrer com uma doença associada à SIDA. Isto ainda acontece, não só nos nossos países, mas também noutros continentes. Aquilo que acontece nos outros continentes afecta-nos directamente, porque, se não comunicarmos com as comunidades de maior risco, elas nunca ouvirão a mensagem. Um trabalhador do sexo ilegalmente introduzido na UE é tão vulnerável como um visitante da UE em África ou em qualquer outro continente. É por isso que me regozijo com esta resolução. No dia 1 de Dezembro de 2008 assinala-se o 20.º aniversário do Dia Internacional da SIDA, mas pouco muda, para além das vidas que se somam, passam e são destruídas. É por esse motivo que felicito o Parlamento, a Presidência e a Comissão, bem como todos os oradores, por estarem aqui para enviar um sinal de que aquilo que acontece aos outros também nos acontece a nós.

Toomas Savi (ALDE). - (EN) Senhora Presidente, apercebi-me de que as pessoas VIH positivas são por vezes tratadas como leprosos, desconhecendo-se que, com um diagnóstico e um tratamento precoces, elas podem ser membros activos da sociedade durante muitos anos, antes que a SIDA se desenvolva e que a doença comece a afectar seriamente as suas vidas.

Este preconceito é um sinal de ignorância. É extremamente importante promover o apoio e a compreensão para com as pessoas infectadas com o VIH. Com outra atitude, as pessoas teriam mais coragem para procurar diagnosticar a sua infecção viral numa fase precoce, em vez de optarem por uma inércia que pode constituir uma ameaça para os outros.

É fundamental que as pessoas VIH positivas possam ser abertas em relação à sua doença sem temerem ser discriminadas; para tal, é necessário aumentar a sensibilização e a tolerância da sociedade para o VIH e a SIDA.

Colm Burke (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, a capacidade de prevenção e de tratamento do VIH varia em função do contexto socioeconómico e geopolítico. A promoção do diagnóstico precoce da infecção com o VIH deveria ser uma componente de todas as abordagens globais da SIDA.

Mesmo em países em que as opções de tratamento anti-retroviral são muito limitadas, é possível contribuir fortemente para a saúde através do diagnóstico e do tratamento das doenças sexualmente transmissíveis, da tuberculose e de outras infecções oportunistas nas pessoas infectadas pelo VIH.

Uma publicação científica norte-americana recente referia que o período de tempo decorrido entre a data de diagnóstico indicada pelos próprios doentes e a data em que estes procuram tratamento tem vindo a aumentar. O período entre o diagnóstico e o tratamento é consideravelmente mais longo no caso dos toxicodependentes que utilizam drogas injectáveis do que nos demais grupos de risco. Associado a esta situação existe o problema que reside no facto de as pessoas estarem cada vez mais convencidas de que a SIDA é uma doença que tem tratamento, o que as leva a ignorar os apelos no sentido de se submeterem a despistagens frequentes e de procurarem de imediato tratamento contra o VIH.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, quero agradecer ao senhor deputado Michael Cashman pela emoção que colocou neste debate. Estou muito contente por ter ficado para ouvir as suas palavras e espero que outros também as ouçam e ajam em conformidade.

O que me preocupa nesta questão é que o medo que tivemos na década de 1980 tenha sido esquecido e que, em consequência, estejamos a negligenciar a situação, apesar de haver toda uma geração que não cresceu nessa década e que precisa de ouvir a mensagem outra vez.

O desafio que se nos coloca a todos é o de transmitir ao grande público uma mensagem de prevenção isenta do estigma que, por vezes, lhe está associado. Temos de ser capazes de o fazer, porque, embora a despistagem seja essencial e o tratamento seja absolutamente fundamental para as pessoas que contraíram a doença, também queremos que as pessoas deixem de apanhar SIDA, de viver com ela e de, tragicamente, morrer dela.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário Potočnik, Senhoras e Senhores Deputados, com efeito, este debate é verdadeiramente apaixonante e, em certos aspectos, comovedor. Agradeço muito especialmente ao senhor deputado Michael Cashman o seu testemunho muito forte; sei que ele está muitas vezes em contacto com Roselyne Bachelot, que pede desculpa por não poder estar presente esta noite e que afirmou que havia efectivamente que agir como se estivéssemos todos envolvidos e trabalhar com as comunidades de maior risco. O senhor deputado Toomas Savi disse também que devíamos falar livremente da sua condição. O senhor deputado Colm Burke insistiu nos valores de tolerância e na igualdade de acesso. A senhora deputada Guinness afirmou, como toda a razão, que não devíamos esquecer o que aconteceu nos anos oitenta.

Gostaria de insistir - penso haver aqui uma verdadeira abordagem comum e uma vontade determinada - sobre o que referiu o senhor deputado John Bowis, a saber, que cada vez mais pessoas vivem hoje em dia com SIDA e que estamos a assistir a um aumento da resistência aos antivirais. Assim, temos de viver com estes dois fenómenos, e é por isso que, por todas as razões que referi, devemos lutar com maior firmeza ainda contra todas as formas de discriminações. Em segundo lugar, como já todos disseram, temos de ter testes precoces. A senhora deputada Zita Gurmai teve toda a razão em insistir na fragilidade da população feminina e na necessidade de reforçar sobretudo os aspectos preventivos, a senhora deputada Avril Doyle colocou a tónica no desenvolvimento do vírus nos jovens e na necessidade também de reforçar o esforço de prevenção, excluindo - como já realçou a senhora deputada Zita Gurmai - todo e qualquer entrave à liberdade de circulação. O que quer realmente dizer que a transparência, aquilo que o senhor deputado Cashman disse sobre o anonimato, o facto de ser gratuito e de termos ampliar a distribuição de preservativos, bem como desenvolver os testes em condições de igualdade de acesso para todas as populações, tudo isto me parece extremamente importante.

Daquilo que disse o senhor deputado Vittorio Agnoletto, cujas competências são reconhecidas, retive que havia suficientes retrovirais para prolongar a vida, mas que nenhum medicamento curaria, o que faz com que tenhamos efectivamente de reforçar tudo o que é prevenção, independentemente do custo. O senhor deputado Bowis acrescentou também que era necessário reforçar a investigação e o desenvolvimento.

Penso ser sobre estes aspectos, efectivamente, que temos de continuar a trabalhar em conjunto, que temos de desbloquear os meios necessários, e estou absolutamente de acordo com o senhor deputado Georgs Andrejevs sobre a proposta de resolução que visa desenvolver tudo o que se relaciona com o tratamento precoce.

Penso que este debate nos permitirá mantermo-nos despertos, vigilantes, lutar contra todas as formas de discriminação e dar provas de memória relativamente a tudo o que se passou, e não fazer como se, também neste caso, a situação se tivesse tornado normal.

Janez Potočnik, Membro da Comissão. - (EN) Senhora Presidente, participei numa conferência no princípio desta semana ou na semana passada - por vezes estou, provavelmente como vocês nesta altura, um pouco perdido no tempo. Era uma conferência sobre doenças relacionadas com a pobreza. Naturalmente, o VIH e a SIDA contam-se entre as três doenças mais mortíferas, seguidos, respectivamente, da malária e da tuberculose.

Todos os anos, estas três doenças matam cinco milhões de pessoas em todo o mundo, o que é como se a população da Dinamarca desaparecesse todos os anos. O problema continua tão claramente presente que seria imoral não lhe prestar atenção suficiente.

Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance em relação às campanhas de prevenção. Temos de fazer mais, porque nos distraímos um pouco. Temos de fazer todo o possível para identificar as infecções precocemente. Temos de nos esforçar mais para encontrar uma cura; temos de nos esforçar mais no tratamento. Sendo, como sabem, responsável pelo financiamento da investigação na Comissão, posso assumir perante vós o compromisso de que, também no futuro, utilizaremos os nossos fundos para procurar activamente uma vacina contra o VIH/SIDA.

Temos um excelente projecto que existe já há muitos anos. Chama-se EDCTP. É uma parceria com os países subsarianos para a realização de ensaios clínicos. No início, teve muitos problemas, mas agora está a funcionar muito bem, e só no ano passado, em 2007, assumimos um compromisso; os Estados-Membros estão a colaborar com a Comissão. Todos os Estados-Membros estão a cooperar com os Estados africanos membros da parceria no sentido de reforçar as suas capacidades. Apenas num ano, investiram nesse projecto entre 80 e 90 milhões de euros, que representam apenas metade do investimento total, tendo a outra metade sido assegurada pela Comissão.

A investigação neste domínio deve, portanto, continuar. Do mesmo modo que a senhora Comissária Vassiliou está empenhada na sua área, eu estou empenhado em que a investigação prossiga na minha área.

Uma coisa que ainda não foi aqui referida hoje, e que eu penso que deve ser, é a importância da política de vizinhança e da política estrutural de coesão, porque estes são precisamente os países da Europa ou da sua vizinhança em que esta é uma questão crítica. Isto pode e deve ser utilizado para esse fim.

Em suma: temos a obrigação moral, enquanto seres humanos, de tomar medidas. Estou francamente satisfeito por a nossa voz hoje se ter feito ouvir com toda a clareza. Soou unida e até apaixonada.

Presidente. - Declaro que recebi seis propostas resolução⁽³⁾, apresentadas nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 20 de Novembro de 2008.

19. Alteração do Regulamento «OCM única» (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0368/2008) do deputado Neil Parish, em nome da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, sobre a alteração do regulamento «OCM única» (COM(2008)0489 - C6-0314/2008 - 2008/0156(CNS)).

Neil Parish, relator. – (EN) Senhora Presidente, estamos aqui esta noite a falar da organização comum do mercado vitivinícola única. Na realidade, somos muito favoráveis à ideia de agrupar todas as organizações de mercado numa única organização. Estamos, contudo, preocupados em saber se poderemos identificar exactamente os capítulos consagrados aos produtos vitivinícolas, se poderemos aceder-lhes com facilidade e se, no futuro, quando estivermos a tratar de produtos vitivinícolas e os Estados-Membros estiverem a tratar de produtos vitivinícolas, não teremos de consultar simultaneamente os 20 capítulos da OMC única.

Já tivemos muitas reuniões com a Comissão no intuito de obter garantias em relação a esta questão. Provavelmente, a Comissão está na fase de agrupar todas estas OMC. Nós estamos a tentar obter garantias de que teremos acesso às informações de que necessitamos. O próprio sector está preocupado em saber se, numa OMC única, será capaz de identificar as regras.

Não há dúvida de que a Comissão nos diz que isto irá reduzir a burocracia. Naturalmente, saudamos esse facto, mas queremos garantias de que tal vai efectivamente acontecer. Disseram-nos que as organizações técnicas que fornecem informações sobre os produtos vitivinícolas à Comissão serão as mesmas que anteriormente, só que passarão a fazê-lo no âmbito da OMC única; se tal for o caso e se efectivamente tivermos acesso a um sistema informatizado e pudermos identificar toda a regulamentação, só podemos congratular-nos com esta proposta. Mas precisamos de garantias de que esta mudança vai efectivamente ser benéfica para todo o sector.

Penso que, esta noite, alguns deputados procurarão obter essas garantias da Comissão. Aguardamos com interesse as respostas da Comissão. Penso que é efectivamente necessário reduzir a burocracia na Comissão

(3) Ver Acta.

e na Europa. Mas, por agora, precisamos de garantias. Congratulo-me com a OMC única. Estou certo de que alguns dos meus colegas deputados querem tecer comentários. O que é absolutamente evidente é que temos de votar este relatório agora, para que o Parlamento emita o seu parecer e a Comissão possa avançar e concluir este processo. É isto, pois, que eu recomendo ao Parlamento.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão.* – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao relator, ao presidente da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, o senhor deputado Parish, e aos membros da Comissão da Agricultura por este relatório.

Poderia ser muito breve e limitar-me a tranquilizar-vos, mas tenho de percorrer os tópicos.

Temos trabalhado arduamente para simplificar a política agrícola comum (PAC). Uma organização comum de mercado (OMC) que abranja todos os sectores agrícolas é um dos principais objectivos deste esforço. Permite integrar a legislação sectorial, sem deixar de ter em conta as especificidades dos diferentes produtos. Além disso, reduz substancialmente o volume de legislação no âmbito da PAC.

A proposta da Comissão visa completar o projecto da OMC única, nela integrando o sector vitivinícola. Sem o sector vitivinícola, a OMC única não estaria completa. Não levaríamos o processo até ao fim e perderíamos muitos dos benefícios dos projectos.

Foi sempre nossa intenção incluir o sector vitivinícola. Com efeito, tanto a proposta inicial de OMC única como a recente reforma do sector vitivinícola foram elaboradas e adoptadas com esse fim em vista. É com satisfação que posso afirmar que o Parlamento Europeu sempre apoiou sem reservas o projecto de OMC única, incluindo a integração dos sectores dos frutos e produtos hortícolas e vitivinícola após a conclusão das respectivas reformas.

A OMC única, e o respectivo comité de gestão, tem estado a funcionar muito bem nos outros sectores e não tem suscitado grandes críticas.

À primeira vista, a proposta de integração pode parecer complexa. Mas essa complexidade é inerente ao processo de alteração de legislação. Após a integração, serão disponibilizadas versões consolidadas da OCM única onde será muito fácil identificar as disposições aplicáveis ao sector vitivinícola.

A integração na OMC única não alterará substancialmente a política decidida na reforma do sector vitivinícola. Os serviços da minha colega, a senhora Comissária Fischer Boel, colaborarão com o Parlamento Europeu e com o Conselho para assegurar que isso se verifica. Fizemo-lo com êxito durante a integração do igualmente complexo sector dos frutos e produtos hortícolas.

Nestas circunstâncias, peço-vos que ajudem a Comissão, que ajudem a minha colega a prosseguir o seu e o nosso trabalho de simplificação, emitindo um parecer favorável sobre esta proposta.

Christa Kläß, *em nome do Grupo PPE-DE.* – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, devo dizer que fiquei desapontado com as suas observações porque iniciámos conversações com a Comissão com base no que Neil Parish disse.

Eu esperava algo mais concreto do que simplesmente a repetição constante de que será mais simples. Não será mais simples. Uma organização comum de mercado do vinho será a 21.^a de uma série extensa de organizações de mercado. Nem eu nem os viticultores europeus conseguimos identificar o objectivo de simplificar as coisas reduzindo a burocracia. De futuro, quem quiser informar-se sobre o sector do vinho, será obrigado a procurar num longo regulamento, uma organização comum de mercado para todos os produtos agrícolas, que dantes consistia de 204 artigos e um anexo com o dobro do tamanho, para encontrar todos os pontos referentes ao vinho, em 98 artigos com 21 capítulos e 10 anexos.

Isto não é uma redução da burocracia, Senhor Comissário. Isto é burocracia na sua forma mais pura. Apelo à Comissão para que, pelo menos, simplifique as aplicações técnicas, porque é possível fazê-lo. Os meus colegas mais jovens, tais como a senhora deputada Anja Weisgerber, dizem-me que tem de ser possível. Por favor, pode a Comissão ponderar isto? Uma simplificação técnica incluiria, por exemplo, uma ferramenta de busca no sítio Web da Comissão que permitiria aos utilizadores descarregar e imprimir apenas as partes da organização comum de mercado relevantes para os seus produtos agrícolas. Nem os viticultores nem os produtores de leite estão interessados nos regulamentos especiais que se aplicam à fruta e aos legumes ou ao cânhamo, e vice-versa.

Devemos fazer uso destas possibilidades técnicas para simplificar as coisas. De futuro, sempre que se efectuar uma alteração numa área agrícola, existe a possibilidade de serem feitas também alterações noutra área. Isto significa que quando é feita uma alteração no sector do leite e a “OCM única” é modificada, todos os agricultores e viticultores terão que se certificar de que a alteração não tem repercussões nas suas áreas.

Gostaria de fazer duas perguntas específicas, Senhora Presidente.

Senhor Comissário, no futuro, quem monitorizará...?

(A Presidente cortou a palavra à oradora.)

Rosa Miguélez Ramos, em nome do Grupo PSE. - (ES) Senhora Presidente, o Regulamento “OCM única” está em vigor desde Dezembro de 2006 e a Comissão descreve-o como um componente essencial dos planos de racionalização e simplificação da política agrícola comum.

Algumas pessoas, incluindo eu própria, consideram esta afirmação altamente discutível. Contudo, não creio que este seja lugar ou o tempo indicado para o fazer. Tivemos um debate na altura e, no entanto, apesar de este Regulamento estar em vigor apenas há alguns meses, estamos agora a votar a sua alteração.

Hoje estamos a acrescentar-lhe mais páginas ao incorporar o Regulamento (CE) n° 479/2008 que estabelece a organização comum do mercado vitivinícola. Este regulamento será revogado pela presente proposta e o seu conteúdo será totalmente incorporado no Regulamento “OCM única”.

O sector transmitiu-nos, a mim inclusive, a sua preocupação com a dispersão dos artigos da OCM vitivinícola pelos vários capítulos do Regulamento “OCM única” e também com o risco de isso vir a diluir a natureza específica desta produção.

Entendemos que esta incorporação é de facto inevitável e todos tivemos oportunidade de ler a carta enviada pela Senhora Comissária ao Presidente da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, o senhor deputado Parish, assegurando-lhe que esta medida legislativa não irá alterar, na essência, as normas vigentes neste sector. Tratar-se-á apenas de uma incorporação técnica que, de forma alguma, afectará o conteúdo.

Por isso, embora compreendendo e partilhando alguns receios, não posso deixar de apoiar o relatório do senhor deputado Parish.

Vladimír Železný, em nome do Grupo IND/DEM. - (CS) Senhora Presidente, estamos, na verdade, a votar aqui uma disposição que irá integrar legislação sobre viticultura nas disposições aplicáveis à organização comum da agricultura segundo o princípio do “regador”. Por outras palavras, a legislação relativa ao vinho, apesar da sua natureza fundamentalmente específica, tem de ser aleatoriamente dispersa pelos ovinos, cereais, caprinos, fruta e produtos hortícolas. A Federação de Viticultores da República Checa chamou a atenção para o facto de que um pequeno produtor da Morávia do Sul com uma produção de, digamos, 2 000 litros de vinho, terá dificuldades em lidar com a enorme quantidade de legislação, impenetrável e amplamente dispersa, que se aplica ao seu vinho. Recebi pedidos de ajuda não apenas por parte da nossa Federação, que reúne 20 000 viticultores, mas também por parte das Federações de Viticultores de Espanha, França, Itália e Alemanha que pertencem à Assembleia das Regiões Europeias Vitícolas (AREV). No entanto, a Comissão teve a imprudência de ignorar isto. A DG AGRI insistiu que desconhecia estes factos e que os viticultores estavam satisfeitos. E agora que a Comissária Boel reconheceu que os viticultores não estão satisfeitos, diz-nos que não há nada a fazer. Na verdade, há algo que pode efectivamente ser feito, porque nós somos o Parlamento. Ou criamos um capítulo transparente para o vinho na legislação agrícola, ou rejeitemos o relatório. Não podemos permitir que funcionários arrogantes sobrecarreguem a vida dos viticultores, os quais, através dos seus impostos, contribuem para o pagamento dos salários desses mesmos funcionários.

Esther Herranz García (PPE-DE). - (ES) Senhora Presidente, a Comissão Europeia apresentou esta alteração ao Regulamento “OCM única”, dizendo que agora passará a incluir o sector vitivinícola numa nova apresentação que, supostamente, tenta evitar a papelada e a burocracia.

Contudo, os produtores dizem-nos que criará mais confusão, que os preocupa a falta de certeza jurídica e que não alterará a base da OMC vitivinícola (aliás, como estabelecido por lei, isso não poderia de facto acontecer sem passar por esta Assembleia, mesmo que para efeitos de consulta apenas).

De toda a forma, há que dizer que a OCM vitivinícola é mais do que uma OCM de mercado. Envolve outros requisitos, como por exemplo, a questão da rotulagem. Por conseguinte, se o leite não é o mesmo que os

vegetais, e os vegetais não são o mesmo que os cereais, e claramente os cereais não são o mesmo que o vinho, por que razão pô-los juntos como se tivessem alguma coisa a ver?

Creio que esta proposta tem algumas deficiências técnicas que, como já disse, foram denunciadas pelos produtores. Pergunto-me que acontecerá agora se, por exemplo, se se propuser a alteração de uma parte deste Regulamento “OCM única”. Abrir-se-á assim a porta a todos os outros sectores? Será possível alterar um sector sem que nós demos conta? Estará a porta aberta para a alteração de todos e de cada um dos sectores incluídos?

Creio que não podemos dar uma moção de confiança à Comissão Europeia se a Comissão não garantir que, em primeiro lugar, haverá um motor de busca - como pedido pela senhora deputada Klač - garantindo aos produtores segurança, rapidez e confiança no momento de procurar a regulamentação e, em segundo lugar, se a Comissão não garantir que haverá certeza jurídica de modo a que não se possa abrir uma porta, ou deixar uma porta constantemente aberta, à alteração de qualquer OCM que esteja incluída.

Com esta proposta, a Comissão Europeia está a apresentar um facto consumado, mas não podem dizer que não os avisámos de que este passo seria um erro e que não iria, de forma alguma, evitar a papelada e a burocracia, mas, ao invés, dar lugar a mais papelada e burocracia, como também a maior incerteza jurídica, questão que mais preocupa os produtores.

Astrid Lulling (PPE-DE). - (FR) Senhora Presidente, a pretexto de simplificação, a Comissão Europeia teimou em integrar todas as OCM, de todos os produtos, desde o trigo ao frango, dos frutos e legumes ao tabaco, numa OCM única. Daí resultou um enorme calhamaço de algumas centenas de páginas, deveras indigesto, no qual nos perdemos completamente.

Dada a sua extrema especificidade, como já foi dito, e a sua complexidade, o sector vitivinícola beneficia, desde os anos sessenta, de um regulamento muito detalhado, diferente do dos restantes produtos e que garantia clareza e transparência, pelo que tinha ficado decidido que o OCM do vinho se manteria à parte.

Ora, estamos confrontados com uma integração total neste enorme dossiê. A Comissão não quer renunciar a ele pois o vinho e os produtos vitivinícolas são os últimos que ainda não foram afogados no pântano da OCM única. Se, juridicamente, não é realmente possível fazer marcha-atrás, se temos de nos submeter a razões que a razão desconhece, Senhora Presidente, então gostaria, pelo menos, que seguissemos as sugestões da senhora deputada Christa Klač.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, não vou demorar um minuto, porque, sendo da Irlanda, não fui pressionada por produtores vitivinícolas.

Penso que existe uma preocupação geral pelo facto de se agruparem tantos sectores diferentes numa única OMC. Só quando tudo estiver concluído é que saberemos se funciona. Em consequência, vou ouvir as preocupações daqueles que sabem mais do que eu sobre o sector vitivinícola, enquanto penso que temos de avançar com este processo. Espero que possamos obter mais garantias da Comissão, porque temos de escutar as preocupações dos produtores.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Senhora Presidente, estamos a incluir normas para o mercado vinícola numa regulamentação geral que cobre todos os mercados, e adoptada há algum tempo. Será isto o melhor para os produtores vinícolas? Esperemos que constitua uma verdadeira simplificação e redução da actual sobrecarga administrativa imposta aos agricultores.

O “estado de saúde” da política agrícola comum hoje adoptado pretende também limitar controlos e reduzir a sobrecarga administrativa sobre os agricultores. A consolidação das disposições relativas a mercados muito específicos num único regulamento foi também um ponto de debate, sobre o qual se acordou. Seria importante ponderar se realmente precisamos incluir nele o mercado vinícola, um mercado muito específico que funciona segundo uma fórmula individual em termos de produto, processamento e tradições.

Christa Klač (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, desligou-me o microfone, pelo que vou aproveitar a oportunidade para utilizar o procedimento “catch-the-eye” para reformular as minhas perguntas.

Gostaria de perguntar especificamente à Comissão quem monitorizará a legislação existente depois de a organização comum de mercado ser alterada, e quem se certificará de que não haverá repercussões noutras áreas, por exemplo, no sector do vinho quando se trata do leite?

A minha segunda pergunta específica é a seguinte: Pode a Comissão implementar os requisitos técnicos para simplificar a gestão do sistema, na Internet ou num portal, de modo a permitir aos utilizadores aceder em separado a cada área de mercado, tais como o vinho, o leite, e a fruta e os legumes?

Eram estas as minhas perguntas. Obrigada, Senhora Presidente.

James Nicholson (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, estamos todos perfeitamente cientes de que a criação da organização comum de mercado única constitui uma tentativa de aumentar a transparência e de racionalizar e simplificar a legislação no âmbito da política agrícola comum. A maior parte dos sectores foi já integrada com êxito na OMC.

Tal como a senhora Deputada McGuinness, não sou de uma região vitícola, pelo que medirei as minhas palavras – obrigado, senhora deputada Lulling. Partilho da perspectiva do senhor deputado Parish de que o sector vitivinícola deve ser incluído na alteração e, embora possa compreender as preocupações expressas por alguns colegas, penso que o nosso objectivo deve ser a conclusão deste processo técnico, que, em última análise, reduzirá a burocracia imposta aos agricultores. Ora, isso só pode ser bom. Para os produtores vitícolas, será um bónus.

Janez Potočnik, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para este debate.

Gostaria de reiterar a importância desta proposta para a simplificação da PAC.

As preocupações que expressou são muito idênticas às que foram expressas logo no início do projecto de OMC única. Mas penso que a experiência tem sido bastante apaziguadora. A OMC única está a funcionar mesmo muito bem.

Para ser franco, a OMC do sector vitivinícola nunca foi simples. Pelo contrário. Na realidade, o que estamos a propor é – na medida do possível, naturalmente – torná-la mais clara e mais credível, com base no texto muito complexo e já existente sobre a reforma do sector vitivinícola.

Não serão introduzidas alterações substanciais à reforma da OMC do sector vitivinícola. Estamos a falar de ajustamentos técnicos, estritamente técnicos. Haverá capítulos separados. Haverá questões que apenas dizem respeito ao sector vitivinícola e que serão mantidas intactas, no local adequado da OMC, como as questões relativas ao potencial de produção, programas de apoio, denominação de origem, indicação geográfica e menções tradicionais, rotulagem e apresentação, e práticas enológicas. Mas haverá outras questões que são comuns ao sector vitivinícola e a outros sectores, como as disposições relativas ao comércio com países terceiros ou aos auxílios estatais, que serão combinadas numa disposição única e simples.

Gostaria ainda de acrescentar que foi referida a possibilidade de utilizarmos os nossos motores de busca. O EUR-Lex tem um motor de busca que permite extrair todas as disposições da OMC única que contêm o termo “vitivinícola”. Naturalmente, por razões técnicas, ainda não é possível disponibilizar uma versão electrónica consolidada de toda a OMC vitivinícola extraída da OMC única consolidada. Mas é evidente que tal será possível logo que o processo esteja concluído.

Devo ainda referir, a propósito das perguntas dos senhores deputados, que não há qualquer possibilidade de, no contexto de reformas, as questões vitivinícolas se virem a misturar com as dos outros sectores. Simplesmente, na prática, esta não é uma perspectiva realista. É difícil imaginar por que razão uma proposta sobre, por exemplo, o sector leiteiro atrairia a atenção dos decisores políticos do domínio vitivinícola. De qualquer forma – de uma perspectiva estritamente jurídica –, a integração num único regulamento não muda a situação. O importante será sempre a substância das alterações propostas, e não o enquadramento jurídico preciso em que as mesmas são propostas.

Para concluir, penso que necessitamos de dar o último passo para completar a OMC única. Neste contexto, gostaria de sublinhar que a Comissão está firmemente determinada a fazê-lo. O que realmente se pretende é simplificação e transparência, nada mais.

Neil Parish, relator. - (EN) Senhora Presidente, como se costuma dizer, o artista conhece-se pela obra, por isso vamos aguardar com expectativa que a Comissão ponha em prática o que disse, já que no futuro iremos precisar disto numa forma electrónica de modo a poder aceder-lhe.

A Comissão promete-nos que vai juntar tudo numa OCM, o que significa que, quando quisermos procurar por vinho, poderemos fazê-lo sem aceder ao mesmo tempo à OCM do sector do leite, reduzindo deste modo

a burocracia. Tivemos estas garantias todas esta noite, e amanhã a maioria irá votar a favor, porque nos foram dadas essas garantias. Como disse, estamos ansiosos por ver o que irá acontecer. Tomamos de boa fé as garantias que nos foram apresentadas hoje pela Comissão, e aguardamos com expectativa a oportunidade trabalhar em conjunto nestas OCM - ou melhor, na OCM - de futuro.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 20 de Novembro de 2008.

20. Situação da apicultura (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0104/2008) apresentada pelo deputado Neil Parish, em nome da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, à Comissão, sobre a situação da apicultura (B6-0480/2008).

Neil Parish, relator. - (EN) Senhora Presidente, antes de mais, gostaria de agradecer muito à senhora deputada Astrid Lulling, uma vez que esta apresentação se deve muito à sua iniciativa. Como presidente, vou apresentar o relatório hoje aqui porque estamos muito preocupados com a situação em matéria de abelhas. O que está a acontecer às abelhas é muito importante para a Europa - e para o mundo, na verdade.

Durante os últimos dois anos, um terço das abelhas nos E.U.A. morreu misteriosamente. Em 2007, perderam-se cerca de 800 000 enxames. Na Croácia, cinco milhões de abelhas desapareceram em menos de 48 horas. No Reino Unido, uma em cada cinco colmeias está a desfazer-se, e em todo o mundo os apicultores comerciais estão a registar perdas de até 90% desde 2006.

O que estará a acontecer e quão grave será para nós e para o futuro da humanidade? Albert Einstein previu que o homem teria apenas quatro anos de vida se as abelhas desaparecessem da Terra, por isso temos de levar isto muito a sério. As abelhas são responsáveis pela polinização das plantas e flores que fornecem cerca de um terço dos alimentos que consumimos. Elas são as campeãs da natureza quando se trata de polinização e sem elas podemos dizer adeus à soja, às cebolas, às cenouras, aos bróculos, às maçãs, às laranjas, aos abacates, aos pêssegos e a muitos outros alimentos. Não haverá mais morangos. Podem imaginar como seria difícil para Wimbledon sobreviver sem morangos! Nem teríamos luzerna, que é utilizada nos alimentos para bovinos. Estamos, portanto, absolutamente dependentes das abelhas. E claro, como as abelhas também polinizam o algodão, não teríamos nenhuma roupa. Realmente, temos de levar este assunto muito a sério.

Na China, por exemplo, não há praticamente abelhas em algumas regiões e muitas culturas são polinizadas à mão. As 90 culturas comerciais cultivadas no mundo inteiro que dependem de polinização geram cerca de 30 mil milhões de libras esterlinas por ano. As abelhas contribuem com mais de 100 milhões de libras por ano para a economia do Reino Unido e cerca de 400 milhões de euros para a economia europeia; por isso, podem ver claramente que temos aqui um enorme problema.

Assim, gostaria de pedir à Comissão - e, se possível, gostaria de transferir algum do meu tempo para acrescentar ao da senhora deputada Astrid Lulling já que foi ela a grande força impulsionadora por detrás disto - se podemos angariar mais dinheiro para a investigação. Depois de termos conversado com apicultores profissionais e outros, sabemos que existe algum mistério no motivo pelo qual as abelhas morrem, que se deve em parte ao seu pobre estado nos últimos anos e de estarem, literalmente, a morrer como moscas. Existe igualmente um problema com os produtos químicos certos para curar as doenças das abelhas.

Penso que a Comissão precisa não só de disponibilizar o dinheiro para investigação, mas também de coordenar os esforços em curso de todos os Estados-Membros. É essencial agir agora. Não podemos esperar até que todas as abelhas morram porque o problema vai ser extremamente grave.

Janez Potočnik, Membro da Comissão. - (EN) Senhora Presidente, agradeço ao senhor deputado Parish, e naturalmente também à senhora deputada Lulling, esta questão oral e resolução sobre o sector da apicultura da UE. A Comissão reconhece claramente a importância que as abelhas desempenham na ecologia da UE e nos seus ecossistemas. A Comissão está também consciente dos relatos feitos em vários Estados-Membros sobre perdas significativas dos seus enxames.

Permitam-me que passe directamente às vossas perguntas concretas - houve até bastantes - e dizer simplesmente o que a Comissão já está a fazer neste sector.

No que diz respeito à mortalidade das abelhas e à sua investigação, em Fevereiro deste ano a Comissão solicitou que a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (AESAs) estudasse a mortalidade das abelhas e as suas causas na União Europeia. A AESA recolheu informações dos Estados-Membros que vai agora analisar a fim de dotar a Comissão com uma imagem mais clara sobre a situação epidemiológica do colapso dos enxames, e isto constituirá a base para novas medidas a tomar nesta área. Além desta acção da AESA, a Comissão continuará a apoiar uma série de projectos de investigação relacionados com abelhas no seu Programa-Quadro de Investigação. Se estiverem interessados, posso citar alguns deles mais tarde.

No que diz respeito às zonas ecológicas ricas em pólen, apesar do facto de parecer ser difícil criar zonas como estas, gostaria de lembrar que já foi concedido apoio financeiro para aumentar a eficácia do transporte de colmeias. Esta medida, que está prevista no Regulamento n.º 1234/2007, visa gerir a circulação de colmeias no território da Comunidade e ordenar os locais disponíveis onde se concentrem muitos apicultores durante a época de floração. Esta medida poderá também incluir o enriquecimento da flora apícola em determinadas áreas.

Quanto à terceira pergunta, gostaria de lembrar que a colocação no mercado e a autorização de produtos fitossanitários são regulamentadas pela Directiva 91/414/CEE do Conselho. Esta Directiva prevê que os pesticidas só podem ser utilizados se tiver sido demonstrado que não representam um risco significativo de efeitos inaceitáveis para a saúde humana e animal, e do ambiente. Portanto, esta avaliação também abrange os riscos a curto e longo prazo para as abelhas e as suas larvas, e os testes utilizados baseiam-se em padrões desenvolvidos por organizações intergovernamentais, tais como, por exemplo, a Organização Fitossanitária Europeia e Mediterrânica na qual colaboram 47 governos.

É importante notar que a legislação comunitária é baseada no risco. É evidente que os insecticidas são, pela sua natureza, tóxicos para as abelhas. No entanto, a sua utilização pode ser ainda possível se não ocorrer exposição, ou se esta for minimizada para níveis que não originem efeitos nocivos.

Alguns exemplos clássicos de tais medidas de redução de risco são: práticas agronómicas bem adaptadas, taxas e alturas de aplicação adequadas (por exemplo, à noite após o voo das abelhas, ou fora do período de floração da cultura, e possivelmente noutros infestantes adjacentes), incorporação directa do produto no solo, utilização em estufas inacessíveis às abelhas, ou tratamento de sementes em instalações especializadas.

No que diz respeito à qualidade das águas de superfície, a Directiva-Quadro da Água estabeleceu a protecção de todas as águas; a obrigação de alcançar/manter uma boa qualidade de água em todas as águas de superfície e subterrâneas até 2015; em adição, a proibição da deterioração do estado da água; a obrigação de criar um sistema de monitorização; a obrigação de desenvolver os necessários planos e programas, até Dezembro de 2009, em ampla consulta pública com as autarquias locais, partes interessadas e organizações não governamentais.

Relativamente ao apoio aos apiários em dificuldade, gostaria de vos dizer que a Comissão está satisfeita por ver que o número de colmeias aumentou entre 2004 e 2007 - e isto sem contar com o alargamento.

No que diz respeito à perda de abelhas, deveriam saber que em 2004 uma nova medida de repovoamento do efectivo apícola foi acrescentada à lista das medidas elegíveis nos programas nacionais de apicultura. Portanto, agora é possível compensar as perdas de abelhas (e de produção) através do financiamento de actividades que favoreçam a produção de rainhas, da compra de enxames, ou até mesmo da compra de colmeias.

Penso que a questão que levantam é evidentemente muito grave e temos de a encarar com igual seriedade.

Astrid Lulling, em nome do grupo PPE-DE. - (FR) Senhora Presidente, quando as coisas são urgentes, posso contar com toda a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e com o seu presidente, o meu querido colega Parish. Agradeço-lhes terem reagido tão depressa e eficazmente à minha iniciativa de uma pergunta oral com debate e resolução à Comissão Europeia sobre a crise sanitária apícola.

Num contexto de enfraquecimento e de grande mortalidade das colónias de abelhas, revela-se indispensável analisar todos os factores responsáveis por essa mortalidade acrescida das abelhas e propor um Plano de Acção destinado a inverter essa tendência desastrosa.

A Comissão acaba de nos ler um longo documento sobre tudo o que já fez, mas devo dizer que, nestes últimos anos, desde que sou relatora sobre a situação da apicultura - desde 1994 -, tem sido muito pressionada para

agir, enquanto eu e os meus colegas nos dedicamos com afincos a chamar a sua atenção para esta situação alarmante, amplamente conhecida e perfeitamente descrita, nomeadamente pelo meu colega Parish.

Assim, não tenho tempo para repetir tudo ou para acrescentar o que quer que seja, mas como já ninguém ousa negar que a mortalidade das abelhas constitui um perigo mortal para a nossa produção de frutos e legumes, que depende da polinização, exigimos que a Comissão actue com mais persistência e mais meios. Tem de contribuir para a análise das razões dessa mortalidade das abelhas e de integrar, finalmente, a investigação e a luta contra as doenças apícolas na política veterinária europeia.

Tem de promover as medidas necessárias à limitação e eliminação dos riscos de uma polinização deficiente e de garantir uma produção suficiente e diversificada de alimentos para as necessidades humanas e animais. Tem de compreender que a crise sanitária apícola é tão perigosa para a sobrevivência humana como a crise financeira para a economia real.

Não vou referir números, excepto um à escala mundial: o valor da actividade polinizadora das culturas de que o homem se alimenta é estimado em 1 53 mil milhões de euros. As soluções que preconizamos são muito menos onerosas do que aquelas que mobilizámos para a crise financeira e, mesmo que instaurássemos finalmente prémios à polinização e ajudas financeiras aos apicultores em dificuldades, com vista a assegurar a sobrevivência das abelhas na Europa, seriam *peanuts* comparados com outras rubricas orçamentais. Se têm mil milhões para enviar para África sem qualquer controlo - que é o que estão a querer fazer - para lutar contra a fome, com todas as consequências desastrosas que isso implicaria, então bem que deviam poder encontrar qualquer coisa como 60 milhões de euros para realizar efectivamente uma acção séria aqui.

Senhora Presidente, uma vez que sou a relatora, será que posso dizer ainda qualquer coisa sobre as alterações? Não esgotei o tempo de uso da palavra do deputado Parish...

(A Presidente retira a palavra à oradora)

Rosa Miguélez Ramos, em nome do Grupo PSE. - (ES) Senhora Presidente, gostaria de felicitar a senhora deputada Lulling pela determinação que demonstrou em incluir este assunto, que alguns poderão considerar relativamente menor, na agenda deste Parlamento, apesar da hora já avançada.

A apicultura é uma actividade agrícola com importantes consequências económicas e efeitos benéficos sobre o desenvolvimento rural e o equilíbrio ecológico.

No meu país, a apicultura ocupa cerca de 27 000 produtores que manejam mais de 2 300 000 colmeias, o que o situa no lugar de primeiro produtor de mel da União Europeia.

Os apicultores espanhóis, como todos os outros apicultores, enfrentam dificuldades que decorrem não só da redução de pólen e néctar, como também do aparecimento de novas doenças que estão a dizimar as colmeias. A Comissão deveria estar a trabalhar numa linha de investigação sobre a origem destas enfermidades e, nesse sentido, parece-nos indispensável um esforço orçamental.

No entanto, gostaria de acrescentar que as importações - e refiro-me às importações de mel - têm de cumprir os mesmos requisitos que as nossas produções e oferecer total garantia aos consumidores. A este respeito, é fundamental uma boa rotulagem dos nossos produtos, sendo que a Comissão tem aí um importante papel a desempenhar.

Há que manter um nível elevado, tanto em termos de frequência como em número de controlos nos postos de inspecção fronteiriços, para garantir que não entram na União Europeia produtos apícolas com resíduos provenientes de países terceiros.

A apicultura, para muitos dos nossos agricultores, constitui um complemento aos seus, quase sempre limitados, rendimentos. Além disso é um trabalho que emprega muita mão-de-obra feminina. O mel ocupa um lugar importante nas pequenas feiras e mercados, e os apicultores envidaram grandes esforços para diversificar os seus produtos, providenciar rotulagem, assegurar maior higiene e dar garantias sanitárias e ainda abrir novos canais de distribuição.

Senhor Comissário, não podemos simplesmente permitir que todos estes esforços se percam.

Francesco Ferrari, em nome do Grupo ALDE. - (IT) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a apicultura não é meramente uma actividade produtiva, de origem milenar, que faz parte da história da nossa agricultura; representa, actualmente, um dos sistemas imprescindíveis para manter o nível de produtividade das culturas arbóreas e herbáceas, graças à polinização cruzada.

Recordo que 80% das plantas cultivadas dão frutos graças à polinização feita pelas abelhas, assegurando ainda uma variação genética das espécies em reprodução. É evidente que, no momento actual, a apicultura e a sua actividade não podem ser substituídas e constituem a única forma de preservar o objectivo da biodiversidade. Os produtos apícolas têm, muitas vezes, de competir, cada vez mais, no mercado mundial em condições de concorrência pouco transparentes e através da importação maciça de produtos, incluindo os que procedem de países terceiros, que não têm garantias. Nem sempre é possível garantir a sua qualidade, em parte devido ao uso de pesticidas cuja utilização está proibida na Europa mas que são utilizados fora dela. Por esta razão, é necessário tornar obrigatória a menção no rótulo do país de origem do produto.

Penso, de igual modo, que é importante colocar em evidência as graves consequências para a apicultura do vírus que dizimou 50% do sector apícola europeu. Solicito à Comissão Europeia que envide mais esforços em matéria de investigação científica para encontrar uma forma de fazer frente a esta grave patologia, proibindo todos os tipos de tratamento fitossanitário durante os períodos de floração.

Zdzisław Zbigniew Podkański, em nome do Grupo UEN. - (PL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, a riqueza natural está a decrescer perante os nossos olhos. Espécies inteiras estão a extinguir-se, dizimadas por parasitas, doenças, produtos químicos e o comportamento irresponsável da humanidade. Em muitas regiões, o equilíbrio ecológico foi perturbado e ocorreram perdas graves e irreversíveis.

Assistimos, com preocupação, à extinção em massa de abelhas, a colmeias que se silenciam uma após outra, e, com elas, à morte de muitas espécies de plantas dependentes da polinização. A situação da apicultura determina a produção de cerca de 84% das espécies de plantas cultivadas na Europa. As abelhas determinam, por conseguinte, grande parte da abundância de alimentos nas nossas mesas.

As abelhas estão a ser dizimadas por doenças e pragas com que os apicultores não podem lidar sozinhos. São precisos mais fundos para as controlar e estudar. Os apicultores também não podem sozinhos proteger os seus mercados e garantir a viabilidade dos seus produtos. É necessário protegermos o nosso mercado interno da entrada de mel de má qualidade de países terceiros, que frequentemente viola os requisitos da saúde pública. Os apicultores devem ainda receber ajuda sob a forma de subsídios ou açúcar mais barato, e há que promover campanhas promocionais em alta escala.

Em resumo, é chegado o tempo de começarmos a trabalhar como abelhas. Como apicultor, só posso desejar que a Comissão Europeia se organize como as abelhas e que não tenhamos de esperar quinze anos por um programa concreto que a senhora deputada Lulling se tem esforçado tanto por promover.

Alyn Smith, em nome do Grupo Verts/ALE. - (EN) Senhora Presidente, gostaria também de prestar homenagem à senhora deputada Lulling, que tem sido tenaz, para não dizer mais, em promover e trazer esta questão a discussão no Parlamento. Senhor Comissário, gostaria também de lhe agradecer pela impressionante lista de actividades em que a Comissão se empenhou a respeito deste grave problema e, quando muito, penso que o que procuramos é um maior grau de financiamento e também de coordenação. Existe o risco de haver diferentes instituições a fazer muito bom trabalho, mas não necessariamente de forma coordenada. Penso que é aqui que este debate pode prestar algum esclarecimento.

Esta é uma questão séria. Os mineiros antigos levavam canários com eles para as minas para os avisar de gases venenosos. Os canários alertavam-nos para os gases venenosos morrendo. Era mau para os canários, mas bom para os mineiros. A nossa preocupação é que as abelhas da Europa estejam basicamente a fazer o mesmo serviço para nós. Um terço dos alimentos da UE - um em três tragos de comida - pode estar ligado à polinização das abelhas.

Existe um declínio catastrófico no número de abelhas e nós temos de tomar medidas a nível europeu. Os cientistas concordam que houve um declínio. Já sabemos quanto à sua gravidade, mas estamos menos esclarecidos quanto à causa. Será o uso de pesticidas? Tratar-se-á de condições climáticas? Ou serão ácaros e parasitas e outras doenças que estão talvez para além do nosso controlo?

Senhor Comissário, gostaria também de lhe referir, a si especificamente, o Bumblebee Conservation Trust da Universidade de Stirling na Escócia, que desenvolveu um trabalho inovador nesta área. A Europa não tem falta de especialização. O que temos de fazer é de integrá-la. Penso que o texto ora em apreciação tem uma série de acções concretas que nos levariam nessa direcção - nomeadamente pousios apícolas, zonas de biodiversidade, até mesmo ao lado de estradas e terras improdutivas, investigação sobre pesticidas, águas de superfície e a possibilidade de ajuda.

Como já aqui foi ouvido, se conseguimos encontrar mil milhão de euros para investir no desenvolvimento africano, acho que também podemos encontrar dinheiro para financiar a nossa própria investigação. É certo que vemos a UE a tomar acções nesta matéria e - ousado dizer - estas constituem um plano B bastante coerente, numa altura em que o plano A, a política agrícola comum europeia, foi prejudicial para as abelhas da Europa. Penso que precisamos de uma maior complementaridade das acções já em curso para aliviar esta situação.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Senhora Presidente, os apicultores e as abelhas estão a passar por problemas tremendos e precisam de ajuda. Estamos a assistir a uma dramática redução do número de enxames, na Europa mas também em todo o mundo. A rentabilidade da profissão está, infelizmente, a decair e, por consequência, também o interesse nela por parte dos jovens. Há vários aspectos que temos de abordar quanto antes.

Em primeiro lugar, temos de desenvolver a investigação sobre parasitas, doenças e vírus que dizimam estes diligentes insectos. Em segundo lugar, temos de introduzir testes ao mel importado de países terceiros. Todos os produtos devem cumprir os requisitos de qualidade relevantes. Além disso, os rótulos devem conter informação sobre os países de origem. Em terceiro lugar, temos de lançar uma campanha de informação que explique a influência benéfica das abelhas no ambiente natural, bem como do mel e de outros produtos apícolas na saúde humana.

Devido ao alcance do problema, temos de considerar a concessão de apoio financeiro a explorações apícolas ameaçadas de extinção. A comunidade apícola tem vindo a pedir açúcar mais barato para alimentar as abelhas. Valeria a pena ponderar a introdução de um sistema especial de apoio para o sector apícola, tendo em conta o seu impacto tão benéfico no ambiente natural.

Janusz Wojciechowski (UEN). - (PL) Senhora Presidente, permita-me aplaudir a senhora deputada Lulling e agradecer-lhe a sua incansável e apaixonada preocupação com os interesses da indústria apícola europeia. É muito bom estarmos a debater este problema, uma vez que os apicultores na Europa e em todo o mundo estão alarmados e preocupados com as mortes das suas abelhas.

Estão a decorrer investigações sobre as causas deste fenómeno. Entre as causas sugeridas pelos investigadores encontra-se o possível impacto da biotecnologia e, mais especificamente, do cultivo de culturas geneticamente modificadas, que poderão ter um impacto adverso no funcionamento das abelhas.

Gostaria, por conseguinte, de colocar à Comissão Europeia, que aprova o cultivo de culturas geneticamente modificadas na União Europeia, a seguinte pergunta: Quais são os resultados dos testes relevantes e como se entende, em geral, o impacto dos OGM na situação das abelhas na Europa?

James Nicholson (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, permita-me antes de tudo felicitar Astrid Lulling pelo seu trabalho nesta matéria. Tanto quanto sei, ela tem andado a falar sobre abelhas já há bastante tempo e por isso estou contente por ver que esta resolução apresentada pela Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Rural deu oportunidade ao Parlamento para debater o problema que o sector da apicultura enfrenta actualmente.

Embora esta questão tenha atraído muita atenção e publicidade, possivelmente porque é um pouco como uma novidade, estamos bem cientes de que, na realidade, os problemas que enfrentamos são muito graves e, potencialmente, com consequências devastadoras.

Tenho a certeza que não preciso de lembrar a ninguém a importância das abelhas - e isso já foi aqui referido esta noite -, não só para a produção de importantes subprodutos, como a cera e o mel, mas também pelo papel que desempenham na polinização e manutenção de ecossistemas saudáveis.

Eu venho do Condado de Armagh, na Irlanda do Norte, que era conhecido na ilha como o Condado dos Pomares, onde as abelhas são muito necessárias para polinizar as maçãs, e posso dizer que este problema já está a ter um grande impacto naquela área em particular. A este respeito, a Comissão precisa urgentemente de reforçar a sua investigação sobre as causas exactas do declínio acentuado na população de abelhas e, esperemos, avançar com algumas soluções. A situação só vai piorar se não encontrarmos uma forma de melhorar a saúde das abelhas e reduzir a sua mortalidade, impedindo que os enxames morram e desapareçam. Esta é uma fonte de grande preocupação para todas as partes envolvidas, não só em toda a Europa, mas também nos Estados Unidos e não só.

Recentemente assisti a uma conferência de apicultores na minha região na Irlanda do Norte e, ao ouvir as inúmeras contribuições daquela manhã, confirmei a preocupação que os apicultores têm com a perda das

suas colmeias, especialmente durante o período de Inverno. Precisamos de fundos suplementares para, através de mais I&D, tentar estabelecer a razão para esta calamidade que se abate sobre os apicultores. Se estamos a fazer algo errado, temos de tentar saber urgentemente o que é. Trata-se de pesticidas, ou será alguma outra razão? Pode haver muitas teorias e especulações, mas a verdade é que não temos a resposta e nós precisamos dela, assim como de apoio suplementar.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, conhecemos a importância das abelhas, já todos falaram sobre isso. No entanto, uma das questões que ainda não foi abordada no debate é a realidade de um grande comércio de abelhas comerciais. Há literalmente livre circulação das abelhas a nível mundial e, tanto quanto sei, existe muito pouca regulamentação da circulação de abelhas, quando esta seria necessária. Fazemo-lo com outras categorias de espécies vivas e com gado, e sabemos que funciona em termos de controlo de doenças. A circulação de abelhas tem o potencial de importação do ácaro *Varroa* spp. como aconteceu na Irlanda. Existe agora o problema do pequeno besouro das colmeias que está a causar estragos aos apicultores.

Portanto, temos um enorme problema para o qual não temos resposta. Há pelo menos meia dúzia de razões pelas quais isto pode estar a acontecer, e por isso a investigação é absolutamente necessária. Esta precisa de ser coordenada a nível da União Europeia de modo a encontrar respostas. É igualmente necessário abordar a questão dos apicultores em si, pois parece que são uma população envelhecida, e nós precisamos deles em maior número em vez de menor.

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, se a senhora deputada Lulling permanecer tempo suficiente para poder felicitá-la, ficarei encantado em fazê-lo, pelo interesse e apoio consistentes que tem demonstrado pela apicultura no Parlamento Europeu há já algum tempo.

O declínio das populações apícolas e as assustadoras implicações para a polinização das plantas e para a biodiversidade em geral merecem toda a nossa atenção e nós temos de apoiar a investigação e participar com os cientistas do mundo inteiro na tentativa de encontrar as suas causas. Infecções parasitárias, alterações climáticas, pesticidas: nesta fase, só podemos especular.

Vinte e cinco por cento da nossa alimentação depende directamente das abelhas, para além da sua contribuição em manter os nossos pastos. Infelizmente, na Irlanda, o único centro de investigação nesta área, em Clonroche no Condado de Wexford, foi encerrado pelo Governo irlandês há alguns anos. Portanto, não sei se a Irlanda poderá contribuir; temos os cientistas e os conhecimentos, mas não temos certamente o apoio do governo. Aguardo com expectativa o que terá a Comissão a dizer sobre como podem a Europa e a União Europeia apoiar a investigação e o que fizemos até agora neste domínio.

Astrid Lulling (PPE-DE). - (FR) Senhora Presidente, como o senhor deputado Parish teve de ausentar-se, pedi-me que tomasse posição sobre as alterações que nos chegaram à última da hora.

A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural aprovou por unanimidade a resolução, enriquecida por todas as alterações, que tomei em consideração na totalidade. Mas agora os Verdes, que não brilharam pelas suas contribuições durante a discussão da resolução, propõem à última da hora, para enfeitar o seu ramalhete, 4 alterações que não só não trazem nenhum elemento novo, mas que, além disso, tornariam muito mais pesado o texto actualmente coerente e legível.

A alteração 1 tem origem num erro de tradução alemão, pois o que propõe o senhor deputado Friedrich-Wilhelm Graefe zu Baringdorf é exactamente o mesmo texto que eu própria propus; mas, como já disse, a tradução alemã do meu considerando era deficiente.

A alteração 2 abre portas já abertas, a alteração 3 é ininteligível e a alteração 4 repete o n.º 8, que pede claramente trabalhos de investigação mais desenvolvidos sobre os efeitos dos pesticidas sobre a mortalidade das abelhas, e diz ainda que há que fazer depender - o que já acontece - a autorização desses produtos das referidas investigações.

Assim, proponho que se rejeitem estas alterações pois não acrescentam nada de novo e poluíam um texto que é claro e correctamente redigido. Defendo uma boa redacção, já que esta resolução é extremamente importante e gostaríamos que fosse bem redigido; eis a razão por que queremos ver rejeitadas estas alterações.

Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN). - (PL) Senhora Presidente, o debate sobre a apicultura no Parlamento Europeu atraiu um considerável interesse por parte dos apicultores. Como apicultor, reuni pessoalmente em Puławy com apicultores que se deslocaram de toda a Polónia. Pediram-me que fizesse apenas uma pergunta

à Comissão Europeia, e que obtivesse uma resposta definitiva: com que podem os apicultores contar, de facto, nos próximos anos?

Janez Potočnik, *membro da Comissão*. - (EN) Senhora Presidente, acredito sinceramente que este foi um debate muito frutuoso e com muitas ideias não só para o meu colega, mas também para os serviços da DG AGRI, bem como para os meus serviços e outros. Muitas direcções-gerais, para além da DG AGRI, estão a trabalhar no assunto que estamos hoje aqui a debater: a DG SANCO, a DG Investigação e a DG Ambiente. É realmente uma questão multidisciplinar. Quando queremos saber que financiamento está realmente reservado para isto, temos também de considerar várias outras áreas.

Deixem-me em primeiro lugar responder a muitas das vossas perguntas sobre o que estamos a fazer, o que está a ser preparado e o que significa realmente quando falamos de investigação no sector apícola. No Sexto Programa-Quadro, foi criado um projecto de investigação do tipo *Specific Target Research Project*, com a prioridade "Qualidade e Segurança Alimentar", intitulado "*Bees in Europe and Sustainable Honey Production*" (BEE SHOP). Este projecto reúne nove grupos europeus de investigação apícola especializados em patologia, genética, comportamento e qualidade do mel. Não se deixem enganar: os projectos FP6 são os que já estão em execução; os projectos FP7 estão apenas a começar.

Além disso, a acção de apoio específico "*Bee Research and Virology in Europe*" (BRAVE) permitiu a organização de duas grandes conferências multidisciplinares envolvendo peritos que trabalham em investigação apícola fundamental e aplicada - especialistas em virologia, diagnóstico, imunologia e epidemiologia - bem como no comércio internacional, na formulação de políticas e na avaliação de risco de doença. Um convite à apresentação de propostas foi publicado em 3 de Setembro deste ano, sob o tema "Alimentação, agricultura e pescas e biotecnologia", sobre a identificação de novos parasitas e doenças de abelhas, assim como o ressurgimento de elementos patogénicos, com o objectivo de elucidar os mecanismos íntimos e os motivos para o aumento de mortalidade das abelhas. Portanto, está dirigido exactamente a esta matéria e a muitas das vossas perguntas.

Os aspectos ambientais, incluindo a exposição crónica a pesticidas, serão também tidos em conta. O projecto integrado ALARM que diz respeito à avaliação de riscos ambientais em larga escala para a biodiversidade, é igualmente financiado no âmbito do Sexto Programa-Quadro e inclui um módulo sobre a perda de polinizadores. O projecto ALARME irá desenvolver e testar métodos e protocolos para a avaliação de riscos ambientais em larga escala, a fim de minimizar impactos humanos negativos directos e indirectos. A investigação incidirá sobre a avaliação e as alterações na estrutura da biodiversidade, função e dinâmica dos ecossistemas - em especial, os riscos decorrentes das alterações climáticas, dos produtos químicos ambientais, das invasões biológicas e da perda de polinizadores no contexto da actual e futura melhoria na utilização dos solos europeus serão também avaliados. Estas são todas as iniciativas em curso.

Uma coisa que eu gostaria de sublinhar - uma vez que foi também salientada pelo vosso colega - é que a Europa não carece de especialização. Temos de estar cientes disto e ser justos. A nível da União Europeia, 5% - repito, 5% - das verbas públicas da União Europeia são dedicadas à investigação. Por isso, é da maior importância que unamos forças e ponhamos em prática o máximo possível. A criação do Espaço Europeu da Investigação, que eu apoio plenamente, na realidade representa exactamente essa ideia - todos sabem o que estamos a fazer e que integramos os conhecimentos científicos especializados que já existem em toda a Europa. Este é, de facto, um elemento ausente na Europa de hoje.

Irei assegurar que o Comissário responsável pela investigação ouça os vossos apelos para investigação adicional - ou seja, eu próprio, mas hoje estou num papel diferente. Uma coisa que gostaria também de referir - porque talvez não tenha sido totalmente compreendido na minha introdução - é a avaliação completa da AESA sobre a mortalidade e vigilância das abelhas na Europa. Foi publicada em 11 de Agosto de 2008, por isso é relativamente recente. É justamente a análise do programa que os colegas estão à procura, e eu acho que é importante que todos vejam o que já existe.

Devo também responder à colega que perguntou sobre as culturas de OGM. A única cultura de OGM actualmente cultivada na União Europeia é o milho Bt (MON 810). O milho Bt, e a toxina Bt em geral, têm sido extensivamente analisados no que diz respeito ao possível impacto na saúde das abelhas. Ensaios de alimentação forçada, onde abelhas saudáveis são expostas a altas doses de toxina Bt, não mostraram qualquer efeito negativo. Globalmente, a esmagadora maioria dos estudos mostra que esta dieta de pólen de milho Bt não tem qualquer impacto sobre as abelhas. Posso ainda acrescentar que as perdas maciças de abelhas observadas recentemente na América do Norte e na Europa, denominadas "distúrbio do colapso dos enxames" (CCV), não parecem estar relacionadas com a utilização de culturas geneticamente modificadas, uma vez

que são também reportadas em áreas onde não se cultivam OGM. Por exemplo, as perdas de abelhas observadas no sul da Alemanha têm sido claramente atribuídas à intoxicação pelo pesticida Poncho Pro. Tem também um nome latino, mas é tão difícil que eu preferia não o ler.

Em conclusão, a Comissão continuará certamente a tomar medidas e de modo reforçado. Estas irão ajudar os apicultores a enfrentar as dificuldades actuais e a incentivá-los a continuar a sua actividade. Espero que também entusiasme novos candidatos à profissão, uma vez que esta actividade desempenha um papel extremamente importante não só para a nossa biodiversidade na UE, mas também do ponto de vista económico.

No que diz respeito às responsabilidades directas da minha colega Comissária Fischer Boel, ela continuará a certificar-se de que os programas nacionais de apicultura são utilizados da forma mais eficiente. No entanto, em primeira instância, cabe aos Estados-Membros gastarem os seus orçamentos de forma adequada. Actualmente, temos 26,3 milhões de euros em dinheiro europeu todos os anos. Isto duplica se acrescentarmos o dinheiro dos Estados-Membros - mas não estamos a gastar tudo. Estamos a despende 80% desse dinheiro. Os Estados-Membros não estão a gastar o que está actualmente à sua disposição.

Por último, a melhor solução para assegurar o futuro do sector é incentivar o consumo de mel da UE. O mel foi adicionado à lista de produtos elegíveis para promoção no mercado interno e vários programas foram aceites desde 2004.

A minha resposta foi mais longa porque eu queria deixar claro aos colegas que nós estamos a levar estas acções muito a sério e que podem contar connosco - certamente também na minha área - para o continuar a fazer. Obrigado pela vossa atenção e por terem ficado tanto tempo.

Presidente. - Declaro que recebi uma proposta de resolução⁽⁴⁾, apresentada pela Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nos termos do n.º 5 do artigo 108.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 20 de Novembro de 2008.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Filip Kaczmarek (PPE-DE), por escrito. - (PL) As abelhas são importantes para muitas culturas diferentes em diferentes partes do mundo. A sua universalidade não aconteceu por acaso. A apicultura tem sido um importante componente da economia desde os tempos pré-históricos, isto é, antes do início da história escrita. Em Espanha, colhia-se mel há 6 000 anos.

Hoje, os esforços das abelhas e dos apicultores podem não valer de nada devido aos fenómenos que estão a afectar o ambiente natural e também, indirectamente, a humanidade. Na Europa, ainda há pessoas cuja subsistência depende do trabalho com as suas abelhas. Vendem o mel que elas próprias produziram. Devíamos estar felizes por isso acontecer. Já se tentou também regressar à apicultura silvestre tradicional. Na Polónia, estas tentativas foram apoiadas por apicultores oriundos de Bashkiria, porque já ninguém no nosso país se lembrava dos métodos antigos. A apicultura tem importância cultural, social e económica. É por esse motivo que devemos proteger a apicultura europeia. Há, infelizmente, muitos factores contra os quais temos de a proteger.

Existem as ameaças económicas, como a concorrência desleal de países terceiros, as ameaças à saúde das abelhas, e as ameaças biológicas como as doenças, os parasitas, a poluição ambiental e o uso imprudente de pesticidas. A Comissão Europeia e os Estados-Membros devem apoiar o sector apícola que está a enfrentar desafios enormes. Os apicultores por si sós podem não conseguir salvar a biodiversidade para cuja riqueza as abelhas tanto contribuem.

21. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta

22. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 23H45)

⁽⁴⁾ Ver Acta.